



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MATHEUS GOUVEIA

ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS:
um debate essencialmente geográfico

João Pessoa - PB

2024

MATHEUS GOUVEIA

**ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS:
um debate essencialmente geográfico**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

Orientador: Profa. Dra. Doralice Sátyro Maia
Coorientador: Prof. Dr. Renato Emerson dos Santos

João Pessoa - PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G719a Gouveia, Matheus.

Ativismos cartográficos e representações espaciais :
um debate essencialmente geográfico / Matheus Gouveia.

- João Pessoa, 2024.

250 f. : il.

Orientação: Doralice Sátyro Maia.

Coorientação: Renato Emerson dos Santos.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN/PPGG.

1. Geografia. 2. Representação espacial. 3.
Ativismos cartográficos. 4. Investigação militante. 5.
Epistemologias do Sul. I. Maia, Doralice Sátyro. II.
Santos, Renato Emerson dos. III. Título.

UFPB/BC

CDU 911(043)

“ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS: um debate essencialmente geográfico”

por

Matheus Gouveia

Tese de Doutorado apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito total para obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Território, trabalho e Ambiente.

Aprovado por:

Documento assinado digitalmente
 **DORALICE SATYRO MAIA**
Data: 16/12/2024 17:49:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Doralice Satyro Maia
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**
Data: 17/12/2024 07:58:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Renato Emerson Nascimento dos Santos
Coorientador

Documento assinado digitalmente
 **AMANDA CHRISTINNE NASCIMENTO MARQUES**
Data: 20/12/2024 11:49:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Amanda Christinne Nascimento Marques
Examinadora interna

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina De Oliveira Marques
Examinadora interna

Prof. Dr. Cláudio Ubiratam Gonçalves
Examinador externo

Prof. Dr. Diogo Marçal Cirqueira
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-graduação em Geografia
Cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia**

Dezembro/2024.

Dedico este trabalho à minha família,
minha maior conquista, meu maior amor,
Mara e Petra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, minha esposa Mara, comigo nessa empreitada desde o começo, e minha filha Petra, que me nutriram de amor, apoio e compreensão durante todo o desenvolvimento da tese. Agradeço também, minha família de origem, a destacar meus pais, José Raimundo e Maria do Carmo, e meus avós *Zeção*, *Nena*, *Fia* e *Afonso*, que nunca tiveram grandes oportunidades através da educação formal, mas ainda assim me proporcionaram a oportunidade de ocupar espaços como esse.

Agradeço também minha orientadora Prof. Dra. Doralice Sátyro Maia, e meu coorientador Prof. Dr. Renato Emerson dos Santos, por todo auxílio e atenção em um momento tão decisivo da minha formação. Destaco e reconheço a importância de ter sido bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um fator essencial para a toda a contribuição elaborada e sem a qual não seria possível a conclusão do curso. Ressalto também o apoio do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, com agradecimento especial aos professores Dr. Emerson Ribeiro e Dra. Maria Franco Garcia, que de algum modo participaram também dessa trajetória.

Faço questão de evidenciar também, o imenso agradecimento por todos ensinamentos e lembranças felizes junto ao Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves (1949 – 2023), e sua companheira Marcia Meschesi, que me ajudaram em momentos importantes da minha vida e caminhada de luta.

Agradeço a banca pela oportunidade de discussão e avaliação da minha contribuição, e também todo o corpo docente e discente que tive a oportunidade de conhecer ao longo desses quatro anos.

Pensamentos voam como o vento
Pra se livrar, não lembrar de maus
momentos
Gostar, gostar de alguém
Se preocupar, querer o seu bem

Pensamentos, parei para escrever os meus
pensamentos
E olha só, pra você ver o que escrevi...

(Pensamentos, O Show Deve Continuar, 2003. SNJ)

RESUMO

O presente trabalho discute as representações espaciais a partir dos ativismos cartográficos, mediante a aproximação da Geografia com os conhecimentos de algumas comunidades tradicionais organizadas localizadas no litoral sudeste brasileiro. Desse modo, o objetivo geral do trabalho busca demonstrar como as representações espaciais, mais especificamente os ativismos cartográficos (Santos, R. E. 2011; Gouveia, 2021), podem ser compreendidas como práticas espaciais essenciais a territorialidade das comunidades tradicionais e fundamentais para suas estratégias de luta e resistência. Combinaremos as ideias de conflito ontológico (Escobar, 2016) e conhecimento fronteiriço (Mignolo, 2005; Santos, B. S. 2019) para discutir as representações espaciais em diferentes contextos e sociedades, operando a categoria de análise *evento*, sugerida por Milton Santos (1999), e compreendendo-as como práticas espaciais (Corrêa, 1995; Moreira, 2007; Souza, 2013) sob a combinação dos métodos histórico e comparativo (Marconi; Lakatos, 2003; Spósito, 2017; Torres-Miranda, 2019). Buscando subsidiar essa tentativa, os objetivos específicos, por sua vez, são: a) apresentar uma discussão sobre o entendimento das representações espaciais como práticas espaciais e sua relação direta com a cultura e com a produção de conhecimentos; b) elaborar uma contribuição acerca da história da Cartografia e a importância dos mapas na modernidade colonial; c) expor uma tentativa de contribuição que evidencie outras possibilidades de representações espaciais e, também, de ativismos cartográficos. Nesse sentido, partimos da hipótese de que historicamente os conflitos territoriais envolvendo as comunidades tradicionais sempre foram representados e pensados a partir de mapas elaborados exclusivamente pela linguagem cartográfica moderna. E assim como demonstrado em outros momentos, compreendemos que a linguagem cartográfica, para além de toda significativa contribuição técnica e científica, serviu ao exercício do poder colonial (Harley, 2009; Rodrigues, 2006; Rocha, 2015). Defendemos, então, a tese de que os ativismos cartográficos mudam a dinâmica do conflito vivenciado pelas comunidades tradicionais, pois disputam ativamente diferentes narrativas, entre diferentes escalas e contextos, operando como uma nova possibilidade de uso estratégico dos conhecimentos da própria comunidade e de re-existência da territorialidade do grupo. Utiliza-se como principal material de referências as experiências cartográficas, desenvolvidas na área de atuação de um conjunto formado pelo Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), pelo CARTONOMIA (CNPQ/UFF) e pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS/FIOCRUZ), entre os anos de 2017 e 2019. Além de toda vivência e conhecimentos imbricados, que transcendem fronteiras e instituições, destaca-se que o referencial central para o desenvolvimento dessa pesquisa foi a experiência cartográfica do Quilombo da Fazenda, Ubatuba-SP.

Palavras-chave: Representações Espaciais. Ativismos Cartográficos. Investigação Militante. Epistemologias do Sul.

ABSTRACT

This paper discusses spacial representations through cartographic activism, emphasizing the connection between Geography and the knowledge of some organized traditional communities. Therefore, this paper aims to demonstrate how spatial representations—more specifically, cartographic activism (Santos, 2011; Gouveia, 2021)—can be understood as spatial practices essential to the territoriality of traditional communities and fundamental to their strategies of struggle and resistance. The ideas of ontological conflict (Escobar, 2016) and border knowledge (Mignolo, 2005; Santos, 2018) are combined to discuss spatial representations in different contexts and societies, employing the category of *event* analysis suggested by Santos (1999), and understanding them as spatial practices (Corrêa, 1995; Moreira, 2007; Souza, 2013) through a combination of historical and comparative methods (Marconi; Lakatos, 2003; Spósito, 2017; Torres-Miranda, 2019). In order to support this attempt, the specific objectives are, in turn: a) to present a discussion on the understanding of spatial representations as spatial practices and their direct relation to culture and knowledge production; b) to provide a contribution to history of cartography and the importance of maps in colonial modernity; c) to present an attempt to typify the spacial representations and cartographic activism. In these sense, the initial hypothesis is that historically, the territorial conflicts involving traditional communities have always been represented and conceived through maps exclusively created using modern cartographic language. And as has been shown at other times, the cartographic language is understood, apart from its significant technical and scientific contribution, as a tool for the exercise of colonial power (Harley, 2009). This work defends the thesis that cartographic activism changes the dynamics of conflict experienced by traditional communities, as different narratives actively dispute across different scales and contexts, operating as a new possibility for the strategic use of the community's own knowledge and the r-existence of the group's territoriality. The main reference material is the cartographic experiences developed in the area of action of a group formed by The Forum of Traditional Communities (FCT), from CARTONOMIA (CNPQ/UFF), and the Bocaina Observatory for Healthy and Sustainable Territories (OTSS/FIOCRUZ), between 2017 and 2019. In addition to all the imbricated experiences and knowledge that transcend borders and institutions, the central reference for the development of this research was the cartographic experience of Quilombo Da Fazenda, Ubatuba-SP.

Keywords: Spatial Representations. Cartographic Activism. Militant Research. Epistemologies of the South.

LISTA DE FIGURAS

Figuras

Figura 1 - Avanzada del extractivismo minero al sur de la provincia de Napo / Datos 02/2022 a 01/2023 (janeiro, 2023)	23
Figura 2 - Megaminería en Argentina, Iconoclasistas, 2010.....	24
Figura 3 - Mapa de Localização das comunidades tradicionais na área de atuação do FCT/CARTONOMIA	37
Figura 4 - Ilhote do Leste Ilha Grande, RJ.....	38
Figura 5 - Mapa do Mosaico-Bocaina (2006)	41
Figura 6 - Guia Turístico da Comunidade da Praia do Sono (2017)	59
Figura 7 - Guia Turístico da Comunidade do Pouso da Cajaíba (2017)	59
Figura 8 - Mapa “TO” em Etymologiae, Isidoro de Sevilla (560 – 636 d.C.)	75
Figura 9 - Tabula Rogeriana, Al Idrisi (1154)	77
Figura 10 - Reinos Península Ibérica 1270-1492	86
Figura 11 - Tratados envolvendo os reinos de Portugal e Castela	90
Figura 12 - Mundos Relacionais.....	95
Figura 13 - Axioma do Pluriverso dos mundos relacionais	96
Figura 14 - John Allen Chau, 2018	106
Figura 15 - TN Pandit e o contato com os povos Sentinelas do Norte	107
Figura 16 - Pintura rupestre Serra da Capivara	124
Figura 17 - Mapa de Localização dos Taino no momento do contato com os europeus	128
Figura 18 - A diversidade do mundo ameríndio antes das invasões europeias	130
Figura 19 - Mapa demonstrativo da expedição e localização dos grupamentos	134
Figura 20 - A diáspora Africana: a escravidão foi uma tragédia que faz parte da nossa história	135
Figura 21 - Quadro A alma o povo e a vida de Cândido Portinari (1931)	139
Figura 22 - Mapa das microrregiões da Paraíba	140
Figura 23 - Terras indígenas e áreas de mineração na Amazônia Legal (2017)	150
Figura 24 - A “capela sistina da Amazônia”	158
Figura 25 - Diagrama “O clado da humanidade”, de Daniel L. Everett (2019)	160
Figura 26 - Diagrama do circuito da Linguagem de Stuart Hall	162

Figura 27 - <i>A noite estrelada</i> – Vincent Van Gogh	174
Figura 28 - Ação de reintegração de posse da comunidade Pinheirinho (São José dos Campos – SP) 2012	176
Figura 29 - Movimento de resistência da comunidade do Pinheirinho, São José dos Campos, SP	176
Figura 30 - Artesanato vendido em praia brasileira	181
Figura 31 - Imagem Vaso Antropomorfo Marajoara (400-1400 d.C.)	182
Figura 32 - Tela do Atlas Nacional Digital do Brasil (2022)	184
Figura 33 - Achado arqueológico mencionado em reportagem.....	192
Figura 34 - Imagem “CORPOTERRITORIO” Iconoclassistas, 2021	197
Figura 35 - Casa de Farinha.....	205
Figura 36 - Oficina de sobreposição de mapas	207
Figura 37 - Mapa de sobreposição dos perímetros de negociação do Quilombo da Fazenda	210
Figura 38 - Reunião com o representante do PESM	211
Figura 39 - Trilha que parte da Casa de Farinha, Trabalho de Campo	213
Figura 40 - Oficina de produção de ícones.....	214
Figura 41 - Exemplo de ícones desenvolvidos nas oficinas, à esquerda Árvore de Jussara e à direita o Mirante	215
Figura 42 - Mapa Geral dos Usos Múltiplos do Quilombo da Fazenda - 2018	216
Figura 43 - Mapa da Contraproposta da Comunidade: Delimitação da RDS do Quilombo da Fazenda (UBATUBA-SP / 2018)	218
Figura 44 - Trabalho de Campo realizado junto a liderança comunitária Dona Laura	220

Quadros

Quadro 1 - Relação de Unidades de Conservação do Mosaico-Bocaina (2006)	40
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estimativas populacionais dos povos que habitavam na América no final do século XV	131
---	-----

SIGLAS E ABREVIATURAS

CARTONOMIA	Grupo de Pesquisa para o Fortalecimento da Autonomia Territorial com Cartografia Social – CNPQ/UFF
DGP	Departamento de Geografia e Políticas Públicas
FCT	Fórum de Comunidades Tradicionais
IEAR	Instituto de Educação de Angra dos Reis
ISA	Instituto Socioambiental
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
OTSS	Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina
PNPCT	Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
TIY	Terra Indígena Yanomami
UC	Unidades de Conservação
UFF	Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 A CIÊNCIA COMO FERRAMENTA E POSSIBILIDADE: O CONFLITO QUE ENSINA OS ESPECIALISTAS E FORTALECE AS COMUNIDADES NO LITORAL SUDESTE BRASILEIRO	37
2.1 INVESTIGAÇÃO MILITANTE: A CIÊNCIA COMO FERRAMENTA DE LUTA.....	43
2.2 ROTEIRO TEÓRICO-METODOLÓGICO	60
3 GEOGRAFIA, DECOLONIALIDADE E COMUNIDADES TRADICIONAIS: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-POLÍTICO-EPISTÊMICAS	73
3.1 AS GEOGRAFIAS E AS GEO-GRÁFIAS: A PRÁTICA ESPACIAL E O EVENTO.....	74
3.2 UMA LÓGICA ESPACIAL ESPECÍFICA OU UMA TERRITORIALIDADE INVENTADA.....	85
3.3 DECOLONIALIDADE, EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ONTOLOGIA.....	92
3.4 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: PRÁTICAS ESPACIAIS E A PERSPECTIVA DECOLONIAL.....	105
4 REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS, CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E A TERRITORIALIZAÇÃO DAS SIGNIFICAÇÕES HUMANAS: UM DEBATE ANTIQUADAMENTE ATUAL	113
4.1 REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: UM DEBATE EPISTEMOLÓGICO E POLÍTICO	118
4.2 MAPAS & REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS: PEQUENO ENSAIO SOBRE AQUILO QUE SEMPRE EXISTIU	136
4.3. REPRESENTAÇÃO ESPACIAL E (OU) MAPA?!	153
4.4 REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS FORA DOS MAPAS: INDICANDO UMA POSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO.....	167
4.5.1 As representações espaciais através da Literatura.....	169
4.5.2 As representações espaciais através da Música/Sonoridade	172
4.5.3 As representações espaciais através das Imagens, pinturas, desenhos (virtual ou físico).....	173
4.5.4 As representações espaciais através da Fotografia e Vídeo.....	175
4.5.5 As representações espaciais através das Histórias, lendas, folclore, memórias	177
4.5.6 As representações espaciais através da Artesanatos/Objetos/Recursos Materiais Diversificados.....	180
4.5.7 As representações espaciais através de Mapas interativos, <i>webmaps</i> e atlas digital	183
5 ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS: VIDA, LUTA E AS REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS ESTRATEGICAMENTE ORIENTADAS	186
5.1 CARTOGRAFIA SOCIAL E ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS: FORMULAÇÕES INTRODUTÓRIAS	187
5.2 EXPERIÊNCIAS CARTOGRÁFICAS E A CONSTRUÇÃO DE ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS: ESTRATÉGIAS DE REPRESENTAÇÃO ESPACIAL, MATERIALIZAÇÃO E CONFLITOS TERRITORIAIS	195

5.3 A EXPERIÊNCIA CARTOGRÁFICA DO QUILOMBO DA FAZENDA PIÇINGUABA: TERRITORIALIDADE, ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS E REIVINDICAÇÃO POLÍTICA	202
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
REFERÊNCIAS	232
ANEXOS.....	243
ANEXO I.....	243
ANEXO II.....	244
ANEXO III.....	245

1 INTRODUÇÃO

Cotidianamente os mais diversos grupos, territórios, lugares e comunidades, são impactados e afetados por acontecimentos peculiares que parecem indicar a necessidade de reavaliação de um conjunto de valores, significados e entendimentos que há tempos parecem não ser alterados. Veja-se, por exemplo, as definições que diferenciam o homem, ou a sociedade de modo geral, do restante dos outros seres vivos. De imediato é possível recordar-se da conhecida explicação marxista, que sugere uma diferenciação entre a “melhor” abelha e o “pior” arquiteto. No entendimento de Marx¹ tal diferenciação reside na capacidade do ser humano de projetar uma figura mental que condiciona sua prática subsequente, que resulta por sua vez na concretização material de tal idealização.

Essa noção marxista que foi reinterpretada e exemplificada por inúmeros autores ao longo das épocas, cultiva a mesma base “comum” para explicar a maneira pela qual essa consciência vinculada ao trabalho faz dos humanos seres sociais, especificamente no modo capitalista de produção e consumo. Escurra (2016, p. 16), apresenta uma interpretação objetiva acerca dessa formulação:

Marx ressalta, como se sabe, a capacidade que o ser humano tem de projetar previamente aquilo que depois vai produzir, o que demonstra o caráter não epifenômico da consciência, em oposição à estruturação existente nas chamadas sociedades animais (abelhas e formigas, por exemplo), que consiste em uma regulação biológica das ações, sem possibilidade de desenvolvimento. Por conseguinte, o trabalho realiza um pôr teleológico que dá origem a um novo produto do trabalho, uma nova objetividade, e resulta em um desenvolvimento contínuo.

A teoria marxista se fundamenta na ideia “simples” de que a sociedade transforma a natureza através do trabalho², diferentemente das abelhas, por exemplo, que trabalham sem que haja essa “mutação” do contexto. Obviamente essas formulações sugerem uma perspectiva que busca entender a gênese dessas relações, no entanto, elas são constantemente atualizadas e complexificadas com o passar do tempo.

¹ Ver MARX, K. O capital. Crítica da economia política I. I, v. I e II. 12 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994.

² Ver: NETTO, José Paulo. Relendo a teoria marxista da história. In: **História e História da Educação: o debate teórico metodológico atual**. Campinas, SP: Autores Associados/HISTEDBR, 1998. p. 50-64.

Milton Santos (1996) oferece uma contribuição que reflete sobre a densidade técnica dessas relações, além de compreendê-las sob uma nova perspectiva espaço-temporal, permitindo uma periodização baseada nesse “ambiente transformado”. Ainda que mais profunda, a reflexão de Santos (1996) usa o mesmo alicerce da consciência marxista, que justificaria a evidente diferença entre o homem e os demais seres vivos, sendo que estes “outros” podem também “trabalhar”, mas sem que haja essa alteração consciente da realidade. Assim, os diferentes grupos produzem culturalmente suas sociedades e transformam a natureza, enquanto os animais conservam exatamente a mesma “naturalidade”, não produzindo uma diversidade complexa de hábitos culturais.

Esse pequeno esforço não pretende apresentar a teoria marxista ou estruturar uma definição consistente acerca dessa diferenciação, ela é utilizada apenas como um recurso didático que busca apontar de forma simples uma dentre várias possibilidades de explicação. Evidentemente não é possível afirmar que essa indicação é válida em todos os lugares, para todos os grupos, em qualquer época, contudo é possível afirmar que ela foi construída socialmente. Ideias como “paisagem transformada” e “segunda natureza”, são muito presentes nos livros didáticos de Geografia³, e possuem como pressuposto essa explicação marxista, que consequentemente acaba sendo cultivada por milhões de pessoas que foram formadas a partir desse ponto de vista/entendimento específico.

Ainda que possa haver pequenas discordâncias para com essa explicação, ela parece não “incomodar”, se apresentando em certa medida como uma espécie de “problema já resolvido”. Contudo, a ciência depende do cultivo de uma pequena parcela de incerteza, que permitirá novas discussões e a ampliação de debates já antigos. Nesse sentido, um grupo de pesquisadores da Universidade de São Paulo publicou um estudo intrigante em 2019. Intitulado *Three thousand years of wild capuchin stone tool use*⁴, o trabalho demonstra como macacos prego do estado do Piauí, nordeste brasileiro, complexificaram e diversificaram o uso de ferramentas de pedra para a extração de alimento do interior de carapaças duras de castanhas e frutos.

³ Ver: MACIEL, Ana Beatriz Câmara; MARINHO, Fábio Daniel Pereira. O estudo da paisagem e o ensino da geografia: breves reflexões para docentes do ensino fundamental II. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 2, n. 4, p. 55-60, 2011.

⁴ FALÓTICO, T. *et al.* Three thousand years of wild capuchin stone tool use. **Nat Ecol Evol** 3, v. 3, p. 1034–1038, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41559-019-0904-4>.

Logo no resumo, os autores evidenciam a importância da pesquisa:

*The human archaeological record changes over time. Finding such change in other animals requires similar evidence, namely, a long-term sequence of material culture. Here, we apply archaeological excavation, dating and analytical techniques to a wild capuchin monkey (*Sapajus libidinosus*) site in Serra da Capivara National Park, Brazil. We identify monkey stone tools between 2,400 and 3,000 years old and, on the basis of metric and damage patterns, demonstrate that capuchin food processing changed between ~2,400 and 300 years ago, and between ~100 years ago and the present day. We present the first example of long-term tool-use variation outside of the human lineage, and discuss possible mechanisms of extended behavioural change (Falótico et al., 2019).*

Em síntese, a grande contribuição do estudo diz respeito ao que, aparentemente, foi o primeiro registro de mudanças culturais em primatas não humanos. Isso indica que esses macacos de forma consciente transformaram não apenas a pedra em ferramenta, assim como fazem outros animais, eles também diversificaram o tipo de pedra utilizada e o tratamento que davam a nova ferramenta.

Essa evidência arqueológica, ainda que não seja suficientemente contundente para “destronar” o homem como o único detentor dessa “consciência ampliada e complexa”, nos ajuda a tensionar o campo de debate a partir da premissa científica da incerteza, ou pelo menos da certeza temporária. Esses macacos-prego alteraram sua essência? Refletiram sobre sua própria atividade e decidiram alterá-la? O que explica essa mudança cultural sendo que os recursos disponíveis eram praticamente os mesmos?

Uma das mudanças mais evidentes segundo os autores diz respeito ao uso de bigornas de pedra como uma espécie de base reta, o que parece uma solução consciente se considerarmos que a dureza da base implica em uma maior pressão resultante do impacto entre os objetos. Todavia, não se tenta aqui redefinir as bases epistemológicas e teóricas que diferenciam a sociedade dos demais seres vivos, esse pequeno prólogo busca tão somente demonstrar como novos fatos nos estimulam a problematizar e repensar explicações que parecem ser dadas ou até mesmo “naturais”.

Nesse sentido, o simples contato com essas problematizações nos permite vislumbrar questões ainda mais densas e cada vez mais retóricas, como: Quando foi que começamos a entender a humanidade como algo social e não natural? Como diferenciar a humanidade da natureza?

Esses questionamentos parecem não ter validade ou importância dentro do axioma moderno, por mais que cientificamente sejam complexos de responder, eles parecem imunes a qualquer tipo de contestação. Sociedade é uma coisa e natureza é outra, simples assim. Contudo, essa noção dificulta o entendimento coletivo sobre diversas questões, como, por exemplo, as de caráter ambiental⁵.

Vivemos um período classificado por muitos como sendo de *ebulição global*⁶, o que tem desencadeado acontecimentos significativos e preocupantes. O ano de 2023 já foi considerado por muitos especialistas o ano mais quente no planeta terra nos últimos 125 mil anos⁷, o que pode trazer expressivos impactos sociais, sejam eles econômicos, políticos ou até mesmo culturais. A situação piora à medida que se considera o indicativo científico de que este mesmo ano pode vir a ser o mais frio das próximas décadas.

Porém, como o entendimento coletivo segue a dicotomia precursora da Geografia que separa sociedade da natureza, diversos grupos parecem ser incapazes de perceber que os fatores antrópicos podem sim alterar dinâmicas e fenômenos naturais. Não só isso, inúmeros segmentos da sociedade aparentam também não estarem dispostos a compreender a noção de que o homem é um agente global de transformação, ao mesmo tempo em que é um ser totalmente dependente dos recursos biogeoquímicos do planeta que o abriga.

Boaventura de Sousa Santos (2019) indica um momento de crise civilizatória que, diferentemente de crises setoriais ou sectárias, parece englobar um conjunto de dimensões que acabam tensionando a humanidade e a vida em sociedade de modo mais amplo. Essa crise civilizatória pode ser percebida na questão ambiental, assim como relatado anteriormente, na questão política, com a eclosão de diversos conflitos, e em diversas outras áreas, como a ciência, por exemplo. O autor enfatiza que atualmente se vive um período de ruptura epistemológica e política na

⁵ Ver: GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

⁶ Ver: EBULIÇÃO global: entenda o conceito que alerta para fenômenos climáticos extremos.

PUCRS, 05 dez. 2023. Disponível em: <https://www.pucrs.br/blog/ebulicao-global/#:~:text=O%20conceito%20de%20ebuli%C3%A7%C3%A3o%20global,pioram%20a%20qualidade%20do%20ar.>

⁷ Ver: 2023 deve ser o ano mais quente em 125 mil anos, dizem cientistas da EU. **CNN Brasil**, 08 nov. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2023-deve-ser-o-ano-mais-quente-em-125-mil-anos-dizem-cientistas-da-ue/>

ciência, onde urge a necessidade de reavaliação das estruturas que compõem todo o campo de construção, validação e veiculação de conhecimentos.

Observando o caso da Geografia brasileira, essa crise já era percebida na década de 1970 por, Carlos Walter Porto-Gonçalves, em seu texto *A geografia está em crise! Viva a Geografia!* (1978), que contextualizou um debate internacional em solo latino-americano. No mesmo período, obras como *A justiça social e a cidade* (Harvey, 1973), *A Geografia: isso serve – em primeiro lugar – para fazer a guerra* (Lacoste, 1976) e *Por uma Geografia nova* (Santos, M. 1978) indicavam a necessidade de se repensar a Geografia a partir das bases críticas do materialismo histórico-dialético, para que só assim fosse possível pensar o novo momento da sociedade globalizada⁸.

Esse movimento de reformulação teórico-política da Geografia brasileira fomentou uma aproximação consistente entre ciência e movimentos sociais, conforme indicam Pedon (2013) e Renato Emerson dos Santos (2003). Contudo, parece que com o passar das épocas ainda havia dimensões que escapavam até mesmo das análises dos pensadores mais cuidadosos.

Nesse sentido, no interior do marxismo latino-americano, emerge uma outra indicação de interpretação, que considera uma ampla reformulação teórico-política, proposta pelas perspectivas decoloniais. Pautados nas contribuições de Edward Said em sua obra *Orientalismo: o Oriente como invenção do ocidente* (2007), assim como em teóricos anticoloniais como Frantz Fanon, na virada do século começaram a emergir uma série de contribuições substanciais de Aníbal Quijano (1999; 2005), Edgar Landier (2006), Walter Mignolo (2005), que apontavam para uma teoria explicativa do mundo que problematizava as práticas e estruturas estabelecidos a partir das incursões colonialistas do século XV.

Inaugura-se neste período, e no entendimento desse grupo de pensadores, o que alguns chamaram de sistema-mundo moderno-colonial (Porto-Gonçalves, 2012), um novo tipo de padrão de poder global que se estabeleceu a partir do colonialismo eurocentrado. Maldonado-Torres (2019) nos apresenta chaves para entender de forma sintética essa maneira de explicar o mundo. Esse autor compreende que o contato dos ibéricos em 1492, com o que hoje é a América, transformou substancialmente as noções de humanidade e de mundo das monarquias

⁸ Ver Suertgaray (2001).

territorialmente centralizadas da Europa. O autor indica que o encontro com essas “novas” populações e terras exigiu uma ressignificação da ideia de humanidade, pois a herança cristã compreendia todos os seres como “filhos” do mesmo “Deus”.

Nesse sentido, Maldonado-Torres (2019) propõe a existência de uma *catástrofe metafísica* que classificou os grupos e comunidades, promovendo uma *diferença subontológica* entre aqueles que eram considerados seres (humanos) e aqueles que eram considerados não-seres (humanos). Aos seres, compostos por alma e espírito, caberia todo paraíso divino, enquanto, para os não seres, caberia a busca pela salvação, pela própria humanização. Esse movimento permitiu então que a violência fosse utilizada como principal articulador das incursões colonialistas, no sentido de que justificavam suas empreitadas com um discurso civilizatório, humanitário, altruísta (Maldonado-Torres, 2019).

Nota-se que tal abordagem da história parte de um raciocínio que evidentemente pretende apresentar, explicar e discutir toda a realidade a partir de um ponto de vista específico: o dos “dominados”. Fanon (2005) considerou esses sujeitos como “condenados”, pois sofrem um processo de desumanização que não os permite vislumbrar nem mesmo a produção e reprodução dos próprios saberes, costumes e sentimentos. No entanto, é fundamental considerar, assim como demonstra Porto-Gonçalves (2012), por exemplo, que inúmeros povos e comunidades tradicionais por toda América Latina – lê-se Abya Yala – (re) existiram por séculos a lógica colonial moderna, e ainda ofereceram contribuições e reflexões significativas para sociedade como um todo.

Considerando esse conjunto de elementos surge a necessidade de uma espécie de deslocamento, com o intuito de compreender algumas dimensões da realidade não a partir do que nossa ciência formula sobre os territórios e práticas desses grupos, mas sim sobre como esses grupos se entendem em si, e em como podemos construir espaços para que metodologicamente a ciência possa aprender com esses sujeitos.

Partindo então desses grupos ou comunidades chamados de tradicionais⁹, percebemos como as formulações decoloniais podem ser proveitosas justamente para esses fins de deslocamento da percepção ou entendimento. Escobar (2016) indica

⁹ Ver Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT (Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007).

que todos os conflitos relacionados a esse “tipo” de grupo são, em primeira instância, conflitos ontológicos. Esse antropólogo colombiano sugere a coexistência conflitiva de basicamente duas ontologias: a ontologia moderna, capitalista, dualista e possessiva, e a ontologia não dualista, dos mundos relacionais e da coexistência harmônica entre diferentes mundos e sujeitos. Para Escobar (2016), os territórios tradicionais se configuram como territórios ontológicos baseados em mundos relacionais, onde não existe uma separação clara entre a sociedade e a natureza, o que acaba por promover diferentes tensionamentos e conflitos com a ontologia moderna, que entende a natureza como recurso, o espaço como reserva de valor, e busca sempre incorporar e expandir mercados e domínios.

Essa diferenciação ontológica, sobretudo no entendimento dessa distinção entre polos, sociedade e natureza, nos permite vislumbrar a necessidade dessa manobra teórico-metodológica de deslocamento da perspectiva para tentar compreender os fenômenos a partir desses contextos/realidades.

Deslocando a perspectiva para as comunidades tradicionais, podemos iniciar as reflexões regatando acontecimentos recentes, a partir do cenário político brasileiro em 2023, por exemplo. O ano começou com notícias e denúncias importantes contra o ex-chefe de Estado derrotado nas urnas. Uma das temáticas mais chocantes diz respeito à possibilidade de prática genocida do governo para com o povo Yanomami.

Homologada como terra indígena ainda no século passado, o território tradicional Yanomami, ou Terra Indígena Yanomami (TIY), possui uma área de quase 10 milhões de hectares que abriga mais de 25 mil habitantes. São pelo menos oito povos distintos vivendo em TIY, localizados entre os estados do Amazonas e Roraima no Norte do Brasil.

Em abril de 2022, foi lançado o relatório *Yanomami sob ataque*, publicado pela Hutukara Associação Yanomami em parceria com a Associação Wanasseduume Ye'kwana, contando com a assessoria técnica do Instituto Socioambiental (ISA)¹⁰. Esse trabalho expõe um panorama geral da extração ilegal de ouro e outros minérios dentro da TIY. Elaborado em forma de denúncia, a publicação conta com diversos recursos visuais e didáticos que contribuem tanto para o entendimento das informações comunicadas quanto para choque dos leitores.

¹⁰ Saiba mais em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>.

São destacados quatro principais riscos ao território tradicional: o garimpo, a pesca, a caça e as fazendas, todos ilegais, criminosos e violentos. Contudo, o garimpo segue sendo a principal ameaça ao território, considerando que apenas no período que vai de 2016 até 2020, cresceu cerca 3.350% dentro de TIY, resultando em um aumento de 100% da área impactada (Hutukara Associação Yanomami & Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2021).

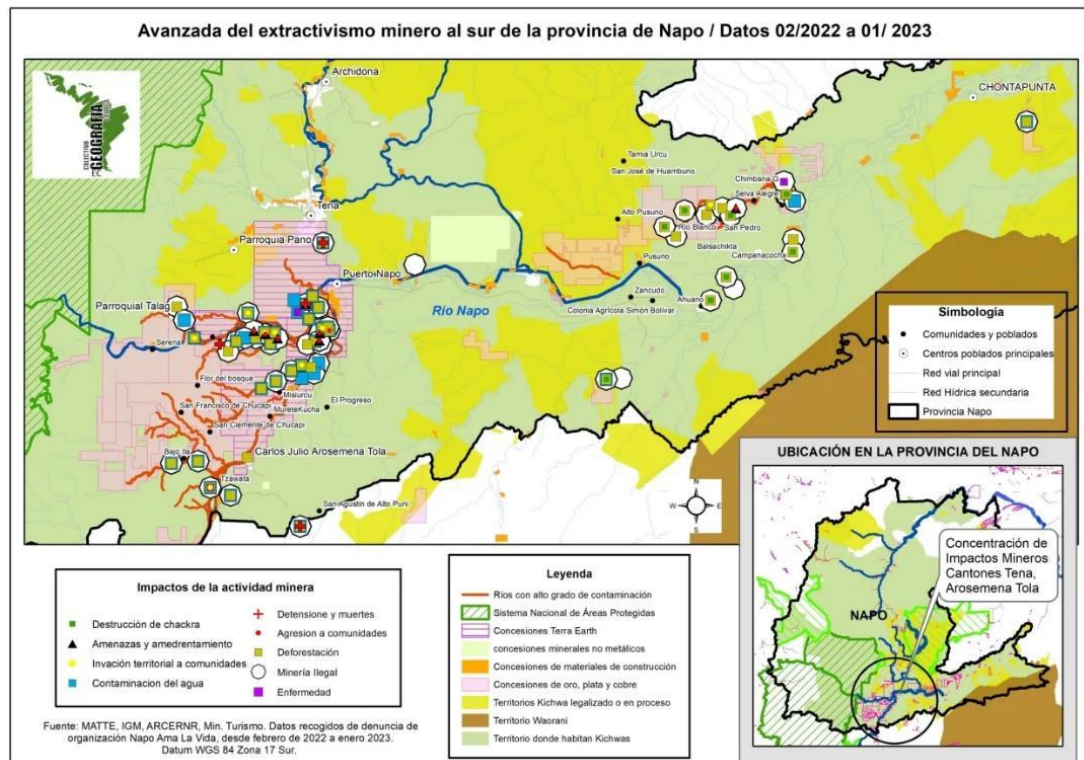
O garimpo ilegal promove três problemas principais em TIY segundo as lideranças: a) maior incidência de malária, os garimpeiros acabam se tornando um irradiador do patógeno; b) a contaminação da biota por metais pesados; e c) o perfil hostil e violento faz com que os garimpeiros tenham um tipo de territorialidade que dificulta o acesso, contato e interação entre as comunidades e os serviços ofertados pelo governo (Hutukara Associação Yanomami & Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2021).

Esse cenário de violência contra comunidades tradicionais se repete não só por diferentes terras indígenas espalhadas pelo Brasil, como também por diferentes regiões latino-americanas.

Sem grande estranhamento ou comoção popular, esse tipo de violência se repete, e é tida quase que como um “dato”, um aspecto natural, uma simples discordância de opiniões. No entanto, a reprodução desse fenômeno tem uma lógica espacial característica, as comunidades tradicionais por toda América Latina – lê-se Abya Yala – são atravessadas por esse tipo de projeto político-econômico-cultural, conforme indicam diversos autores, como Saquet (2019), Porto-Gonçalves (2012), Maldonado-Torres (2019), Aníbal Quijano (2005), Edgar Lander (2006) e tantos outros.

Vejamos, o exemplo do Equador em 2023:

Figura 1 - Avanzada del extractivismo minero al sur de la provincia de Napo / Datos 02/2022 a 01/2023 (janeiro, 2023)



Fonte: Coletivo de Geografia Crítica do Ecuador (2023).

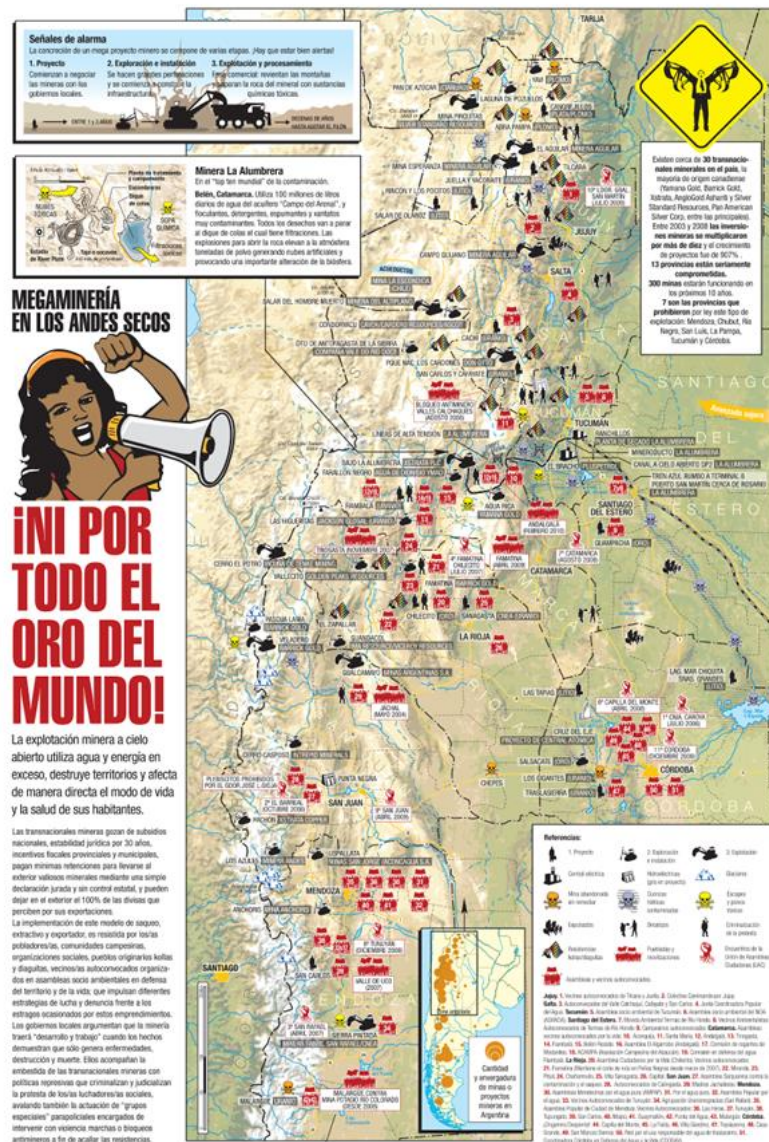
O documento se trata de:

un análisis del avance de la extracción minera de oro en la provincia de Napo y que ha sido denunciada por población campesina y Napo Runa de las comunidades, por población urbana y por colectivos sociales, testigos y habitantes de los territorios donde la minería se está desarrollando, así como por algunos medios de comunicación locales, nacionales, internacionales y comunitarios (Colectivo de Geografía Crítica de Ecuador, 2023¹¹).

Se compreendermos o garimpo como uma atividade de mineração, encontraremos também conflitos na Argentina:

¹¹ <https://geografiacriticaecuador.org/2020/05/18/geoportal-de-la-minka-cientifica-por-el-yasuni/>.

Figura 2 - Megaminería en Argentina, Iconoclastas, 2010



Fonte: Iconoclassistas (2010).

Essa representação gráfica de um contexto específico busca demonstrar os movimentos de resistência à mega mineração que se estabeleceu em toda a Argentina nas últimas décadas.

Los mapeos se realizaron en Jujuy y Córdoba, como parte de las actividades de la Unión de asambleas ciudadanas (UAC); y en Buenos Aires, Bariloche, Tucumán, El Dorado (Misiones) y en Ciudad del Este (Paraguay), a partir de la convocatoria del equipo de pedagogía popular Pañuelos en Rebeldía. También en mapeos que organizamos durante la «gira de la cosmovisión rebelde», años 2008-2009, con movimientos estudiantiles y culturales en Córdoba, Rosario, Resistencia, Mar del Plata, Olavarría, Tandil y San Andrés de Giles. En esos espacios no sólo se compartió saberes e información, sino

que también se fue corrigiendo lo sistematizado, fortaleciendo así el desarrollo de un trabajo en etapas (Iconoclasistas, 2010)¹².

Se ampliarmos a escala temporal de análise, perceberemos que a atividade mineradora foi uma das pioneiras e mais significativas atividades realizadas nas primeiras décadas de colonização, sempre sendo acompanhada da violência. Na segunda metade do século XVI, os futuramente conhecidos espanhóis estabeleceram um importante complexo de exploração de prata nas minas de Potosí, atual Bolívia, mediante a *mita*¹³, uma relação forçosa de assalariamento das comunidades originárias da região. Não menos importante que isso, durante o século XVIII, ressaltando que o ouro foi encontrado pelos europeus no Brasil somente no final do século XVII, alguns historiadores apontam que a coroa portuguesa tenha recebido mais de 850 mil quilogramas de ouro¹⁴.

A mineração é apenas uma amostra de como acontecem as relações entre colonizador e colônia, ou até, entre europeus e comunidades indígenas/tradicionais, mas ela evidencia a maneira pela qual a violência se tornou uma espécie de padrão que continua a ser (des)percebido atualmente. Por isso, poderiam ser utilizados também como exemplo os conflitos pela apropriação indevida de territórios, pelo modelo produtivo, pela escravização de seres humanos e precariedade nas relações de trabalho, pela desqualificação dos conhecimentos, pelas práticas e traços culturais, enfim.

Esses acontecimentos desvelam a existência de um traço comum, e, portanto, pode ser que haja uma lógica, sentido, dinâmica, sistema, que una em certa medida os territórios tradicionais por toda América Latina. A teoria social crítica, politicamente orientada e engajada, tem buscado incessantemente nos últimos anos oferecer novas ferramentas e reflexões para o aprimoramento de ideias e projetos relacionados a essa temática. É nesse contexto que emergem as contribuições decoloniais, buscando oferecer explicações tanto sobre esse suposto “quadro comum” quanto sobre as novas possibilidades de estratégia de ação.

Nossos apontamentos e reflexões se inserem nesse conjunto de elaborações e, portanto, partem dessa tentativa de deslocamento de perspectiva, centrando as

¹² www.iconoclassistas.net.

¹³ FAUSTO, 2000.

¹⁴ Ver <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58604613>.

reflexões a partir das comunidades tradicionais, mais especificamente aquelas que participam do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), um coletivo que se estende pelo litoral Norte do estado de São Paulo e pelo litoral Sul do estado do Rio de Janeiro. Tal deslocamento será estabelecido através do que Bratholl (2018) chamou de *investigação militante* e oferece em primeira instância uma reflexão teórico-política sobre as representações espaciais.

Por se tratar de uma proposta de tese que vincula uma reflexão teórica à realidade conflituosa mediante a construção de representações e a formulação de conhecimentos, tomaremos como recorte de análise a atuação do CARTONOMIA (Grupo de Pesquisa para o Fortalecimento da Autonomia Territorial com Cartografia Social – CNPQ/UFF) entre os anos de 2017 e 2019 realizada no litoral sul fluminense e extremo norte paulista, junto ao Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT). Ressalta-se que o trabalho apresentará uma análise mais aprofundada sobre a comunidade do Quilombo da Fazenda (Ubatuba, SP), pelo fato de ser a experiência mais consolidada do coletivo.

Compreendemos que a ideia de uma democratização dos conhecimentos, técnicas e ferramentas ligados a cartografia, seguida por um emprego das produções em contextos reais de luta e reivindicação, já aparecem na bibliografia desde o final do século passado, conforme pode ser verificado em Acselrad (2011; 2013) e Almeida (2013; 2018), por exemplo. Contudo, muito pouco se discute sobre como acontece esse movimento na prática, quais aspectos pertinentes, quais as potencialidades e limitações, quais as possíveis influências geográficas e culturais. São inúmeras as lacunas que podem ser tidas como aceitáveis, no sentido de que o interesse pela problemática é relativamente novo.

As representações espaciais, de forma geral, e os ativismos cartográficos mais especificamente serão os principais articuladores das contribuições aqui apresentadas. Para o desenvolvimento das discussões subsequentes é fundamental que se introduza, ainda que de forma sintética, as perspectivas e posicionamentos que conformam os pressupostos do nosso entendimento sobre o que são os ativismos cartográficos.

Renato Emerson dos Santos (2011) partiu das contribuições da cartografia crítica para formular o conceito, reconhecendo os mapas como importantes estruturas de controle e dominação da modernidade capitalista, assim como demonstram também Harley (2009) e Rodrigues (2006). Entretanto, é essencial perceber que muito mais

do que “apenas representações”, a estruturação dos mecanismos epistemológicos e coercitivos que sustentaram essa prática refletem a lógica colonial de desqualificação e violência, assim como alertam Fanon (2005), Cesaire (1978) e tantos outros.

Esse cenário criou, assim como apontado por Rocha (2015), um discurso “monocultural” na cartografia moderna ocidental, monopolizando todo o processo de produção e veiculação dos mapas que, foram empregados como importantes instrumentos de comunicação política e de controle social. No entanto, com o recente salto evolutivo de hardwares e softwares, que pode ser observado em Fitz (2009), Renato Emerson dos Santos (2011) indica que diferentes grupos se apropriaram e subverteram técnicas, ferramentas e conhecimentos ligados a cartografia, questionando e confrontando as representações oficiais vigentes.

Acseirad (2013) e Renato Emerson dos Santos (2012), muito influenciados pela aproximação entre as lutas populares e a Geografia, vão entender esse embate enquanto disputas cartográficas, sendo os mapas os principais “veículos” de estratégias, negociações e acordos, ao mesmo tempo em que são, em si, objeto de disputa, seja no processo produtivo, seja na validação, ou até mesmo na veiculação. Nesse momento as chamadas representações oficiais e institucionais começam a ser tensionadas, tanto por outras versões de representações, quanto pelos mecanismos e procedimentos utilizados para aquisição dos dados, pela validade e veracidade de certas informações.

É mediante esse tensionamento que emergem as contribuições de Renato Emerson dos Santos (2011) acerca dos *Ativismos cartográficos*. Para ele esse tensionamento acontece em 3 diferentes frentes: a primeira diz respeito ao emprego de novas/outras produções cartográficas como instrumento de reivindicação e luta populares em diferentes contextos, reconhecendo que são partícipes de jogos de poder que já perduram há séculos; a segunda frente de tensionamento pode ser entendida como o questionamento e rompimento com as convenções cartográficas, que resulta em um significativo alargamento nas possibilidades de representação do espaço; por fim, tem-se um deslocamento da hegemonia representacional mediante o entendimento da Cartografia como uma forma de saber-poder.

Santos (2011) entende, portanto, que os activismos cartográficos compõem uma diversidade de representações e experiências que configuram um campo múltiplo, complexo e dialógico, onde a reflexividade entre seus sujeitos estabelece e reestabelece, seus próprios procedimentos e normas, que também se encontram em

constante definição e negociação. A dinâmica desses elementos parte de um conjunto de distintos processos de diferentes campos, como o das lutas sociais, o da promoção de políticas públicas, o da disputa por modelos cartográficos, sociais e tecnológicos, além de todo o debate acerca das representações espaciais e das disputas e jogos de poder.

Nesse sentido, os ativismos cartográficos serão elaborados a partir de contextos reais de luta, reivindicações e reafirmações populares, onde apresentam uma ampla possibilidade de ressignificação e transformação de todo o processo de confecção das representações, que serão estrategicamente organizadas e politicamente orientadas. Esse novo “universo” de emprego das técnicas e conhecimentos cartográficos fortalecem a identidade e autonomia das comunidades, rompendo com as leituras oficiais e subsidiando leituras contextualizadas que partem dos sujeitos em situação de conflito. Dessa forma, essas produções serão sempre transitórias e parciais, considerando que estão em constante reavaliação mediante os desdobramentos e nuances enfrentados pelo grupo.

Entre os anos de 2017 e 2019, o CARTONOMIA buscou debater teórica e conceitualmente os ativismos cartográficos, e ao mesmo tempo, empregou tais reflexões na assessoria e apoio das lutas e disputas de algumas comunidades tradicionais da região de atuação do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT). Neste período foram também elaboradas as primeiras contribuições acadêmicas acerca do conceito, sistematizadas na dissertação de mestrado orientada pelo Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves e intitulada “*Ativismos Cartográficos em Abya Yala: o resgate dos mundos que nos foram negados*”.

Esta pesquisa buscou apresentar a riqueza e diversidade de diferentes ativismos cartográficos, elaborados por toda América Latina através das realidades e lutas de diferentes sujeitos e comunidades. Tal contribuição assume uma perspectiva decolonial e reconhece a dimensão ontológica do conflito territorial que assola as comunidades tradicionais do continente há mais de quinhentos anos. Com isso, destacamos a importância e relevância desses ativismos cartográficos, pois além de apresentarem uma nova dinâmica de produção e uso das técnicas, ferramentas e conhecimentos ligados a Cartografia, eles também expressam e registram essas outras versões de mundo que emergem do ceio das territorialidades desses povos e comunidades. Neste sentido, os ativismos cartográficos discutidos e apresentados na

tese indicam essa nova fronteira técnica e procedimental, mas também revelam a importância simbólica, epistemológica e ontológica dessas experiências.

Desse modo, o objetivo geral do trabalho é demonstrar como as representações espaciais, mais especificamente os ativismos cartográficos (Gouveia, 2021; Santos, R. E. 2011), podem ser compreendidos como práticas espaciais essenciais a territorialidade das comunidades tradicionais e fundamentais para suas estratégias de luta e resistência. Combinaremos as ideias de conflito ontológico (Escobar, 2016) e conhecimento fronteiriço (Mignolo, 2005; Santos, B. S. 2019) para discutir as representações espaciais em diferentes contextos e sociedades, operando a categoria de análise *evento*, sugerida por Milton Santos (1999), e as compreendendo como práticas espaciais (Corrêa, 1995; Moreira, 2007; Souza, 2013) sob a combinação dos métodos histórico e comparativo (Marconi; Lakatos, 2003; Spósito, 2017; Torres-Miranda, 2019)

Nesse sentido, os objetivos específicos, são: a) apresentar uma discussão sobre o entendimento das representações espaciais como práticas espaciais e sua relação direta com a cultura e com a produção de conhecimentos; b) elaborar uma contribuição acerca da história da Cartografia e a importância dos mapas na modernidade colonial; c) expor uma contribuição acerca das possibilidades representações espaciais e apresentar um aprofundamento das nossas interpretações sobre os ativismos cartográficos.

Nosso entendimento parte sobretudo das contribuições de Renato Emerson dos Santos (2003; 2011; 2019), que indica essa possibilidade de leitura espacial dos movimentos sociais a partir da Geografia, além de ressaltar a mobilização da Cartografia e dos mapas como instrumentos de luta e reivindicação política/social. Nesse sentido, os ativismos cartográficos serão compreendidos enquanto essa complexa contribuição que emerge do cerne das lutas sociais, a partir de leituras e raciocínios centrados no espaço.

Para Santos (2019, p. 16), “Barrar fluxos (ao ocupar uma via de circulação), mobilizar cargas simbólicas e históricas, acionar signos identitários, provocar atores relevantes em jogos de poder em escalas específicas são agenciamentos espaciais” que estão sendo ocasionados pela ação dos movimentos sociais e indicam a configuração das estratégias a partir de raciocínios e leituras espaciais da realidade.

Nesse sentido, o autor explica:

Aqui, estamos chamando tais mobilizações de ‘repertórios espaciais de ação’, conjunto de ferramentas, táticas, formas de atuar de movimentos, lutas sociais e sujeitos que tem a dimensão espacial (ou, a representação espacial) como elemento imanente. Os repertórios espaciais de ação nos indicam espacialidades da ação social, nos permitindo avançar para uma ‘geografia da ação’ e uma ‘geografia dos sujeitos’, como vimos propor Benno Werlen (Santos, R. E. 2019, p. 16).

Dessa forma, tomaremos os ativismos cartográficos a partir do reconhecimento desses repertórios espaciais de ação, considerando também todo o contexto e histórico da região em que estão territorializados os sujeitos, movimentos e comunidades que subsidiaram a elaboração dessa contribuição.

Compreendemos que os ataques as comunidades tradicionais devem ser considerados de forma ampla, pois não se trata apenas de atentados contra a integridade física de um grupo em si, são ataques às formas de viver, de entender o mundo, de ocupar o espaço. A suposta “rivalidade” entre garimpeiros e indígenas, por exemplo, não é só uma disputa por um espaço que contenha minério, é um embate ontológico, assim como indicam as contribuições de Escobar (2016).

Mignolo (2005), Maldonado-Torres (2019) e muitos outros defendem a ideia de que esse posicionamento além de teórico é, antes de tudo, político e funciona como uma possibilidade de atenuar a responsabilização que possa vir a ocorrer por conta das mais diversas práticas perversas que se desenvolveram ao longo das épocas da modernidade capitalista.

Partindo desse posicionamento, optamos por fundamentar nossa elaboração a partir das Epistemologias do Sul (Santos; Menezes, 2010), conjunto de contribuições teórico-políticas que se formulam a partir de sujeitos/atores marginalizados socialmente. Boaventura de Sousa Santos oferece um conjunto de obras que apontam para a necessidade urgente de reavaliação e reformulação das teorias críticas, para que assim possamos vislumbrar novos caminhos possíveis para essa sociedade globalizada. Boaventura sugere que a modernidade capitalista criou problemas que ela mesma não consegue solucionar, e que a resposta pode estar nos conhecimentos, práticas e técnicas, dos sujeitos subalternizados historicamente pelo modelo econômico e cultural vigente.

Dessa forma, as propostas de Santos (2019; 2020) indicam a importância dos pesquisadores e da ciência para a mudança deste cenário, pois ela mesma, a ciência, foi uma importante estrutura epistemológica que sustentou, e sustenta, o capitalismo desde seus primórdios até os dias atuais. Santos (2019) sugere então que

os pesquisadores se posicionem de forma a ampliar os espaços de troca e de debate junto desses sujeitos marginalizados historicamente. Nessa mesma linha, Mignolo (2005) discorre sobre a construção de um conhecimento “fronteiriço”, confeccionado no contato entre a universidade e esses sujeitos e seus territórios.

Esse conjunto de contribuições decoloniais, que cientificamente podem ser interpretadas como teórico metodológicas e também políticas, compreendem que o encontro das coroas católicas da península ibérica com os povos que viviam (e vivem) onde hoje é a América Latina, transformou a história da humanidade. Esse movimento de apropriação de territórios e recursos naturais por meio da colonização promoveu um novo tipo de padrão de poder, agora global, que de forma violenta invadiu e transformou não só os espaços, mas a vida, as percepções e os sentimentos de diversas populações ao redor do globo (Maldonado-Torres, 2019).

O sistema-mundo moderno-colonial se desenha desde o século XV e se perpetua até os dias atuais, pois, ainda que alguns territórios tenham se emancipado econômica e politicamente, as estruturas sociais, as instituições, as práticas e as narrativas continuaram reproduzindo a lógica vigente do período colonial. Mignolo (2005) chamou isso de legados coloniais, que seriam contradições criadas no passado e que resistem ao tempo.

O racismo, a violência, o preconceito de gênero e etário, por exemplo, são fenômenos presentes em toda a história da modernidade capitalista eurocentrada, e mais, eles não são meros figurantes nesse contexto, pelo contrário, ocupam o lugar central. A desqualificação do outro e a desumanização são peças fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo moderno, conforme indica Maldonado-Torres (2019).

Dessa forma, temos que este trabalho se desenha como uma contribuição teórico-política que emerge a partir da proposta de Epistemologias do Sul e que se fundamenta teórica e metodologicamente a partir da perspectiva decolonial. Essas são escolhas e posicionamentos do pesquisador são produtos de suas próprias experiências e interações. Neste sentido, cabe salientar que todo interesse da pesquisa decorre do contato direto com movimentos sociais organizados no litoral sudeste do Brasil, mais especificamente entre os municípios de Angra dos Reis, RJ, Paraty, RJ, e Ubatuba, SP.

Nessa região, existe um importante coletivo já mencionado anteriormente, Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), que agrupa movimentos comunitários em

um único sujeito político, fortalecendo suas pautas e estratégias de ação. Cabe enfatizar que na localidade estão presentes mais de sessenta comunidades tradicionais, divididas entre quilombolas, caiçaras, indígenas e pescadores artesanais. Os conflitos vivenciados pelas comunidades são complexos e diversificados, para além da especulação imobiliária causada pelas políticas de incentivo ao turismo, as comunidades enfrentam também um grande problema com as Unidades de Conservação (UC), além de alguns outros conflitos com atores privados. São pelo menos dezoito UCs que formam o chamado Mosaico-Bocaina, e que se sobrepõem entre si, e sobre os territórios tradicionais também.

Diante deste cenário conflituoso, entre os anos de 2017 e 2018, foi fundado o Grupo de Pesquisa para o Fortalecimento da Autonomia Territorial com Cartografia Social, o CARTONOMIA, alocado no Departamento de Geografia e Políticas Públicas (DGP), do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR), da Universidade Federal Fluminense (UFF) no campus de Angra dos Reis, RJ. O CARTONOMIA nasce para atender as demandas dessas populações e desde então vem refletindo sobre as questões relacionadas aos mapeamentos, conflitos por território, sempre ao lado das comunidades e do FCT.

O CARTONOMIA opta por compreender sua própria metodologia de trabalho a partir das contribuições de Bartholl (2018) e sua proposta de *investigação militante*. Para esse autor, é necessário que desenvolvamos uma espécie de Geografia em movimento, onde os pesquisadores se colocam como militantes junto dos sujeitos sociais, criando assim uma relação de construção coletiva do conhecimento. Ao passo que a comunidade existe, resiste, re-existe e luta, são geradas ideias, conhecimentos, técnicas altamente úteis e complexas que podem subsidiar a construção de trabalhos científicos situados e contextualizados. Contudo, para que não se torne uma relação de expropriação, o pesquisador deve posicionar-se como um militante, um sujeito político para além da universidade, que apoia e fortalece as pautas das comunidades.

Este trabalho, portanto, é fruto dessa relação e de toda essa riqueza de informações e conhecimentos, e se configura como uma investigação militante fundamentada pela contribuição decolonial e orientada pelo ímpeto das Epistemologias do Sul. Assim, esta pesquisa é uma experiência de tentativa de construção de conhecimento fronteiriço entre a universidade pública e comunidades tradicionais organizadas.

Nesse sentido, compreendemos esta tese como um “resultado” dessa orientação e desse posicionamento. Contudo, é importante destacar que os objetivos gerais e específicos do trabalho, o tema debatido, surgiu de demandas e da realidade vivida dos sujeitos envolvidos. O interesse de pesquisa emerge de uma motivação social, e não o contrário, fazendo com que essa produção seja, essencialmente, confeccionada na fronteira, pois usa os conteúdos produzidos na militância, organizados e sistematizados pelas técnicas e procedimentos científicos.

Os conflitos territoriais envolvendo comunidades tradicionais refletem em uma primeira aproximação duas noções distintas de “ocupação/habitação” do espaço, o que de certa forma torna o fenômeno muito mais denso. Autores como Saquet (2019) e Porto-Gonçalves (2012) demonstram que sob esta perspectiva se assume uma assimetria acentuada entre as formas de ver e entender o mundo, o que acaba contribuindo ainda mais com a dificuldade na resolução dos conflitos.

As estratégias e tentativas de entender e superar essa diferença dos modos de vida resultam em uma investigação sobre a espacialidade do fenômeno e seus desdobramentos. Um aspecto que sempre mereceu atenção do CARTONOMIA em meio a este contexto foi o das representações espaciais e mapas. Assim, o debate das representações sempre foi um fio condutor da atuação do CARTONOMIA, seja como grupo de pesquisa, seja como coletivo militante, que se conecta a outras dimensões, como a política e a acadêmica, e alcança a complexidade dos conflitos territoriais.

Essa análise da atuação do CARTONOMIA será acompanhada por um processo de revisão bibliográfica relacionada ao debate de construção de conhecimentos fronteiriços e por uma aproximação dos ativismos cartográficos produzidos a outras produções da mesma natureza espalhadas por toda América Latina. Entendemos que nossa contribuição possa servir para outros pesquisadores e comunidades que enfrentam realidades semelhantes por toda Abya Yala, e ao mesmo tempo, oferece também um resultado prático para a universidade pública e para os movimentos locais.

Trabalhamos com a hipótese de que historicamente os conflitos territoriais envolvendo as comunidades tradicionais sempre foram representados e pensados a partir de mapas elaborados exclusivamente pela linguagem cartográfica moderna. E assim como demonstrado em outros momentos, compreendemos que a linguagem cartográfica, para além de toda significativa contribuição técnica e científica, serviu ao

exercício do poder colonial, que foi base do capitalismo moderno. Cabe ressaltar, portanto, que até as décadas finais do século XX apenas um “lado” do conflito detinha as condições materiais e imateriais para a confecção dessas representações – lê-se mapas, o que impossibilitava assim o “outro lado” de representar suas aspirações, desejos e vontades¹⁶.

Defendemos a tese de que os ativismos cartográficos mudam a dinâmica do conflito vivenciado pelas comunidades tradicionais, pois disputam ativamente diferentes narrativas, entre diferentes escalas e contextos, operando como uma nova possibilidade de uso estratégico dos conhecimentos da própria comunidade e de re-existência da territorialidade do grupo. Neste sentido, compreendemos que o acesso das comunidades aos dispositivos, equipamentos e ferramentas, que possibilitam a confecção de mapas, alteram significativamente a dinâmica dos conflitos, pois agora as comunidades são capazes de produzir suas próprias versões do território/territorialidade e participar mais ativamente do processo de negociação envolvendo seus territórios.

A restrição antes imposta deslocavam esses sujeitos para um “lugar” onde apenas “apreciavam” as representações de projetos e propostas diretamente relacionados aos seus territórios, que vinham necessariamente “de cima”. Assim, em meio a esse contexto de ampla variedade de informações e de democratização das tecnologias e conhecimentos, qualquer comunidade se torna um potencial agente produtor de infinitas representações de territórios, anseios e projetos, mas não só isso, elas inscrevem também essas produções e versões em espaços de disputa política.

Cabe ressaltar, no entanto, uma percepção importante obtida a partir da convivência com o FCT, que indica que esse movimento de apropriação não acontece de maneira imediata. O que pudemos observar mediante essas experiências anteriores é que o processo de apropriação não acontece de forma instantânea e rápida, é como se dependesse de algum sujeito, grupo, oficina ou conteúdo que orientasse essa trajetória de apropriação. Aqui entendemos que essa “orientação” na verdade pode ser uma construção coletiva e horizontal, que acontece mediante a ideia de conhecimento fronteiriço, ou seja, conhecimento gerado a partir da interação entre duas epistemes distintas, a científica e a tradicional. Assim, essa contribuição é

¹⁶ Ver Acselrad (2013), Santos (2011).

também uma evidência de como acontece esse movimento de apropriação na prática e de como ele gera resultados importantes para ambos.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos: *A ciência como ferramenta e possibilidade*, *Geografia*, *Decolonialidade e Comunidades Tradicionais*, *Representações espaciais*, *construção do conhecimento e a territorialização das significações humanas*, e, por fim, *Ativismos cartográficos: vida, luta e as representações espaciais estrategicamente orientadas*.

O capítulo introdutório delimita os recortes da pesquisa, apresentando de início o problema e a justificativa do trabalho, em seguida expõe o fundamento teórico político da ideia de investigação militante proposta por Bartholl (2018), e se encerra com um detalhamento do roteiro teórico-metodológico da pesquisa.

O capítulo seguinte se inicia discutindo a existência de duas geografias, uma mais vinculada a prática humana, enquanto a outra fica estabelecida pelos procedimentos científicos. Nesse sentido é exposta uma reflexão acerca da lógica espacial presente no movimento de constituição do sistema-mundo moderno-colonial, seguida por uma breve reconstituição do surgimento das contribuições decoloniais e seus principais contornos, para, assim, definirmos ao final os conceitos de território e territorialidade sob esta perspectiva teórico-metodológica e política.

O penúltimo capítulo apresenta uma discussão sobre a historicidade das representações espaciais e sua íntima relação com a produção de conhecimentos. Aqui, estão sistematizadas algumas reflexões que buscam subsidiar a diferenciação clara entre as representações espaciais e os mapas. Nesse capítulo também será apresentada uma tentativa, eternamente inacabada, de tipificação das possibilidades de representações espaciais, com finalidade didática, mas que a nosso ver contribui com o entendimento das indicações teórico-filosóficas aqui expostas.

O último capítulo trata de discutir e analisar os activismos cartográficos a partir das experiências vivenciadas pelo CARTONOMIA junto ao FCT, acompanhada por uma contribuição mais estruturada acerca desse conceito, para fundamentar o que estamos chamando de *ativismos cartográficos de posicionamento*. No mesmo sentido, expomos também a nossa ideia de experiências cartográficas, que parte da Geografia e da Cartografia Social, e basicamente engloba esse conjunto de atividades, práticas, reflexões, ações, enfim, que subsidiam a produção dos activismos cartográficos.

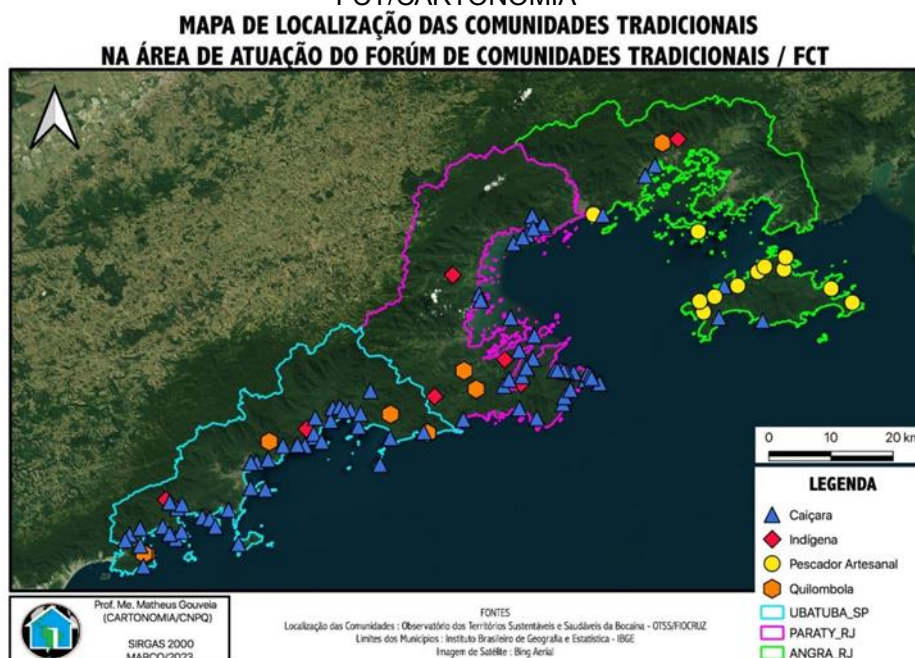
Dessa forma, esta tese se desenha de modo a tentar evidenciar para os leitores esses dois principais sentidos do trabalho, o da contribuição acadêmica sobre o tema dos mapas, representações espaciais e ativismos cartográficos, e o do conteúdo político acompanhado pelo empenho das produções nas arenas sociais de disputa e reivindicação a partir do “lado” das comunidades tradicionais organizadas. Compreendemos que esses sentidos simplesmente não existam isoladamente, não há, assim, a possibilidade de que se tome o trabalho exclusivamente como uma contribuição teórica, acadêmica, formal, pois todo o conteúdo aqui expresso provém da inscrição dessas reflexões nos embates sociais vivenciados pelos movimentos sociais.

2 A CIÊNCIA COMO FERRAMENTA E POSSIBILIDADE: O CONFLITO QUE ENSINA OS ESPECIALISTAS E FORTALECE AS COMUNIDADES NO LITORAL SUDESTE BRASILEIRO

Este capítulo tem como intuito localizar e contextualizar as proposições indicadas na introdução. Para isso, partiremos de um posicionamento inicial que considera tanto o problema quanto a justificativa da pesquisa de maneira mais ampliada, no sentido de alcançarem a dimensão política e ontológica dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, retomam-se aspectos que remontam a milhares de anos para reforçar a presença tradicional na região, que é plural, diversa e riquíssima. Com isso tentamos orientar o trabalho a essa especificidade, buscando mobilizar o conjunto adequado de recursos teórico-metodológicos para sua execução.

Considerando a influência decisiva das lideranças e dos militantes do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) para a criação do CARTONOMIA, tomaremos como recorte espacial de análise sua área de atuação.

Figura 3 - Mapa de Localização das comunidades tradicionais na área de atuação do FCT/CARTONOMIA



Fonte: Elaboração própria (2023).

A região de atuação desse conjunto, CARTONOMIA, OTSS e FCT, conta com mais de 60 comunidades tradicionais, divididas entre caiçaras (maior número),

indígenas, pescadores artesanais e quilombolas, distribuídas entre os municípios de Ubatuba, SP, Paraty, RJ, Angra dos Reis, RJ¹⁷.

Em outro momento, já demonstramos que existem evidências arqueológicas na região que comprovam o assentamento de um grupo pescador, conhecido cientificamente como amoladores-polidores fixos, datados em cerca de quatro mil anos antes do presente. Esse grupamento ocupava parte da costa que se estendia do litoral fluminense até o litoral catarinense (Gouveia, 2021; Tenório, 2006).

Nesse sentido, é possível perceber na própria paisagem elementos que atestam essa presença milenar na região, como é o caso do sambaqui na Ilha Grande, conhecido como “ilhote do Leste”, e que pode ser observado na imagem a seguir¹⁸.

Figura 4 - Ilhote do Leste Ilha Grande, RJ



Fonte: O Globo (s.d.).

Por se tratar de um debate decolonial, ressaltamos a importância dessa informação, na medida em que a história da formação tanto espacial quanto social dessa localidade é muito mais ampla do que o recorte moderno que se inicia no século XVI. Assim sendo, podemos afirmar com segurança que existem evidências suficientes que comprovam a existência dessas populações há pelo menos 3 ou 4

¹⁷ Cabe ressaltar que o FCT tem ampliado sua área de influência, sobretudo no litoral norte paulista.

¹⁸ Ver ESTANEK, Angélica. Trabalho e convívio no paraíso insular: paleopatologia dos remanescentes ósseos de Ilhote do Leste, Rio de Janeiro. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

milênios na região. Compreendemos, então, que se tratam de grupamentos humanos ancestrais, longínquos, duradouros, que sobreviveram e se adaptaram a diferentes alterações com o passar do tempo. Contudo, se observarmos os últimos cinco ou seis séculos, veremos uma diminuição acentuada desses povos, sobretudo motivada pelas relações de trabalho exploratórias, pela desarticulação das formas de vida e até mesmo pela prática genocida, fazendo com que a existência dessas comunidades se torne uma luta constante, um processo de re-existência¹⁹ (Gouveia, 2021).

A modernidade capitalista eurocentrada transforma substancialmente a história não só dessa localidade, mas da humanidade como um todo²⁰. Veremos mais à frente a necessidade de se pensar os legados que perduram mesmo com o fim do colonialismo econômico e político, não só como uma abstração intelectual, mas como um problema prático de primeira ordem.

Há pelo menos cinco séculos a lógica de apropriação e uso do espaço no capitalismo tensiona o modo de vida tradicional dessas comunidades²¹. Nos últimos anos, esse conflito histórico tem se traduzido em novas formas de controle e ordenamento por parte do Estado, o que pode ser percebido através da criação do Mosaico-Bocaina em 2006, por exemplo. Esse mosaico é estabelecido mediante a Portaria de Reconhecimento nº 349, publicada em 11 de dezembro de 2006, e que cria um conjunto de Unidades de Conservação (UC) que irão “gerir” e “controlar” recortes territoriais onde estão contidas várias comunidades tradicionais da região.

¹⁹ Ver Hurtado e Porto-Gonçalves (2022).

²⁰ QUIJANO (2005).

²¹ ESCOBAR (2016).

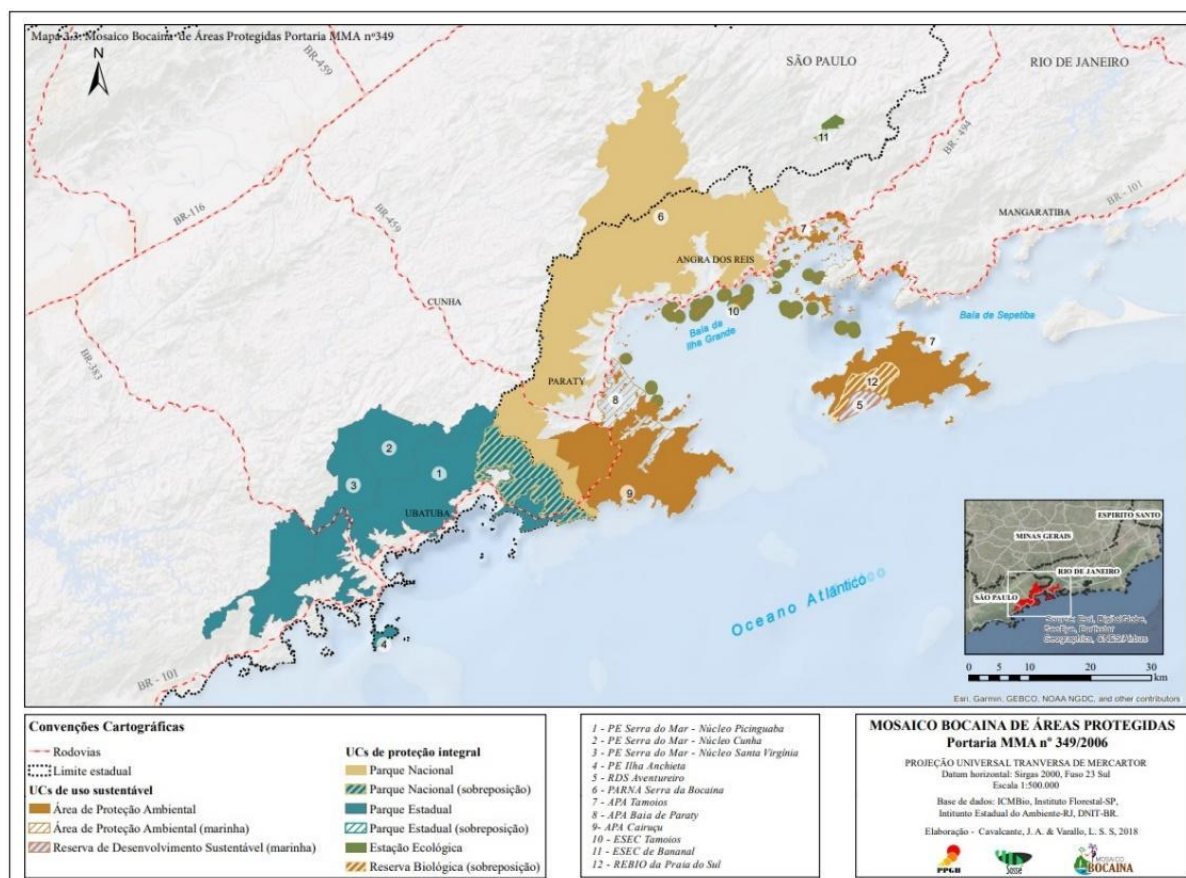
Quadro 1 - Relação de Unidades de Conservação do Mosaico-Bocaina (2006)

Área Protegida	Área (ha)	Ano criação	Uso ²²	Escala de gestão	Órgão gestor	UF	Municípios	Territórios sobrepostos
PESM - Núcleo Picinguaba	47500	1979	PI	Estadual	Fundação Florestal	SP	Ubatuba	4
PESM - Núcleo Santa Virginia	17500	1989	PI	Estadual	Fundação Florestal	SP	São Luis do Paraitinga; Natividade da Serra; Cunha; Ubatuba; Caraguatatuba	0
PESM - Núcleo Cunha	13300	1977	PI	Estadual	Fundação Florestal	SP	Cunha; Ubatuba	0
Parque Estadual Ilha Anchieta	828	1977	PI	Estadual	Fundação Florestal	SP	Ubatuba	0
Parque Estadual Cunhambebe	38000	2008	PI	Estadual	INEA	RJ	Angra dos Reis; Mangaratiba; Rio Claro e Itaguaí	1
Parque Estadual da Ilha Grande	12052	1971	PI	Estadual	INEA	RJ	Angra dos Reis	3
RDS do Aventureiro	1550	2014	US	Estadual	INEA	RJ	Angra dos Reis	0
PARNA da Serra da Bocaina (PNSB)	104000	1972	PI	Federal	ICMBio	SP e RJ	Ubatuba; Cunha; São José do Barreiro; Areias; Angra dos Reis e Paraty	4
APA Mangaratiba	25239	1987	US	Estadual	INEA	RJ	Mangaratiba	1
APA Silveiras	42700	1984	US	Estadual	Fundação Florestal	SP	Silveiras	0
APA de Tamoios	20600	1982	US	Estadual	INEA	RJ	Angra dos Reis	2
APA Baía de Paraty	5642	1984	US	Municipal	SEDUMA	RJ	Paraty	0
APA Cairuçu	34670	1983	US	Federal	ICMBio	RJ	Paraty	4
APA Marinha do Litoral Norte (APAMLN)	316240	2008	US	Estadual	Fundação Florestal	SP	Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião	0
ESEC de Tamoios	9361	1990	PI	Federal	ICMBio	RJ	Angra dos Reis e Paraty	0
ESEC Bananal	884	1987	PI	Estadual	Fundação Florestal	SP	Bananal	0
REBIO da Praia do Sul	3502	1981	PI	Estadual	INEA	RJ	Angra dos Reis	2
Reserva Ecológica da Juatinga (REEJ)	9960	1992	PI	Estadual	INEA	RJ	Paraty	1

Fonte: Cavalcante (2018).

Assim como podemos observar no quadro acima, existe uma grande variedade de UCs que foram sendo criadas desde 1971 até a formalização do mosaico em 2006, totalizando 18 (sendo 11 de uso indireto e 7 de uso direto). Para além das variações de responsabilidade dos entes federativos, esse mosaico cria uma série de sobreposições entre si e, mais, sobrepõem também os territórios tradicionais da região.

Figura 5 - Mapa do Mosaico-Bocaina (2006)



Fonte: Cavalcante (2018).

Esse conjunto de UCs pode ser interpretado de forma bem simplista como uma maneira encontrada pelo Estado para gerir uma determinada parcela do espaço sob critérios “diferenciados”²². Em resumo, o Mosaico-Bocaina expressa em forma de regulação jurídica territorial a maneira como o Estado entende e planeja o uso daquela porção do espaço. A grande questão é que sobrepostos a essas decisões e entendimentos estão os mais de 60 territórios tradicionais da região, que possuem suas próprias formas de ocupar e produzir o espaço. Cabe ressaltar então, que estas sobreposições são compostas por uma assimetria nas formas de entendimento e ocupação espaciais. Essa premissa é fundamental para o desenvolvimento da tese, pois é aqui que oferecemos uma das principais chaves para se entender nossa interpretação do fenômeno.

A compreensão de que os conflitos vivenciados por essas comunidades são essencialmente territoriais e, portanto, são também espaciais ou geográficos, nos

²² Ver DIEGUES; NOGARA (1999).

permite problematizar uma dimensão ontológica que é anterior a estas constatações. Além disso, elas refletem formas distintas de se entender a ocupação do espaço, o valor simbólico implicado, o conjunto de significados e ideias que fundamentam todo o entendimento sobre a vida, assim como indicado por Escobar (2016).

Para além desse conflito jurídico-territorial, as comunidades convivem também desde o século XVI com a apropriação indevida, ilegal e violenta de seus territórios, e mais recentemente convivem com a especulação imobiliária promovida pelos projetos destinados ao turismo na região, e com o mercado naval e petrolífero, que têm complexificado ainda mais essas relações conflituosas (Diegues; Nogara, 1999). Neste sentido, as comunidades fazem de seus territórios espaços de resistência e re-existência, assim como aponta o Porto-Gonçalves (2022), ante todo esse conjunto de atores e práticas que ameaçam constantemente a vida e a cultura destes povos.

Ressaltamos, no entanto, que este é um quadro geral dos conflitos, obviamente se analisarmos mais profundamente cada comunidade perceberemos que existem conflitos de outras ordens que compõem suas realidades. Optamos aqui por “simplificar” o contexto conflitivo, no sentido de tentar identificar aspectos comuns a todas as comunidades e ressaltá-los, fazendo com que tenhamos que oferecer uma espécie de “panorama” para compreender também a atuação dos movimentos sociais, FCT e OTSS.

Dessa forma, o cenário que temos se resume em um contexto com uma alta concentração e diversidade de comunidades tradicionais que se organizaram politicamente e resistem a diferentes tipos de opressão, sendo os três principais no nosso ponto de vista: a) o conflito promovido pelas restrições e controle impostos pelas UCs; b) a constante tentativa de apropriação indevida de seus territórios por diferentes atores/sujeitos; c) a especulação imobiliária desencadeada pelas políticas de incentivo ao turismo. Destacamos que esse quadro é também observado em outras localidades do litoral sudeste, Diegues e Nogara (1999) exploram esse contexto na obra *O nosso lugar virou parque: um estudo sócio-ambiental do Saco do Mamangá - Paraty (RJ)* (1999).

Assim, uma primeira parte do capítulo é dedicada justamente a explicitar e explicar esse posicionamento teórico-político, que é também metodológico, através da aplicação do que Bartholl (2018) chamou de Geografia em movimento. A proposta de investigação militante do autor, combinada as reflexões de Jaumont e Varela (2016),

sugerem uma horizontalização de diferentes epistemologias em torno de um objetivo/problema comum que orienta a construção de conhecimentos a partir da realidade dos sujeitos. Essa construção é mediada pelo posicionamento político e acadêmico dos pesquisadores que participam dos movimentos de luta e resistência dos comunitários buscando evitar a propagação e manutenção de hierarquias historicamente estabelecidas.

Nesse sentido, expõe-se na segunda parte do capítulo um roteiro teórico-metodológico detalhado, com o intuito de subsidiar o leitor na interpretação subsequente do trabalho. São, portanto, seções deste capítulo, *Investigação Militante: a ciência como ferramenta de luta* e *Roteiro Teórico-Metodológico*, que serão apresentados a seguir.

2.1 INVESTIGAÇÃO MILITANTE: A CIÊNCIA COMO FERRAMENTA DE LUTA

Considerando os jogos de poder que envolvem a produção, validação e propagação de alguns conhecimentos em detrimento da desqualificação de outras epistemologias, parte-se do pressuposto de que há uma disputa, muitas vezes assimétrica, que resulta não somente em um tipo de hierarquização social, como também em um tipo específico de hierarquização cognitiva. No movimento de consolidação da ciência moderna as outras matrizes epistemológicas não foram apenas ignoradas, elas foram sistematicamente desqualificadas e invalidadas, sendo que foram até mesmo apropriadas e assumidas como um “avanço” em certos contextos. Entretanto, à medida que se desenvolveu toda a estrutura acadêmica e científica pelo mundo moderno, diferentes grupos e sujeitos preservaram suas bases ontológicas e epistemológicas, fazendo com que tais concepções resistissem ao tempo e os diferentes tensionamentos da modernidade capitalista (Santos, B. S. 2019).

Boaventura de Sousa Santos (2019) enfatiza que talvez as respostas para os problemas atuais estejam justamente em meio a essas outras concepções, interpretações, entendimentos e explicações do mundo. Essa busca pelo conhecimento obtido no contato entre diferentes epistemes se apresenta como um importante caminho para ciência contemporânea e para a sociedade de um modo geral. É possível traçar algumas pontes e perceber que alguns autores já sugeriram algo neste sentido em décadas anteriores.

Orlando Fals Borda, importante sociólogo nascido na Colômbia, propunha uma metodologia de pesquisa localizada, pensada a partir do contexto latino-americano, e que superasse o distanciamento existente entre teoria e prática. Borda (1987), tomando a práxis como elo entre a busca por emancipação social e a produção do conhecimento, redefiniu de certo modo a centralidade das investigações científicas para o seio das comunidades. O autor então desenvolve uma metodologia que está totalmente vinculada ao contexto econômico, político, social, cultural, fazendo da práxis militante o centro difusor de outros conhecimentos. Borda (1987) chamou essa metodologia de *investigación acción-participativa* (Bringel; Maldonado, 2016).

Em síntese a proposta consiste em:

1. El esfuerzo de investigación-acción se dirigió a comprender la situación histórica y social de grupos obreros, campesinos e indígenas colombianos, sujetos al impacto de la expansión capitalista, es decir, al sector más explotado y atrasado de nuestra sociedad. 2. Este trabajo implicó adelantar experimentos muy preliminares, o sondeos, sobre cómo vincular la comprensión histórico-social y los estudios resultantes, a la práctica de organizaciones locales y nacionales conscientes (gremiales y/o políticas) dentro del contexto de la lucha de clases del país. 3. Tales experimentos o sondeos se realizaron en Colombia en cinco regiones rurales y costaneras, y en dos ciudades, con personas que incluían tanto profesionales o intelectuales comprometidos en esta línea de estudio-acción como cuadros del ámbito local, especialmente de gremios. 4. Desde su iniciación, el trabajo fue independiente de cualquier partido o grupo político, aunque durante el curso del mismo se realizaron diversas formas de contacto e intercambio con aquellos organismos políticos que compartían el interés por la metodología ensayada (Borda, 1987, p. 2).

Torna-se importante ressaltar aqui que o interesse imediato de Borda (1987), vê-se pelo texto, tem um evidente conteúdo político para além de teórico. Em resumo, a proposta trata de buscar diferentes métodos de apreensão da realidade e transformá-los em reflexões que subsidiem as alterações almejadas pelos grupos sociais. Neste sentido, a geração desse novo conhecimento só é possível a partir de “chaves” percebidas e entendidas mediante as estratégias e iniciativas de luta e reivindicação populares (Borda, 1987).

Bringel e Maldonado (2016), por exemplo, compreendem que para Borda as pesquisas necessariamente devem estar orientadas à transformação da realidade dos sujeitos dentro do modo capitalista de produção. Assim, Borda elaborou importantes contribuições para o debate acadêmico, para o pensamento crítico e para as novas possibilidades de reflexões sobre o contexto da América Latina.

Jaumont e Varella (2016), refletindo sobre o surgimento desse tipo de pesquisa engajada na transformação social por toda América Latina, expõem uma série de exemplos e sujeitos importantes para a chamada investigação militante.

Os autores enunciam uma série de casos resultantes dessa interação entre movimentos sociais e pesquisadores engajados na transformação da realidade. São mencionadas, a experiência de *La Rosca* na Colômbia, o trabalho das pastorais da igreja católica na década de 1980 no Brasil, os coletivos de pesquisa militante da Argentina, como o *Situaciones*, experiências de educação popular, tais como a ALFORJA, da Costa Rica, e a RED ALFORJA em demais países da América Central, processos de extensões críticas e populares que atuam ao lado de movimentos sociais contribuindo para importantes processos de transformação social, tais como a extensão crítica da UDELAR do Uruguai, e também o Polo de Extensão Popular do IELA no Brasil.

Os autores destacam:

“São, portanto, experiências diversas, com suas particularidades localizadas histórica e geograficamente, mas que apontam para convergências potentes que reaproximarem um mesmo horizonte político e teórico--metodológico” (Jaumont; Varella, 2016, p. 434).

Em meio a este cenário, assistimos a Geografia que, historicamente teve seu papel no controle e na opressão exercidos pelo modo capitalista de produção em diversos países, assim como demonstrado por Lacoste (2012) e tantos outros, se reformular e iniciar um movimento de aproximação com os movimentos sociais em várias partes do mundo. No contexto brasileiro, Pedon (2012) afirma que essa aproximação se fez mais presente nas contribuições dos autores, sobretudo a partir da década de 1990. Entretanto, já no final da década de 1970, houve transformações significativas na Geografia brasileira que subsidiaram a construção desse debate futuro.

Esse contato apontado por Pedon (2013) é explicado por Souza (2017, p. 468) a partir de dois principais aspectos: “[...] a) uma (re)valorização de práticas libertárias (autogestão, horizontalidades; [...] b) também uma decidida valorização da espacialidade”. Souza (2017) entende que esses conhecimentos contextualizados, localizados espacialmente, chegam para substituir a secular busca pelas leis gerais, pureza científica e os métodos positivistas. Neste sentido, o contato entre estas duas matrizes epistemológicas distintas inauguraram, dentro da Geografia brasileira nesse período, um processo de recriação, reinvenção e resgate de conhecimentos obtidos a

partir da territorialidade dos grupos marginalizados socialmente. Não menos importante é que esses conhecimentos podem não apenas subsidiar outros sujeitos e comunidades, como também incentivá-los a se reconhecerem como “produtores de conhecimento”.

Aqui é importante ressaltar que não consideramos que os sujeitos e grupos não possuam conhecimento, ou que já não sejam produtores de conhecimento. O que se quer dizer, é que neste contexto e abordagem, os militantes assumem o protagonismo da produção de conhecimentos utilizados no conflito vivenciado pela comunidade, e que serão veiculados para que outros contextos possam aprender com essa experiência.

Assim, Souza (2017, p. 478) enfatiza:

Acima de tudo, porém, os geógrafos de formação precisam conversar, interagir, cooperar com homens e mulheres concretos que, em suas resistências e insurgências, por seus protestos e suas aspirações, e em sua luta para se tornarem protagonistas, desenvolvem e experimentam práticas espaciais a propósito das quais há que se refletir, fazer balanços e construir cenários. Tais práticas - e os ‘territórios dissidentes’ onde amiúde são observadas - representam expressões de tentativas de instituição do novo, política, material e simbolicamente.

Compreendemos que as contribuições de Souza (2017) se alinham ao que sugere Boaventura de Sousa Santos (2019), e diversos outros pensadores importantes da atualidade, no que diz respeito à necessidade de uma “reformulação ou reinvenção” dos mecanismos de produção do conhecimento científico. Esses pesquisadores, em geral, acreditam que o pensamento libertário, emancipatório e militante pode oferecer alternativas e estratégias para superar as dificuldades e desigualdades criadas dentro do modo capitalista de produção e consumo. Um destaque para as reflexões de Souza (2017) reside na contribuição acerca da valorização espacial contida nesses processos de resistência e nos conhecimentos desenvolvidos a partir dessa dinâmica. Dessa forma, a existência de uma Geografia dos movimentos sociais, para Souza (2017), contribui tanto para a compreensão de processos socioespaciais quanto para a transformação da realidade em si.

Cabe ressaltar também que a associação desse pensamento geográfico com as ideias de transformação da realidade não é nova, ainda que tenha se manifestado de forma mais expressiva no Brasil recentemente. Já no início do século XIX renomados geógrafos anarquistas, como Piotr Kropotkin e Elisée Reclus,

propunham essa combinação entre práticas libertárias e a teoria (Souza, 2017). O autor enfatiza que:

[...] os geógrafos de formação precisam de uma base metateórica (filosófica) que lhes propicie uma leitura de mundo, da práxis e da própria pesquisa adequada a tarefa de valorizar as diferentes dimensões da realidade, sem hierarquizações apriorísticas ('economicismo' versus 'culturalismo', estrutura versus agentes, 'conhecimento teórico' versus 'conhecimento empírico', 'conhecimento teórico' versus ativismo...) e, também sem arrogância (seja cientificista, que leva a rejeitar um diálogo com o senso comum, o 'saber local' e os protagonistas das lutas concretas, seja aquela de, ao advogar a historização da visão sobre a natureza, incorrer no exagero de negligenciar o conhecimento dos processos geoecológicos). Uma base metateórica, ademais, que lhes permita valorizar o caráter epistemologicamente 'mestiço' de seu campo de saber, sem, contudo, resvalar para o sincretismo da Geografia clássica (Souza, 2017, p. 462).

Renato Emerson dos Santos (2003) oferece uma contribuição essencial para essa discussão, sobretudo por apresentar uma interpretação teórica e analítica ao mesmo tempo em que considera a expressão e relevância do fenômeno social, e consequentemente espacial, em si. Partindo de um debate pautado na luta racial o autor explora a espacialidade dos movimentos sociais e sugere uma divisão tripartite das tendências analíticas por ele observadas, sendo elas: a) geografia da organização dos movimentos sociais; b) geografia das lutas sociais; e c) geo-grafias dos movimentos sociais: proposições de categorias no debate Geografia & movimentos sociais.

Essa última tendência segundo o autor:

[...] se caracteriza por um duplo percurso analítico: (i) de um lado, surgem esforços para a proposição de categorias analíticas de leitura dos movimentos sociais a partir do arcabouço conceitual da Geografia contemporânea – tomando o espaço como objeto e enquanto base de método; (ii) de outro, também há esforços no sentido da proposição de movimento social mesmo enquanto categoria de pensamento na geografia, momento em que o movimento social deixa de ser objeto e passa a ser, ele mesmo, um instrumento analítico para o desvendamento de novas espacialidades e territorialidades, como portador de novas ordens espaciais latentes que, através de sua ação (que é, neste sentido, também uma categoria não apenas política ou sociológica mas também espacial, geográfica, e fortemente distinta da forma como está ciência tradicionalmente a tratava), se tornam patentes na espacialização da sociedade (Santos, R. E. 2003, p. 30).

Compreendemos que nossa contribuição se formule principalmente a partir dessa última tendência indicada por Santos (2003), considerando não só as reflexões

e discussões já elaboradas em Gouveia (2021), mas também a notada influência das ideias e contribuições de Carlos Walter Porto-Gonçalves.

Obviamente as contribuições que partem das outras tendências apresentadas também influenciaram e subsidiaram nosso trabalho, assim como todo o debate contemporâneo sobre a temática em certa medida. A primeira tendência reúne os trabalhos que descrevem as formas de organização dos movimentos sociais que em muito remetem e “seguem” os recortes político-administrativos do Estado, como é o caso de alguns trabalhos de Geógrafos sobre associação de moradores mobilizados, por exemplo. Essa tendência identifica, ainda que de forma inicial, a correspondência entre os recortes/ações espacializadas e a territorialidade/identidade dos sujeitos/grupos (Santos, R. E. 2003).

A segunda tendência, diferentemente da primeira, não se remete diretamente as formas de organização, mas sim as formas de expressão das contradições sociais no espaço. Partindo de um movimento de afirmação do espaço na teoria social, com evidente influência marxista, as contribuições se formulam mediante a noção anticapitalista das lutas e conflitos sociais. Esse conjunto de contribuições que posteriormente será entendida como um movimento de “Renovação da Geografia Brasileira”²³ apresenta subsídios fundamentais para uma série de temáticas desenvolvidas mais recentemente na Geografia.

Uma dessas contribuições é mencionada por Santos (2003), e se trata do artigo *A Geografia serve para desvendar máscaras sociais* (1982), escrito por Ruy Moreira, que no entendimento do autor organiza e explica a ideia de que o arranjo espacial, ele próprio, pode ser tomado como expressão e dimensão das relações sociais, além de também as refletirem. Dessa forma, Santos (2003, p. 47) entende que “Desvendar as máscaras sociais significa então desvelar os arranjos espaciais enquanto expressão ‘concreta’ das relações sociais de dominação, [...]”, obviamente respeitando a perspectiva marxista admitida pelo autor.

Outra contribuição fundamental no debate acerca dos movimentos sociais e a Geografia que surge no final do século XX é a de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Segundo Santos (2003), a contribuição de Ariovaldo se destaca não só pela grande qualidade, como também “[...] por terem sido fundamentais na construção e consolidação de um polo analítico para toda a Geografia Agrária, um polo que coloca

²³ Ver Santos (2003).

os movimentos sociais como chave para a compreensão do espaço agrário, [...]” (p.48). Dessa forma, a geografia das lutas sociais no campo será caracterizada a partir da distribuição espacial de uma série de indicadores vinculados aos movimentos sociais que serão expressão das contradições do capitalismo no espaço agrário brasileiro.

Santos (2003) enfatiza neste momento o surgimento da necessidade de articulação entre esses fenômenos/movimentos até então “isolados”, daí o destaque atribuído por Ariovaldo Umbelino ao Partido Comunista, e sua influência na organização, articulação e coordenação das lutas dos movimentos sociais no campo. Essa relação entre os partidos políticos e os movimentos sociais será discutida por Santos (2003, p. 53) a partir da contribuição de Marcelo Lopes de Souza, que “mostra como o ativismo de bairro, sendo uma forma de ativismo social, é fruto de uma experiência espacial das expressões e contradições da estrutura social”.

Esses pequenos fragmentos mobilizados por Renato Emerson dos Santos (2003) compõem um conjunto de reflexões que subsidiarão a construção de um *cabedal conceitual* que vincula os movimentos sociais a Geografia, e que conformam a terceira tendência.

Todavia, o autor enfatiza:

Na verdade, isto já aparecia nas tendências que acabamos de apresentar, mas, um dado novo se apresenta: o esforço de construção de categorias emergindo da análise dos movimentos sociais. Isto se diferencia dos esforços analíticos anteriores, em que as teorizações se davam a partir da dimensão espacial das relações sociais e dos conflitos sociais, e os movimentos sociais eram ou o objeto da análise ou o motivador das análises onde as categorias eram ‘aplicadas’. Agora, as teorizações e as categorias derivam precisamente dos movimentos sociais, construindo então instrumentos heurísticos espaciais voltados para a análise dos movimentos, ou com a própria proposição dos movimentos sociais enquanto uma categoria geográfica/espacial (Santos, R.E. 2003, p. 56).

No entendimento do autor dois geógrafos brasileiros se destacam pelas contribuições nessa tendência, são eles Carlos Walter Porto-Gonçalves e Bernardo Mançano Fernandes. As elaborações destes pensadores têm subsidiado todo um conjunto de discussões e iniciativas que se realizam e projetam através da Geografia acadêmica/universitária em aproximação com diferentes sujeitos e movimentos sociais.

Bernardo Mançano Fernandes coordena desde o final dos anos 1990 o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e construiu boa

parte de sua contribuição a partir da interação e análise das ações mobilizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) nas últimas décadas. Além de evidentes contribuições teóricas, Santos (2003) ressalta a idealização e construção do *DataLuta*, que sistematiza e localiza espacial e temporalmente diferentes dados relativos aos conflitos e condições/situações encontradas no campo brasileiro.

Para Santos (2003), é possível destacar quatro movimentos analíticos resultantes da contribuição de Bernardo Maçando Fernandes, e que são fundamentais para as discussões que se estabelecem entre Geografia e movimentos sociais. São elas:

- (i) O binômio Espacialização/Territorialização, dois processos/ações geográficos estruturantes da análise espacial dos movimentos de luta pela terra; (ii) a ideia de movimentos socioterritoriais, que são apontados como aqueles que têm o 'espaço como trunfo'; (iii) sua observação, no âmbito destes movimentos, da socialização política como uma experiência espacial – que afirma a experiência da política enquanto uma experiência sócio-espacial; e (iv) sua análise de práticas e estratégias espaciais por parte dos movimentos, que condiciona diferentes experiências (espaciais) do fazer da política (Santos, R. E. 2003 p. 58).

Neste sentido, no entendimento de Santos (2003), as contribuições de Bernardo Maçano Fernandes consideram essa territorialização e espacialização das lutas no campo como práticas espaciais e como processos ao mesmo tempo, emergindo enquanto fatos espaciais, que criam e recriam as experiências de luta. Não menos importante, é a notável concepção do movimento que transforma o espaço em trunfo na medida em que se constitui como território, ou seja, enquanto esse substrato de criação e recriação das experiências de reivindicação, resistência e combatividade.

Outro pensador destacado por Santos (2003) como fundamental na construção e desenvolvimento de categorias de análise dos movimentos sociais a partir da Geografia, diga-se, localizada e contextualizada histórica e espacialmente, é Carlos Walter Porto Gonçalves. Considerado por muitos um marco nesse movimento de renovação crítica da Geografia, que se desenhou no final do século passado, o texto *A geografia está em crise. Viva a geografia!*, publicado no Boletim Paulista de Geografia em 1978, já evidencia a antiga contribuição do autor.

Reconhecidamente ativo na militância política, a destacar sua convivência com o líder ambientalista Chico Mendes e com as pautas/reivindicações de comunidades tradicionais por toda América Latina, Porto-Gonçalves oferece uma importante reflexão acerca de uma formulação de espaço que é marcada pela impossibilidade de

dissociação analítica entre a natureza e a ideia que construímos dela, a materialidade da configuração espacial e também os aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais, enfim.

Santos (2003) destaca uma contribuição fundamental de Porto-Gonçalves, que foi proposta a partir de sua tese de doutoramento, quando discutiu os conflitos e territorialidades de seringueiros e seringalistas na Amazônia. Porto-Gonçalves concluiu que se tratava de formas distintas de se relacionar com a natureza e entender o “espaço”, uma diferença de epistemes, de *topoi*, Santos (2003, p. 60) analisa essa contribuição de forma mais aproximada:

Sendo a clivagem social (que funda as lutas/conflitos sociais) ela mesma, um fato inescapavelmente espacial, as lutas/conflitos são também espaciais – conflitos de territorialidades. O movimento social será, portanto, também um fato espacial. É assim que a concepção de geograficidade do social, esforço central na proposta de Porto Gonçalves, aparece na análise dos movimentos sociais a partir da própria significação do que é um movimento. O autor busca na física a ideia de que o movimento é a mudança de posição – no caso dos movimentos sociais, mudança de posição social e posição geográfica, visto que a posição social compreende estruturas de relações sociais que se são no (e, grafando o) espaço, constituindo uma ‘ordem espacial hegemônica’. Os movimentos são então cruciais no debate sobre a geograficidade do social por serem portadores de potenciais novas relações (espaço-)sociais, relações sociais que ao serem baseadas na não verticalização, na democracia na autonomia, abalam pilares instituintes das geografias do mundo contemporâneo. Esta possibilidade de construção do ‘novo’ pelo movimentos é exatamente o cerne de sua ‘natureza sócio-geográfica’ (Santos, R. E. 2003, p. 60).

Seguindo essa mesma linha de atuação do geógrafo, que transita entre o engajamento político e produção acadêmica, Bartholl (2018) nos propõe a estruturação de uma Geografia em movimento. Sintetizando ao máximo essa proposta, pode-se considerar que o autor entende que o diálogo entre diferentes sujeitos e saberes, localizados espacial e politicamente, possuem um enorme potencial, seja libertário e emancipatório, seja teórico metodológico. Ressalta-se, no entanto, que a proposta de Bartholl (2018), assim como boa parte da teoria progressista, não busca o deslocamento dessa centralidade hegemônica na produção do conhecimento para outro “lugar”, e sim alterar a dinâmica que cria essa hierarquização.

Partindo da ecologia de saberes, a proposta de Bartholl (2018) busca problematizar e refletir profundamente sobre a geração dos saberes, discutindo não apenas a produção do conhecimento, mas também as práticas e dinâmicas que

proporcionaram as condições materiais e imateriais para que seja possível sintetizá-las e organizá-las. Dessa forma, a proposta consiste em criar ou buscar espaços de interação entre a prática militante e o saber científico, assim como sugerido por Walter Mignolo (2005) e Boaventura de Sousa Santos (2019) com a noção de conhecimento fronteiriço.

Diante desse desafio, o autor provoca:

Como enfrentar a relação altamente desigual entre saberes resultantes deste processo se optamos por envolver-nos no nosso fazer com uma das instituições-chave na construção e (re)afirmação da legitimidade do saber dominante? Como partir de um envolvimento com a academia e mesmo assim se propor a um diálogo não hierárquico de saberes? (Bartholl, 2018, p. 116).

A resposta para Bartholl (2018, p. 116) reside em um “movimento epistêmico duplo”, que depende de uma desconstrução da relevância e da autoridade atribuídas aos conhecimentos obtidos por intermédio da lógica formal da ciência moderna. Assim, o autor sugere uma “opção existencial” (2018, p. 121), em que o pesquisador se coloque ao lado dos sujeitos de modo horizontal. Isso incide diretamente sobre a geopolítica do conhecimento²⁴ e sobre a dimensão histórico-geográfica. Neste sentido, é necessária uma autocrítica por parte do pesquisador, em que se reavalie, por exemplo, a relação sujeito-objeto e como pensar em um outro caminho entre a prática, a teoria e até mesmo a ideologia.

O segundo movimento, subsidiado pelo primeiro, diz respeito a uma “des-reconstrução” (Bartholl, 2018, p. 124), que possa incidir diretamente sobre as possibilidades de diálogo entre os diferentes saberes, além de permitir que outras matrizes epistemológicas sejam consideradas “equivalentes” a epistemologia científica moderna.

Poderíamos dizer que uma pergunta para a proposta de um diálogo de saberes é se é possível levar saberes da zona-do-ser ao encontro de saberes da zona-do-não-ser sem que haja uma reprodução de relações coloniais, e se e caso sim, como os saberes e fazeres da zona-do-não-ser poderiam fortalecer-se com esse diálogo. Parto, nisso, do pressuposto de que saberes da zona-do-ser (as universidades, centros de pesquisa, os espaços culturais das classes médias e altas etc.), que tratam das zonas-do-não-ser (espaços populares, territórios periféricos como favelas, quilombos, territórios indígenas ou camponeses), são saberes-sobre que ao ir de encontro com a realidade de vida e luta nas zonas-do-não-ser, acabam revelando-se ‘não-saberes’ (Bartholl, 2018, p. 125-126).

²⁴ Ver Mignolo (2020).

É importante que se destaque aqui que esse processo de “des-reconstrução” implica em superar ideias como “dar voz”, “levar soluções”, “ajudar a entender quem são”, enfim, entendimentos que são comuns dentro do meio acadêmico. Isso pode ser considerado como um reflexo da hierarquização epistêmica, que acaba descompassando toda a interação entre esses diferentes saberes, pois, assim como a comunidade científica “rejeita a validade” das formas de saber das comunidades, em alguns casos, em outros espaços e situações, são as comunidades que podem criticar a postura e “dinâmica” do conhecimento do pesquisador. É necessário, então, que de imediato se “equalize” esse ambiente de discussão de ideias, no sentido de reconhecer e respeitar não apenas as habilidades, como a trajetória e crenças uns dos outros (Barthol, 2018).

Bartholl (2018, p. 80-81) sintetiza sua proposta como:

Uma geografia em movimento(s) depende e constitui-se através de processos coletivos em meio a territorializações e territórios de resistência. Nisso ganha importância o dia a dia de convivência e militância, o que leva a uma metodologia que poderíamos chamar de ‘leitura do vivido’ contínua e intensa, um vivido construído coletivamente. ‘Resultados’ e possíveis intervenções de uma investigação militante dão-se, antes, neste dia a dia e nestes processos vividos, e não necessariamente em textos e artigos publicados. Estes são importantes para compartilhar as nossas experiências, mas em nada substituem a troca pessoal e a interação entre os sujeitos que protagonizam um processo de resistência do qual participamos como participantes observadores.

Cabe ressaltar, entretanto, que é essencial reconhecer a importância e a relevância social dos conhecimentos científicos. As críticas aqui endereçadas à ciência moderna tão somente configuraram uma análise que parte do interior da própria ciência. As sugestões e proposições convergem para a transformação da realidade e a ampliação das possibilidades teórico-metodológicas e políticas da ciência, e não sua extinção.

Bartholl (2018) sugere a organização das epistemes de forma complementar, sustentando durante todo o processo os movimentos de abertura e desconstrução, que serão interdependentes e vinculados, tendo como premissa a não linearidade evolutiva da construção de conhecimentos. Essa noção de Geografia em movimento e da utilização da ciência como uma ferramenta de luta se estabelece como uma tentativa, um esforço, que nunca estará totalmente terminado, pois

depende de uma reavaliação constante para continuar existindo. Assim, tanto os pesquisadores das universidades quanto os militantes comunitários promovem uma ação contínua de reflexão, atuação, diálogo e trocas (Bartholl, 2018).

É importante ressaltar, no entanto, que esse quadro não se restringe à Geografia, tampouco ao contexto brasileiro. Assim como apontam Jaumont e Varela (2016), esse fenômeno se “espraia” por toda América Latina, e também possui outras “matrizes” produtoras e em diferentes regiões do mundo. Os autores destacam então, aspectos comuns a esse tipo de atividade. São eles: o imbricamento entre teoria e prática, a superação da dicotomia entre sujeito e objeto de pesquisa, o enquadramento social e histórico, a superação do colonialismo intelectual e da dependência acadêmica, o compromisso social e político, e a criatividade nos usos e formatos de métodos e técnicas de pesquisa (Jaumont; Varela, 2016)

Para que seja possível toda essa simbiose, é preciso rever algumas significações que interferem diretamente na possibilidade de realização dessa outra dinâmica de construção de conhecimento e desenvolvimento de pesquisas científicas. Autores como Pereira (2009), Corrêa (1995) e Suertgaray (2001) indicam que a ciência moderna tem uma relação direta com o modo capitalista de produção e consumo, e não à toa é comum no meio acadêmico trabalharmos com a ideia de que “produzimos conhecimento”. Nesta perspectiva, de maneira bem tênue, atribuímos ao conhecimento um caráter de produto, de mercadoria. Essa mercadoria exerce uma forte influência política, econômica, ambiental, social e cultural, em diferentes localidades, e, mais, se expressa de maneira assimétrica e desigual, interferindo assim de maneiras diferentes nos distintos contextos.

De acordo com Jaumont e Varela (2016, p. 430),

É certo que o pensamento crítico latino-americano, desde sua gênese até meados do século XX, esteve bastante conectado com as lutas sociais, isto é, possuía um marcado caráter militante. No entanto, alguns processos sociais contribuíram para deixar as reflexões teóricas críticas cada vez mais distantes das práticas políticas dos movimentos sociais e das organizações políticas, tais como (1) a progressiva institucionalização das ciências humanas e sociais, com a posterior criação das pós-graduações, (2) os anos de repressão civil-militar que varreram todo o continente, (3) a implementação de uma política neoliberal¹³ na maioria dos países da América Latina a partir da década de 1990, (4) a crescente tecnificação e controle das atividades de ensino, pesquisa e extensão, que vem se observando a partir da década de 1990, exigindo dos profissionais e estudantes o cumprimento de metas e prazos que dificultam atividades de longo prazo em parceria com movimentos sociais e organizações políticas.

Dessa forma, diferentemente do tradicionalismo científico, esses “saberes-fazer” possuem uma essência orgânica que requisita constantes reavaliações. Essa construção e reavaliação estarão intimamente ligadas ao cotidiano vivenciado pela comunidade, a sua territorialidade, a forma como ocupam, pensam e disputam o espaço.

Bartholl (2018) e Jaumont e Varella (2016) compreendem essa metodologia de trabalho como *investigação militante*, pois rompe drasticamente com as noções de método, objeto e neutralidade da razão científica moderna. Algumas heranças positivistas das ciências chamadas duras ou exatas, perduram e lutam para impedir, de certo modo, essa flexibilização. Nestas investigações militantes os temas e assuntos são definidos a partir dos processos de organização e discussão da vida e luta das comunidades, o interesse do pesquisador não se sobrepõe a percepção de uma determinada necessidade específica.

Os “sujeitos-objetos” analisados agora não são mais isolados e distanciados, pelo contrário, eles são parte essencial dos conteúdos discutidos na pesquisa, na metodologia, nas perguntas que orientam toda a investigação. Assim os sujeitos analisam a própria realidade para construir conhecimentos, o que promove um movimento ambivalente, que fortalece a luta e contribui com o pensamento científico. Em resumo, os sujeitos tornam-se pesquisadores e sua realidade imediata torna-se o seu objeto.

Entretanto, é essencial que compreendamos que essa tentativa é complexa e trabalhosa, e por vezes a nossa própria “cultura” faz com que hajamos de maneira equivocada. Por este motivo, é importante essa reflexão da ação, no que diz respeito ao conteúdo político contido no processo, pois muitas vezes essas propostas teórico-metodológicas acabam se tornando justamente aquilo que propunham superar, assim como menciona Mignolo (2005).

Spivak (2010) defende a necessidade de uma conceituação bem delimitada que diferencie o termo marginalizado de subalterno, que costumeiramente são tratados como sinônimos. Essa autora entende que os subalternos são:

“[...] as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak, 2010, p. 13-14).

Nesse sentido, a modernidade “construiu” essa subalternização, literalmente, por intermédio dos relatos, contribuições científicas e artísticas,

expedições e demonstrações, enfim. Ao subalternizado cabe o papel escolhido para ele pela modernidade, e com isso todo o universo de significados desses povos é tensionado por uma outra versão ou narrativa da história. A história dos indígenas da América Latina durante muito tempo foi tida como a história que o europeu construiu dessas populações. Até os termos indígena e América provém dos colonizadores

Assim como proposto por Quijano (2005), Lander (2005), Mignolo (2005), Maldonado-Torres (2019), Fanon (2005), o subalternizado é caracterizado pela desumanização, pelo descolamento da humanidade e do sujeito, pela animalização do ser. A violência é física, corpórea, mas também é cognitiva, íntima. Aos subalternizados não sobra nenhum direito que não seja o de subserviência no amplo sentido do termo. Fomos historicamente ensinados a odiar a cor de nossas peles, o formato do nosso corpo, nossas origens, tudo isso na tentativa de consolidar no imaginário social um perfil “modelo” daquilo que deveria ser, o belo, o sagrado, o civilizado.

Tal contexto faz com que esse conjunto de povos esteja não apenas marginalizado socialmente, mas também os tornem “vazios” de humanidade e direitos, fazendo com que sua posição social seja muito pior. Assim, Spivak (2010) compreende que não se trata de falar ou não falar, saber o que dizer ou não, se trata de não haver interlocutor. A sociedade capitalista moderna não está nem preparada nem tão disposta a ouvir essas populações. Tanto é verdade que qualquer medida tomada em favor desses grupos é tida como excessivamente política e malvista pelo mercado financeiro²⁵. Ressaltamos, por conta disso, a importância de algumas políticas e medidas adotadas, sobretudo pelos governos sensíveis aos problemas sociais na América Latina, naquilo que ficou conhecida como “onda progressista sul-americana”, e pode ser melhor entendida na obra *Uma história da onda progressista sul-americana* (1998-2016), de Fabio Luís Barbosa dos Santos (2018).

Compreendendo essa impossibilidade de fala e, portanto, de reivindicar e reproduzir-se cultural e socialmente, as comunidades precisam se reinventar e re-existir para conservarem suas práticas e território. Neste momento é que muitos pesquisadores caem nas armadilhas da burocracia e da estruturação do conhecimento acadêmico e acabam assumindo o protagonismo das reflexões,

²⁵ Ver o debate público acerca da proposta de Marco Temporal na Câmara dos Deputados e no Senado Federal do Brasil.

ressaltando a todo momento o que é importante, o que deveria ser feito e como fazer etc. Spivak (2010) sugere que ao pesquisador cabe um compromisso político com a elaboração dos conhecimentos e com a construção de espaços em que os sujeitos possam falar por si, serem ouvidos e construir um debate horizontal com os diferentes.

Uma contribuição importante neste sentido é a proposta de hermenêutica diatópica de Boaventura de Sousa Santos (1997), que busca problematizar os estudos multiculturais, alertando sobre o extrativismo acadêmico e a importância de deixar que o próprio sujeito se interprete a partir de si mesmo.

Consideramos, portanto, a partir dessas reflexões e da fundamentação mais bem organizada de Bartholl (2018), que a Geografia e a ciência de modo geral podem ser engajadas, orientadas politicamente, servindo como uma importante estrutura de apoio e fortalecimento das pautas e reivindicações populares, e abrindo um novo horizonte para os debates científicos.

Deste modo:

Na investigação militante, o sujeito investigador tem um ponto de partida (e toma partido), parte de um ponto de vista moldado pela sua trajetória tanto de participação em lutas sociais como em processos de elaboração teórica (propriamente acadêmica ou não). Uma - participação na luta - é inseparável da outra - formulação de teoria, não somente por serem, neste caso específico de uma investigação militante, exercidas pela(s) mesma(s) pessoa(s), mas por ambas serem complementares e interdependentes, e é desta interdependência que surgem formas específicas de aproximação, leitura, análise e interpretação de realidades de luta (Bartholl, 2018, p. 77).

Compreendemos, por fim, esta contribuição como uma elaboração coletiva que é resultante da interação entre o *saber-fazer* das comunidades com o *saber-com* experimentado no contato entre pelo menos duas matrizes epistemológicas distintas, objetivando evidentemente a transformação da realidade.

Essa opção se dá por conta do contato direto com experiências de luta e reivindicação, sobretudo a partir da parceria estabelecida com o FCT, que atua não só como articulador, mas também como sujeito coletivo que defende as pautas das comunidades, se colocando como uma substancial representação de outras matrizes epistemológicas, que muito tem a contribuir com a ciência, com a sociedade e com a melhora da vida e dos seres da região. É prudente, explicitar por fim, os contornos iniciais de toda interação envolvendo os diferentes sujeitos e atores da pesquisa, subsidiando o leitor com informações essenciais sobre como aconteceu a conformação da equipe.

Entre 2015 e 2016, a Prof. Dra. Mara Edilara Bastista de Oliveira (Coordenadora do CARONOMIA) foi convidada a participar de um projeto que envolvia a luta por educação diferenciada para comunidades tradicionais da região de Paraty, RJ. Para além da sua contribuição com a temática da educação em si, surgiu a possibilidade de orientar um projeto pedagógico que envolvia a Cartografia Social, intitulado “Guia Turístico”, que estava contido em um projeto mais amplo de “Reorientação Curricular das escolas da Zona Costeira de Paraty – RJ”, em cooperação técnica firmada entre o Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR-UFF) e a Secretaria Municipal de Educação de Paraty. Concomitantemente ao processo de reorientação curricular, aconteciam também diversas ações e reflexões provenientes do Coletivo de Educação Diferenciada que se formou na região e possibilitou, assim, a confecção de uma proposta de currículo “interdisciplinar e diferenciado, por meio de metodologia de rede temática e da pedagogia de projetos” (Monteiro *et al.*, 2016, p. 05).

Em resumo, o objetivo era construir guias turísticos junto aos alunos enquanto todos os assuntos e conteúdo da educação básica eram adaptados para essa realidade e contexto. Devido sua experiência prévia junto ao ENCONTTRA²⁶, Mara Oliveira coordenou as oficinas e discussões relacionadas aos mapas.

²⁶ Ver Anexo III.

Figura 6 - Guia Turístico da Comunidade da Praia do Sono (2017)



Fonte: Gouveia (2023).

Figura 7 - Guia Turístico da Comunidade do Pouso da Cajaíba (2017)

CARTOGRAFIA SOCIAL DOS PONTOS TURÍSTICOS DO POUSO DA CAJAÍBA - 2017

Fonte: Gouveia (2023).

O projeto dos guias turísticos foi muito proveitoso e permitiu o contato de Mara Oliveira com membros do Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina (OTSS) e do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT). Essas lideranças enfatizavam constantemente o “problema” das comunidades da região com os conflitos pelo território e, conseqüentemente, com os mapas que representavam esses embates. Assim, se desenha o primeiro vislumbre da criação de um grupo destinado a realizar e assessorar cartografias na região.

Para atender a essa demanda foi criado o CARTONOMIA, Grupo de Pesquisa para o Fortalecimento da Autonomia Territorial com Cartografia Social, em 2017. Durante o período de análise, que se estende entre os anos de 2017 e 2019, o grupo realizou diversas atividades de pesquisa e extensão universitária junto ao FCT, ao OTSS e aos comunitários²⁷, desenvolvendo uma metodologia própria de trabalho, assim como sugerindo a definição e reinterpretação de conceitos e teorias explicativas.

2.2 ROTEIRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Considerando o que foi exposto até o momento, parte-se da hipótese de que historicamente as representações espaciais geradas no interior das comunidades tradicionais foram intencionalmente subjugadas pela linguagem cartográfica moderna, o que reflete, no nosso entendimento, uma ontologia particular e produz um tipo específico de conhecimento, e com isso, acaba por tensionar e oprimir a territorialidade desses sujeitos. Assume-se a premissa de que as diferentes formas de representação espacial são práticas espaciais²⁹ fundamentais à territorialidade de quaisquer grupos. Concomitantemente, se compreende que tais práticas espaciais assumam um caráter composicional³⁰ do conjunto de ações sociais que irão contribuir na dinamização do espaço geográfico³¹.

Neste sentido, mobilizam-se os conceitos de território e de territorialidade, com o intuito de caracterizar uma perspectiva analítica adequada para sustentar o deslocamento ontológico proposto dentro dos “limites” do objeto da Geografia. Para

²⁷ Ver Relatório de Atividades no Anexo III.

²⁹ Ver SOUZA (2013), MOREIRA (2007) e (CORRÊA, 1995). O conceito será mais bem debatido e definido mais à frente no texto.

³⁰ Ver Suertgaray (2001).

³¹ Ver Santos (1996) e Suertgaray (2001).

isso, serão utilizadas as formulações e contribuições que compreendem os territórios, em suma, como o espaço necessário para a reprodução da vida das comunidades tradicionais, sem o qual não é possível que se efetivem suas formas de viver, assim como exposto na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) de 08 de fevereiro de 2007:

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (Brasil, 2007).

Esse movimento de deslocamento ontológico mencionado anteriormente, se faz necessário na medida em que historicamente os conflitos territoriais envolvendo as comunidades tradicionais sempre foram representados e pensados a partir de mapas elaborados exclusivamente pela linguagem cartográfica moderna. Não obstante, tanto a Cartografia moderna quanto a linguagem cartográfica em si, refletem um tipo específico de ontologia que, assim como apontado por Escobar (2016), desarticula, tensiona e oprime as formas de vida dessas comunidades. Assim, é considerado que esse movimento de deslocamento de ontologia permita novas formulações e percepções sobre diversas dinâmicas. Uma delas diz respeito ao avanço recente dos hardwares e softwares, que promoveram uma popularização e democratização das técnicas, dispositivos e conhecimentos³² ligados a representação do espaço, possibilitando outras produções cartográficas e, assim, consequentemente, novas reflexões teórico-metodológicas sobre as representações espaciais.

A partir deste arranjo que se formulou o objetivo geral apresentado anteriormente. Combinam-se as noções de conflito ontológico (Escobar, 2016) e conhecimento fronteiriço (Mignolo, 2005; Santos, B. S. 2019) para discutir as representações espaciais em diferentes contextos e sociedades. Neste sentido, a categoria *evento*, sugerida por Milton Santos (1999), será utilizada como um recurso analítico que permite compreender as práticas espaciais (Corrêa, 1995; Moreira, 2007; Souza, 2013) reconhecendo diferenças temporais e escalares no mesmo quadro sob a égide dos métodos histórico e comparativo.

³² Ver Fitz (2008).

Para isso é preciso conduzir alguns apontamentos sobre a confecção do método e o conjunto de teorias e conceitos que serão mobilizados para contribuir com sua estruturação.

De início, Marconi e Lakatos (2003, p. 83) nos oferecem uma sucinta definição de método:

[...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

As autoras enfatizam que a discussão do método remonta aos primórdios da humanidade, partindo das explicações míticas sobre os fenômenos naturais, passando pelas explicações dogmáticas do conhecimento religioso, e atingindo, assim, suas primeiras reflexões baseadas na racionalidade humana. Essas reflexões teriam sido propostas pelo conhecimento filosófico até encontrarem as bases materiais e cognitivas para sua sistematização em meados do século XVI (Marconi; Lakatos, 2003).

Spósito (2017) oferece chaves importantes sobre a questão do método na Geografia contemporânea, mais especificamente ressaltando a importância da comparação no processo de elaboração do pensamento. Para essa autora os métodos caracterizam os modos pelos quais se elabora o pensamento, eles subsidiam estruturalmente a pesquisa e permitem a ponte entre a teoria e a prática/ação. Todavia, a autora enfatiza que os métodos não podem ser confundidos com os movimentos de pensamento, tampouco com as habilidades do domínio cognitivo do pesquisador (Spósito, 2017).

Torres-Miranda (2020), também refletindo sobre os caminhos para a construção da pesquisa científica, afirma que o método não é uma forma “exterior”, mas sim a essência de todo conteúdo obtido no percurso da pesquisa. Neste sentido, a autora destaca que seja fundamental explicitar a relação lógica entre todos os componentes e partes mobilizados, para que seja possível aplicar com clareza e compreensão o método.

Nesse sentido, torna-se fundamental detalhar as opções e escolhas teórico metodológicas que levaram ao emprego dos métodos escolhidos. Nossa proposta

aplica uma combinação dos métodos histórico e comparativo, que podem ser observados de forma mais global em Marconi e Lakatos (2003).

Em relação ao método histórico as autoras indicam que ele permite:

[...] investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época (Marconi; Lakatos, 2003 p. 107).

Enquanto o método comparativo seria “[.] usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento.” (2003, p.107).

Essas formulações estabelecem nosso “ponto de partida” na confecção do método da pesquisa, no entanto, dependem de uma complementação, tanto teórica, quanto empírica, para que explicitem com clareza os caminhos pelos quais se quer alcançar os objetivos da tese.

Com prudência, retoma-se o reconhecido problema de método da Geografia, que, embora tenha sido discutido por uma série de autores, aparece de forma mais detalhada em Milton Santos (1996), no nosso entendimento. Considerando a complexidade e dinamismo do espaço geográfico, que pode ser entendido como uno e múltiplo, conforme sugere Suertgaray (2001), tem-se a necessidade de atenção e cuidado na utilização dos métodos científicos próprios das ciências sociais sobre as dinâmicas socioespaciais.

Outro ponto de “alerta” ainda nessa temática é a contribuição decolonial no que se refere a questão do método dentro da chamada geopolítica do conhecimento, mas que ainda não há uma concordância relevante acerca da produção de novos métodos ou da substituição dessa concepção pré-existente de método.

Compreendendo, então, a necessidade de um posicionamento objetivo e claro, mas que não desconsidere essas indicações supracitadas, optou-se aqui pela combinação de dois métodos científicos próprios das ciências sociais. Cabe ressaltar que essa combinação entre os métodos comparativo e histórico não é nova, conforme demonstra Amorim Neto e Rodriguez (2016).

Nesse sentido, apesar de possíveis problematizações e críticas, assim como qualquer outro, concordamos com Amorim Neto e Rodriguez (2016) quando

afirmam que a aplicação desse método é interessante no movimento de superação da marca “quantitativista” das ciências sociais de forma geral, e enfatizamos também esse fenômeno na própria Geografia, assim como sugerido por Moreira (2007) e na Cartografia, conforme indica Harley (2009). Essa convergência de movimentos que almejam a “superação” das análises exacerbadamente quantitativas nas ciências humanas, foi um dos principais apontamentos que nos fez optar por esse desenho metodológico.

Partindo de uma discussão sobre os estudos urbanos, Spósito (2017), destaca a importância da comparação para ciências como a Geografia, a História e a Sociologia. A autora apresenta uma série de esquemas que nos ajudam a entender diferentes formas de comparação entre objetos/grupos, contudo, ela ressalta que estes são dependentes de fundamentos teóricos e de método para que se efetivem.

Na mesma linha de raciocínio, a autora enfatiza também a importância da dimensão empírica na constituição dessa trajetória de elaboração de pensamento a partir da comparação no âmbito das ciências humanas.

O percurso desenhado pelos movimentos e suas combinações e, por conseguinte, a constituição do caminho do método, como arcabouço estrutural na elaboração do pensamento científico, requer sempre valorização da dimensão empírica; isso significa que não há teoria sem empiria e que esse percurso de pensamento se distingue daquele do senso comum, do filosófico e do religioso, que não requerem essa articulação, embora possam dela se alimentar. Não há pensamento científico sem teoria e, portanto, é mister que haja conceitos articulados entre si compondo um tólos explicativo, qualquer que seja a extensão e a complexidade do que se quer explicar (Spósito *et al.*, 2017, p. 41-42).

Esse fragmento indica a relação fundamental entre teoria e empiria, que no entendimento de Spósito (2017) é intermediada pelo método. Ainda que a autora não considere a comparação um método em si, suas reflexões convergem com Marconi e Lakatos (2003), no sentido da necessidade de um método para intermediar a construção do conhecimento científico a partir da realidade.

Nesse sentido, Torres-Miranda (2020) estabelece alguns postulados relacionando a fundamentação conceitual, ao método e a construção da teoria científica:

1. La evolución de un objeto solo puede ser expuesta científicamente una vez que se conoce la esencia del objeto expuesto científicamente, mediante la elaboración de una teoría científica. Requiere, además, de la determinación y fundamentación espacial y temporal del objeto de estudio, su fundamentación conceptual. 2. El proceso de creación de la teoría científica

solo es posible una vez que se ha agotado el análisis del material histórico a partir de la aplicación del método histórico-lógico, lo que implica la determinación y fundamentación no solo de las etapas objeto de análisis, sino de los nodos de su evolución, constituidos por categorías que expresan la esencia del objeto investigado. 3. Con la aplicación del método ha de obtenerse como resultante un nuevo saber para la ciencia (Torres-Miranda, 2020, p. 10).

Torres-Miranda (2020), além de oferecer contribuições objetivas sobre o método e a construção do conhecimento científico, também oferece uma didática reflexão sobre o método histórico, mais especificamente o método histórico-lógico. A autora retoma autores considerados clássicos, como Immanuel Kant, Georg Wilhelm Friedrich Hegel e Francis Bacon, para salientar a importância da lógica no processo de constituição da ciência, e também para pesquisas que investigam fenômenos/objetos ao longo do tempo. Assim, a autora apresenta o método histórico-lógico, que se associa a uma determinada estrutura investigativa para reunir conjuntos de acontecimentos do passado às formulações subsequentes, com o intuito de compreender os diferentes sentidos e contextos envolvidos na interpretação de um objeto/fenômeno.

Por lo tanto, utilizar el método histórico-lógico en cualquier investigación científica no implica únicamente describir cómo se ha comportado el fenómeno en los periodos estudiados, ni las condiciones económicas, políticas y sociales que influyeron en los cambios del objeto de estudio, sino que su aplicación conduce a conocer la lógica de su desarrollo, es decir, los elementos de esencia que incidieron en los cambios operados en cada etapa correspondiente al objeto de estudio. Esto pudiera constituir una contribución a la teoría (Torres-Miranda, 2020, p.10).

Essas indicações coincidem com a proposta de Milton Santos (1999), que menciona a noção de evento como uma de suas principais contribuições no que diz respeito ao método científico aplicado ao objeto da ciência geográfica, o espaço geográfico. Essa noção permite que os geógrafos considerem diferentes temporalidades coexistindo em um mesmo quadro, seguindo a ideia de que o espaço geográfico expressa um acúmulo desigual de tempos/temporalidades³⁶.

Compreendemos esse recorte como fundamental para este trabalho, considerando que os sujeitos envolvidos no processo de investigação militante se identificam como comunidades tradicionais, que possuem sua própria temporalidade, territorialidade e cosmogonia. Nesses termos, não seria possível a execução desse

³⁶ Ver Suertgaray (2001).

trajeto teórico metodológico sem essa “quebra” na linearidade do tempo, mencionada por Maldonado-Torres (2018), como uma das bases das contribuições decoloniais.

Tem-se, então, que esta pesquisa mobiliza a combinação dos métodos histórico e comparativo (Marconi; Lakatos, 2003; Spósito, 2017; Torres-Miranda, 2020) mediante um deslocamento ontológico que coloca o cerne das contribuições no que Mignolo (2005) e Boaventura de Sousa Santos (2019) chamaram de conhecimento fronteiriço, ou conhecimento produzido na fronteira entre a matriz epistemológica da ciência moderna e as matrizes epistemológicas de grupos marginalizados e subjugados socialmente.

O fundamento metodológico do trabalho parte da proposta de investigação militante (Bartholl, 2018), se estruturando a partir das contribuições decoloniais e mobilizando os conceitos de território e territorialidade para localizar e contextualizar os sujeitos e seus espaços de vida e reprodução. A categoria evento (Santos, M. 1999) será utilizada como um recurso analítico que parte do pressuposto de que as representações espaciais foram, são e continuarão sendo práticas espaciais (Corrêa, 1995; Moreira, 2007; Souza, 2013) fundamentais a territorialidade de quaisquer grupos.

Neste sentido, a busca por uma fundamentação teórica que ofereça os recursos conceituais apropriados para interpretação desse cenário é acompanhada das experiências reais de troca mobilizadas a partir da organização política das comunidades. Assim, considerando toda a diversidade e quantidade de comunidades tradicionais localizadas na região de atuação do CARTONOMIA e do FCT, tentou-se de imediato buscar por contribuições que ajudassem a estabelecer pelo menos um “traço comum”, que contribuísse na explicação da situação e contexto de forma geral, abarcando todo esse conjunto de comunidades.

A primeira contribuição que orientou toda a estruturação do trabalho foi a do antropólogo colombiano Arturo Escobar. Em resumo, Escobar (2016) sugere que as comunidades tradicionais por toda América Latina podem ser interpretadas enquanto mundos relacionais, uma rede densa de interrelações que são orientadas por uma ontologia não dualista, que é constantemente tensionada por operações epistemológicas provenientes de outra ontologia, a da modernidade capitalista. Ele compreende que o axioma moderno capitalista e eurocentrado é possessivo e dualista, na medida que aliena o homem da natureza e cria dois polos distintos, o natural e o social. O autor classifica essa ontologia como possessiva, compreendendo

que ela apresenta como premissa a desarticulação de outras ontologias e territórios, buscando o estabelecimento de um único mundo, um universo, uno e exclusivo.

Ele demonstra de que forma as comunidades tradicionais resistem a essas incursões da ontologia moderna do capitalismo, e mais, evidencia que a proposta de axioma dessas comunidades prevê um pluriverso, um mundo onde caibam vários mundos diferentes simultaneamente. Uma das distinções marcantes entre esses dois axiomas diz respeito ao entendimento de como a sociedade deve habitar o espaço. Para a ontologia não dualista dos povos tradicionais, a vida é uma extensão do todo, alguns conceitos amplamente veiculados e divulgados socialmente não fazem o menor sentido, assim como a ideia de preservação da natureza, por exemplo.

Já o axioma moderno capitalista entende sociedade e natureza em dois polos distintos, criando assim a possibilidade de exploração e dominação do segundo pelo primeiro, e desencadeando ideias como a necessidade de pensarmos a preservação da natureza, que acabam por promover a criação das Unidades de Conservação, por exemplo. Essa discussão pode ser bem compreendida a partir das contribuições de Carlos Walter Porto-Gonçalves, já em *Os (des)caminhos do meio ambiente* (1989) e também em *A globalização da natureza e a natureza da globalização* (2006).

Escobar (2016) sugere que todos os conflitos vivenciados pelas comunidades tradicionais são, em primeira instância, decorrentes de um conflito ontológico. Esse conflito ontológico pode ser entendido de forma breve como uma diferença evidente nas formas de pensar e planejar a ocupação e transformação dos espaços. Esse ponto de partida nos ajuda a entender e a explicar a maneira pela qual os conflitos das diferentes comunidades da região da Baía da Ilha Grande e adjacências, por exemplo, são atravessadas por aspectos comuns, tais como os conflitos pelo turismo desordenado, pela especulação imobiliária, pelos grandes empreendimentos estatais e privados, pela grilagem de terras, pelas Unidades de Conservação. Cada comunidade possui uma dimensão particular desse quadro, que é experimentada pelo grupo, aspectos que tornam os conflitos da comunidade uma especificidade dentre as outras mais de sessenta.

Partindo desse ponto, buscou-se então um conjunto de reflexões que oferecessem uma base argumentativa mais sólida e coesa para o desenvolvimento do trabalho. Considerando que para Escobar (2016) a ontologia moderna é iniciada

junto do processo de colonização europeia experimentado pelo mundo a partir do século XV, temos que intensificar as buscas por reflexões sobre esse período.

Assim, encontramos nas contribuições decoloniais as bases teóricas e argumentativas que subsidiariam toda a reflexão posterior. Essa perspectiva teórica e política entende que o processo de expansão colonial iniciada pelas coroas ibéricas no século XV inaugurou um novo tipo de padrão de poder. Esse novo padrão de poder, agora de proporções globais, se estabeleceu mediante a implementação violenta da hierarquização social a partir da raça, e isso impactou toda a construção do que ficou conhecido como sistema-mundo moderno-colonial (Porto-Gonçalves, 2012).

Apesar da emancipação política e econômica das ex-colônias, esse conjunto de pensadores acredita que as marcas e legados do período colonial ainda estão presentes em várias práticas, procedimentos, instituições, enfim. A essa parcela do colonialismo que ainda “vive” deu-se o nome de colonialidade, que, configura por sua vez, o sistema-mundo moderno-colonial e toda essa “macroestrutura” inaugurada a partir do século XV (Maldonado-Torres, 2019).

Cabe explicitar a relevância dessa informação, pois antes do século XV existiam no continente que viria a ser chamado de América milhões de sujeitos, que são justamente os antepassados das comunidades tradicionais que vemos hoje em dia. Podemos considerar que as comunidades tradicionais são pretéritas ao sistema-mundo moderno-colonial, elas preexistiam e continuam a existir dentro desse modelo de sociedade, e se reinventam almejando a construção de um novo modelo possível. A confirmação dessa ancestralidade pode ser percebida a partir de estudos arqueológicos realizados na região da baía da ilha grande e que evidenciam práticas e traços comuns a populações que viviam há pelo menos 4 mil anos antes do presente, assim como mencionamos anteriormente.

Dando continuidade a essa breve contextualização das justificativas, bem como do percurso teórico metodológico empregado, temos que, no interior das contribuições decoloniais, encontramos uma proposta de reinvenção da teoria social crítica, uma proposta de sociologia dos ausentes e dos emergentes. As epistemologias do Sul, elaboradas por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2010), emergem como uma tentativa teórica de contribuir com as reflexões que subsidiam as reivindicações e lutas sociais, compreendendo que seja necessária não só a justiça territorial, mas também a justiça cognitiva.

Em resumo, essa proposta sugere a superação da *linha abissal* que separa os sujeitos na modernidade capitalista eurocentrada de um lado, sendo esses os seres capazes de produzir conhecimentos e levar progresso para os demais povos; e de outro estão os “não seres”³⁸, aqueles desprovidos de humanidade, incapazes de produzir conhecimento e de planejarem adequadamente seu próprio funcionamento. Assim, as epistemologias do sul reivindicam um processo de justiça cognitiva para além da justiça social ou territorial em si, ou seja, essa proposta sugere que outras bases epistemológicas e matrizes de conhecimento sejam empregadas e utilizadas socialmente com o intuito de superar uma hierarquização perversa que se estende por séculos (Santos, B. S. 2019).

Na mesma linha, Mignolo (2005) sugere ainda a possibilidade de construção de conhecimentos fronteiriços que se desenvolvem justamente no contato entre a universidade e as comunidades historicamente marginalizadas pela epistemologia moderna colonial. Dessa forma, entendemos que a proposta de Geografia em movimento elaborada por Bartholl (2018) e sua sugestão de investigação militante são escolhas metodológicas coesas para com a fundamentação teórico-política apresentada no trabalho.

Para encerrar essa “espinha dorsal” do trabalho, partimos de uma abordagem crítica da Cartografia e das representações espaciais de forma geral. Reitera-se que todo o debate será orientado por uma perspectiva geográfica, compreendendo que a cisão entre Cartografia e Geografia distanciou, em certa medida, os geógrafos das reflexões e discussões acerca de todo o processo de produção dos mapas³⁹.

De início, parte-se de algumas noções, sobretudo as de Pereira (2009) e de Martinelli (2005), que enfatizam que os conhecimentos espaciais foram fundamentais para adaptação do *homo sapiens* às constantes transformações da paisagem. Esse processo de adaptação se deu mediante a atribuição de significados às coisas percebidas e sentidas, assim, o surgimento da linguagem⁴⁰ também será fortemente influenciado por esses conhecimentos espaciais que resultaram na criação de diferentes representações espaciais.

³⁸ Ver Maldonado-Torres (2019).

³⁹ Ver Girardi (2000).

⁴⁰ Ver Everett (2019).

Retomando as reflexões de alguns autores abordaremos a Cartografia moderna como uma forma de linguagem e como uma forma de representação social. Enquanto linguagem, as reflexões serão focadas na hierarquização (Raffestin, 1993), nos jogos de poder e disputa política envolvendo a linguagem cartográfica (Acseirad, 2013; Harley, 2009; Rodrigues, 2006; Santos, R. E. 2011), e a forte influência da dimensão cultural, no sentido do compartilhamento dos significados (Gouveia, 2021; Rocha, 2015). Já enquanto representação social, a Cartografia será analisada também mediante sua relação com a linguagem e com a cultura, mas agora sob a importante contribuição de Stuart Hall (2016), se estendendo até o debate das representações espaciais, grande grupo onde estão contidos os mapas no nosso entendimento.

Nesse momento, será oferecida uma discussão que há muito julga-se necessária, conforme pode ser visto em Gouveia (2021), que diz respeito a necessidade de uma contribuição que estabeleça uma diferenciação mais objetiva entre os mapas e as representações espaciais. Em Gouveia (2021), essa necessidade foi apontada a partir da constatação de que comumente, seja no cotidiano imediato, seja no interior dos centros acadêmicos de pesquisa, existe um entendimento de que a história das representações espaciais e a história dos mapas são a mesma, ou melhor, a ideia de que a história da Cartografia moderna resume, ou ainda, “resolve” toda a história das representações espaciais ao longo do tempo. O chamado “mapa de Ga-Sur” de cerca de 2500 a.C. é apresentado como o primeiro “mapa” da história, ainda que a própria palavra mapa, tal qual conhecemos hoje, só tenha sido inventada milhares de anos mais tarde.

Obviamente se reconhece o esforço científico de reconstrução dos primórdios dos conhecimentos que levaram a sistematização de uma ciência autônoma como a Cartografia. No entanto, compreendemos que os mapas são, essencialmente, um produto da modernidade capitalista europeia, pensados, organizados, validados e veiculados por um conjunto de estruturas sociais que só se realizaram efetivamente a partir do século XV. Assim, compreendemos que os mapas, no sentido prático do termo, são uma invenção da modernidade que serviu, ainda serve e continuará servindo a uma forma de organização particular do espaço (Gouveia, 2021).

Essa contribuição emergiu da dificuldade, por exemplo, de compreender os territórios tradicionais caiçaras que não concebiam a ideia de “limite”, nem a noção de

“propriedade”, a partir dos recursos teórico-filosóficos da Geografia humana. Essa dificuldade se derivou, no nosso entendimento, dessa ontologia moderna e possessiva que é mencionada por Escobar (2016) e que estabelece as bases científicas sob as quais as nossas contribuições se conformam. Por esse motivo, acredita-se ser prudente essa manobra de deslocamento ontológico que possibilita confeccionar contribuições a partir não só de outra ontologia ou axioma, mas sobretudo de outras bases epistêmicas e culturais. Na mesma linha, a decisão por admitir uma discussão decolonial e uma abordagem territorial reflete o entendimento de que é decisiva a apreensão desse conjunto de significados compartilhados que irão caracterizar a cultura e, por sua vez, as representações sociais como um todo, e as representações espaciais em particular.

Entretanto, é preciso ter cautela na construção desse arcabouço, conforme demonstra Mignolo (2005), para que o trabalho não se transforme naquilo que propõe superar. Maldonado-Torres (2019) pontua que toda discussão decolonial passa, obrigatoriamente, por uma ruptura epistemológica, sobretudo de caráter temporal. O autor indica que a modernidade eurocentrada compreende os acontecimentos do mundo de forma cronológica, linear e sequencial, fazendo com que o passado seja considerado “já superado”, enquanto que ao futuro cabe todas as possibilidades de melhoramento. Maldonado-Torres (2019) enfatiza que as proposições decoloniais devam admitir a ideia de que a ancestralidade e o passado podem ser tão atuais quanto o próprio presente, além de que podem oferecer as respostas para questões, situações e problemas que ainda podem ou vão acontecer.

Boaventura de Sousa Santos (2019), nesse sentido, enfatiza que a sociedade capitalista criou problemas que a própria modernidade tem sido incapaz de solucionar, e que talvez a resposta possa estar em práticas e conhecimentos ancestrais de grupos e comunidades que foram sendo subjugados, desqualificados e marginalizados com o passar do tempo. O autor então sugere a necessidade de reformulação da teoria social crítica, para que assim seja possível horizontalizar a produção e validação dos diferentes conhecimentos, valorizando outras matrizes epistemológicas e axiomas e viabilizando assim a resolução de problemas urgentes.

Compreendendo essa necessidade de considerar a todo momento que o trabalho é uma contribuição teórico-filosófica acerca da produção do conhecimento, ao mesmo tempo em que é resultado de interações e práticas concretas de representação espacial com uma finalidade específica, articulam-se as noções de

conhecimento fronteiriço, evento e práticas espaciais, sob a combinação dos métodos histórico e comparativo.

A ideia de conhecimento fronteiriço é mobilizada para evidenciar a combinação epistemológica entre os saberes científicos e tradicionais que compõem todas as reflexões. O recurso analítico do evento é acionado com o intuito de fortalecer teórica e metodologicamente a ruptura temporal indicada por Maldonado-Torres (2019), caracterizando nossa escolha pelos métodos histórico e comparativo.

Segundo Milton Santos (1999), a noção de evento permite que se considerem diferentes temporalidades e escalas em um mesmo quadro analisado, possibilitando o entendimento do espaço e do tempo, do global e do local, sob um mesmo conceito. Assim, se transitará pelos períodos históricos analisando, sobretudo, a maneira pela qual as representações espaciais compõem a complexidade do espaço geográfico de suas épocas, mas, também, atentos aos reflexos, entendimentos e noções que ainda participam dessa dinâmica atualmente.

As discussões serão confeccionadas a partir do caso concreto de produção de ativismos cartográficos na comunidade quilombola do Quilombo da Fazenda, localizada no extremo norte do litoral do estado de São Paulo. Essas experiências cartográficas serão analisadas segundo três dimensões principais: a) o processo de decisão e de produção; b) os objetos cartográficos c) os mecanismos de validação e uso desses objetos. Esses critérios foram elaborados a partir das contribuições de Renato Emerson dos Santos (2011; 2012), por entender que essas dimensões são responsáveis pelo tensionamento da Cartografia moderna técnica e oficial.

Ainda dentro dessa análise, se buscará por outros ativismos e experiências semelhantes espalhadas pela América Latina, tentando evidenciar a extensão espacial desse fenômeno, além de aproximar os contextos e as reflexões relacionados a transformação da realidade de forma estratégica. Apresenta-se, no anexo III um relatório contendo as contribuições científicas e acadêmicas produzidas pelo CARTONOMIA durante as experiências cartográficas realizadas junto à comunidade, listando brevemente todos os projetos e colaborações efetuadas pelo coletivo, compreendendo que esses também são resultados importantes.

3 GEOGRAFIA, DECOLONIALIDADE E COMUNIDADES TRADICIONAIS: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-POLÍTICO-EPISTÊMICAS

Este capítulo tem o intuito de complementar o primeiro e estabelecer as bases teórico-político-epistêmicas que irão nortear toda a pesquisa científica implicada em meio ao conflito e cotidiano dos sujeitos. Para isso, partiremos de uma abordagem social e politicamente orientada da Geografia, tanto a acadêmica como a que se perfaz no dia a dia, entendida como um registro sobre a terra, como sugere Porto-Gonçalves (2010). Buscamos também demonstrar a importante aproximação da Geografia brasileira com uma série de movimentos plurais e organizados politicamente no final do século XX, que reforçam tanto as territorialidades marginalizadas historicamente quanto o papel político da ciência.

Essa dimensão da espacialização das atividades e das subjetivações humanas sobre os espaços de vida das comunidades, serão tomadas a partir da noção de práticas espaciais, notadamente baseadas nas contribuições de Sousa (2013) e Correa (1995). Reconhecendo nossa tentativa de “combinação” de diferentes epistemologias, e seguindo as indicações de Maldonado-Torres (2019) e Boaventura de Sousa Santos (2019), é preciso que se tente romper com pelo menos uma parte da racionalidade moderna que sustenta todo um universo de significações que se cristalizam no espaço e no imaginário populares. Nossa opção, diante esse cenário, é mobilizar o recurso analítico do evento, proposto por Milton Santos (1999), e que permite uma contemporaneidade que considera diferentes temporalidades e incompletudes.

Neste sentido, serão retomados e apresentados diferentes documentos e representações que compõem a história da modernidade ocidental, com o intuito de demonstrar como as representações que participavam e participam ativamente do nosso cotidiano são reflexos de formas específicas de se pensar a vida e o mundo. Assim como sugere Harley (2009), os mapas modernos invadem a realidade dos sujeitos de forma a ditarem uma regulação ou organização do espaço, tal qual o relógio faz com o tempo.

Buscando contornar essa armadilha, optamos por fundamentar as nossas contribuições a partir de uma Geografia aproximada das lutas e movimentos sociais

que produzem suas próprias versões de espaço e as expressam através de distintas territorialidades.

Por esse motivo, a contribuição decolonial é mobilizada como substrato para uma teoria explicativa geral, que será recortada pelas proposições das epistemologias do Sul, propostas por Santos e Menezes (2010), combinadas à noção de conflitos ontológicos idealizada por Escobar (2016). Com esse conjunto, pretendemos discutir a colonialidade em diferentes dimensões do ser marginalizado, considerando as reflexões de Cesaire (1973), Spivak (2010) e Fanon (2005), que enfatizam como as esferas de dominação podem atingir até mesmo os sentimentos e sensações.

Por fim, apresenta-se uma breve definição da concepção de território e territorialidade a partir da Geografia decolonial, principalmente mediante as contribuições de Haesbaert (2020; 2021), visando fortalecer essa base analítica dos fenômenos e nuances analisados e discutidos nos próximos capítulos.

Serão apresentadas a seguir as seguintes seções: *As Geografias e as Geo-grafias: a prática espacial e o evento; Uma lógica espacial específica ou uma territorialidade inventada; Decolonialidade, Epistemologias do Sul e Ontologia; e, por fim, Território e Territorialidades: práticas espaciais e a perspectiva decolonial.*

3.1 AS GEOGRAFIAS E AS GEO-GRAFIAS: A PRÁTICA ESPACIAL E O EVENTO

Evidentemente esta pesquisa se configura como uma contribuição geográfica, diga-se, nos dois sentidos do termo. Por um lado, trata-se de um trabalho científico, sustentado e validado pelos pressupostos estabelecidos na academia, por outro, reflete a prática humana de representar os mais diversos espaços, percorrendo sobre as marcas deixadas sobre o solo, assim como sugerido por Porto-Gonçalves (2002).

Este trabalho investiga o cotidiano a partir de uma série de recursos teórico-filosóficos, que são confrontados e reinterpretados para permitir um movimento de abertura ao aprendizado a partir de outras matrizes epistemológicas, conforme indica Bartholl (2018). O objetivo é gerar novos conhecimentos tanto para a realidade imediata dos sujeitos envolvidos na pesquisa quanto para o avanço das discussões acadêmicas sobre o tema.

Refletindo um pouco mais sobre essa Geografia acadêmica, Pereira (2009) nos dá indicativos interessantes para formular uma sustentação teórica mais robusta para as reflexões apresentadas. A autora demonstra que o surgimento dessa ideia de Geografia remonta ao período clássico de matriz greco-romana. Sendo que o fazer geográfico na época, se confundia sobretudo com as tentativas de representação e explicação do ecúmeno⁴¹. É importante ressaltar, no entanto, que esse ponto de vista foi construído a partir da geo-grafia de certos grupos ocidentais e, assim, refletem uma trajetória específica.

Ruy Moreira (2007) nos apresenta um conjunto de pensadores, como Aristóteles, Ptolomeu, Estrabão, Erastóstenes, que foram contribuintes fundamentais para a conformação do que hoje conhecemos como Geografia *moderna*. Majoritariamente, as discussões relacionadas à história do pensamento geográfico moderno (ocidental) sugerem um salto, que parte do século V d.C. e vai até meados do século XV, coincidentemente o período histórico entendido como Idade Média. Maguelniski e Bauab (2021) demonstram que, em geral, as discussões relacionadas ao pensamento geográfico desse período estão centradas na influência do Clero sobre as decisões políticas, o que é regularmente exemplificado pelos mapas tipo “TO” (representação circulares divididas em três partes). Isidoro de Sevilha, arcebispo que viveu entre os séculos VI e VII, foi um precursor desse modelo de explicação do mundo.

Figura 8 - Mapa “TO” em Etymologiae, Isidoro de Sevilla (560 – 636 d.C.)



Fonte: Maguelniski e Bauab (2021).

⁴¹ Mundo conhecido da época por aquela sociedade específica.

Essa proposta de organização espacial do mundo reflete, retomando mais uma vez a ideia de geo-grafia de Porto-Gonçalves (2002), uma forma específica de ver, entender e planejar o mundo. A centralização da cidade sagrada de Jerusalém, posicionada de forma que o ponto cardeal Leste ou Oriente fique localizado na porção superior da imagem, fortalece a ideia de salvação cristã, que orienta os sujeitos para o paraíso divino. Não menos importante, os três continentes até então conhecidos – por esses povos –, são relacionados aos nomes dos filhos de Noé: Sem, Cam e Jafé. É importante ressaltar que na narrativa bíblica, Cam, que na imagem está atribuído ao continente africano, experimenta um tipo de maldição de seu próprio pai, que sugere que toda sua linhagem de descendentes sofreria com a escravização por toda eternidade (Maguelniski; Bauab, 2021).

Esses elementos apenas reforçam a ideia de que essa história do pensamento geográfico exprime a geo-grafia de grupos específicos, que confeccionaram suas explicações e significações sobre o mundo e sobre as coisas que nele existem, mas que não resumem todo o conhecimento geográfico da época. Haba (2009), por exemplo, enfatiza a importante contribuição da cartografia árabe para o contexto europeu, sobretudo após o período de ocupação moura na península ibérica, que teve seu início no século VIII, um importante recuo no século XIII, mas que só é considerada finalizada a partir do século XV, ainda que suas influências sejam percebidas até hoje. Um dos grandes nomes do período foi Al Idrisi⁴², importante pensador árabe e um dos responsáveis por viabilizar as condições materiais e imateriais para o chamado “redescobrimento” do modelo ptolomaico no século XV.

⁴² Abreviação do nome que pode ser: Abu Abd Allah Muhammad al-Idrisi al-Qurtubi al-Hasani al-Sabti (Ceuta, 1099 - Sicília, 1165 ou 1166).

Figura 9 - Tabula Rogeriana, Al Idrisi (1154)



Fonte: Terra Australis Incognita (s.d).

Assim como qualquer representação, a Tabula Rogeriana (1154) também apresenta certas escolhas de seu autor. O grande “equivoco” do mapa reside no ampliamiento exagerado das dimensões do continente africano, acompanhado por certa incompletude das margens litorâneas do norte da Europa. Não se trata, na verdade, de um equivoco, pois, como se sabe, a tarefa de representar uma superfície tridimensional em um objeto bidimensional exige, obrigatória e fundamentalmente, uma “manobra” ou “adequação” de projeção⁴³. Todavia, não se objetiva aqui discutir tais imprecisões, o foco tão somente repousa no fato de que, provavelmente, Al-Idrisi utilizou-se de sua geo-grafia para formular essa tentativa de representação do mundo, mas não somente isso, conforme indica Haba (2009), essa proposição confrontava a ontologia cristã dos mapas “TO”.

Essa contraposição da cartografia árabe permitiu que outros pensadores da época retomassem as contribuições de Ptolomeu e sua proposta de representação do mundo conhecido a partir de meridianos e paralelos. Esse chamado redescobrimto do modelo ptolomaico foi decisivo para a complexificação das representações e das ferramentas utilizadas para navegação, fatos que implicaram de forma primordial na reunião das condições históricas que possibilitaram o fenômeno popularmente conhecido como *grandes navegações*⁴⁴.

⁴³ Ver a reflexão em Gouveia (2021) sobre a tentativa de exatidão proposta por Hajime Narukawa (2016).

⁴⁴ Ver Harley (2009).

Nesse período se inicia uma alteração significativa tanto no percurso da Geografia moderna quanto no percurso de todas as geo-grafias do mundo. Porto-Gonçalves (2002; 2006; 2012) demonstra como o movimento de centralização territorial proposto inicialmente pela Coroa Portuguesa ainda no século XII foi se desenvolvendo e, combinados ao ímpeto mercantil desencadeado pelas trocas com a Ásia, promoveram uma reconfiguração não apenas espacial, mas também de entendimento de mundo.

O reino português em 1415 avançou sobre Ceuta, cidade de nascimento de Al Idrisi, localizada no extremo norte do continente africano, e iniciou uma espécie de corrida com os “espanhóis” para alcançar os mercados no extremo leste. Esse movimento se fez necessário após o avanço do Império Otomano em direção a Constantinopla, que resultaria em sua “queda” em 1453, que inviabilizou a transposição de alguns trechos terrestres da antiga rota.

Assim, o século XV é marcado por essas incursões que buscavam a incorporação de novos territórios e mercados, ao passo que a Geografia (que ainda não era sistematizada oficialmente como uma ciência) se dedicava a aperfeiçoar as técnicas e métodos de medição, projeção, navegação, entre outros, com o objetivo claro de subsidiar essa nova geo-grafia das coroas ibéricas. Então, em 1492 o navegador genovês Cristóvão Colombo alcançou algumas ilhas próximas ao continente americano financiado pela coroa espanhola, enquanto, em 1498, o navegador Vasco da Gama alcançou Calicute, na atual Índia, subsidiado pela coroa portuguesa. Cabe ressaltar, um certo “hiato” no impacto da ideia de mundo dos europeus se considerarmos o tempo até que se reconhecesse a magnitude continental das chamadas “novas terras”.

A percepção desse “novo mundo” surge a partir das constatações de Américo Vespúcio, que retrata em sua carta *Novus Mundus* as dimensões e riquezas desse “novo achado”. Aqui, inúmeros autores sugerem que se inicia uma nova lógica de entendimento de mundo, que se espacializará de forma particular e orientada, promovendo o que se teoriza hoje como sistema-mundo moderno-colonial (Haesbaert, 2006; Lander, 2006; Porto-Gonçalves, 2012; Quijano, 2005).

Nesse sentido, é possível identificar uma geo-grafia específica desse momento, que se desenvolveu e se fortaleceu através dos recursos filosóficos e práticos produzidos pela Geografia da época. É importante ressaltar que as bases da ciência são inicialmente debatidas e estabelecidas justamente nesse período que

compreende a transição dos séculos XV e XVI⁴⁵. Notadamente, as discussões que fundam a ciência partem de cosmologias e cosmogonias que podem ser compreendidas como reflexos de geo-grafias de sujeitos específicos, como Nicolau Copérnico e Galileu Galilei, que formularam a perspectiva Héliocêntrica.

Como sabemos, a Geografia enquanto ciência autônoma e sistematizada surgirá apenas no século XVIII, todavia, é possível notar discussões e produções relevantes que foram selecionadas como registro histórico da evolução dessa área do conhecimento. Pereira (2009), mesmo que enfatize esse nascimento clássico do termo e uso corrente da noção de conhecimento geográfico, ressalta que o próprio “salto cognitivo” do *homo sapiens* muito se deu por conta da habilidade de significar e organizar seu habitat conforme suas características e objetivos. Para a autora, essa habilidade pode ser entendida como o “começo do começo” dos conhecimentos entendidos como geográficos.

Essa noção é importante e coincide com a sugestão de Porto-Gonçalves (2002), no sentido de que podemos tomar o conhecimento geográfico como participe integral da existência humana. Assim, é possível vislumbrar uma ideia de conhecimento geográfico que é interno, que compõe, que é um fator, e não apenas um resultado. Essa lógica de raciocínio pode ser correlacionada a ideia confeccionada por Milton Santos (1996) de que o espaço é, ao mesmo tempo, fator e resultado. Assim, haveria um conhecimento geográfico na qualidade de fator que pertence a natureza e a prática humana e um conhecimento resultado, ou resultante, obtido através da dinâmica promovida entre os sujeitos e seu exterior?

Esse questionamento nos leva a refletir sobre quais são os processos, fenômenos ou mecanismos que, retomando Porto-Gonçalves (2002), produzem as marcas da sociedade na terra, espacializando a existência humana, ou criando geografias. Souza (2013) nos indica reflexões importantes nesse campo.

Souza (2013) compreende que a ponte que conecta os diferentes sujeitos ao espaço seja a prática espacial. Em 2010⁴⁶, o autor sugeriu que as práticas espaciais fossem entendidas enquanto práticas sociais densas de espacialidade, onde a conjugação homem/espaço acontece através de ações sociais orientadas. Retomando as contribuições de Max Weber e Anthony Giddens, o autor tenta

⁴⁵ Ainda que alguns considerem a escolástica como a base através da qual foi possível a Revolução Científica, é corrente a atribuição da gênese da ciência moderna a Galileu Galilei.

⁴⁶ Ver Souza (2013).

demonstrar como essas formulações precisam buscar subsídio na Sociologia e nas definições acerca do indivíduo e do coletivo social, mais especificamente na ideia de ação social. Ele destaca que o primeiro a fazer essa correlação de forma sistematizada e organizada foi Henry Lefebvre, em 1974, com sua obra *A produção do espaço*. Nesse trabalho, Lefebvre (1974) formula a ideia de espaço social, que seria resultante desse conjunto de ações sociais distribuídas pelos mais variados lugares e que alicerçam as reflexões sobre as práticas espaciais.

As práticas espaciais são entendidas de forma variada na Geografia brasileira, um dos precursores deste debate em âmbito nacional foi Roberto Lobato Corrêa, que compreende as práticas espaciais a partir da ideia de gestão, organização e planejamento do espaço. Para Corrêa (1995), elas não são excludentes, podendo assim admitir uma possível combinação ou complementariedade entre os tipos. Para o autor, existem cinco tipos de práticas espaciais: a seletividade espacial, a fragmentação-remembramento, a antecipação espacial, a marginalização espacial e a reprodução da região produtora.

Outro autor a discutir o tema foi Moreira (2007), que indica que as práticas espaciais constroem geograficamente a sociedade, estabelecendo o fundamento ontológico do espaço. Para ele, as práticas espaciais são categorias do empírico e podem ser compreendidas em três fases, sendo a da montagem, a de desenvolvimento e a de desdobramento, que estarão sempre em um processo de reestruturação permanente. Ainda indica 15 práticas espaciais: seletividade, tecnificação, diversidade, unidade, tensão, hegemonia e coabitação, o recorte e o território, escala, regulação, mobilidade, urbanização, compreensão, fluidificação, sociodensidade e reestruturação permanente.

Dando prosseguimento a esse panorama, Souza (2013) sugere uma distinção entre práticas espaciais da heteronomia (poder vigente) e práticas espaciais da autonomia (ou contra a heteronomia). O autor divide as práticas espaciais da autonomia em seis tipos: território no sentido amplo do termo, território no sentido estrito do termo, refuncionalização-reestruturação do espaço material, ressignificação de lugares, construção de circuitos econômicos e construção de redes espaciais.

Assim, como enfatizado por Souza (2013), o tema das práticas espaciais, ainda que de evidente relevância teórico-filosófica, parece ser pouco explorado na Geografia. No entanto, sua contribuição parece ser suficiente na medida em que oferece uma reflexão sobre a importância da discussão relacionada a maneira pela

qual os sujeitos e as comunidades se espacializam. Nesse sentido, compreendemos que essa mesma premissa é vista na contribuição de Porto-Gonçalves (2002), que sugere a existência de uma série de geo-grafias, ou seja, uma série de diferentes formas de se marcar, ou ainda, registrar a experiência social no planeta. Considera-se, portanto, a existência de uma máxima que, ainda que frágil teoricamente, oferece grande contribuição analítica: a noção de que as formas de ver, viver e entender o mundo serão expressas como resultado e fator através das práticas espaciais. Esse conjunto de práticas espaciais caracterizaria o objeto de estudo da Geografia, o espaço geográfico.

A Geografia moderna, responsável por unificar e sistematizar os pressupostos que sustentam toda contribuição científica nesse campo, foi construída a partir de práticas espaciais de grupos específicos que nos ajudam a entender as motivações que resultaram no seu surgimento. Pereira (2009) enfatiza que a Geografia moderna se organiza primeiro nas escolas do reino da antiga Prússia, que viam a necessidade de unificação dos reinos motivados pela corrida capitalista do século XIX. É importante ressaltar que a unificação do que hoje conhecemos como Alemanha só aconteceu em 1871, período considerado tardio para a participação ativa nas dinâmicas capitalistas da época. Assim, a autora demonstra que a Geografia serviu para a consolidação de um ideário nacional, de valorização dos aspectos históricos e naturais, que contribuiriam com os objetivos políticos e econômicos de inserção na dinâmica capitalista (Pereira, 2009).

Não menos importante é o fato de que a Geografia vai ser primeiro lecionada como disciplina, para posteriormente ser devidamente sistematizada, sendo que consideram Karl Ritter e Alexander Von Humboldt como os precursores dessa ciência. Todavia, é Friederich Ratzel o primeiro a oferecer uma contribuição mais estruturada cientificamente, através da obra *Antropogeografia*, que sugere um debate relacionando política e espaço. Nessa obra, Ratzel cria a ideia de território como espaço da nação e apresenta sua contribuição mais famosa, a ideia de espaço vital – que em síntese seria o espaço demandado para a reprodução das condições de existência da nação. Pereira (2009) sugere que esse posicionamento se entrelaça com o contexto histórico regional, pois as contribuições de Ratzel convergem para uma forma de justificativa das práticas de inserção tardia da Alemanha na dinâmica capitalista global (Corrêa, 1995; Moreira, 2007; Pereira, 2009; Suertgaray, 2001).

Nota-se, que o surgimento da Geografia acadêmica contribuiu com um conjunto de práticas espaciais específicas, orientadas pelos projetos de ação social da recém unificada Alemanha, e que impactaram todo o cenário político global. Assim como demonstrado por Moreira (2012) e Corrêa (1995), a chamada Geografia Clássica ou Tradicional foi responsável por ampliar os estudos de levantamento, caracterização e diferenciação de áreas, motivando a criação dos escritórios coloniais, companhias de exploração mercantil e sociedades geográficas. Admitindo um caráter idiográfico e corográfico, o conhecimento geográfico foi estabelecendo suas bases epistemológicas, passando pelo idealismo alemão e pelo possibilismo francês, mas mantendo a relação com os projetos político-econômicos das nações europeias.

Corrêa (1995) e Suertgaray (2001) oferecem elementos que demonstram a maneira pela qual a ciência geográfica foi se alterando com o passar das épocas, iniciando pela revolução teórica quantitativa do pós-guerra e industrialização do terceiro mundo, passando pela Geografia Crítica, baseada no materialismo histórico-dialético, que visava evidenciar as contradições do capitalismo no espaço, e chegando até o período Humanista/Cultural, quando ocorre uma valorização da subjetividade e da perspectiva fenomenológica, sobretudo motivadas por questões ambientais.

O que se ressalta aqui é o movimento de “acompanhamento” percebido entre as práticas espaciais de determinados grupos, as reformulações da ciência geográfica e as transformações resultantes dessa interação. Compreendemos que nesse sentido a ideia de que os conhecimentos geográficos podem ser, assim como o espaço, considerados fator e resultado é satisfatória.

Suertgaray (2001) enfatiza que espaço e espaço geográfico são conceitos distintos, e que cabe ao espaço geográfico a figura de “balizador” da ciência geográfica. A autora demonstra a maneira como as alterações no conceito de espaço influenciaram diretamente as reflexões sobre o espaço geográfico, desde sua origem kantiana, passando pela noção de planície isotrópica e chegando até as contribuições críticas da década de 1970. David Harvey (1973), Yves Lacoste (1976) e Milton Santos (1978) são importantes contribuintes dessa nova perspectiva, que busca evidenciar as contradições do capitalismo no espaço⁴⁷.

⁴⁷ Ver também Braga (2007).

Milton Santos (1996) formula uma densa reflexão acerca da definição do objeto da geografia sob a perspectiva latino-americana, oferecendo novos recursos para as análises geográficas.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. [...] Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. E assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (Santos, M. 1996 p. 35).

Suertegaray (2001) enfatiza que um dos elementos que comprovam a relevância da contribuição de Santos (1996) diz respeito a nova concepção de espaço-tempo, que permite estudar essa coexistência de formas e dinâmicas de tempos diferentes no mesmo quadro. Assim, a autora sugere que o espaço geográfico seja uno em sua complexidade, multiplicidade e dinâmica, por meio da qual é possível organizar e explicar os fenômenos socioespaciais. O objeto da Geografia, portanto, exprime uma confluência entre o conhecimento sistematizado e a prática espacial que constantemente influencia as dinâmicas como um todo. No entanto, é sempre necessário considerar que o quadro analisado é composto pela coexistência de diferentes tempos que se realizam no presente de maneira multiescalar.

Milton Santos (1999), logo após sua formulação em *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, de 1996, reflete sobre a sua própria discussão acerca dos recursos analítico-conceituais da Geografia e enfatiza que talvez sua maior contribuição nesse sentido seja a noção de evento. Para ele, o evento seria uma das categorias analíticas do espaço geográfico, pois permite que se conjuguem os elementos do passado com os do futuro no presente. Assim, destaca que a noção de evento é fundamental na resolução de uma série de problemas de método, uma vez que permite a conjugação de espaço e do tempo, assim como do local e do global, no interior desse recurso analítico. Além disso, apresenta essa complexidade de forma objetiva, afirmando que a noção de evento “[...] permite unir o mundo ao lugar; a História que se faz e a História já feita; o futuro e o passado que aparece como

presente” (1999, p. 16), e enfatiza que “[...] só é possível falar em tempo-espço a partir da idéia de evento, que reúne tempo e espaço numa categoria única” (1999, p. 16).

Para que essa sugestão se efetive, o autor aponta a necessidade de formulação de uma ideia de *tempo empírico* como solução a ser alcançada. Nesta linha de raciocínio, ele sugere:

Como unir tempo e espaço, este sempre contendo um componente empírico, se o tempo não for considerado na sua empiricidade, na sua historicidade, que está atrás da sua realização histórica e geográfica? Realização entendida no sentido de tornar-se realidade, de fazer-se atualidade. Um tempo empírico que vai ser buscado numa definição muito simples do que existe, em que o que existe é um conjunto de possibilidades a tomar ou a deixar de tomar. Possibilidades que apenas alguns atores são capazes de exercer e que são exercidas apenas em certos lugares. Esse tempo empírico que flui da existência de possibilidades concretas, que permite uma história já feita ou uma história por fazer, recuperando, por conseguinte, a noção de futuro e atribuindo à idéia de utopia um conteúdo – diriam os céticos – realista, trabalhado a partir de possibilidades que são reais, as que são conhecidas pela história a cada momento (Santos, M. 1999, p.16).

Compreende-se, então, que o tempo empírico seria a “moldura”, ou “recorte”, que permite a percepção de um quadro da complexa dinâmica do espaço geográfico, enquanto a noção de evento emerge como o recurso analítico, que possibilita um olhar amplificado das coexistências de tempos, escalas, formas e conteúdos. Essa formulação contribui com esta pesquisa na medida em que permite analisar fenômenos e sujeitos de outras épocas a partir do quadro atual, mas isso sem que se desconsidere as possíveis influências desse movimento analítico para as contribuições futuras. Contribui também quando oferece a noção de tempo empírico para entender esse acontecer imediato em diferentes contextos, não importando localização ou referência temporal. Não obstante, a noção de evento será utilizada no movimento de discussão das representações espaciais como um todo, compreendendo que a efetivação dessa possibilidade passa, obrigatoriamente, por ideias, sujeitos, objetos e dinâmicas de outros tempos, mas que participam ativamente dessa retomada histórica.

Assim, este trabalho parte de uma contribuição geográfica no amplo sentido do termo, pois entende a contribuição acadêmica não apenas como uma formulação abstrata, mas também como uma prática espacial que será compreendida a partir do cotidiano imediato como possibilidade de efetivação através da ideia de tempo

empírico, mobilizando o recurso analítico do evento para que se complexifiquem as análises históricas no espaço.

3.2 UMA LÓGICA ESPACIAL ESPECÍFICA OU UMA TERRITORIALIDADE INVENTADA

Uma chave importante para aprofundar o debate acerca de todo movimento de conformação do sistema-mundo moderno-colonial pode ser encontrada nas contribuições de Porto-Gonçalves (2012). Este autor nos alerta para a necessidade de desnaturalização dos territórios, propondo que tomemos consciência que todo e qualquer território é formado historicamente e, portanto, não são constructos “naturais” ou “dados”. Ele sugere com isso duas coisas relevantes para nosso debate: a primeira mostra que toda e qualquer sociedade ou agrupamento humano habita um determinado território/espaço, tratando-se, portanto, de uma dimensão característica da condição humana; e a segunda evidencia que o simples fato de organizarmos o espaço, nomeá-lo, criar referências, classificações, enfim, já configura uma territorialidade em afirmação. Logo, compreendemos, assim como Porto-Gonçalves (2012) que toda e qualquer comunidade habita um território, por conta de sua territorialidade que reflete uma interação de significados e sentidos entre os sujeitos e seu entorno.

Toda sociedade ao se constituir no mesmo movimento conforma seu espaço. Dessa maneira, o território não é externo à sociedade que o constitui. Ele a abriga com suas contradições e, por isso, contém, sempre, múltiplas territorialidades em potencial. Em outras palavras, “[...] não há território que não seja instituído; cada território é, sempre, abrigo e proteção para os sujeitos que, por meio dele, se fazem a si mesmos” (Haesbaert, 2006, p. 14).

Assim, admitimos como premissa este alerta de Porto-Gonçalves (2012), reconhecendo o fato de que todo e qualquer grupo, sociedade ou comunidade habita um território, e este vínculo se estabelece por intermédio da territorialidade. Isso vale tanto para as monarquias católicas do século XV, quanto para os povos, comunidades e civilizações “pré-colombianas”.

Partindo deste reconhecimento do aspecto histórico como elemento fundamental das conformações dos territórios, cabe uma reflexão sobre o contexto de formação da territorialidade que viria a ser imposta a partir do século XVI pelos europeus. O século XV, decisivo nesse momento histórico, apresenta indícios de

práticas e contextos que levaram à conformação da modernidade colonial europeia. Um primeiro indício pode ser percebido na organização espacial do continente europeu, que, após a queda de Constantinopla em 1453, estava dividida feito uma colcha de retalhos. Eram inúmeros os reinos e feudos (Haesbaert, 2006).

Contudo, assim como demonstrado em Gouveia (2021), viu-se que o reino de Portugal, um dos primeiros a se consolidar sob um poder centralizado ainda no século XII, em 1415 inicia um processo de incursões pelo litoral do continente africano e domina a cidadela de Ceuta⁴⁸. Essa centralização do poder jurídico-político proposto pela Coroa Portuguesa, associada às incursões no litoral africano, revelam o surgimento de uma nova territorialidade para toda a sociedade europeia, que se verá na obrigação de “elevar-se” à mesma categoria”. Portugal e Castela saem na frente neste sentido, pois no século XV já eram monarquias centralizadas e influentes nas incursões para incorporação de novos mercados/territórios.

Figura 10 - Reinos Península Ibérica 1270-1492



Fonte: Secretaria da Educação (s.d.).

⁴⁸ Ver Campos (2011).

Um segundo indício se desenha a partir do que aponta Souza (1946) quando afirma que os reis da época faziam documentos que davam a posse de “possíveis novas terras a serem descobertas” a determinadas pessoas. Esse movimento se apresenta como um indício de que o objetivo de tais expedições era claro e simples, isto é, se apropriar de novos territórios e riquezas. Isso nos permite estabelecer uma conexão entre essa territorialidade em processo de conformação e a ontologia que rege tal fenômeno.

A ontologia das coroas ibéricas no século XV previa a apropriação de terras, e consequentemente de suas riquezas naturais, ainda que estas pudessem já estar habitadas. Nesse sentido, o projeto colonial se sobrepunha a qualquer outra forma de entender/habitar o espaço/natureza. Compreendemos, então, que a leitura de Escobar (2016) sobre esta ontologia está correta ao afirmar que se trata de um movimento possessivo e de base dualista, que divide o mundo entre natureza e sociedade. Esta ontologia da modernidade capitalista europeia se desenha de modo a estabelecer a violência como parte essencial do seu projeto. Ressaltamos que não se trata apenas da violência física, mas também da simbólica e imaterial, assim como demonstram Maldonado-Torres (2019), Mignolo (2005) e Boaventura de Sousa Santos (2019).

Um outro indício diz respeito a uma alteração na relação de trabalho e consumo das populações da época. O poder medieval tinha uma característica fragmentária, em que as relações aconteciam principalmente como renda-trabalho e renda-produto, contudo, estas relações foram confrontadas pela nova dinâmica renda-dinheiro que se estabelecia. Isso enfraquecia o poder e monopólio de coerção, além do controle jurídico e político na escala fragmentária, assim, estrategicamente iniciou-se um processo de adequação do ordenamento territorial em um Estado territorial absolutista. Uma nova forma de dominação e controle estabelecidos pelos senhores e reis da época sobre as massas, e que, alterava significativamente as dinâmicas e relações do período /contexto (Haesbaert, 2006).

Outro indício diz respeito à queda do Império Bizantino e aos questionamentos endereçados ao poder da Igreja Católica, esse movimento ficaria conhecido futuramente como *Reforma Protestante*, idealizada por Martin Lutero. O poder papal e católico romano precisavam se manter vigentes como os responsáveis por “abençoar” o mundo. Além disso, o resgate do direito romano como base para

estabelecer novas formas de institucionalização dos mecanismos responsáveis por controlar populações, foi central nesse momento da história (Haesbaert, 2006).

[...] Emergiu então uma nova ordem territorial, estatal, em contraste com o sistema medieval. Este moderno sistema de governo consistiu na institucionalização da autoridade pública em domínios jurisdicionais mutuamente excludentes. Os direitos de propriedade privada e os direitos de governo público tornam-se absolutos e distintos; as jurisdições políticas tornam-se exclusivas e são claramente demarcadas por fronteiras; a mobilidade das elites dominantes pelas jurisdições políticas torna-se mais lenta e acaba por ser suspensa; a lei, a religião e os costumes tornam-se 'nacionais', ou seja, não sujeitos a nenhuma outra autoridade política senão a do soberano (Haesbaert, 2006, p. 17).

Nestes termos, compreendemos que essa nova territorialidade e essa nova entidade jurídica, ou seja, o estado territorial moderno, estavam alicerçados na criação e defesa da propriedade privada da terra. Agora, ao Estado territorial cabe a responsabilidade de proteger a propriedade privada da terra até as últimas consequências. Aqui, vê-se novamente a conformidade do contexto com a ontologia detalhada por Escobar (2016). A ontologia dessa nova territorialidade entende a natureza como algo "apropriável", no sentido de que a natureza nos fornece as riquezas e recursos para que sobrevivamos, e muito mais. Contrário a isso, os mundos relacionais coexistem de forma harmônica com os aspectos físico-naturais que os rodeiam, respeitando os ciclos biogeoquímicos e o estatuto de equivalência para com os outros seres.

Por fim, um último indício diz respeito à posição marginal da Europa no período que antecede o século XV. Nesta época, a região mais dinâmica do então "mundo conhecido" era o Oriente Médio e próximo. Contudo, com a tomada de Constantinopla em 1453, diversos sujeitos da época viram a oportunidade de estabelecer um novo polo dinamizador mais a noroeste do mediterrâneo. O resgate da cultura helênica, o movimento renascentista, muito se deu por conta do contato dos árabes que ocuparam a Península Ibérica, já no século VIII, e por uma tentativa de construção de narrativa ocidental que rivalizava com a tradição oriental (Haesbaert, 2006).

Esses são alguns indícios que apontam para a conformação de uma nova lógica de apropriação e controle do espaço, que tomaria proporções globais e transformaria substancialmente a história de toda a humanidade. O chamado sistema-mundo moderno-colonial pode ser interpretado a partir do registro espacial que ele

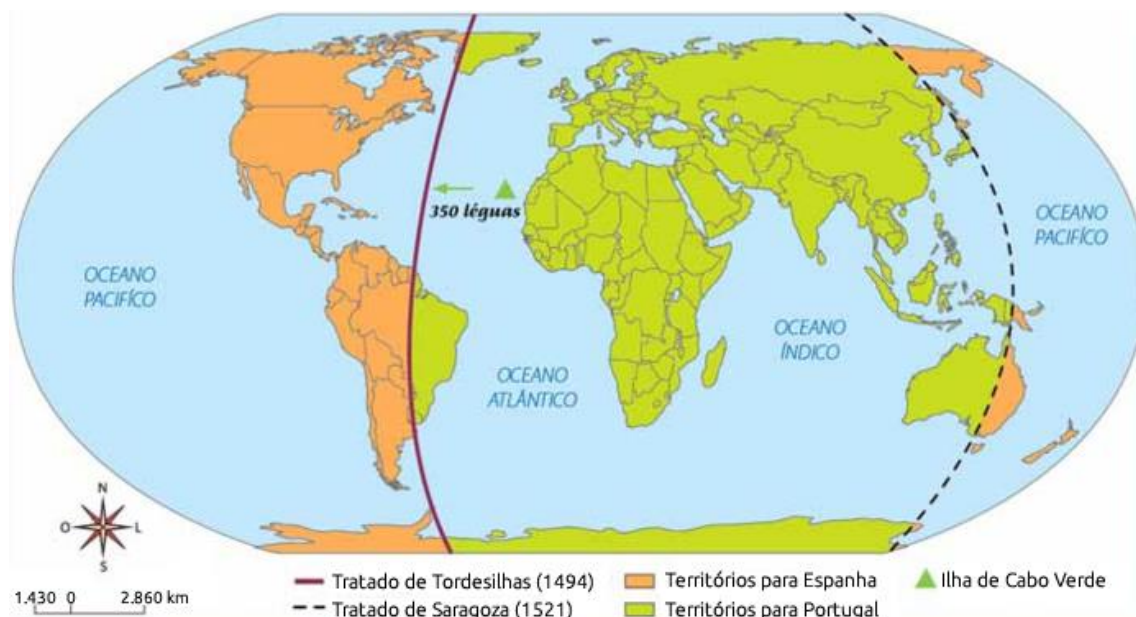
promove, a partir da marca deixada na terra (Haesbaert, 2006; Porto-Gonçalves, 2002).

Os tratados de Toledo e Tordesilhas são exemplares desse registro espacial que se tornaram evidentes através dos mapas e refletem a forma como a territorialidade colonial não era restrita a essas coroas, ela transcendia o cotidiano imediato dos ibéricos e atuava sobre o mundo todo.

O tratado de Açaçovas-Toledo (1479) foi um acordo estabelecido após cerca de cinco anos de conflito entre as coroas de Castela e Portugal, e que dentre outras coisas, sugeria uma divisão horizontal da exploração e domínios pelo oceano Atlântico, tal qual um paralelo. Assim como demonstrado por Campos (2011), é notável o avanço e interesse português pela costa oeste do continente africano, contudo isso mudaria com as expedições de Cristóvão Colombo que alcançariam as Antilhas no final do século XV. O “encontro” com essas novas terras iria alterar substancialmente a dinâmica produtiva e social do período, e buscando garantir e organizar essas incursões, foi assinado em 1494 o tratado de Tordesilhas.

É importante destacar que inicialmente o tratado estabelecia uma linha demarcatória vertical, tal qual um meridiano, alocado entre as ilhas de Cabo Verde (domínio português) e as ilhas Caraíbas (“descobertas” por Colombo em nome da coroa de Castela). Contudo, essa linha foi reestabelecida em 1494, sendo deslocada 370 léguas a Oeste das ilhas de Cabo Verde, assegurando assim o “direito de domínio” do que hoje é o Brasil a Portugal. Ressaltamos que a porção de terra que hoje chamamos de Brasil só seria “encontrada” por Portugal seis anos depois da assinatura desse acordo.

Figura 11 - Tratados envolvendo os reinos de Portugal e Castela



Fonte: Munhoz (2019).

Neste sentido, esses tratados, de caráter evidentemente cartográfico, estabeleciam recortes no mundo seguindo o ímpeto colonial que se desenhava, mas não apenas isso, eles eram determinados pela força política e ideológica da igreja católica por intermédio do papa. Esses acordos entre as coroas católicas eram mediados e “regulamentados” pela santidade papal, no caso do tratado de Tordesilhas, através da chamada *Bula Inter Coetera* assinada pelo papa Alexandre VI.

Essa história começa a ter impactos sociais e espaciais mais significativos a partir da construção da narrativa que conforma o que Maldonado-Torres (2019) chamou de “advento da descoberta”. Em síntese, trata-se de um recurso utilizado pelos europeus que cria a narrativa vitoriosa de conquista e progresso sobre outras populações e seus territórios. “Vê-se, desse modo, que o mundo moderno não é compreensível sem a colonialidade. Daí dizermos, sempre, aqui, que vivemos um sistema-mundo moderno-colonial, e não simplesmente um mundo moderno” (2019, p. 19).

Maldonado-Torres (2019) identifica a existência de uma estratégia para simplificar e até mesmo diminuir a responsabilidade dos efeitos do colonialismo no mundo atual. Diversos pesquisadores entendem todas as colonizações como um fenômeno de mesma natureza e, portanto, equivalentes, sendo que são episódios que

ocorreram diferentes vezes em diferentes contextos, sem que haja qualquer proeminência da colonização europeia sobre a história da humanidade. Boa parte desses pensadores entendem o colonialismo como um fenômeno já superado, o que aloca sua existência no passado. No entanto, para superar essas estratégias, o autor opta pelo uso do termo “colonialismo moderno”, que diz respeito ao modo específico com que as coroas ibéricas ocidentais inauguraram a colonização desde o século XV e de que maneira isso pode ainda nos afetar (Maldonado-Torres, 2019).

Uma série de autores compreendem que existem ainda diversos fenômenos, práticas, instituições e traços culturais que conservam a ontologia, territorialidade e linguagens impostas nesse momento histórico. Essa evidência percebida do colonialismo, que ainda se faz presente nos dias atuais independentemente das emancipações nacionais ou econômicas, é chamada de colonialidade. Diferentes autores propõem uma delimitação dos contornos desse fenômeno, todavia, o que nos importa aqui é que a colonialidade é um resultado da territorialidade exercida pelo sistema-mundo moderno-colonial e combina dois principais elementos em quaisquer que sejam as definições. A primeira diz respeito a toda narrativa vitoriosa construída a partir do “advento da descoberta” das terras que viriam a se chamar América, e em seguida as diferentes formas de dominação, controle e violência exercidas sobre as populações que preexistiam a este episódio (Maldonado-Torres, 2019).

Outro elemento de extrema relevância é a forma pela qual as coroas europeias privilegiaram o tempo em detrimento do espaço, e inauguraram uma nova narrativa de história do mundo onde classificam e organizam a trajetória da humanidade segundo seus próprios parâmetros (Haesbaert, 2006). Isso desencadeou todo um processo de interpretação e entendimento do tempo de modo linear, de maneira que os espaços seriam reflexos dessa perspectiva sequencial, conformando assim um sustentáculo imprescindível da estrutura epistemológica produzida pela modernidade colonial e, conseqüentemente, da constituição da colonialidade. Essa dinâmica favorece a propagação da ideia de levar o progresso, a ideia de que alguns povos são atrasados/bárbaros, a ideia de que a “linha de chegada” seria a Europa, a ideia de que a história do mundo é uma sequência de fatos organizados que evidenciam a forma pela qual a sociedade sempre “evolui” ou “melhora” (Maldonado-Torres, 2019).

Neste sentido, é importante salientar que o movimento conhecido como decolonialidade ou descolonialidade não se direciona a discutir o movimento de independência política das colônias, pelo contrário, busca justamente discutir os elementos não imediatos, que se reinventam e se fazem presentes em diferentes contextos, práticas e instituições. A colonialidade age em diferentes níveis da vida cotidiana, como o ético, o ontológico, o moral, o epistemológico, enfim, ela está presente em inúmeros elementos da realidade que nos circunda. Assim sendo, a decolonialidade seria uma '[...] luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos' (Maldonado-Torres, 2019, p. 36).

A decolonialidade, portanto, é um ímpeto, uma tentativa, um esforço, que busca confrontar a estrutura criada pela modernidade colonial em diferentes âmbitos. Para além dos direitos territoriais, a perspectiva decolonial reconhece a necessidade de justiça cognitiva, assim como demonstrado por Cruz (2014), Boaventura de Sousa Santos (2019), Maldonado-Torres (2019) e tantos outros. Desta forma, é preciso admitir como condição para a realização deste trabalho o entendimento de que ele precisa operar, ainda que de forma incipiente, a realidade, o conhecimento e os conflitos de forma conjunta. Não se pode desconsiderar nesta trajetória a dimensão simbólica, espiritual, emocional, essa dimensão imaterial que é, também, substrato da colonialidade.

Identificar e analisar de que forma a colonialidade opera nos mais íntimos contextos da nossa sociedade implica em nos questionar sobre como a decolonialidade poderia instaurar novas dinâmicas e emprestar novos sentidos as relações sociais. Neste sentido, Escobar (2016) e Maldonado Torres (2019) reforçam que a decolonialidade não deseja o estabelecimento de uma nova ordem hegemônica, pelo contrário, ela busca um mundo em que “caibam” e coexistam várias formas diferentes de viver a vida.

3.3 DECOLONIALIDADE, EPISTEMOLOGIAS DO SUL E ONTOLOGIA

O termo “decolonial” foi empregado pela primeira vez por Ngugiwa em 1986, e por mais que ao longo do tempo a decolonialidade tenha assumido atributos de uma categoria analítica, suas origens, segundo o manifesto publicado em 2005, remontam ao século XVII. Ainda que diferentes povos tenham experimentado processos semelhantes, a América Latina assume uma posição específica, única, por estar envolvida na narrativa fantástica de descobrimento do “novo mundo” e por conta

das ditaduras cívico-militares que se estabeleceram em diferentes países ao longo do século XX (Torre; Benegiamo; Dal Gobbo, 2022).

Deste modo, é do interior da América Latina, ou Abya Yala, que na década de 1990 começam a se organizar grupos de estudo, debates e trabalhos assumidamente decoloniais, no sentido de que se interessam por investigar essas contradições e marcas do passado colonial que perduram até os dias atuais. Quijano (1992) foi o primeiro a expor formalmente algumas reflexões acerca da colonialidade do poder e propor uma nova forma de interpretar e contar a história da modernidade a partir dos países colonizados.

Aníbal Quijano, foi um importante sociólogo peruano, e estabeleceu o conceito de raça como central na conformação da racionalidade moderna colonial, que de alguma maneira precisa explicar e justificar as diferenças, hierarquias e violências produzidas. Neste sentido, o autor opera a ideia de que a modernidade é regida por uma racionalidade específica e que a ciência se tornou um importante mecanismo de validação social desta (Torre; Benegiamo; Dal Gobbo, 2022).

Assim, as contribuições decoloniais, para além de poderem assumir o caráter de um trabalho acadêmico, se associam a demandas e movimentos sociais e se inscrevem na história política da América Latina e de outros lugares. Podemos ser consideradas como um projeto situado, cultural, material e espacialmente.

As bases teórico-conceituais desta corrente do pensamento provêm do marxismo latino-americano, do socialismo antilhano e de uma reinterpretação de cosmovisões indígenas. Aníbal Quijano, que possui uma vasta obra tratando desta temática e que teve uma formação marxista, se utiliza da ideia de dependência histórico estrutural da América Latina e problematiza o estruturalismo reivindicando por mais atenção às intersubjetividades. Neste sentido, a colonialidade seria um universo de relações intersubjetivas de dominação, que se encontram submetidas a hegemonia eurocêntrica (Torre; Benegiamo; Dal Gobbo, 2022).

A proposta de Aníbal Quijano desvia do estruturalismo de matriz marxista, contudo, não abandona as categorias da crítica anticapitalista. É importante ressaltar, portanto, que a corrente decolonial não se opõe à corrente marxista, muito pelo contrário, ela se utiliza do marxismo para formular novos questionamentos e problematizações. Neste sentido, a teoria decolonial se desenvolve a partir da ideia de que esse conjunto de relações intersubjetivas de dominação que são componentes

da colonialidade se misturam às necessidades do capitalismo e invadem nosso cotidiano e imaginário.

Notadamente, a maioria desses pesquisadores é proveniente de uma formação marxista, com grande experiência e proximidade com os autores que realizam suas pesquisas de forma a buscarem a transformação da realidade e a superação da exploração do homem pelo homem. Todavia, esses autores decoloniais identificaram algumas lacunas que se formavam ao observar determinadas realidades. A luta anticapitalista marxista é acompanhada por uma outra proposta de modelo de sociedade e é facilmente incorporada em determinadas realidades, como, por exemplo, as periferias de grandes cidades. No entanto, em outros contextos, como territórios isolados na Amazônia, ela parece não alcançar a profundidade necessária para desvelar certas nuances. A teoria decolonial nasce como uma alternativa, e não como uma “adversária” da teoria crítica marxista, ela mantém o ímpeto transformador da realidade como norteador das contribuições. Entretanto, se diferencia por compreender que esses sujeitos históricos e políticos, atualmente interpretados enquanto povos e comunidades tradicionais, possuem especificidades que resultam na luta por direitos diferentes dos movimentos sociais periféricos urbanos, por exemplo.

Uma comunidade indígena no meio da floresta amazônica talvez não vislumbre melhores condições de trabalho nas fábricas, ainda que possam ser contra a exploração e a desigualdade, pois esse tipo de atividade/prática não pertence ao seu universo de significados. É neste sentido que as contribuições decoloniais se estabelecem, buscam discutir a luta anticapitalista, discutir as desigualdade e assimetrias sociais, considerando esse conjunto de sujeitos que não compartilham a mesma ontologia da modernidade.

Esses povos originários possuem trajetórias que são muito anteriores ao contato com os europeus no século XV, possuem suas próprias territorialidades, cultura, espiritualidade, base epistemológica, linguagem etc. A contribuição decolonial emerge com o intuito de tentar apreender tanto a natureza e característica destes aspectos, como também o impacto da colonialidade sobre eles. Escobar (2016) nos apresenta uma explicação objetiva que facilita o entendimento de sua contribuição e nos ajuda a entender todo este movimento sob um outro olhar.

Ele indica que a conformidade da modernidade colonial eurocentrada se estabeleceu através de uma série de operações epistemológicas que invadem o

cotidiano e o imaginário de diferentes povos ao redor do globo. Todavia, sugere que tais operações epistemológicas foram elaboradas a partir de uma ontologia específica que condiciona todo seu desenvolvimento e organização. O axioma moderno colonial parte de uma ontologia dualista que aliena o homem da natureza e que dá o direito a sociedade de criar estruturas e instituições de poder e de controle sobre o espaço. Para além disso, a ontologia colonial é possessiva, ela admite um pressuposto de expansão, apropriação e controle que age constantemente contra os outros territórios e ontologias (Escobar, 2016).

No sentido contrário a isso, estão as comunidades tradicionais, que coexistem com diferentes ciclos biogeoquímicos do planeta de forma harmônica, caracterizando o que Escobar (2016) chamou de mundos relacionais. Esses mundos relacionais podem ser entendidos enquanto um emaranhado de vidas e práticas que estabelecem redes densas de inter-relação e que caracterizam uma ontologia relacional. Esses mundos relacionais caracterizam o que o autor chama de territórios ontológicos, espaços de vida e reprodução de comunidades que resistem a tensionamentos de diferentes ordens e naturezas produzidos pela ontologia moderna, desencadeando assim os conflitos ontológicos.

Figura 12 - Mundos Relacionais



ESCOBAR, Arturo. 2016. Sentipensar la tierra: las luchas territoriales y la dimensión ontológica de las epistemologías del sur. *Revista de Antropología Iberoamericana*, 11(1): 11-32.

Fonte: Escobar (2016); Matheus Gouveia (org.) (2023).

Nesse sentido, enfatizamos a importância da resistência dessas comunidades e de seus territórios, sobretudo no que diz respeito a possibilidade de resposta à crise global do capitalismo contemporâneo. Como são baseados em outra ontologia, e, portanto, em outros valores e sentidos para a vida, esses territórios ontológicos lutam pela conformação de um *pluriverso* de mundos relacionais, em resumo, um mundo em que caibam vários outros mundos. Esse arquétipo foi emprestado de algumas experiências indígenas na América e sustenta a indicação de que talvez as soluções dos problemas “modernos” estejam na ancestralidade dessas comunidades, assim como sugerido por Boaventura de Sousa Santos (2019).

Figura 13 - Axioma do Pluriverso dos mundos relacionais

PLURIVERSO DE MUNDOS RELACIONAIS

ESCOBAR, Arturo. 2016. Sentipensar con la tierra: las luchas territoriales y la dimensión ontológica de las epistemologías del sur. *Revista de Antropología Iberoamericana*, 11(1): 11-32.



ELABORAÇÃO:
MATHEUS GOUVEIA
(PPGG/CCEN/UFPB)

"El axioma zapatista es el que mejor representa la lucha por mantener múltiples mundos —el pluriverso—, un mundo donde quepan muchos mundos." (p.20)

Fonte: Escobar (2016); Matheus Gouveia (org.) (2023).

Considerando as contribuições supracitadas, temos que os povos e comunidades tradicionais, originários e ancestrais, resistem e (re)existem em meio a uma série de operações epistemológicas, mas não apenas isso, veremos que toda

essa dinâmica conflitiva é acompanhada por uma violência física, simbólica e psicológica que tensionam a existência dessas populações diariamente.

Fanon (2005) demonstra que a posição de subalternização dos colonizados transcende a dimensão imediata e invade o imaginário, os sentimentos e até mesmo os desejos e planos. Neste sentido, o autor sugere a existência de um processo de animalização desses povos, uma espécie de maniqueísmo, que diferencia ética, moral e espiritualmente os que dominam e os que são dominados. Dessa forma, a violência, seja ela física e imediata, ou simbólica e tênue, é um elemento fundamental para o capitalismo moderno e a lógica colonial de dominação que se instaurou.

Frantz Omar Fanon foi um importante pesquisador e psiquiatra natural de Martinica, uma ilha caribenha que é considerada até hoje um território ultramarino da França. Em meio a sua denúncia sobre a perversidade da colonização, ele interpreta que, por conta da violência se configurar como um articulador, como uma espécie de pilar da estrutura da sociedade moderna colonial, todo e qualquer ímpeto de descolonização tende a ser, obviamente, um processo também violento. Neste sentido, cabe ressaltar que a luta anticolonial que, para alguns povos, já perdura a mais de cinco séculos, pode acontecer também contra “iguais”. Um outro aspecto fundamental do ímpeto expansionista e colonizador das coroas católicas, da Península Ibérica nos séculos XIV e XV, trata da “incorporação” ou até mesmo “cooptação” de sujeitos provenientes das comunidades subjugadas para o exercício de funções primordiais que promovem a reprodução da lógica de dominação e controle colonial (Fanon, 2005).

Essa indicação leva-nos a estabelecer uma conexão com as proposições de Escobar (2016), pois se considerarmos que vivemos um axioma moderno colonial, que mobiliza diferentes operações epistemológicas e promove uma série de tensionamentos que acabam por evidenciar um caráter ontológico dos conflitos, concluiremos que esta incorporação e cooptação de sujeitos para reprodução da lógica colonial é estrategicamente fundamental para conservar o domínio, controle e preconceito. E esse movimento de transformar um “comum” em representante do poder estatal, governamental, papal, real, entre tantos outros é recorrente ao longo da história e acabou por “incorporar” diferentes setores da sociedade, e com a academia não poderia ser diferente.

Fanon (2005) os chamou de “intelectuais colonizados”, que são responsáveis por utilizar a posição de prestígio social experimentada pela ciência moderna para reforçar, reafirmar, resgatar e promover valores dos colonizadores. Um exemplo simples provém da dicotomia criada entre individualidade e coletividade, que desarticula e enfraquece as possibilidades de organização e reivindicação dos colonizados. A ideia de responsabilização jurídica individual interfere diretamente na existência de qualquer construção coletiva e ativa. O medo de represálias individuais, de sofrer algum tipo de perseguição, enfim, faz com que os sujeitos temam por suas vidas “individual” e “coletivamente”. Dessa forma, eles param de se “arriscar” em nome do coletivo por temerem consequências individuais.

Assim, independentemente da posição ocupada, Fanon (2005) entende esse conjunto de populações colonizadas como “condenados”, por conta de ocuparem um lugar em que seja impossível reproduzir sua base epistemológica e seus costumes, sua espiritualidade e até mesmo sua intimidade. A ideia de que esses povos “nascem” no momento do suposto “descobrimento” implica que toda história, tradição e cultura anteriores serão substituídos por completo, ou pelo menos serão substancialmente alterados. Aqui, é possível identificar a importância das reflexões de Maldonado-Torres (2019) a respeito do que ele chamou de “advento da descoberta” e seus desdobramentos.

Esses apontamentos convergem com as reflexões apresentadas por Mignolo (2005), que evidencia a maneira com a qual o colonialismo europeu continua a existir e a fazer “parte” da humanidade. Uma primeira indicação importante demonstra que discutir o colonialismo vai muito além de descrever o contexto, dinâmicas e fluxos das colônias, é preciso incorporar também todo o cenário que se desenhava entre os colonizadores. Desta maneira, estudar o colonialismo europeu é, também, investigar os processos e dinâmicas que levaram os países europeus a situação em que se encontram agora, e o mesmo vale para as colônias. Refletir sobre como eram as interações e posicionamentos dos colonizadores, não só em relação as colônias, mas também em relação aos outros colonizadores, é fundamental para compreender todo o contexto geopolítico europeu que se desenvolve desde o século XV (Mignolo, 2005).

Para além deste contributo, Mignolo (2005) entende que durante um longo período a teoria crítica do colonialismo acabou por se transformar naquilo que propunha superar. Dessa forma, a ciência moderna é uma rede complexa de

hierarquias entre os lugares promoveram um cenário em que a valorização e o uso de uma determinada base epistemológica tem relação direta com a sua localização geopolítica internacional. Se estabeleceu que a ciência moderna, eurocentrada e colonial, que subsidiou o nascimento do modo capitalista de produção e consumo, representava o mais “alto grau” de desenvolvimento social, a linha de chegada que todos os povos deveriam atravessar.

Neste sentido, a epistemologia moderna colonial se constitui através de uma organicidade entre diferentes espaços e suas dinâmicas, combinadas a manifestações culturais e ao idioma, que fixam os territórios colonizados em uma linha ‘evolutiva’. Assim, a condição do colonizador é a linha de chegada que todas sociedades deveriam almejar. Dessa forma, o autor define os legados coloniais como contradições estabelecidas no passado, mas que perduram e encontram-se engendradas à cultura dos povos que sofreram com a colonização ocidental moderna até os dias atuais. Considerando o período entre 1492, que iniciou a chamada ‘revolução da descoberta’ (MALDONADO-TORRES, 2019) até meados do século XX, o discurso da missão civilizatória imputa no imaginário dos colonizados o desejo de seguirem os caminhos desenhados pelos colonizadores (Gouveia, 2021 p. 63).

Contudo, é dentro deste mesmo contexto, dentro da própria ciência moderna, que emergem uma série de reflexões e iniciativas que contribuem para a problematização do *status quo*, e mais, elaboram estratégias e planos de ação com a finalidade de transformar um quadro específico. Uma dessas contribuições, lembra Mignolo (2005), foi o que ficou conhecido como “giro Stuart Hall”.

A partir de um conjunto de obras e reflexões, Stuart Hall, sociólogo negro de origem Jamaicana e radicado no Reino Unido, é associado a gênese da escola de pensamento conhecida como “British Cultural Studies”, ou escola de Birmingham. Hall (2016; 2019) elaborou uma crítica à razão ocidental e discutiu a maneira pela qual o conhecimento científico refletia relações de poder e subordinação da sociedade moderna colonial. Esse autor destaca a importância das práticas culturais e do resgate das histórias, contos, mitos, lendas que valorizam os aspectos relevantes das comunidades em detrimento da história gloriosa e fantasiosa do colonialismo europeu. Existe aqui um conflito, não apenas sobre a narrativa em si, mas também sobre os mecanismos de validação, divulgação e controle das práticas e atividades que permitem que uma história seja incorporada por boa parte da população. O direito a poder contar a própria história, por exemplo, em muitos casos só é alcançado mediante luta, desobediência e protesto.

Boaventura de Sousa Santos (2019) afirma que todo este emaranhado de relações hierárquicas e de poder que incidem sobre a produção do conhecimento científico moderno criou uma espécie de classificação que promove o que ele chamou de epistemicídio multifacetado. A utilização da ciência como instrumento fundamental do projeto colonial produziu uma hierarquização epistemológica que convencionou uma diferença enorme, uma linha abissal, entre os conhecimentos gerados pelos colonizadores e aqueles gerados pelos colonizados. Essa diferenciação era acompanhada de uma desqualificação da humanidade do outro, logo, não era filosoficamente possível que um colonizado produzisse conhecimento, pois este era desprovido das capacidades mentais, físicas e espirituais que lhe conferiam tal habilidade.

Compreende-se, então, que o capitalismo moderno mantém a lógica colonial de dominação em diferentes contextos e escalas, uma vez que priva ontologicamente o outro de sua forma de existir. A modernidade colonial europeia admite para si uma base epistemológica excludente, exclusiva e possessiva, acompanhando a nomenclatura utilizada por Escobar (2016), pois prevê a desarticulação e invalidação de outras bases epistemológicas e formas de vida.

Diante deste cenário, Santos (2019) sugere que qualquer ímpeto de descolonização depende da superação ou eliminação desta linha abissal que distingue os “seres” dos “não seres”, para que então seja possível valorizar outras matrizes de conhecimento, valorizar os traços identitários e até mesmo reformular e reconsiderar as noções acerca da humanidade e da nossa coexistência com o planeta.

Essas contribuições emergem, necessariamente, na fronteira indicada por Mignolo (2005), no contato entre o saber tradicional das comunidades e o conhecimento científico localizado e orientado segundo uma base teórico-política específica. Elas associam prática, territorialidade, luta e resistência das comunidades, e, assim, subsidiam as reflexões e conhecimentos científicos politicamente orientados, comprometidos com uma causa ou demanda social concreta. Por este motivo, há indiscutivelmente uma dimensão ontológica, assim como demonstrado por Escobar (2016), que só é acessada mediante a combinação da luta e da reflexão sobre a luta, um recurso cognitivo, abstrato, intelectual, que permite vislumbrar outras formas de ver, pensar, entender e explicar a vida e as coisas do mundo. Assim, é necessário que as discussões, provocações e informações alcancem a intimidade dos sujeitos, ao

ponto de fazer com que reflitam sobre a compreensão que têm de seus territórios, de si mesmos, e dos “outros”, compreendendo que se trata de um trabalho duradouro e minucioso de identificação e superação dessas marcas e condicionantes da lógica colonial que perduram até hoje.

Considerando, então, toda uma variedade de pensadores que reconhecem esse “problema” dos legados coloniais que perduram na sociedade atual, Santos (2019) propôs a criação de um “campo” ou “corrente de pensamento que agrupa uma série de autores que acreditam na necessidade de valorização da diversidade epistemológica, e mais, que entendem que a luta anticapitalista é um fio condutor, um aspecto comum a todos estes espaços. As epistemologias do Sul fazem alusão a posição marginal de alguns países em relação a produção de conhecimento e reforçam seu caráter emancipatório.

Assim, as epistemologias do Sul transcendem a crítica da razão científica moderna e problematizam também os efeitos e desdobramentos dessas interações, elaborando e pesquisando outras possibilidades teórico-metodológicas que emergem destas experiências de contato, chamadas de conhecimento fronteiro por Mignolo (2005), e que estão intimamente ligadas a realidades concretas e experiências reais de luta. A disputa agora não é apenas por justiça social, ela é também uma busca por justiça cognitiva, uma tentativa de resgate das bases epistemológicas e consequentemente dos elementos que compõem a ontologia e a territorialidade. Essa pluralidade e diversidade se inscrevem como principais rivais do discurso universalizante do sistema-mundo moderno-colonial, pois denunciam o processo de apagamento e desqualificação ao mesmo tempo em que apresentam novos recursos e reflexões para substituir o que é considerado vigente, corrente, oficial (Santos, 2019).

Resgatar os saberes suprimidos, silenciados e marginalizados requer a prática daquilo que tenho chamado de ‘sociologia das ausências’, um procedimento destinado a mostrar que, dada a resiliência da linha abissal, muitas práticas saberes e agentes que existem do outro lado dessa linha são de fato ativamente produzidos como inexistentes pelos saberes ‘deste’ lado da linha abissal, especialmente quando resistem às exclusões abissais causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. A identificação da existência da linha abissal é o impulso fundador das epistemologias do sul e da descolonização do conhecimento que visam empreender (Santos, B. S. 2019, p. 27-28).

Essa diversidade de territórios, comunidades, culturas e epistemologias cria a noção de que o Sul não é a entidade propriamente dita, ela é um recurso que tenta nomear um conjunto de práticas e dinâmicas concomitantes. Assim, as epistemologias do Sul refletem uma diversidade infinita e que será eternamente conhecida apenas de forma parcial, pois está em constante transformação e adaptação, tendo como aspecto dinamizador os conflitos vivenciados. O desejo e a busca pela transformação da realidade fazem com que se possa compreender esse conjunto de experiências dentro de um mesmo quadro analítico.

As epistemologias do Sul, portanto, subsidiam a reprodução de ontologias que se encontram em constante movimento de resistência e reivindicação. É justamente através deste contato entre essa realidade conflitiva e o discurso científico que novas possibilidades de conhecimentos, soluções e práticas podem surgir. Assim, elas tensionam a ciência moderna em duas principais frentes, uma no campo da validação, construção e propagação dos conhecimentos e outra que incide sobre as problematizações dos processos, mecanismos e dinâmicas do conhecimento, como, por exemplo, a relação entre o sujeito e objeto (Santos, B. S. 2019).

Há de se ressaltar também a importância da dimensão metodológica para estes intentos, pois a ciência moderna se desenvolveu a partir de uma noção que entende o conhecimento como um produto, uma matéria-prima trabalhada que se faz unilateralmente. Ao invés disso, as epistemologias do Sul surgem como uma tentativa horizontal de geração de conhecimento, e mais especificamente, oferecem soluções para os problemas e questões das sociedades contemporâneas a partir da valorização ontológica e das territorialidades destes grupos. Neste sentido, esses conhecimentos são gerados, e não produzidos, eles não são produtos, são percepções obtidas a partir da prática concreta e refletem os interesses de uma coletividade que se localizam espacial e politicamente (Santos, B. S. 2019).

Toda essa nova dinâmica que passa a “reconhecer” aqueles que outrora eram definidos como ausentes é fundamental para resolução de um problema ligado à emancipação destas mesmas populações. Para superar a produção do inexistente, é necessário um conjunto de ações orientadas, contudo, é importantíssimo que todas elas deixem marcada a dimensão ontológica que envolve todo o conflito.

Deste modo, observamos que de fato existe uma dimensão ontológica que é latente a todos os conflitos que envolvem comunidades que se consideram “externas” ao axioma moderno colonial. Neste sentido, a tentativa de reescrita da

história a partir dos próprios sujeitos viventes é totalmente dependente de uma “tomada de consciência” que compreende os efeitos e desdobramentos do colonialismo para além da simples dominação política e econômica.

Essas comunidades partem da compreensão de que o colonialismo não só agiu, como continua agindo cotidianamente, controlando e reprimindo suas práticas religiosas, sua produção e propagação de conhecimentos e interferindo até mesmo nos sentidos, sensações e desejos. Nós partimos, então, do entendimento de que inúmeras estruturas epistemológicas regidas e mantidas pelo capitalismo ao longo das épocas, pelo menos ao longo dos últimos cinco séculos, perpetuam os legados coloniais em distintas dimensões da existência daqueles que foram colonizados.

Uma dessas estruturas epistemológicas é a que está vinculada à ciência moderna e ao uso do conhecimento científico. É inegável a importância e centralidade da ciência para o desenvolvimento de diversas áreas da humanidade, contudo, é essencial salientar que a base epistemológica greco-romana resgatada pelos renascentistas europeus não era exclusiva, muito menos a mais “desenvolvida”. Considerando um quadro global, todos os conhecimentos surgiram de forma localizada, até serem incorporados e transmitidos primeiro internamente e depois externamente. E assim coexistem no mundo uma grande diversidade de bases epistemológicas, na mesma proporção em que existem povos culturalmente distintos.

O problema é que, a partir do projeto colonial europeu, a ciência moderna foi evocada como uma forma oficial e institucional de produção e veiculação do conhecimento. Assim como o Estado territorial detém o monopólio da violência, ele também monopoliza todo o processo de criação e divulgação dos conhecimentos socialmente aceitos como válidos e tomados como referência para as decisões políticas. Isso fez com que o processo de “elevação” da ciência moderna fosse acompanhado de um movimento de desqualificação e desarticulação de outras bases epistemológicas que refletem, consequentemente, outras ontologias.

Inúmeros autores compreendem que sob o invólucro da razão científica, da pureza, da imparcialidade, do progresso, o sistema-mundo moderno-colonial utilizou a ciência como uma importante ferramenta de controle e dominação, uma operação epistemológica que age em diferentes frentes e contextos e que transmite a sensação de que exista um “certo” e um “errado”. A ciência se tornou um critério fundamental para as decisões políticas.

Por este motivo, a tomada de consciência sobre a necessidade de uma inversão da base epistemológica utilizada como referência social coletiva inaugura um novo momento do conflito. As comunidades agora não reivindicam mais a presença ou aparição no desenrolar das histórias oficiais, pelo contrário, reivindicam o direito à produção e reprodução de sua forma de vida e a valorização de seus traços culturais. Agora eles querem contar a própria história e divulgá-la como bem entendem, tensionando essa estrutura epistemológica tão fundamental para a lógica moderno colonial.

Mignolo (2005) enfatiza neste caso a importância dos conhecimentos chamados de “fronteiriços”, ou seja, aqueles obtidos a partir do contato entre essas duas bases epistêmicas distintas. A ciência moderna amplamente aceita pela sociedade burguesa pode ser usada como um instrumento de luta, assim como sugerido por Bartholl (2018), e inscrever no debate público conhecimentos, experiências, práticas, entre outros, de forma equivalente. Os conhecimentos fronteiriços, como aponta Mignolo (2005), se fazem a partir da utilização de parte da estrutura epistemológica da ciência moderna para elaboração e divulgação de conhecimentos que questionam e propõem a transformação do *status quo*, incluindo a própria universidade e o conhecimento científico.

O autor, portanto, indica que é possível identificar uma forma de colonização que acontece sobre os processos de produção e divulgação de conhecimentos. A dificuldade de diálogo entre os saberes, a valorização desigual e desproporcional de acordo com os diferentes espaços e territórios, e todo esse processo de enaltecimento da ciência em detrimento da desqualificação das outras bases epistemológicas, desvelam uma dinâmica de exportação de conhecimentos e de centralidade espacial hierárquica que promove uma espécie de razão entre as localizações epistemológicas e os espaços geográficos que as incorporam.

Refletindo sobre os princípios da epistemologia moderna ocidental é imediata a noção de que elas ‘mediam’ o mundo e as diferentes culturas sob uma régua própria, que dissociava o tempo do espaço e a natureza da sociedade. Não obstante, admitia uma perspectiva linear de evolução que fundou algumas correntes como o historicismo, o empirismo e o positivismo, desqualificando outras formas de ver e entender tanto a vida, quanto a produção de saberes. Este empobrecimento cultural e epistemológico, também foi apontado pelo antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro, e dá lugar a uma libertação possível a partir dessa construção fronteiriça, onde não mais são aceitos como dado os desenhos confeccionados pelos colonizadores, abrindo a possibilidade para uma produção própria desde baixo (Gouveia, 2021, p. 65).

Desde o século XV começou a se desenvolver um processo de diferenciação entre os povos, assim como uma classificação que acreditamos reproduzir a premissa por trás do que Maldonado-Torres (2019) chamou de “Catástrofe Metafísica”. Deu-se início ali a um processo de diferenciação dos seres europeus, brancos, detentores de terras, daqueles “não seres”, para retomar Maldonado-Torres (2019), que eram todos os outros. Neste momento, se inaugura um período em que surgirão diferentes dicotomias, assim como demonstrado por Mignolo (2005, p. 15): “[...] occidentales y orientales, entre cristianos y salvajes o caníbales, entre primitivos os bárbaros y civilizados, entre habitantes del Primer o del Tercer Mundo, [...]”.

Mignolo (2005) nos demonstra que de certa maneira a ciência moderna e a dinâmica de exportação seguida de desqualificação de conhecimentos age em diferentes dimensões da vida e do ser colonizado, assentando a noção linear de evolução, a diferenciação e hierarquização dos seres e dos lugares. Assim, o colonizado se torna “parte”, uma “extensão” da lógica colonial, e justamente por este motivo que a chamada “tomada de consciência” é tão fundamental para a denúncia dos legados coloniais que perduram em diferentes escalas, instituições e estruturas. É também a partir dessa tomada de consciência que as comunidades criam as condições decorrentes do tensionamento e da instabilidade da razão científica moderna, que permitirão outros debates e contribuições por dentro do meio acadêmico.

3.4 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: PRÁTICAS ESPACIAIS E A PERSPECTIVA DECOLONIAL

Para expor a perspectiva de território e territorialidade por nós assumida nessa pesquisa apresentaremos um breve exemplo, em caráter didático, a seguir:

Em 2018, foi lançado o documentário *The Mission*, dirigido e produzido por Amanda McBaine e Jesse Moss, que retrata a trajetória do missionário estadunidense John Allen Chau. A obra registra a tentativa de aproximação de Chau com a ilha de Sentinela do Norte, localizada em Atman, oceano Índico. A ilha é habitada por uma comunidade chamada de *Sentinelas do Norte* por Barros e Siebert (2021), e é considerada uma das poucas comunidades ainda “isoladas” no mundo

contemporâneo. A missão de levar o protestantismo para os sentineleses resultou na morte de Chau, em novembro de 2018.

Siebert e Barros resumem a história de Chau:

[...] John Allen Chau (JAC), 27 anos, nascido em Washington-DC, formado em teologia pela Universidade cristã Oral Roberts, treinador de futebol e alpinista. Um missionário ativo integrado à organização cristã *All Nations*, cujo a missão era propagar o evangelho aos grupos mais remotos do mundo. Participava de muitas missões religiosas em diversos países. Fazia também parte de voluntariados em programas de futebol no Iraque e na África do Sul.[...] Processo discursivo constituído sócio-historicamente a partir de representações formuladas no imaginário do sujeito ao longo do tempo ganham forças na narrativa de JAC e se tornam desejos a serem alcançados. Com este funcionamento o controle ideológico se manifesta numa práxis social em que o sujeito cria uma realidade simbólica conforme suas condições reais de existência, cria também, conceitos de verdade, normas e regras e os projeta dentro de sua posição (lugar) para uma posição externa, no mundo. Na figura abaixo, veremos uma foto retirada da rede social de JAC, em um dos seus hobbies favoritos, o de explorar a natureza.

A seguir uma foto de Chau:

Figura 14 - John Allen Chau, 2018



Fonte: Barros e Sierbert (2020).

É importante salientar que os sentineleses, recorrentemente retratados como violentos⁴⁹, aparecem em imagens do documentário, estabelecendo contato

⁴⁹ Ver: GARCIA, Maria Fernanda. A ilha em que a população vive isolada e quem se aproxima corre risco de morte. **Observatório do Terceiro Setor**, 28 abr. 2022. Disponível em:

com outros sujeitos externos. O antropólogo indiano, TN Pandit, afirma ser o primeiro a estabelecer contato com a comunidade de Sentinela do Norte ainda na década de 1960. Em 1991 ele estabelece uma nova aproximação, registrada em vídeo e apresentada no documentário com comentários do próprio TN Pandit, e que pode ser vista abaixo.

Figura 15 - TN Pandit e o contato com os povos Sentinelas do Norte



Fonte: Pragmatismo (2018).

Esse pequeno exemplar “atual” nos indica de forma preliminar a possibilidade de existência de grupos e comunidades/isolados, ao mesmo tempo em que evidencia esse movimento de “tentativa de contato”, de “aproximação” ou até de “incorporação”.

Para admitirmos aqui uma perspectiva que não exclua a possibilidade que nos oferecem os sentineleses, devemos considerar uma outra concepção de território, que auxilie na tarefa analítica da ciência, mas que também não negue moralmente outras possibilidades. Esse entendimento se faz necessário na medida em que esse povo considerado “isolado” já estabeleceu outros “contatos”, retratados como “harmoniosos” pelos vídeos e fotos. Chau, como registra o próprio documentário e o diário pessoal do missionário, tentou uma aproximação forçada, de forma consecutiva, gritando e gesticulando. Desse modo, moralmente pensando, os sentineleses apenas

afastaram e posteriormente se defenderam de alguém que por vezes se aproximava de forma incisiva.

Por mais surpreendente que possa parecer, nos tempos da inimaginável densidade técnica onipresente e onisciente, coexistem no globo povos e comunidades que não “participam” do conjunto de significados que se distribui internacionalmente através do capitalismo moderno. Chau tentou se aproximar de um território que, outrora já foi “contactado” por pesquisadores, conforme visto nas imagens acima. Todavia, ele ignorou a barreira linguística, simbólica, comportamental e insistiu em uma aproximação que bradava seus significados de “amor e salvação” ao vento, enquanto o outro grupo assistia a um sujeito gritando e gesticulando ao se aproximar. Chau já havia, segundo o documentário, tentando aproximação um dia antes de sua morte, quando foi alvo de uma flechada (que acertou apenas sua bíblia).

Barros e Siebert (2021) nos indicam que a incursão religiosa de Chau é fundamentada e orientada a partir de um discurso que trata não apenas de religiosidade, mas também de incorporação e catequização. Ele e seu grupo de missionários defendem o direito das pessoas de conhecerem esse Deus, e segundo suas próprias interpretações, compreendem que exista uma missão de levar essa mensagem a todos os povos do mundo.

De forma simplista, compreendemos que esse acontecimento, ainda que trágico, nos revela essa assimetria entre os “mundos” que ainda coexistem e resistem ao axioma moderno capitalista. Se compreendermos as práticas espaciais, definidas aqui a partir das ideias de Sousa (2013) e Correa (1005), como expressões espaciais de um determinado grupo no âmago de sua territorialidade, podemos considerar que toda essa situação é fruto de uma limitação comunicacional, no sentido do compartilhamento de significados.

Ainda que Chau enfatizasse a positividade e benevolência da sua tentativa, implicitamente ele considerava aqueles povos como “desumanizados” em certa medida, por ainda não terem tido a oportunidade de “conhecer” a esse Deus. Os sentineleses, possivelmente apenas estavam em seu espaço de vida e optaram por “interceptar” um intruso, sem reconhecer qualquer tipo de sentimento positivo nesse sentido. Ainda que possa haver milhares de outras explicações para a atitude tomada pelos sentineleses, essa limita o debate pelo mínimo, considerando a existência de povos que simplesmente não compartilham nenhum significado comum com as práticas espaciais características da modernidade capitalista eurocentrada.

Scott Wallace, em sua obra *Além da conquista* (2013), evidencia a luta de Sydney Possuelo na proteção dos povos que são considerados os “últimos povos isolados da Amazônia”. A existência dessas comunidades nos permite considerar, pelo menos dentro desse nosso deslocamento ontológico proposto, a necessidade de partir de uma abordagem que compreenda também esses grupos. Não no sentido de definir o que são, mas sim de tentar alterar um entendimento falsamente estabelecido de que não há nada “fora” dos sensores do capitalismo moderno. Dessa maneira, os sentineleses e os “povos isolados” da Amazônia são a materialidade que nos permite visualizar as proposições de Arturo Escobar (2016).

Os mundos relacionais e a coexistência de um pluriverso sustentado por um axioma renovado passa, obrigatoriamente, pela existência desses grupos que optam por não compartilharem seus significados com alguns outros. Nesse sentido, a incursão de Chau e a de TN Pandit nos evidenciam como as operações epistemológicas que agem no tensionamento da forma de existir desses grupos é real e visível a “olho nu”. A chamada colonialidade do ser e do saber, indicadas por Quijano (2005) e Madonado-Torres (2018), podem ser interpretadas por diferentes caminhos, não só a partir das comunidades tradicionais, mas também sob o próprio Chau, que considerava essa a missão de sua vida.

Os satélites e radares podem de fato coletar inúmeros dados sobre essas pessoas, no entanto, o conjunto de significações culturais, linguísticas, enfim, segue desconhecido. Esse “desconhecido” nos sugere um alargamento da fronteira do pensamento para a margem perigosa da imaterialidade. Na maioria dos estudos é comum que vejamos uma oposição clássica entre o idealismo e o materialismo, ou ainda entre o realismo e idealismo, mas inevitavelmente se reproduz uma “divisão” em que somos desconectados do nosso exterior. O eu e o outro, ou o fora, ou ainda o corpo, parecem entidades que são abrigadas ou habitadas pela capacidade de pensar.

Nesse caminho, Haesbaert (2021) nos oferece contribuições significativas, tanto para uma definição de território e territorialidade quanto para fortalecer essa tentativa de deslocamento ontológico, que a nosso ver valoriza outras práticas espaciais que acabam por produzir um outro “espaço geografizado”.

Haesbaert (2021, p. 353-354), inegável contribuinte da Geografia brasileira, sobretudo na discussão dos conceitos de território e região, nos oferece a seguinte definição:

O território na perspectiva espaço-temporal do giro multiterritorial descolonial é uma ferramenta-chave nos movimentos de resistência, igualmente porque se trata de uma outra concepção de território, ao mesmo tempo um controlar/ser controlado (pel) o espaço e um efetivo habitá-lo. Como já reiteramos, é de ameaça a um território de vida em múltiplas dimensões e escalas, do corpo individual ao corpo da terra, que se trata _ou seja, abrangendo nossa consciência corpórea, material, até a escala planetária_. Mas é preciso pensar outros territórios que não sejam moldados apenas como resistência ou ameaça. É por isso que, ao falarmos em giro descolonial como giro multiterritorial na 'América Latina', estamos distantes do território como conceito (e prática) antropocêntrico hegemônico, de caráter muito mais funcional estatal, universal e como instrumento de dominação. Estamos nos referindo a uma outra conformação territorial, aquela que brota da base, dos cotidianos vividos no calor das r-existências (no nos mostra Zibechi, 2015) que, se não estão disseminadas, atuam como um fermento na construção de outras formas de sentir, de falar e de fazer (multi)territorialidades -sempre no plural, em constância com o pluriverso preconizado pela decolonialidade-.

Assim, Haesbaert em sua importante elaboração para o debate latino-americano, nos ajuda a compreender essa outra perspectiva de território, e consequentemente de territorialidades, como processos múltiplos e não como uma “entidade estabilizada”, e mais, ainda que velhos debates ressurgam é importante que superemos as noções desses territórios tradicionais apenas como espaços de negação, onde as práticas são subjetivadas sempre como *anti's* ou *des's*. O autor evidencia uma ideia de multiplicidade que se expressa em diferentes dimensões da vida, que englobam desde o corpo até a terra, uma noção de unidade e de coexistência que nos permite compreender esses espaços como fonte de novas significações, interpretações e concepções que, podem auxiliar e ensinar a sociedade capitalista.

Em artigo publicado em 2020, Haesbaert enfatizava que as contribuições decoloniais acerca do debate sobre território acontecem em três principais frentes, uma que estabelece diálogo com ideias já construídas a partir principalmente das correntes anglo-saxônicas que relacionam o espaço ao poder, uma outra centrada em uma dimensão corpórea e de gênero, pautada sobretudo nos feminismos indígenas e negros, além de uma última direcionada a dimensão do vivido e das condições de produção e reprodução de seus próprios significados.

Como já afirmado em Gouveia (2021), compreendemos a existência de um descompasso nas noções de entendimento sobre os territórios e formas de territorialidade, de modo que muitos dos conflitos são atravessados por essa barreira ontológica que se apresenta como intransponível em certa medida. O deslocamento

ontológico nos permite desvendar essa relação possessiva que costurou as fronteiras geopolíticas do capitalismo moderno, mas não só isso, também desvela como a incursão desarticulava, e continua desarticulando, diferentes territórios e territorialidades tradicionais ao redor do globo.

A Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais organizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sem dúvida foi um importante avanço jurídico, mesmo que ainda conserve parte dessa barreira ontológica. As constituições plurinacionais da Bolívia e do Equador são, também, tentativas de diminuir essa linha abissal, retomando Boaventura de Sousa Santos (2019), que não são só de organização do espaço, são sobretudo de significação e de formas de ver e entender a vida. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais foi um importante avanço para o quadro brasileiro, mas sem dúvida, também preserva ainda uma série de elementos que partem de significações que só fazem sentido no axioma moderno colonial que aponta Escobar (2016).

Porto-Gonçalves, ressaltava de forma recorrente em suas falas e aulas que uma das grandes “viradas” na organização política dos movimentos sociais vinculados a povos e comunidades tradicionais estava na luta pelo território, e não apenas na posse da terra. Porto-Gonçalves (2010; 2020) apresenta a forma pela qual esses grupos e, conseqüentemente suas territorialidades e territórios, foram “r-existindo”, no sentido de resistir e de reinventar a existência, reexistir enquanto resiste.

Essas r-existências geo-grafam a terra a partir da territorialidade dos grupos, que no nosso entendimento podem ser consideradas como práticas espaciais específicas que muito têm a contribuir não apenas com a reafirmação política dos direitos cognitivos e sociais das comunidades, mas também com a possibilidade de aprendizado e ampliação dos debates científicos e acadêmicos sobre os temas.

Nesse sentido, nossa concepção de território busca assentar esse deslocamento ontológico em povos e comunidades que são caracterizados pela tentativa de preservação de sua forma de viver, ou seja, de uma combinação específica entre um conjunto de práticas espaciais que compõem as territorialidades desses sujeitos, mesmo que ainda sejam expostos e tensionados de forma recorrente por diferentes operações epistemológicas que partem da lógica colonial moderna. A incursão de Chau, por exemplo, pode ser considerada uma operação epistemológica nesse sentido, pois não buscava apenas o “contato” com os povos, ela refletia um

discurso e uma narrativa que compreendia a necessidade de “salvação” diante da explicação cristã e moderna do mundo.

Essas operações epistemológicas, segundo Escobar (2016), se caracterizam como um conjunto complexo de práticas que se realizam através de diferentes instituições e atores sociais, funcionando como veículos da lógica moderna e capitalista que tensionam constantemente outras formas de entender e viver o mundo e a vida.

Compreendemos, portanto, o território enquanto essa ampla possibilidade de existência, que engloba tanto os povos isolados e os povos ancestrais desumanizados e descaracterizados ao longo da história moderna, como os povos que resistem e reexistem atualmente em meio a novas formas de dominação e controle. Esse território é compreendido como uma extensão da vida, uma condição primeira para reprodução da cultura, no sentido de que todo o conjunto de significações e subjetivações produzidas e veiculadas no interior das comunidades parte de uma outra matriz epistemológica e de outro substrato espacial. Nesse sentido, essa concepção busca romper uma série de estruturas que reforçam a desqualificação em diferentes níveis e escalas, mas tenta também reforçar as capacidades e habilidades cognitivas, artísticas, construtivas e de transferência de conhecimentos, bem como tantas outras possibilidades que emergem desses sujeitos.

Analiticamente, essa escolha está alinhada com a proposta de *evento* (Santos, M. 1999) que facilita o rompimento dessa limitação temporal estabelecida pela linearidade evolutiva da modernidade, que é ressaltada por Maldonado-Torres (2019). Associado a isso está o entendimento de que as territorialidades e, por consequência, o território das comunidades, são configurados a partir de práticas espaciais carregadas de significações que permitem essa conexão e interação entre os sujeitos e o espaço que os compõem/abrigam.

4 REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS, CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E A TERRITORIALIZAÇÃO DAS SIGNIFICAÇÕES HUMANAS: UM DEBATE ANTIQUADAMENTE ATUAL

Ao decidir pela temática das representações espaciais, fomos confrontados por um primeiro imperativo encontrado na definição de representação de Pedro Miguel Tereso de Magalhães, disponível no dicionário de Filosofia Moral e Política (2018, p. 1):

Difícilmente se encontrará ideia mais difícil de estudar, quanto mais de definir, do que a de representação. Com efeito, a representação testa os limites da imaginação humana, ao sugerir um estado de coisas em que presença e ausência não se excluem mutuamente.

Antes mesmo de formular qualquer tipo de ideia, ou até mesmo de reunir o material para estudo, já se percebeu a dimensão e profundidade do debate. Assim, em primeiro lugar, gostaríamos de ressaltar que não estamos nos propondo aqui a resolver o problema de definição filosófica ou teórica do conceito de representação, tão somente nos propomos a organizar e sistematizar uma definição possível, partindo de escolhas teórico metodológicas específicas e buscando uma forma de contribuir com o debate geográfico sobre representações, mais estritamente aquelas essencialmente vinculadas ao espaço.

Nesse sentido, mobilizaremos uma série de autores de outras ciências, a se destacar a História e a Ciência Política, buscando confeccionar uma estruturação abstrata e coerente com a prerrogativa espacial desta contribuição. Assim, o conceito de representação será trabalhado a partir de pressupostos teórico-filosóficos da Geografia, não almejando uma discussão no sentido amplo do termo, mas sim um contributo construído a partir das problematizações desse campo científico. Compreendemos esse esforço como proveitoso na medida que, assim como demonstrado por Girardi (2000), a Geografia foi afastada das discussões relacionadas às representações espaciais por conta da emancipação da Cartografia como uma ciência autônoma, o que a relegou a posição de “leitora/utilizadora” e não mais de “construtora/problematizadora” dos mapas.

Essa é uma contribuição geográfica para o debate das representações espaciais que acredita na potencialidade dessa tentativa de delimitação mais objetiva

e definida entre as representações espaciais e os mapas, compreendendo que, literalmente, diversos mundos passam despercebidos pelas lentes da ciência.

Magalhães (2018) indica que etimologicamente o termo representação deriva da palavra em latim *repraesentatio*, contudo, ele afirma que o uso corrente atual mais se aproxima da palavra *persona*. Este último termo significaria algo como “máscara ou personagem em contexto dramático” (2018, p. 1). Enquanto *repraesentatio* “[...] assumia um alcance sobretudo temporal, referente à relação do presente tanto com o passado como com o futuro” (2018, p.1). Nessa linha de raciocínio que parte primeiro da etimologia do termo, percebemos que o autor relaciona o conceito de representação com duas dimensões importantes: a do tempo e a do poder.

Dominique Santos (2011), ao discutir o conceito de representação a partir da teoria da História, enfatiza que o conceito encontra sua complexidade justamente por poder assumir diferentes conotações que podem se complementar, mas que também se anulam ou contradizem, fazendo com que seja um desafio estabelecer uma definição que valha de forma global. Essa afirmação, associada a complexidade já percebida até mesmo no estudo da etimologia do termo, nos sugere que a dimensão da linguagem pode ser uma chave para esclarecer alguns pontos, principalmente esse relacionado ao resgate dos significados e usos do conceito.

Nessa mesma linha, Pitkin (2006), que possui uma importante contribuição nessa temática, demonstra que a noção de representação de cada grupo será influenciada pelas delimitações e significações contidas nos diferentes mapas semânticos, vejamos:

Desse modo, o ‘mapa semântico’ das palavras inglesas da família ‘represent’ não corresponde bem ao ‘mapa semântico’ de termos cognatos até mesmo em outros idiomas muito próximos ao inglês. Por exemplo, a língua alemã tem três palavras – *vertreten*, *darstellen* e *repräsentieren* – que geralmente são traduzidas pela palavra inglesa ‘represent’. *Darstellen* significa ‘retratar’ ou ‘colocar algo no lugar de’; *vertreten* significa ‘atuar como um agente para alguém’. O significado de *repräsentieren* é próximo ao de *vertreten*, mas é mais formal e possui conotações mais elevadas (teóricos alemães da política, às vezes, argumentam que meros interesses privados egoístas podem ser *vertreten*, mas o bem comum ou o bem do Estado devem ser *repräsentiert*). Entretanto, o significado de *repräsentieren* não é, de forma alguma, próximo àquele de *darstellen*. Então, para quem fala em inglês o modo pelo qual uma pintura, um pintor ou um ator de palco representam, e o modo pelo qual um agente ou um legislador eleito representam, obviamente, estão ligados ao mesmo conceito. O mesmo não acontece para quem fala em alemão (Pitkin, 2006, p.16).

Esse trecho nos remete a contribuição de Hall (2016), percebida e divulgada por autores como Mignolo (2005), que as classificam como capazes de produzir uma “virada”, um “giro Stuart Hall”, no que diz respeito às representações sociais. Hall (2016) correlaciona linguagem, cultura e representações sociais a partir do movimento de significação humana que compõe, necessariamente, a existência humana. Para o autor, essas significações mediam a relação dos sujeitos com seus semelhantes e com seu espaço, assim, determinando novas possibilidades de ação ao mesmo tempo em que sustentam e compartilham um conjunto que estrutura toda a cultura e língua daquele grupo.

Assim como já realizado em Gouveia (2021), entendemos que aqui haja um essencial conteúdo geográfico nas elaborações de Stuart Hall, pois, se o espaço geográfico é conformado pelo conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e ações, que não podem ser considerados isoladamente, conforme proposto por Milton Santos (1996), então a estruturação dessas significações humanas que determinam a cultura e a forma de pensar o mundo são expressões dessa dinâmica, e, portanto, estão contidas no interior das territorialidades de quaisquer grupos.

No entanto, se essas estruturações são elementos das dinâmicas sociais e concomitantemente participam ativamente de sua efetivação no espaço, podemos problematizá-las a partir de diferentes concepções teóricas e metodológicas. Dominique Santos (2011) elucida que “Alguns conceitos atuam como satélites ao de representação, talvez por serem epistemologicamente relacionáveis: real, Realidade, identidade, linguagem, discurso e cultura.”. Isso demonstra, mais uma vez, que o conceito de representação é de difícil delimitação, pois parece depender sempre desse complemento que cria uma especificidade, como representação social, representação política, representação espacial, o que indica uma polissemia infinita.

O autor pontua que isso já havia sido percebido por Henri Lefebvre, um dos teóricos mais próximos desse campo que é notadamente presente nas discussões na Geografia. Ele resume a perspectiva de Lefebvre (2006) em relação ao conceito de representação da seguinte forma,

1) emerge e se formula em condições históricas; 2) possui limites que devem ser circunscritos; 3) suscita novos conceitos; 4) condensa uma gênese que implicitamente o acompanha requerendo assim, um trabalho de genealogia; 5) pretende ser verdadeira e atuante e 6) tem caráter dinâmico (Santos, D. V. C. 2011, p. 36-37).

Esses elementos interpretados por Dominique Santos (2011) evidenciam esse latente conteúdo espacial das representações na perspectiva de Lefebvre (2006), e foram expostos aqui na tentativa de desviar do possível enviesamento das reflexões por conta da já mencionada relevância de Henri Lefebvre para a Geografia. Assim, parte-se de uma contribuição da teoria da história acerca de uma reflexão filosófica e sociológica, que ao nosso ver, ressalta aspectos evidentemente geográficos. A ideia de que a representação de forma dinâmica se perfaz sob condições históricas e participa ativamente das relações sociais reforça, por exemplo, essa relação das representações com as formas de entender e viver a vida.

Considerando então a necessidade desse resgate histórico e contextualizado, Dominique Santos (2011), Pitkin (2006) e Magalhães (2018) concordam que o uso corrente e mais complexificado do termo representação se deu principalmente no período de declínio do sistema feudal. Dominique Santos (2011, p. 29) indica que:

A expansão da palavra '*repraesentare*' começa nos séculos XIII e XIV, quando se diz que o papa e os cardeais representam a pessoa de Cristo e dos apóstolos. Um outro exemplo é o dos juristas medievais que começaram a usar o termo para personificar a vida coletiva. Desta forma, uma comunidade seria uma *persona non vera sed repraesentata*. Assim, a partir deste momento, o termo representação, passa a significar também 'retratar', 'figurar' ou 'delinear'. O termo passa a ser aplicado a objetos inanimados que 'ocupam o lugar de' ou correspondem a 'algo ou alguém'. Além disso, significa 'produzir uma peça'. Na teoria política, o conceito de representação é encontrado pela primeira vez em 1651, em *O Leviatã* de Thomas Hobbes.

Neste trecho, identificamos mais duas dimensões importantes mencionadas pelo autor e que se relacionam diretamente com a temática das representações, a da materialização e a do regime jurídico-político. A dimensão da materialização no nosso entendimento reflete o ato de tornar factível a presença divina na terra, no sentido de que não só as determinações de Deus podem ser representadas, mas também a própria imagem do papa como o vínculo sagrado entre a divindade e a humanidade. A dimensão do regime jurídico-político, diferentemente da dimensão do poder, é aqui entendida como os critérios elencados por um determinado grupo ou sujeito que caracterizarão a representação de um todo, que existe primeiro de forma abstrata para depois se concretizar. A ideia de Brasil, de nação brasileira, de povo brasileiro, até mesmo de humanidade, é uma espécie de

recurso representativo que permite analisar um conjunto sem que ele necessariamente “exista” de fato.

Esse entendimento coincide com a reflexão de Hanna Fenichel Pitkin, professora da Universidade de Berkley, quando afirma que a representação é um recurso que torna presente algo que não está de fato presente, em algum sentido que não o literal. Apesar de simples, a perspectiva assumida por Pitkin (2006), mais uma vez indica essa proveitosa aproximação entre o debate das representações e a Geografia. Essa ideia de presença está vinculada, obrigatoriamente, a uma noção implícita de quadro, pois considerar a presença ou a ausência, assim como demonstrado por Lefebvre (2006), implica em “selecionar” um conjunto de fatos em detrimento de outros.

Isso indica uma limitação nas formulações de Pitkin (2006), que parecem convergir para a já mencionada dificuldade de conformação geral da ideia de representar, assim Magalhães (2018, p. 5) sugere

A outra face, cuja dinâmica a abordagem de Pitkin deixa na penumbra, é a da construção do representado. Este, em certo sentido, não existe antes de ser constituído pelo próprio processo de representação política. Com efeito, o que deve ser representado não é um dado óbvio, mas algo em si mesmo sujeito a permanente contestação e em constante mutação. Ignorar a natureza fluída e fugidia do representado conduz facilmente ao acantonamento da reflexão sobre a representação política nos modos territoriais e eleitorais herdados do passado. Não colocando em causa a sua importância, parece evidente que os desafios globais do mundo contemporâneo – pensemos, por todas, na questão do ambiente – requerem uma teoria da representação liberta desses espartilhos.

Essa reflexão, sem que se desconsidere às contribuições de Pitkin (2006), nos indica mais três dimensões importantes, a do contexto espacial, a do posicionamento político e a do significado. A ideia de contexto espacial enfatiza essa influência recíproca e espacial que acontece no cotidiano imediato, no tempo empírico (Santos, M. 1999), que dinamiza o sentido/significado da representação de acordo com a experiência concreta do sujeito/grupo. Essa dimensão contextual está fortemente vinculada a dimensão do significado, pois, como se viu, os sentidos/significados da representação podem ser alterados, ou pelo menos distorcidos, pelos leitores. Todavia, existem pelo menos mais dois significados também possíveis, aquele que está presente na ideia de quem elaborou a representação, além de outro mais denso que diz respeito ao significado compartilhado de forma conjunta com um grupo, que pode ou não ser o mesmo do

“representador” ou do sujeito individualizado que está submetido ao contexto. Esse é um debate profundo e complexo que não queremos nos estender aqui. A dimensão do posicionamento político, por sua vez, refere-se ao emprego ou inscrição dessas representações nas arenas sociais e de debate político. Assim, as representações podem servir como uma forma de contestar ou reafirmar um tipo de prática/entendimento/ação.

Cabe destacar ainda uma outra dimensão que se apresenta após essa pequena reflexão, que é a da fluidez. Aqui a dimensão da fluidez é percebida no sentido de que as representações espaciais não só podem ser pensadas e organizadas de diferentes maneiras, utilizando diferentes recursos, como também podem assumir significados diferentes quando deslocadas temporal ou espacialmente. Um mapa do domínio nazista na Europa pode ter sido apresentado primeiramente como um plano, depois assumiu a forma de retrato da realidade e agora se torna um registro histórico, tudo condensado na mesma representação.

Temos, por fim, que as dimensões por nós identificadas como importantes no debate das representações espaciais são: a do tempo, a do poder, a da materialização, a do regime jurídico-político, a do contexto espacial, a do posicionamento político, a do significado e a da fluidez.

Nesse sentido, compreendemos as representações espaciais como elaborações humanas que refletem a complexidade e dinamismo do espaço geográfico, materializando entendimentos política e historicamente orientados, que assumem uma fluidez de significados e empregos a depender do contexto, sendo permanentemente reinterpretados por conta de seu aspecto trans temporal e trans escalar.

4.1 REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: UM DEBATE EPISTEMOLÓGICO E POLÍTICO

Considerando o posicionamento decolonial desta contribuição, que ao nosso ver envolve não só a dimensão acadêmica formal, como também a dimensão social e política, compreendemos que seja proveitoso reavaliar, ainda que de forma incipiente, alguns entendimentos sobre o mundo e sobre a trajetória dos seres humanos ao longo dos tempos.

Assim como destacado por Maldonado-Torres (2019), uma importante e fundamental ruptura proposta pela corrente decolonial está relacionada com o entendimento do tempo. Na lógica moderna capitalista, o tempo é linear e sequencial, logo, o movimento de transformação é sempre evolutivo e em um único sentido. Diferentemente dessa perspectiva, Maldonado-Torres (2019) e Boaventura de Sousa Santos (2019), por exemplo, interpretam o tempo de forma não linear e sequencial, fazendo com que as respostas para problemas e os conhecimentos sobre o mundo atual possam estar no passado, na ancestralidade. Santos (2019) afirma inclusive que a modernidade criou problemas que ela mesmo não foi capaz de solucionar, por isso, as respostas e saídas para esse “atoleiro civilizatório” (Souza, 2017) podem estar nos conhecimentos ancestrais que foram marginalizados historicamente.

Ressaltar esse quadro é necessário na medida em que o debate já se apresenta no interior de um embate histórico. Com a consolidação do sistema-mundo moderno-colonial temos que há cerca de cinco séculos aproximadamente, diversos pesquisadores e pensadores se dedicam a estudar e a conhecer cada vez mais o mundo. Contudo, esses processos e dinâmicas não são alheios as relações de poder que são inerentes às relações sociais (Raffestin, 1993). Por este motivo, a dinâmica de produção de conhecimento e os seus desdobramentos são fortemente hierarquizados e reproduzem estruturas e práticas muito antigas, mas que continuam a atuar sobre nossas vidas (Mignolo, 2005).

Pesquisando mais profundamente sobre as origens da ocupação do que hoje conhecemos como continente americano, de imediato descobriu-se que o tema é envolto em controvérsias e disputas desde sua gênese. Segundo Dias (2019), assim que começaram a ser descobertas evidências de atividade humana no pleistoceno em outras partes do mundo “antigo”, iniciou-se um processo de busca pelas mesmas evidências no continente americano. As discussões e contribuições não apresentavam evidências consistentes e em muitos casos eram realizadas *in situ*. Isso mudou com as primeiras descobertas feitas em Folsom, estado da Califórnia nos Estados Unidos da América em 1927. A partir de datações feitas com radiocarbono, constatou-se que o início da ocupação humana no continente americano aconteceu entre 20.000 e 15.000 anos antes do presente (Dias, 2019).

Com isso, ficou comprovada a atividade humana no continente americano durante o pleistoceno, contudo, alguns anos mais tarde entre 1930 e 1933 diversas novas descobertas foram feitas na cidade de Clóvis, localizada na mesma região.

Esses achados impactaram substancialmente o mundo acadêmico da época, não apenas por estimular a busca por sítios semelhantes espalhados por todo continente, com o intuito de entender a dinâmica de migração e ocupação dos espaços, mas também por empregar a arqueologia como fonte referencial para constatações cronológicas da atividade humana (Dias, 2019).

Apenas na segunda metade do século XX, mediante a evolução e incorporação das novas técnicas de datação absoluta, que pesquisadores começaram a se dedicar mais especificamente a datar essa ocupação. Dessa forma, em 1964, é publicado um primeiro artigo sobre as datações por radiocarbono e as conclusões foram:

O início do povoamento foi estimado em 12.000 anos AP, quando a abertura do 'corredor livre de gelo' entre as geleiras Larentide e Cordillera teria conectado o Alasca ao interior do continente pela primeira vez em 15.000 anos, permitindo a migração das primeiras populações siberianas para a América do Norte. (HAYNES JR., 1964). Complementa o modelo 'Clovis Primeiro' (clovis first) a hipótese de Paul Martin de que uma rápida colonização do continente foi possível a partir da caça especializada de megafauna, o que, eventualmente, também teria provocado a sua extinção (Overkill Model). A partir deste padrão predatório paleoindígena, um período de 500 anos teria sido suficiente para o povoamento continental, sendo a cultura Clóvis a ancestral direta de todas as indústrias líticas da América (MAARTIN, 1973; MOSIMANN; MARTIN, 1975) (Dias, 2019, p. 461).

Apesar de ser um achado extremamente relevante e importante para a história da arqueologia, a constituição do modelo Clóvis, ou horizonte Clovis, ou *Clóvis first*, desencadeou também um processo de imperialismo acadêmico, para reproduzir o termo usado por Dias (2019). Com o subsídio de Meltzer (2009), a autora enfatiza que já na década de 1960 existiam cerca de 50 outros sítios espalhados pelo continente tensionando o pioneirismo da cultura Clovis. Cabe ressaltar também que nesse período os Estados Unidos da América ampliaram sua atuação militar e cultural na América, e, assim, ser o “berço” de toda e qualquer sociedade do continente contribui com a construção das justificativas e narrativas que compõem esse contexto (Dias, 2019).

Nosso objetivo aqui não é discutir de forma ampla esse contexto, pelo contrário, oferecemos uma pequena introdução com o intuito de evidenciar a forma pela qual esses estudos e contribuições estão submetidos a relações de poder que transbordam os limites da academia. O paradigma Clovis se sustentou por longos anos, “derrubando” toda e qualquer sugestão ou possibilidade de contestação. Foi só

nas últimas décadas do século XX que isso começou a mudar, pois, no final dos anos 1970, o sítio de Monte Verde, no Chile, passou a ser considerado pelos defensores do paradigma Clovis como uma possibilidade real. Entretanto, foi só nos anos 1990 que o sítio foi reconhecido, detalhe: reconhecido como o mais antigo, mas ainda assim sustentam ideia de que a cultura Clóvis é a única ancestral comum a todas as culturas americanas (Dias, 2019).

Com esse quadro, é preciso que se problematize também as discussões acerca de como os primeiros seres humanos chegaram no continente americano, e, com isso, questiona-se em certa medida toda a “base” da cronologia humana nesse espaço. Um sítio bem expressivo nesse sentido fica localizado no Brasil, mais precisamente na serra da Capivara no estado do Piauí. Pesquisas coordenadas pela arqueóloga franco-brasileira, Niede Guidon, desde a década de 1960, evidenciaram ao mundo um dos maiores complexos de sítios arqueológicos do mundo. Protegido pela criação do Parque Nacional da Serra da Capivara em 1979, o complexo possui cerca de 130 mil hectares e abriga mais de 400 sítios arqueológicos⁵⁰.

Guidon (2008) afirma que o sítio Toca do Boqueirão da Pedra furada teve 63 fragmentos datados por decaimento de carbono 14, esses aferimentos foram feitos por diferentes laboratórios da Ásia, Europa e Oceania. Os resultados sugerem uma coluna crono estratigráfica sem inversões, que compreende o período de 59.000 até 5.000 AP. Neste sentido, Guidon (2008) propõe o seguinte cenário:

- Há 150.000 – 100.000 anos os primeiros homens passaram das ilhas e da costa africana para a América. Essa passagem se faz para o Caribe e para a costa norte do Brasil, com um ponto de chegada próximo ao atual rio Parnaíba, então um rio muito grande;
- Esses primeiros imigrantes se estabeleceram e, no decorrer dos milênios, alguns grupos seguem a costa, outros se separam e entram para o continente;
- No nordeste do Brasil alguns grupos seguem a costa e chegam à Amazônia, outros seguem o rio Parnaíba e entram em um de seus principais afluentes, o rio Piauí, que corria na grande depressão da planície periférica do São Francisco;
- A região era coberta pela floresta tropical úmida, tinha fauna rica e variada, com as espécies de megafauna do pleistoceno, mas também com cavalos, lhamas, uma importante fauna de tamanho médio. Ao lado da planície, a imensa cuesta oferecia milhares de abrigos sob rocha, a montanha com fauna e flora diferentes, mas também ricas;
- Uma vez estabelecidos na região, se desenvolveram e, sem dúvida, ao fio dos milênios, pequenos grupos se separaram e continuam a viagem para o sul, leste e oeste;

⁵⁰ Ver IPHAN/ICMBIO.

- Mas é necessário pensar que grupos asiáticos vieram pelo mar e chegaram ao Pacífico sul, ao Chile, por exemplo, outros à América Central;
- E quando a glaciação terminou, o clima se torna mais cálido, e os homens que já estavam na baixa Califórnia começaram a migrar para o norte. Outros que viviam na Ásia puderam começar a atravessar Behring e se encontraram com os homens que vinham do sul (Guidon, 2008. p. 382-382).

Esse cenário, para além de apresentar uma síntese de uma série de estudos e teorias, endossa uma narrativa que confronta o entendimento que praticamente toda a modernidade tem sobre o fato. Cabe ressaltar que, aqui, não propomos uma discussão ou solução dos embates supracitados, utilizamos tão somente os eventos que subsidiaram novos marcos teóricos e epistemológicos como referência para introduzir a discussão do nosso tema de interesse. Guidon (2008) nos oferece uma substancial contribuição que emerge do cerne dessa discussão, e que reforça uma proposta por nós assumida neste trabalho.

No nosso entendimento, as representações espaciais são práticas espaciais comuns a territorialidade de qualquer grupamento, que, *a priori*, são produto da interação entre a consciência e toda materialidade exterior aos sujeitos, produzindo assim uma série de significações intercambiáveis e úteis. As pinturas rupestres, assim como já defendemos anteriormente, são para nós um ótimo demonstrativo desse entendimento. Guidon (2008) afirma:

A mais importante característica cultural dos grupos étnicos desta região é ter desenvolvido um sistema de comunicação social através de um registro gráfico de caráter narrativo. No período pleistocênico, as populações já tinham atividades gráficas. Fragmentos de parede, com traços de pintura, foram achados caídos sobre solos arqueológicos. Neles as figuras desenhadas não são identificáveis, mas confirmam a prática dessa atividade. Sobre as paredes dos abrigos do Parque Nacional existe uma densa quantidade de pinturas rupestres realizadas durante milênios. As representações animais são muito diversificadas, sendo possível reconhecer espécies inexistentes hoje na região e outras totalmente extintas, como camelídeos e preguiças gigantes. Existem também reproduções de capivaras, veados galheiros, caranguejos, jacarés e certas espécies de peixes, hoje desaparecidas na área, extremamente árida para poder abrigá-las. Até agora já foram descobertos 550 sítios de arte rupestre, pinturas e gravuras, mais uma prova da antiguidade da presença humana na região e da prática rupestre. Podemos seguir a evolução desta arte rupestre que, ao longo de cerca de 30.000 anos, mesmo mantendo os mesmos temas, mostra mudanças no que diz respeito às técnicas de desenho e pintura e na forma como dispunham as figuras sobre o suporte rochoso. Tivemos na região duas tradições, Nordeste e Agreste. A primeira apresenta um estilo inicial, Serra da Capivara, cuja característica é a eclosão do movimento, do dinamismo e da encenação esfuziante de alegria e ludismo. O estilo final, Serra Branca, se caracteriza pelos componentes ornamentais, as vestimentas e os cocares, que resulta em uma decoração gráfica muito particular que persiste e que

contrasta com as características do estilo inicial. São adotadas formas de tipo retangular muito decoradas. Os grupos do estilo Serra Branca escolhem o caráter ornamental como seu traço de identificação étnica. Entre esses dois estilos podemos observar um processo evolutivo gradativo e lento, que forma o complexo Serra Talhada (Pessis, 1987, 1992, 1993, 1999).

Essa apresentação sugere algumas coisas importantes, tais como: a) no pleistoceno os grupamentos humanos já possuíam atividades gráficas, eles já tentavam representar graficamente percepções que obtinham mediante sua experiência; b) as pinturas funcionam como um registro histórico, pois acabam por representar espécies de fauna e flora já extintos há milhares de anos, as tornando uma espécie de “documento de comprovação” histórica da interação e presença dessas formas de vida no local; c) as pinturas apresentam uma variação estética, o que reflete as adaptações e adequações que foram resultado da constante renegociação em torno do conjunto de valores e significados que escolhiam como referência; d) compreendemos que essas representações sejam essencialmente espaciais, pois, independentemente do objetivo que norteou sua confecção e uso, elas acabam por “retratar” animais conhecidos, práticas, orientações, avisos, enfim, parte da dinâmica espacial da época (ainda que nem todos os registros gráficos sejam considerados “representações” de algo/alguém). Mas, não apenas isso, essas representações provavelmente interferiam no cotidiano imediato dos sujeitos, assim como está fazendo agora quando nos fazem pensar sobre o tema.

Figura 16 - Pintura rupestre Serra da Capivara



Fonte: Viagem e Turismo (2011).

Em síntese, a busca por esclarecimentos acerca das dinâmicas que originaram a ocupação humana do continente americano revelou uma reflexão fundamental a respeito das representações espaciais, da construção do conhecimento e dos jogos de poder que envolvem essas duas temáticas. A experiência vivenciada por Niède Guidon, reflete a dificuldade e necessidade de tensionar e discutir algumas especificidades relacionados a temas tão fundamentais para as bases da sociedade moderna capitalista.

Essa disputa por narrativas parece se fazer presente em todo e qualquer tema, dentro e fora da academia, hoje, ontem e aparentemente para sempre. Contudo, diferentes grupos de pesquisadores e intelectuais se associam em torno de algumas ideias, buscam por fontes de dados confiáveis e tecem uma alternativa ao possível modelo ou teoria vigentes. Esse é o caso da contribuição decolonial. Não se trata apenas de uma disputa de “narrativas”, há de fato um embate acerca de como desejamos escrever e representar nossa própria história. No entanto, esse conjunto decolonial transcende essa dimensão e engloba também algumas outras como a política, as instituições estatais, a estrutura e os mecanismos de produção e validação do conhecimento, enfim. Para isso, diversos autores dedicaram seus estudos a

compreender melhor o cenário do continente americano e de outras regiões marginalizadas no capitalismo moderno.

Com o intuito de subsidiar a leitura das contribuições decoloniais, elaboramos esta pequena seção do texto, considerando que tais informações auxiliam a conformação de um entendimento mais ampliado acerca da história das civilizações do continente, mas não apenas isso, ela também evidencia a dificuldade de contestar e questionar algumas bases do sistema-mundo moderno-colonial. Em outra ocasião, expusemos, por exemplo, a já bem difundida teoria que sugere que alguns povos nórdicos, provavelmente provenientes da Islândia, navegaram até a Groelândia e em seguida para a Península do Labrador, onde estabeleceram algumas colônias por volta do século XI.

Esse fato questiona a narrativa do pioneirismo europeu na “descoberta do novo mundo”, e mais, amplia significativamente a possibilidade que muitos defendem de que Portugal e Castela já tinham conhecimento dessas terras antes mesmo de procurá-las. Assim como demonstrado por Sousa (1946), as cartas e mapas desenvolvidos pelos genoveses e venezianos foram uma base fundamental para o projeto das grandes expedições náuticas, e o mais curioso é que várias das conquistas reivindicadas pela narrativa portuguesa, por exemplo, já haviam sido representadas pelos mercadores do que hoje conhecemos como Itália, conforme apontamos em Gouveia (2021).

Se observarmos o contexto mundial daquela época, para os feudos e reinos europeus, o mundo conhecido era dividido entre Ásia, Europa e África. Diferentemente do que ocorre desde o século XV, nesse período, a Europa ocupava uma posição marginal no mercado global de comércio. Neste sentido, é importante enfatizar que a abertura de uma nova via de comércio com o Atlântico contribuiu essencialmente para a “produção” dessa centralidade econômica da Europa que não existia, mas que viria a se consolidar nos próximos séculos (Mignolo, 2005).

No século XI começam a acontecer movimentações importantes na Europa, como a unificação e centralização política de reinos, como Portugal, por exemplo. Outro acontecimento importante é reflexo do domínio das rotas e comércio do mediterrâneo pelas repúblicas italianas que, em 1277, atravessou o estreito de Gibraltar em direção a Flandres e ao Reino Unido permitindo assim esse contato – europeu – entre as rotas do mediterrâneo e as possíveis novas rotas atlânticas (Williamson, 2012). Deste modo,

Ao fim de poucos anos, - tinham -se estabelecido em Sevilha, Cádiz e Lisboa comunidades comerciantes genovesas, e esta presença italiana na costa atlântica da península ibérica originaria a transferência para o ocidente das preocupações comerciais e das técnicas de navegação desenvolvidas através da longa experiência do comércio com as Índias, no extremo oriental do mediterrâneo (Williamson, 2012, p.14).

Outro aspecto interessante de todo esse contexto é que o comércio com o extremo Oriente era mediado preferencialmente por metais preciosos e seres humanos sequestrados e traficados para serem submetidos a escravidão, que eram “obtidos” por europeus majoritariamente no continente africano. Contudo, com o passar do tempo, o ouro se tornou um grande referencial de trocas e comércio em geral, fazendo com que a procura superasse a oferta. Concomitante a isso, diversos locais na Europa do século XIII e XIV passaram por tensões políticas e embates sociais importantes e tiveram uma acentuada queda demográfica em decorrência da peste negra (Williamson, 2012).

Nos séculos subsequentes, com a necessidade de superação da crise econômica e social, Portugal se lança através do estreito de Gibraltar e domina o Porto de Ceuta em 1415, e assim como indicado por Campos (2011), esse foi um acontecimento fundamental, seja politicamente ou economicamente. Neste sentido, Williamson (2012, p. 15-16) destaca:

Uma fase intermédia crucial neste avanço ao longo da costa africana foi a exploração dos arquipélagos dos Açores, da Madeira e das Canárias. A descoberta destes arquipélagos nos anos 30 e 140 do século XIV (já anteriormente se sabia da sua existência) mostra até que ponto os pequenos portos de pesca do Sul de Portugal e Sudoeste da Andaluzia estavam a contribuir para a exploração marítima. [...] /seguiu-se, então, um notável período de expansão marítima dos Portugueses, que no final do século estabeleceriam um caminho marítimo para a Índia, contornando a África e atravessando o oceano Índico para alcançarem o subcontinente e as ilhas molucas, que se encontravam no outro lado. Uma vez que a potência emergente do império Otomano encerrara as tradicionais rotas de comércio com o Oriente através do Levante, Portugal tornar-se-ia o principal intermediário nas relações comerciais entre a Europa, a África e a Ásia, assumindo na última década do século XV muitas das atividades econômicas de Veneza e Genova – a produção de açúcar, o tráfico de escravos e a troca de ouro e especiarias por bens europeus.

Em meio a esse processo de protagonismo do reino português, que foi acompanhado por uma expansão da sua influência territorial, importantes contribuintes foram os conhecimentos e ideias dos comerciantes provenientes da

atual Itália. Um exemplo importante dessa contribuição pode ser percebido em um dos navegadores mais emblemáticos desse período: o genovês Cristóvão Colombo. Colombo possuía ligações familiares com empreendimentos estabelecidos na Ilha da Madeira, e, em pelo menos uma ocasião, visitou uma grande feitoria de ouro na costa ocidental da África. Nessa expedição, ele percebeu e entendeu o funcionamento geral do empreendimento, e incentivado por motivações tanto financeiras quanto de prestígio social, deu início a um plano para estabelecer uma nova rota de comércio atravessando o Atlântico (Williansom, 2012).

Cabe ressaltar que há muito já se sabia no ocidente sobre a esfericidade da terra, e até havia cálculos do diâmetro do planeta e de algumas massas continentais, no entanto, o grande questionamento era em relação ao tamanho da distância que precisava ser percorrida via oceano. A proposta antiga de Claudio Ptolomeu era diferente das “recentes” medições feitas por Marco Polo. Alguns importantes cosmógrafos da época, como Paolo Toscanelli, acreditavam que a referência confeccionada por Marco Polo era mais adequada, o que fez com que Colombo acreditasse que a distância fosse bem inferior a realidade. Colombo, primeiramente, tentou convencer D. João II a financiar sua expedição, mas os auxiliares do rei refutaram facilmente seus postulados. O reino de Castela, de início, não demonstrou grande interesse, mas, após quase uma década, Fernando e Isabel resolveram financiar a empreitada de Colombo assumindo uma estratégia geopolítica clara: ultrapassar Portugal nessa “corrida” por novas rotas e territórios (Williansom, 2012).

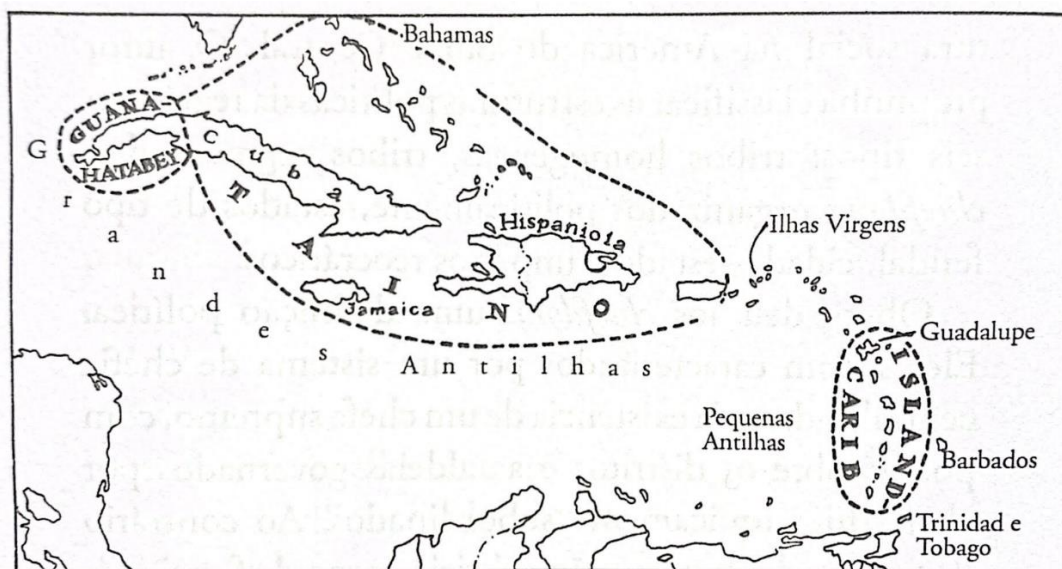
Aqui é possível perceber a importância dos conhecimentos sobre o espaço, mas não só isso, como as formas de representar e organizar esses conhecimentos influenciavam a dinâmica social da época. Colombo, influenciado pelos cosmógrafos tinha certeza da esfericidade a partir de modelos desenvolvidos e concebidos intelectualmente.

Então, em 1492 Colombo parte da Europa e encontra na madrugada do dia 12 de outubro uma primeira ilha, localizada nas Bahamas, que foi batizada pelo genovês com o nome *San Salvador*. Ele acreditou chegar no Japão, contudo, se tratava da ilha de *Guanahani*, habitada pelos povos *Lucaio* e *Taino*⁵¹. Ao perceber que

⁵¹ Ver KEEGAN, W. F. **The people who discovered columbus**: the prehistory of the Bahamas. [S.l.]: Gainesville: University Press of Florida, 1992.

se tratava de uma pequena ilha que aparentava não possuir grandes reservas de metais preciosos, seguiu viagem e aportou em *Colba*, depois chamada de Cuba, que também não possuía grandes reservas de metais preciosos, mas chamou a atenção por conta do uso do tabaco (Williansom, 2012).

Figura 17 - Mapa de Localização dos Taino no momento do contato com os europeus



Mapa 2: Localização dos Taino no momento da conquista

Fonte: Fausto (2000).

Dando continuidade e mantendo seu objetivo de encontrar reservas de metais preciosos, Colombo alcançou uma ilha um pouco maior, que foi chamada de *La isla española*, atuais Haiti e República Dominicana. A primeira colônia só foi fundada no Natal de 1492, quando a embarcação Santa Maria encalhou e teve de ser abandonada. Assim, 21 voluntários foram deixados no local e construíram a primeira vila com os materiais da embarcação encalhada.

A frota de Colombo retornou a Europa, e em abril de 1493 apresentou aos reis Fernando e Isabel alguns sujeitos provenientes das “novas terras”, alguns animais e ornamentos feitos de ouro. Assim,

Os reis católicos podiam agora esperar vencer Portugal na competição para estabelecer relações comerciais diretas com a Índia (os Portugueses só chegariam à Índia em 1498). A necessária legitimidade para tal empresa foi concedida pelo papa Alexandre VI, um Bórgia espanhol, que emitiu uma série de bulas atribuindo a Castela o domínio sobre todas as terras que viessem a ser descobertas no hemisfério ocidental. Por forma a evitar conflitos com Portugal as bulas concediam a cada uma das potências ibéricas rivais uma secção da parte do globo por descobrir. Em 1493, traçou-se uma linha de

demarcação a uma longitude de 100 léguas a oeste dos Açores e das ilhas de Cabo Verde, mas no Tratado de Tordesilhas, celebrado em 1494, a pedido de Portugal, e com o acordo diplomático da Espanha, a referida linha avançou 270 léguas para ocidente, colocando, inadvertidamente, sob domínio de Portugal o até então desconhecido território mais tarde chamado Brasil (Williansom, 2012, p. 19).

Em setembro de 1493, Colombo organizou uma nova expedição, agora com objetivos claros de estabelecer colônias nas novas terras. Contudo, ao chegar em *Espanhola* “[...] verificou que os nativos haviam destruído a colônia e matado os espanhóis, como vingança pelo seu comportamento ganancioso.” (2012, p. 20). Esses espanhóis vislumbravam enriquecer de forma rápida e consistente, objetivando um retorno a Europa em uma posição social diferente, assim como Colombo. No entanto, encontraram uma forte resistência dos nativos, pois, apesar de terem sido hospitaleiros e bondosos em um primeiro contato, não aceitavam as relações violentas e desumanas que os colonos queriam que se submetessem. Assim, começou um processo de tensionamento do empreendimento de Colombo e ele retornou a Europa para dar explicações a Coroa em 1496. Depois disso, realizou ainda mais duas viagens, uma em 1498 e outra em 1502. Tendo encontrado a massa continental americana apenas em 1498, mesmo ano em que a Coroa Portuguesa estabeleceu uma rota marítima para as Índias, margeando a costa africana, sob comando do navegador Vasco da Gama.

Essa breve contextualização evidencia que um momento de crise social e econômica na Europa contribuiu com o impulsionamento do empreendimento colonial das coroas ibéricas entre os séculos XI e XV. Se aproveitando do amplo conhecimento dos comerciantes “italianos”, Castela e Portugal iniciaram uma espécie de corrida naval, que mais tarde ficaria conhecida como “as grandes navegações”, que objetivava principalmente a obtenção de metais preciosos e a criação de novas rotas para o extremo Oriente. Portugal optou por financiar uma rota que contornava toda a costa africana, que só se concretizou em 1498, enquanto os espanhóis acreditavam em uma rota atravessando o Atlântico, que só encontrou a massa continental também em 1498.

É importante ressaltar que os conhecimentos e modelos de representação sobre o mundo conhecido participavam ativamente de toda essa dinâmica social que se seguia. Assim, através das bulas papais, criou-se uma divisão imaginária do

Bethell (2018), com a sua extensa obra sobre a história da América Latina, evidencia que alguns dados, ainda que imprecisos, expõem a magnitude das civilizações preexistentes ao contato com os europeus. Para a região do atual México, Bethell (2018) afirma que as estimativas populacionais já foram de 50 milhões, 25 milhões, 11 a 12 milhões, 4,5 milhões, mas que estudos recentes sugerem algum valor entre 8 e 14 milhões. Já para a América Central, inicialmente a estimativa era de cerca de um milhão, contudo, recentemente este número subiu para 5 a 6 milhões. Um dos recortes espaciais mais difíceis de serem analisados dentro dessa temática, são as Ilhas do Caribe, cujas estimativas variam entre 80 mil e 8 milhões, sendo que proposições mais trabalhadas atualmente cogitam cerca de 2 milhões para o conjunto de ilhas. O conjunto dos Andes Centrais teriam algo entre 12 e 14 milhões, enquanto o Brasil, que também é difícil de ser estimado, sugerem-se números na casa dos 5 e 6 milhões (Bethell, 2018).

A tabela apresentada por Cunha (2012), que é de organização de Steward (1949), apresenta também algumas estimativas populacionais:

Tabela 1 - Estimativas populacionais dos povos que habitavam na América no final do século XV

NÚMEROS PARA (EM MILHÕES)	TERRAS BAIXAS DA AMÉRICA DO SUL	TOTAL AMÉRICA
Sapper (1924)	3 a 5	37 a 48,5
Kroeber (1939:166)	1	8,4
Rosenblat (1954:102)	2,03	13,38
Steward (1949:666)	2,90 (1,1 no Brasil)	15,49
Borah (1964)		100
Dobyns (1966:415)	9 a 11,25	90,04 a 112,55
Chaunu (1969:382)		80 a 100
Denevan (1976:230, 291)	8,5 (5,1 na Amazônia)	57,300

Fonte: Cunha (2012).

Assim, independentemente de corrente teórica ou política, é possível constatar através de um conjunto de evidências que não só haviam diversas civilizações na América “pré-modernidade”, como também elas eram bem numerosas. Neste sentido, Elliot (2012, p. 138) afirma:

Conquistar podia significar, portanto, colonizar, mas também podia significar assaltar, saquear e seguir adiante. A conquista no primeiro sentido dava primazia à ocupação e a exploração da terra. No segundo sentido, concebia o poder e a riqueza de uma forma muito menos estática - em termos muito mais de posse de objetos fáceis de transportar, como ouro, pilhagem, e gado, e de domínio sobre vassalos do que de propriedade de terra.

Essa interpretação de Elliot (2012), ainda que insuficiente, nos ajuda a pensar espacialmente a dinâmica desse período, onde existia, inegavelmente, uma procura por novos territórios que poderiam ser apropriados e espoliados, mas que era acompanhada por uma presença muito mais imediata, cotidiana, relacionada a fluxos, sujeitos, instituições. A expressão espacial da colonização europeia iniciada no século XV admite um caráter muito mais complexo e denso do que simplesmente considerar que foi um período de dominação política já superado historicamente.

Mignolo (2005) oferece uma explicação possível sobre como o colonialismo não terminou com as emancipações políticas dos novos países que surgiram no cenário global. Para o autor, o período colonial inaugura um novo tipo de padrão de poder espacial, e mais, cria diversos tipos de instituições, sujeitos, práticas e legislações, que servem como operações epistemológicas de inserção e domínio que objetivam consolidar uma hegemonia.

É sobre esses pilares que surgem as contribuições decoloniais, compreendendo que muitas das dinâmicas desse período que antecede o século XVI são negligenciadas pela teoria social de forma geral. O materialismo histórico-dialético, por exemplo, parte de uma crítica a economia política, desenvolvendo suas contribuições acerca da sociedade ocidental moderna e entende parte do conjunto de fenômenos que ocorriam aqui como dinâmicas pré-capitalistas. Karl Marx oferece essa contribuição no livro *Formações econômicas pré-capitalistas* (1985).

Nesse sentido, existe concordâncias e convergências acerca da perversidade e dos problemas decorrentes do modo capitalista de produção e consumo, contudo, a perspectiva decolonial tenta, de forma bem mais cuidadosa, refletir sobre esse conjunto de civilizações que antecedem o capitalismo moderno,

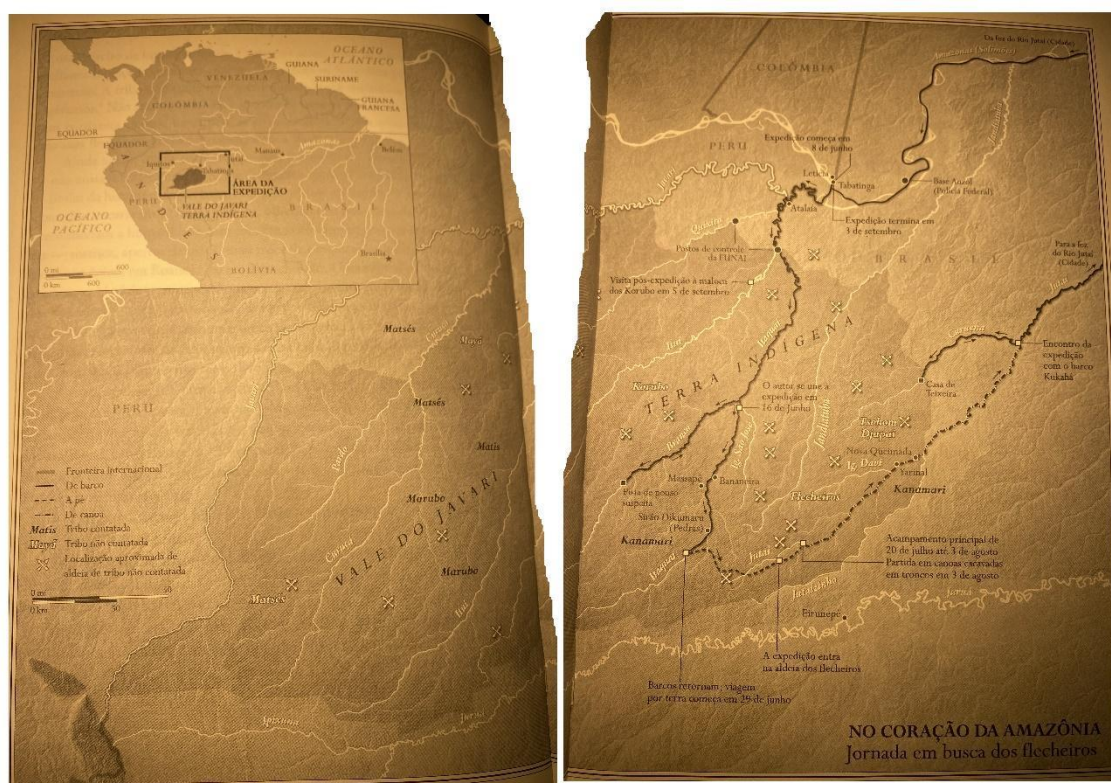
mas que resistem, se reinventam e ocupam novos espaços para reivindicarem seus direitos territoriais e cognitivos, o que Cruz (2014) chama de “novos velhos protagonistas”.

Autores como Boaventura de Sousa Santos (2019), Escobar (2016), Acosta (2016) e tantos outros, reforçamos novamente, defendem a ideia de que as soluções para os problemas da modernidade de forma geral, e outros de ordem mais terrena e cotidiana, podem ser resolvidos com os conhecimentos ancestrais desses povos. Aqui, vê-se a importância da ruptura proposta pela corrente decolonial para com o paradigma temporal linear e sequencial da modernidade eurocentrada. Considerar que as soluções ainda não implementadas podem estar no passado, e não no futuro, faz com que pensemos em como valorizar outras matrizes epistemológicas pode ser proveitoso.

Ao contrário do que muitos afirmam, os povos e comunidades indígenas, ainda que possam ter assumido novos hábitos decorrentes do tempo de embate, conservam práticas, valores, conhecimentos e entendimentos milenares. Mais a fundo ainda está o já mencionado trabalho de Scott Wallace relatando a empreitada de Sydney Possuelo e sua luta pela proteção dos últimos povos isolados da Amazônia. Ou seja, para que fique mais explícito: existem ainda hoje comunidades habitando a Floresta Amazônica e que nunca estabeleceram contato com os europeus ou com a sociedade capitalista moderna. É claro que obviamente podem ter ocorrido alguns encontros ao longo das épocas, mas os registros históricos, fotográficos, relatos orais não enunciam a existência desses grupos.

A seguir, uma imagem extraída do livro de Wallace (2013), demonstra um mapa com o trajeto da expedição de Sydney Possuelo pela Amazônia e o registro das localidades em que foram avistados grupamentos/comunidades isolados.

Figura 19 - Mapa demonstrativo da expedição e localização dos grupamentos



Fonte: Wallace (2013).

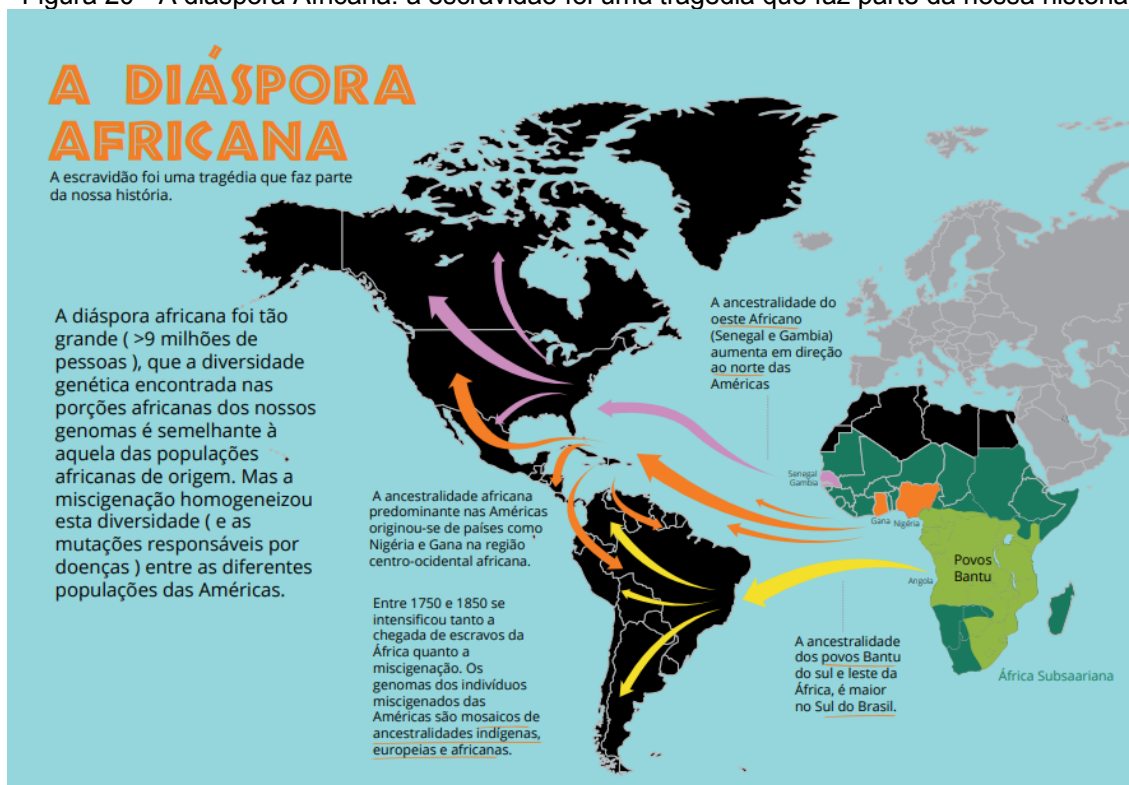
Para além desse atentamento para com esses grupos que estão “fora” do axioma moderno, a contribuição decolonial também se atenta àqueles que, forçosamente, foram subjugados durante o processo exploratório e violento de colonização católica da América Latina iniciada no século XV. Na tentativa de explicar as dinâmicas sociais para além desse debate a respeito do passado, as contribuições decoloniais elegem o conceito de raça como um fio condutor de toda lógica de funcionamento do sistema-mundo moderno-colonial. Assim como demonstrado por Maldonado-Torres (2019), ao “encontrarem” outros tipos de sociedade no “novo mundo”, a Europa teve de reavaliar algumas noções e premissas que assumiam. Assim, o conceito de raça foi empregado com o intuito de explicar não só a incapacidade dos “novos” sujeitos, mas também para justificar as incursões e avanços dos ibéricos.

Essa desqualificação que parte de uma “ideia de raça”, nessas proporções, foi a única experiência da história humana em que a escravização era decorrente de uma característica fenotípica, onde se esvaziava toda a humanidade dessas populações por conta da cor de suas peles. Boaventura de Sousa Santos (2019) indica que nesse momento inauguraram a ideia de que existam os seres e os não seres, que

são sujeitos vazios da fé católica, dos hábitos e costumes europeus, desprovidos de inteligência e incapazes de forma geral. Assim, foi se consolidando a ideia de que levar o progresso para esses grupamentos era uma missão divina de salvamento das almas. Fanon (2005) oferece contribuições a cerca dessa posição social, e vai além, ele propõe que esses sujeitos marginalizados sejam os “condenados da terra”, nome que intitula sua obra e que expõe a amplitude e relevância do fato.

Para se ter uma ideia dessa dimensão, pesquisas recentes realizadas pela Universidade Federal de Minas Gerais indicam “[...] que a diversidade genética encontrada nas porções africanas dos nossos genomas é semelhante àquela das populações africanas de origem”⁵².

Figura 20 - A diáspora Africana: a escravidão foi uma tragédia que faz parte da nossa história



Fonte: Soares (2020).

Esse tipo de relação perdurou por séculos em várias regiões da América Latina, no Brasil, por exemplo, o processo de escravização de pessoas pretas durou mais de 300 anos, o que representa mais de 50% de toda a história do país. Temos então que, assim como a teoria social crítica já consolidada, a corrente decolonial

⁵² Texto extraído da imagem.

oferece outras críticas possíveis a partir de seus postulados, desvelando uma sociedade capitalista moderna que oprime e viola de forma geral, mas que opera quase que particularmente contra alguns grupos. Assim, somos todos explorados de forma “global”, mas, para alguns, lê-se mulheres, negros, idosos, crianças, gays, transgêneros, comunidades tradicionais, enfim, esse enfrentamento é ainda mais difícil, pois toda a estrutura da sociedade foi criada e mantida para um tipo específico de sujeito. Não menos importante é o fato de que a sociedade reflete não só essa marginalização, mas também atua de forma agressiva, violenta e cruel na desarticulação desses grupos socialmente organizados.

Assim, alcançamos a explicação oferecida por Escobar (2016) por outro percurso, agora enfatizando a maneira pela qual a ontologia dualista da modernidade eurocentrada sempre esteve acompanhada de uma série de outras ontologias que não só existiram, como continuam existindo, umas mais adaptadas ao conjunto de recursos materiais e imateriais que a sociedade moderna oferece, enquanto outros estão ainda totalmente isolados.

Essa constatação é importante na medida em que evidencia que toda essa estrutura social imposta pela modernidade capitalista eurocentrada foi fortemente influenciada pelas ideias, conhecimentos, modelos e representações que compunham o universo daqueles grupos durante aquele período específico, mas que “funcionam” até hoje.

4.2 MAPAS & REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS: PEQUENO ENSAIO SOBRE AQUILO QUE SEMPRE EXISTIU

Retomando brevemente as contribuições que sustentam a premissa admitida neste trabalho em relação a necessidade de criar uma maneira de distinguir de forma clara e objetiva as representações espaciais dos mapas, iremos agora apresentar uma tentativa de explicar a urgência deste debate. De forma sucinta, compreendemos que os mapas sejam um tipo, dentre vários, de representação espacial, mas não somente isso, eles não resumem ou esgotam esse conjunto em sua totalidade. A grande “distinção” entre os mapas, ou ainda a ideia de representar graficamente o espaço em um plano, e as outras possibilidades de representação do espaço, partem da finalidade/natureza do veículo/linguagem que transporta o significado. Assim, os mapas, em uma primeira aproximação, servem para representar

o espaço, diferentemente de um quadro, texto ou fotografia que, podem ou não, carregar um conjunto de significados que representem um determinado lugar/espaço. Nesse sentido, os mapas, ainda que carregados de sentidos e significados, ainda que utilizados e mobilizados para diferentes fins, “servem” exclusivamente para representar o espaço, diferentemente dessas outras possibilidades de veículos/linguagens.

As representações espaciais podem assumir diferentes formatos e mobilizar uma variedade enorme de contextos, isso faz delas um conjunto muito mais amplo e complexo do que os mapas. Partimos do entendimento de que o conhecimento que subsidia o desenvolvimento dos mapas, e também da linguagem cartográfica, seja a ciência moderna, mais especificamente os conhecimentos ligados a Geografia e a Cartografia, desenvolvidos sobretudo entre os séculos XIV e XVII.

O que hoje entendemos como área, campo temático, disciplina, ciência, um dia já foi um aglomerado de técnicas e conhecimentos dedicados a trazer respostas, ou até mesmo outras perguntas, para o debate e o imaginário populares. Neste sentido, a iniciativa de representar informações da realidade imediata é muito antiga, remontando aos primórdios do *homo sapiens*, assim como afirmado por Pereira (2009), Martinelli (2005) e Girardi (2008). Para além dos aspectos geográficos e espaciais, diferentes grupamentos humanos representavam a interação com outras espécies de animais, símbolos sagrados/espirituais, sonhos e lendas, marcando na terra um modo específico de entender as coisas. Essas comunidades iniciam ali uma prática importante que perdurará para sempre: a de atribuir um sentido/valor/significado ao espaço a partir de uma representação.

As chamadas “pinturas rupestres” podem ser compreendidas no nosso entendimento, como representações gráficas confeccionadas por grupos humanos no passado sendo interpretadas por uma sociedade contemporânea. Essas representações foram feitas em outras épocas e contextos, mas resistiram ao tempo e são uma possibilidade de “enxergar” o passado da nossa espécie. No entanto, nós não compartilhamos o mesmo universo de significados, valores, emoções que os grupos que idealizaram essas representações e, portanto, não temos acesso “completo” ao sentido ou significado.

A representação de um animal pode ser um rito sagrado, ou apenas um retrato, pode ser também uma forma de “denunciar” a escassez, ou um animal de estimação, a representação só poderia ser realmente “acessada” por aqueles que

compartilham o conjunto de sentidos que subsidiaram a confecção de tal representação. A partir disso é que formulamos nossa tese de que as representações espaciais possam ser compreendidas enquanto práticas espaciais que registram um conjunto de significados compartilhados por um ou mais grupos, e que estão diretamente vinculados a um território/espço.

Nesse sentido, as representações espaciais irão participar ativamente das dinâmicas e relações sociais que as constituem, e mais, serão interpretadas, incorporadas, apropriadas e ressignificadas a partir de diferentes sujeitos e em diferentes tempos, tal qual o exemplo das pinturas rupestres. Dessa forma, optamos aqui por uma ideia de representação espacial que é vinculada ao território através das práticas espaciais, assumindo essa fluidez entre ser fator e resultado das dinâmicas e relações sociais desse substrato.

Por este motivo, algumas representações espaciais, como as pinturas de paisagem, por exemplo, possuem um conteúdo em que o entendimento dos leitores pode ser polissêmico. Neste caso específico, é o próprio “leitor” da pintura que atribui uma parcela de “significado” ou “entendimento” à obra, o que não acontece com outras representações. Um documento oficial, por exemplo, não pode admitir um entendimento diversificado por parte de seus leitores, pelo contrário, eles dependem de um entendimento conciso, claro, objetivo e único que, demandam um movimento de coerção e controle para que se faça efetivar. Isso mostra como diferentes “objetos-formas” podem representar o espaço, no entanto, elas se constituem e se inscrevem em diferentes contextos como elementos das relações sociais, e também espaciais, de poder.

Figura 21 - Quadro A alma o povo e a vida de Cândido Portinari (1931)



Fonte: Balacci (2019).

No quadro de Portinari, *A alma o povo e a vida* (1931), retratado acima, podemos identificar diferentes elementos como as pessoas, a vegetação, os utensílios, as vestimentas, a luz do dia, a estrada de terra. No entanto, apenas olhando a imagem, sem se ter uma contextualização ou “explicação”, não é possível afirmar com certeza o que está acontecendo. Fica evidente que todos na imagem são pessoas negras trabalhando, todavia, não se sabe qual o produto no interior das sacas, nem se o trabalho está sendo forçado ou não, pois não há nenhuma outra pessoa na imagem se não os trabalhadores, ou outro elemento que indique um possível “tipo” de relação. Não sabemos se o quadro é um retrato de uma comunidade de pessoas anteriormente submetidas a escravização, ou se é um registro que tenta “amenizar” o significado atribuído a esse crime.

É importante evidenciar, no entanto, que o quadro de Portinari foi produzido por alguém, em algum tempo histórico e localizado espacialmente, sendo, portanto,

produto de relações sociais, sentidos e significados específicos que “antecedem e conformam” todo o processo de produção, mas não o “uso” da representação.

Diferentemente das pinturas e obras de arte, os mapas, dependem da imposição de um sentido/significado, que em uma primeira aproximação acredito que todos que possam ler este trabalho, também possam entender qual o “objetivo” do mapa a seguir. No entanto, ainda que isso pareça “natural”, é fruto da consolidação da linguagem cartográfica como veículo exclusivo e oficial de representação espacial na dimensão do Estado territorial moderno. Isso mobiliza, inclusive, inúmeros pesquisadores a reafirmarem a importância da alfabetização cartográfica nas escolas, um tema destinado ao ensino de uma determinada linguagem, assim como o português, assim como as Libras.

A imagem a seguir mostra um mapa com diversas informações, não só do território estadual da Paraíba, mas também apresenta alguns outros aspectos do território nacional, como os estados que fazem fronteira e a posição próxima ao litoral. É possível identificar também, diferentes cores que regionalizam diferentes áreas do território paraibano, que estão especificados na legenda. Aparecem também a bandeira e o brasão do governo estadual no canto inferior direito.

Figura 22 - Mapa das microrregiões da Paraíba



Fonte: Governo Estadual da Paraíba (s.d.).

Os mapas oficiais são elaborados exclusivamente a partir da linguagem cartográfica e, assim, perpetuam no imaginário e sentimento da população a ideia de que é apenas ela, a Cartografia, a responsável por representar o espaço. A linguagem cartográfica, seus conhecimentos e técnicas, as possibilidades trazidas à luz por elas, indiscutivelmente foram fundamentais para a sociedade em diferentes áreas. O que problematizamos aqui é, justamente, criar uma abertura para a reflexão de um tema cuja relevância é facilmente percebida por qualquer um. Os mapas hoje fazem parte do nosso cotidiano imediato, de forma direta e indireta, e reconhecer essa posição implica em valorizar tanto sua importância, que nos permitimos indagar algumas das bases e fundamentos em que se assentam os conhecimentos ligados a essa temática.

Bourdieu (1998), em sua contribuição a respeito do poder simbólico, nos ajuda a pensar esses elementos como constitutivos das relações sociais e de poder. Partindo dessas reflexões pode-se considerar que o conteúdo das representações espaciais é, necessariamente, vinculado a um conjunto de valores, significados, e até mesmo emoções que são compartilhadas pelos sujeitos/grupos, mas que obrigatoriamente estarão submetidos também as relações sociais, e consequentemente espaciais e de poder que constituem a realidade.

Expondo uma discussão acerca da região, e de como os diferentes pesquisadores abordam esse conceito a partir de seus campos científicos, como por exemplo os geógrafos, economistas e sociólogos, Bourdieu (1998) evidencia esse movimento de materialização das representações mentais que estão no amago das relações de poder que as constituem.

Assim,

[...] mais profundamente, a procura dos critérios objetivos de identidade regional ou étnica não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua o dialecto o sotaque) são objectos de *representações mentais*, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objectais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores (Bourdieu, 1998, p.112).

Nesse sentido, o autor demonstra que não só as representações em si estão em constante embate, mas também todo um universo de dimensões que precedem, acompanham e sucedem sua elaboração, ou seja, a discussão sobre como essa

forma de poder simbólico age sobre os sujeitos/grupos transita por diferentes tempos e escalas, ampliando assim sua complexidade e atuação. Nesse sentido, Bourdieu (1998, p. 113) alerta:

Só se pode compreender esta forma particular de luta das classificações que é a luta pela definição da identidade regional ou étnica com a condição de se passar para além da oposição que a ciência deve primeiro operar, para romper com as pré-noções da sociologia espontânea, entre a representação e a realidade, e com a condição de se incluir no real a representação do real ou, mais exatamente, a luta das representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular imagens mentais (e até mesmo no sentido de delegações encarregadas de organizar representações como manifestações capazes de modificar as representações mentais).

Assim, Bourdieu (1998) nos ajuda a compreender como nosso mundo é orientado a partir de um universo de significados e sentidos transmitidos através de um conjunto de representações, gráficas ou não, que se conformam a partir das relações sociais e de poder, mas que, também as compõem, não antes ou depois, mas ao mesmo tempo. Consideramos, então, que o autor nos ajuda a compreender a existência de uma dimensão das relações sociais de poder que age especificamente nessa intersecção entre o mental e o material, entre a representação e a realidade, que ele descreve como poder simbólico.

Esse poder simbólico será expresso e, literalmente impresso, em diferentes escalas e contextos, atuando como articulador e veiculador de uma visão, perspectiva, ou ainda di-visão específica, como aponta Bourdieu (1998). Neste momento é possível aproximar as formulações de Bourdieu (1998), as de Harley (2009) e Rodrigues (2006), no que diz respeito ao uso/função dos mapas da modernidade capitalista eurocentrada. Nota-se, perfeitamente, que a expressão do poder simbólico impresso nos mapas, e consequentemente na cartografia moderna eurocentrada, transcende o objeto-mapa em si e envolve questões de validação, mecanismos e técnicas de produção, linguagem, lógicas espaciais e econômicas, entre outros, assim como também assinalam Acselrad (2013) e Renato Emerson dos Santos (2011).

Bourdieu (1998, p. 125) aponta, então, para um elemento importante da disputa acerca do direito de representar, classificar e dividir o mundo.

A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação colectiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade

de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para se fazer reconhecer.

Neste sentido, ao investigar mais sobre como aconteceu todo o processo de desenvolvimento da Cartografia moderna, percebemos que há na história dessa ciência uma espécie de “lacuna” que foi preenchida posteriormente. Um evento fundamental para entender o surgimento da conhecida Cartografia Moderna acontece a partir do legado islâmico deixado na Europa após os mais de quase oito séculos de dominação. O redescobrimento do modelo proposto por Cláudio Ptolomeu, importante “pensador clássico”, considerado por muitos um dos “pais” da Geografia moderna, alterou substancialmente as condições da época no que diz respeito aos conhecimentos ligados a representação do espaço.

Ptolomeu, que viveu entre os anos 100 d.C. e 168 d.C., propôs um sistema de quadrículas que permitiriam localizar de forma “regular” qualquer região, além de contribuir com a projeção utilizada nas representações do mundo conhecido (para aqueles sujeitos/povos). Ele definiu a ideia de meridianos e paralelos que se estendiam sob um espaço esférico, e não plano – como se acreditava na época, pensados a partir de uma perspectiva geocêntrica. Esta última perspectiva só seria “superada” a partir da oposição de Nicolau Copérnico, no século XV, com seu modelo heliocêntrico⁵³.

Associado ao resgate desta técnica, está o contexto vivenciado pela Europa nesse período, sobretudo entre os séculos XIV e XV. Aqui se iniciam os processos de centralização do poder político e territorial de diferentes reinos que compunham o mosaico social da Europa Medieval. A transição do feudalismo para o capitalismo aconteceu acompanhando o processo de desenvolvimento do Estado territorial moderno, até se concretizar definitivamente no século XVII (Haesbaert, 2006).

Assim, é possível estabelecer um primeiro marco importante na tentativa do resgate da história da Cartografia Moderna, que diz respeito ao redescobrimento do modelo Ptolomaico em um contexto de centralização de poderes políticos e territoriais na Europa Medieval. Neste sentido, os mapas produzidos a partir desse redescoberto sistema de referência serviriam fundamentalmente para estabelecer e

⁵³ FRAZÃO, D. Cláudio Ptolomeu - Matemático, Astrônomo e Geógrafo. **Ebiografia**, 2019. Disponível em: https://www.ebiografia.com/claudio_ptolomeu/.

divulgar as decisões e negociações envolvendo as disputas por territórios da época. O mapa aqui já seria empregado com uma dupla função: definir e comunicar. Logo, ao mesmo tempo em que decide o mapa comunica e vice-versa (Haba, 2009).

Outro aspecto que parece “dado”, mas é importante de ser mencionado, trata das condições materiais do período, que favoreceram o desenvolvimento de uma nova e ampla área do conhecimento. A prensa que permitiu confeccionar várias cópias de um documento ou desenho, o sextante, o astrolábio, além dos conhecimentos sobre geometria e matemática, que mais uma vez reiteramos, tiveram forte influência dos mouros, alteraram significativamente a possibilidade de produção de novos saberes no contexto europeu da época. As condições materiais combinadas a formulações intelectuais relevantes para o contexto, portanto, são um segundo marco importante para a tentativa de explicação do surgimento da Cartografia moderna⁵⁴.

Um terceiro marco importante para o surgimento desta ciência, ao nosso ver, é o ímpeto exploratório e colonizador de algumas coroas europeias, sobretudo os ibéricos no século XIV. As primeiras expedições em direção a China, a circum-navegação da costa africana, seguida da busca por uma nova rota para as Índias, dinamizavam o início de um projeto muito mais amplo e ambicioso. Em meio a esse cenário, os conhecimentos ligados às rotas, pontos de comércio e morfologia das encostas eram não só necessários como também decisivos. A representação dessas dinâmicas, fluxos e práticas fazia da Cartografia um conhecimento estratégico e poderoso socialmente.

Entretanto, a Cartografia e o empreendimento colonial europeu foram mais longe, juntos iniciaram um complexo processo de apropriação de territórios, extermínio ou escravização de outros seres humanos, que são fenômenos constitutivos do que chamamos aqui de sistema-mundo moderno-colonial. Desta forma, o processo de constituição do sistema-mundo moderno-colonial é entendido como um marco fundamental para compreensão da história da Cartografia.

Compreendemos, obviamente, que o processo de surgimento e organização do que viria a ser conhecido como Cartografia moderna compreende uma variedade e amplitude de fenômenos muito mais complexa e extensa do que a que foi apresentada aqui. No entanto, enfatizamos que estabelecemos esses quatro marcos

⁵⁴ Ver Haba (2009) e a importância da cartografia árabe para o pensamento geográfico europeu nesse período histórico.

como fundamentais, pois eles ajudam a contextualizar nossa perspectiva baseada na proposta de deslocamento ontológico.

Entendemos que selecionando apenas esses estes marcos: o redescobrimento do modelo Ptolomaico em um contexto de centralização de poderes políticos e territoriais na Europa Medieval, as condições materiais combinadas a formulações intelectuais importantes pro contexto, o ímpeto exploratório e colonizador de algumas coroas europeias; e a conformação do sistema-mundo moderno-colonial, é possível discutir todo o processo duradouro e complexo do desenvolvimento da Cartografia moderna. Assim, podemos tentar explicar como e por que os mapas são uma forma específica de representação espacial, organizada e pensada para comunicar através de uma linguagem particular. Todos esses fenômenos citados como marcos importantes para o pensamento aqui apresentado aparecem em diferentes materiais didáticos e científicos de forma aleatória, mas sempre se repetem como fatores importantes. Para citar um desses exemplos, esse bem mais aprofundado e completo, indicamos a leitura de Brian Harley, em *The history of Cartography*, de 1987.

Terminada esta breve orientação para a compreensão desta formulação, destacamos uma coisa importante: estamos alocando aqui o “surgimento” da Cartografia Moderna entre os séculos XIV e XVII, e, sendo assim, o que existia antes disso?

Ao buscar por referências sobre a “pré-história” da Cartografia, encontramos informações muito difusas e desconexas. Alguns consideram a produção de Anaximandro de Mileto, que viveu entre 610 a. C até 546 a.C., como sendo a primeira da história (Pereira, 2009). Outros consideram o chamado “mapa de Ga-sur”, como demonstrado em Gouveia (2021). O fato é que inúmeros pesquisadores tentaram buscar no passado evidências e representações que subsidiassem a história do nascimento da Cartografia Moderna. Anaximandro era de Mileto, cidade localizada na porção ocidental da Península da Anatólia, atual Turquia, enquanto a região representada no “mapa de Ga-Sur” fica no atual Iraque. Temos duas representações espaciais produzidas por sociedades diferentes, em escalas diferentes, em materiais diferentes, representando lugares diferentes, mas que no olhar dos pesquisadores apresentam um traço comum, que faz com que possam ser usadas como exemplo da origem dos mapas.

Geralmente esse traço comum diz respeito a representações gráficas feitas sobre um plano e retratando uma visão azimutal do espaço. Para inúmeros pesquisadores, ainda que as bases epistemológicas, políticas e culturais dos grupos possam ser muito distintas, o hábito de desenvolver representações do espaço de forma similar é comum a todos os grupos humanos. Assim, se foi convencionando e se instaurando um sentimento de que as representações espaciais são mapas, ou melhor, que os mapas são os (únicos) veículos pelos quais o espaço é representado.

Compreendemos que é nesse momento que se inicia um processo de consolidação do uso dos mapas no imaginário popular, e, de forma repentina, eles passam a fazer parte do cotidiano e da vida de todos. No entanto, observando mais atentamente a história da Cartografia, percebemos que anterior ao período do colonialismo europeu já existiam algumas tentativas de nomear essa prática.

A cosmografia, por exemplo, teve como precursora o mesmo Claudio Ptolomeu e buscava estudar os corpos do universo. O mapa de 1507 de Waldseemüller, que nomeia o continente americano, é conhecido como *Universalis Cosmographia*, ou “Cosmografia Universal”. A cosmografia, associada a geografia, astronomia, matemática, geometria e mais várias outras áreas do conhecimento, foi mobilizada para o desenvolvimento da Cartografia moderna. No entanto, acreditamos que a cosmografia é o que mais empresta sentido a narrativa construída em torno da história da Cartografia moderna (Gouveia, 2021).

As cosmografias são heranças da Grécia Clássica e faziam referência, preferencialmente ao ecúmeno, ou mundo conhecido. As cosmografias eram um saber que estava “além”, ou um saber “comum” em todas as sociedades, era apenas uma forma de representar o mundo conhecido a partir de um ponto de vista específico. A palavra que dá origem ao termo Cosmos é *Kosmos* e teria sido empregada pela primeira vez pelo matemático Pitágoras. É importante salientar que de fato outros grupos humanos poderiam fazer também representações de seus mundos e isso tornaria a Cosmografia tão comum quanto a Cartografia. Porém, se o fizessem provavelmente chamariam de outro nome, talvez estabelecessem outros limites normativos, como a representação do mundo imaginado e não conhecido. Assim, tentamos evidenciar que as Cosmografias ou Cartografias são conhecimentos localizados e contextualizados, surgem em locais específicos e com funções específicas. Ainda que a narrativa histórica faça parecer que são coisas comuns,

dadas, naturais, estas representações do espaço são particulares, refletem uma base epistemológica específica e são diferentes entre si.

E é por este motivo que achamos fundamental a distinção entre mapas e representações espaciais. Compreendemos que as representações espaciais são uma diversidade praticamente infinita de possibilidades, e mais, elas fazem parte da existência de quaisquer grupamentos por meio de suas territorialidades. Assim, o traço comum dos diferentes grupos é tão somente habitar um determinado local e atribuir sentidos e significados a ele. A partir disso, de forma espontânea, terão de ser criados mecanismos de consolidação e validação dessas adjetivações, assim como formas de veiculá-las e divulgá-las.

As representações espaciais, diferentemente dos mapas do Estado territorialmente centralizado da Europa, assumem uma função ímpar e muito mais ampla, elas exprimem um entendimento coletivo, compartilhado, construído mediante a vida em comunidade e que refletem suas ações no espaço, podendo assim serem compreendidas como práticas espaciais⁵⁵.

Assim,

Os territórios constituem o mundo material percebido e se tornam a 'matéria-prima' oferecida à imaginação, para ser 'trabalhada' e produzir imagens ou representações que podem ser manifestadas através de diversos tipos de linguagem: a língua natural para uma representação literária, a linguagem gráfica para o desenho e pintura, a linguagem plástica para a escultura, a linguagem sonora para uma representação musical, as diversas linguagens, simbólicas, lógico-formais e/ou matemáticas (Raffestin, 2008, p. 33).

Deste modo, ainda que haja representações antagônicas e conflituosas em quaisquer comunidades, elas não assumem obrigatoriamente um caráter jurídico de definição universal como sugere a linguagem cartográfica. As representações espaciais serão sempre reavaliadas, transformadas e adequadas a depender das decisões e intenções desejadas, servindo como um registro histórico de uma infinidade de possibilidades de versão de mundo. As representações espaciais podem ser consideradas como uma prática comum dos diferentes grupamentos humanos e podem ser empregadas para os mais diversos fins.

A exceção fica por conta dos mapas: eles são a única representação espacial não textual que é mobilizada juridicamente no controle e ordenamento da

⁵⁵ Ver Souza (2013).

sociedade a partir de uma linguagem exclusiva. São os mapas, os veículos pelos quais se estabelecem as fronteiras na modernidade colonial, nenhuma outra representação espacial ao longo desse período histórico assumiu essa função de forma tão delimitada e sistematizada. É importante enfatizar que, como são produtos e elementos das relações sociais e de poder, os mapas e a própria Cartografia são também tensionados, questionados e redefinidos com o passar das épocas. O que destacamos é justamente esse uso/finalidade que se configura na modernidade colonial a partir dessa nossa tentativa de deslocamento ontológico das análises.

Identificamos, então, essa fissura que consideramos importante na narrativa da história da Cartografia moderna, e no nosso entendimento ela revela que o que é comum e antigo nas mais diferentes experiências humanas são as representações espaciais utilizadas das mais diversas formas, e não os mapas.

Nesse sentido, compreendemos que esses mapas políticos/oficiais serão confeccionados e reproduzidos a partir de relações sociais, e também espaciais, específicas desse período e contexto.

Nosso imaginário, nossa sensação de pertencimento, nosso país, nossa cidade, nosso bairro, enfim, são produtos de representações pensadas, realizadas e divulgadas que alteram as significações dos espaços e definem uma outra proposta. Assim, essas representações transformam também os espaços em um movimento dialético de fazer-se e refazer-se em meio a uma re-construção mútua, entre espaço e sujeitos. Neste sentido, as leituras espaciais dos sujeitos serão influenciadas por essas representações espaciais e o espaço também será influenciado a partir dessas representações espaciais, assim como sugerimos anteriormente.

Esse cenário que aparenta ser “próprio” da Geografia se alterou substancialmente a partir da cisão entre Geografia e Cartografia, que ocorreu na segunda metade do século XX. Isso é importante se pensarmos que a Geografia desde sua sistematização, e até mesmo nos períodos anteriores, era tida como a grande responsável pela produção dos mapas, e neste momento era relegada a ser uma mera leitora, usuária, consumidora de mapas (Girardi, 2000).

Essa nova dinâmica desloca o centro da produção, validação e discussão científica sobre o tema para outra área do conhecimento. Se pensarmos no mapa como um produto comunicacional obtido a partir de uma linguagem, temos que a Geografia neste momento não domina, nem “opina”, sobre a nova forma de convenção que é cartográfica, ela apenas lê e se utiliza.

Ressaltamos que Girardi (2000) nos oferece uma interpretação que permite o entendimento da diferença das atribuições de cada uma das duas ciências em relação aos mapas. Dessa forma, a Cartografia seria responsável pela construção da representação do espaço, enquanto a Geografia seria responsável por utilizá-las para analisar a sociedade. Para a Cartografia, o mapa seria um fim, enquanto, para a Geografia, ela seria um meio. Com isso, a autora formula sua proposta de Cartografia Geográfica Crítica muito difundida no debate acadêmico sobre ensino de Geografia. Acreditamos que esta proposta não nos sirva de imediato, contudo, gostaríamos de deixar registrada aqui a contribuição que pode ser pertinente para algum leitor.

As contribuições de Girardi (2000) que mais nos interessam dizem respeito ao processo de institucionalização dos mapas e da Cartografia de uma forma geral. Considerando que os conhecimentos que subsidiaram a sistematização tanto da Geografia quanto da Cartografia eram os mesmos, e que mais tarde as relações de poder que moldam esses conhecimentos levaram até a cisão em duas ciências diferentes, complementares, porém distintas, alcançamos um resultado relevante. Com isso, conseguimos perceber que este é o cenário “contemporâneo recente”, ou seja, o processo de institucionalização dos mapas é muito anterior e remete ao período colonial, e os conhecimentos que subsidiaram as dinâmicas desse período remontam aos primórdios da humanidade e suas representações.

Assim como demonstraram Harley (2009), Rodrigues (2006) e tantos outros, a chamada evolução da Cartografia que acontece sobretudo entre os séculos XV e XVI, é reflexo de um movimento específico de dominação e controle sociais e espaciais expressos através do projeto colonial eurocentrado, onde os mapas foram utilizados para funções/ações fundamentais, como registrar e detalhar as rotas comerciais, marítimas e terrestres, como “documentar” a posse e comprovação de “descobertas”, além de assegurar o controle sobre os discursos/narrativas.

A imposição desse conjunto, que combina os mapas a todo um sistema de dominação e controle, determinou o que Rocha (2015) chamou de monocultura no campo das representações espaciais, ou seja, a Cartografia se configura a partir das relações de poder que lhes atribuem sentido/significado, de modo a representar uma versão de mundo específica, para reproduzir traços, valores e outros aspectos culturais e políticos.⁵⁶

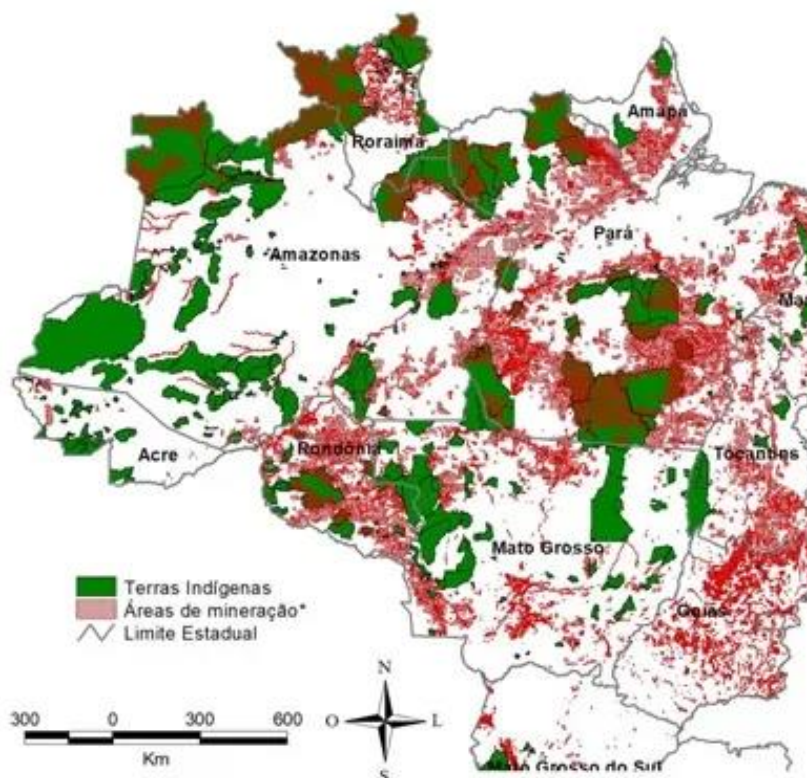
⁵⁶ Ver Rocha (2015) e Rodrigues (2006).

Aqui podemos estabelecer uma conexão com as reflexões de Escobar (2016), no sentido de que essa universalização e padronização proposta pela linguagem cartográfica acaba por favorecer a construção de uma humanidade íntegra, uma, universal, em detrimento da possibilidade de uma construção que compreenda a possibilidade de coexistência entre diferentes visões de mundo.

É importante destacar que aqui localizamos este ponto de inflexão na história dos mapas e das representações espaciais como um todo, pois os mapas começam a funcionar como um tipo específico de objeto, que envolve um saber hipervalorizado e restrito, mas que atua como operador da lógica espacial e, portanto, da vida social em diferentes níveis. Os mapas assumem uma função prática, real, imediata e outra função mais longa, demorada, que trabalha nos sentidos e significações, no emocional, no íntimo.

Figura 23 - Terras indígenas e áreas de mineração na Amazônia Legal (2017)

Mapa 3. Terras indígenas e áreas de mineração na Amazônia legal



* As áreas de mineração demarcadas em terras indígenas estão em processo de requerimento de exploração, uma vez que não é permitida oficialmente a prática de mineração em nestas áreas.

Fonte: Microdados da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, em Agosto de 2017, e arquivos geográficos do Departamento Nacional de Produção Mineral/Ministério de Minas e Energia, 2017.

Fonte: FUNAI (2017).

Relembrando a relação perversa que existe historicamente entre a atividade de mineração e as comunidades tradicionais, esse mapa mostrado acima mais do que uma mensagem visual, pode ser entendido também como uma forma de denúncia, como um alerta, como uma representação da violência. Isso invade nosso imaginário e acerta nossas emoções, desencadeia o medo, a dúvida, a pena. Apenas um mapa, vários os sentidos.

Este mapa, desenvolvido com base em dados da FUNAI, uma fundação criada pelo Estado para cuidar das questões indígenas no Brasil, reforça esse movimento de institucionalização dos mapas.

Isso é fundamental, pois um mapa oficial sobre os indígenas feito pela FUNAI é tido como a versão de referência para qualquer contexto, situação ou investigação. Neste sentido, a institucionalização dos mapas é acompanhada de um movimento cada vez mais refinado de oficialização desses documentos. Não há mapa mais “correto” sobre o Brasil do que o mapa oficial veiculado pelo governo brasileiro. Não que outros não possam ser mais exatos, ou mais bem construídos, ou com novas adequações de projeção, eles podem, a questão aqui é que o conteúdo representado e veiculado como sendo o oficial estabelece que aquela imagem é a correta em primeira e última instâncias. Ela é soberana.

Deste modo, os mapas foram sendo incorporados e empregados à vida cotidiana das diferentes nações, se consolidando juridicamente como os objetos/produtos responsáveis por representar o espaço de forma oficial. Essa função “estatal/oficial” dos mapas promoveu um assentamento dessa capacidade de controle e dominação, mas não só isso, é importante compreender que os mapas irão sintetizar as decisões/ações que serão produto dessas relações sociais, e de poder, e, portanto, o objeto-mapa em si, fica responsável por “tornar visível” de forma estratégica essa lógica espacial dos Estados modernos, ou ainda, essa *territorialidade inventada*⁵⁷ (Harley, 2009).

É a Cartografia moderna guiada pelos interesses dos Estados territorialmente centralizados que vai “desenhar” esse sistema-mundo moderno-colonial.

⁵⁷ Ver Porto-Gonçalves (2006).

Para Harley (2009), os mapas foram elementos imprescindíveis para a transição do feudalismo para o capitalismo, pois foi por intermédio deles que se criaram as delimitações de terras, a possibilidade de apropriação privada de um espaço específico, a cobrança de impostos, enfim, atividades que rompiam com o funcionamento da sociedade feudal daquela época.

Os mapas, moldados em bronze ou gravados na pedra eram desenhados para tornar mais permanente uma ordem social separando homens livres e escravos por um estatuto fundado na divisão do território. Nos primórdios da Europa moderna, ainda que o contexto sociológico e a confecção dos mapas sejam diferentes, algumas forças idênticas são atuantes. A cartografia das zonas rurais, locais, servia ao processo de regulamentação de litígios num contexto sócio-jurídico e era um meio para regular de forma eficaz os conflitos entre senhores e camponeses sobre os direitos de propriedade privados. Os mapas se ajustavam tão facilmente à cultura da sociedade fundiária que eles se adequaram à estratégias diplomáticas e às manobras militares dos Estados-nações da Europa durante a Renascença (Harley, 2009, p. 7).

A dimensão simbólica contida nos mapas e mencionada anteriormente deve ser observada com atenção, pois é através dela que se consolidam alguns equívocos e erros intencionais. Compreendendo o poder dos mapas de “criar” um imaginário e torná-lo “real”, ou espacializado, diversos governantes optaram por produzir seus mapas promovendo o apagamento de determinadas populações em detrimento da valorização de outras (Harley, 2009). Isso seguiu de outras formas também, os mapas políticos classificavam, nomeavam, estabeleciam, apagavam, deslocavam de acordo com seus interesses, assim como demonstrou Rodrigues (2006).

A justificativa residia sempre na tentativa de superar as distorções e problemas de projeção a partir dos métodos científicos. Contudo, no decorrer dessa “censura cartográfica”, (Harley, 2009, p. 10) os mapas começam a agir e transformar a sociedade, e mais, a condicionar o entendimento dos sujeitos sobre o espaço e sobre os outros sujeitos. Esse, reiteramos, é o perigo dos mapas serem tomados como dados, eles precisam urgentemente serem considerados a partir de seus contornos ideológicos e políticos.

O autor propõe três pontos de vista que desvendam os contornos ideológicos dos mapas e todos os processos que o envolvem. O primeiro diz respeito a entender os mapas como uma forma de linguagem, decorrente da interação social e do momento histórico de diferentes contextos; o segundo se refere ao sentido comunicacional, iconológico, que almeja transmitir e receber informações, enquanto o

terceiro e último trata de entender o mapa como uma forma de conhecimento estratégico, valorizado socialmente e que exprime poder.

Ao se demonstrar que o 'simples' fato de se denominar ou situar um elemento sobre o mapa possui frequentemente uma carga política, pode-se, todavia, aceitar que uma separação idêntica se aplique aos mapas. Estes últimos formam uma categoria de imagens retóricas, limitadas pelas regras que regem seus códigos e seus modos sociais de produção, de troca e de utilização, de tal modo a não importar outra forma de discurso. Por sua vez, isto nos leva a melhor compreender os mecanismos pelos quais os mapas, como os livros, tornaram-se uma força política na sociedade (Harley, 2009, p. 3).

Compreendemos, então, que os mapas são um artefato fundamental tanto para as condições que permitiram a constituição do sistema-mundo moderno-colonial quanto para manutenção e perpetuação da lógica capitalista moderna, sendo que hoje podem ser entendidos enquanto legados coloniais⁵⁸. Os mapas, longe de serem inocentes, estruturam toda uma gama de significados e sentidos, valores e crenças, que inundaram a sociedade, produzindo e reproduzindo a lógica colonial até os dias atuais.

Estas práticas não se limitam também ao traçado das fronteiras políticas. Há muitas informações que mostram que as geografias da língua, da 'raça' e da religião foram representadas em conformidade com as crenças dominantes. Existem numerosos casos em que os nomes dos lugares indígenas de grupos minoritários são substituídos nos mapas topográficos por topônimos padrão do grupo que detém o poder (Harley, 2009, p. 12).

Os mapas foram e continuam sendo empregados para desqualificar, invisibilizar e desumanizar populações e seus territórios, contribuindo para o descolamento da humanidade das comunidades tradicionais, as lançando à condição de subalternizados. Os mapas expressavam a hegemonia dos dominadores sobre os dominados e, por esta razão, chamamos a linguagem cartográfica de linguagem do poder colonial.

4.3. REPRESENTAÇÃO ESPACIAL E (OU) MAPA?!

Para tentar elaborar qualquer contribuição acerca da definição, ou até das diferentes interpretações que podem ser feitas, tanto do conceito de mapa quanto do

⁵⁸ Mignolo (2005).

“produto-objeto” materializado em si, é necessário que se estabeleça um ponto de partida, um pressuposto, uma premissa.

Assim, de forma a buscar a simplicidade, sugerimos que os mapas, seja o conceito ou objeto, funcionem como uma possibilidade de se representar graficamente o espaço e, conseqüentemente, toda a vida que lhe é constitutivo. Considerando a modernidade capitalista eurocentrada, e conseqüentemente as contribuições da Cartografia moderna, temos que a maioria dos mapas são elaborados a partir de uma visão aérea do espaço, sob uma perspectiva perpendicular. Dessa forma, compreendemos em uma primeira aproximação, que os mapas sejam veículos pelos quais se representam de forma organizada uma série de sentidos e significados sociais sob o espaço.

Essa simples formulação nos permite criar questionamentos e problematizações que conduziram os trajetos possíveis para a execução da pesquisa. O primeiro é: toda representação gráfica do espaço é um mapa? A resposta é não. Na definição apresentada, os mapas são definidos enquanto uma possibilidade de representação espacial, logo é possível deduzir que haja outras possibilidades de execução desta prática. O segundo questionamento é: se o mapa é uma possibilidade dentre outras, o que o diferencia dos demais? Os mapas são elaborados a partir de uma linguagem específica, que foi construída e imposta como forma de convenção universal, mas que reflete obrigatoriamente um contexto/perspectiva específicos, nesse caso, a modernidade capitalista eurocentrada.

Esta convenção que supostamente intenta mediar e facilitar a comunicação entre os produtores dos mapas e seus leitores/usuários, na verdade consolida um sistema de práticas e dinâmicas estrategicamente organizadas. A linguagem cartográfica é, para além de outras coisas, um conjunto de significados e sentidos estabelecidos por essas convenções cartográficas. No entanto, é fundamental que se contextualize e localize geograficamente esse fenômeno, pois essa busca pela universalização de determinados conhecimentos, acompanhada por mecanismos de controle social e político, compõem um projeto de mundo e sociedade, por nós aqui compreendido como sistema-mundo moderno-colonial.

A semiologia gráfica de Bertin (2005), por exemplo, é muito presente nas disciplinas de Cartografia ministradas pelas universidades e apresentam uma sistematização muito bem-organizada dos signos e símbolos que subsidiam as técnicas e convenções cartográficas. Contudo, assim como nos alertava Porto-

Gonçalves (2012), é preciso que se “desnaturalize” essa narrativa que despolitiza os conhecimentos e os aliena dos processos históricos e políticos que compõem a sociedade. Esse conjunto de orientações, recomendações, exigências, regras, enfim, são estabelecidos, veiculados e impostos, a partir de um contexto específico, partindo de um ponto de vista particular e reunindo um conjunto de sentidos e significados arbitrariamente.

Temos então que os mapas são uma possibilidade de representação do espaço que mobiliza uma linguagem específica e sistematizada como uma convenção, que foi definida e estabelecida a partir de um determinado contexto. Aqui consideramos, assim como Harley (2009), Rodrigues (2006), Rocha (2015) e tantos outros, que esse período é a modernidade capitalista eurocentrada. E isso nos leva a um terceiro questionamento: quem avalia ou valida o emprego dessa linguagem cartográfica? A linguagem cartográfica é sustentada pela Cartografia, que a partir da segunda metade do séc. XIX se desvinculou da Geografia⁵⁹. A Cartografia é uma ciência que se dedica, em síntese, a estudar as técnicas e métodos de medição e representação do espaço.

Deste modo, temos que a linguagem cartográfica mobiliza uma série de conhecimentos e técnicas de representação/projeção aos mesmos tempos em que determina e estabelece os padrões e sentidos de comunicação do “objeto-mapa” em si. Porém, isso nos leva a um quarto questionamento: quem foi o responsável pela “seleção”, organização e divulgação desses conhecimentos?

Assim como já demonstrado em outro momento, os séculos XIV e XV que foram inundados pelo ímpeto colonizador de algumas coroas territorialmente centralizadas na Europa, criaram um padrão de poder de proporções globais e se utilizaram da Cartografia e da linguagem cartográfica como instrumentos de poder e controle sociais (Harley, 2009; Rodrigues, 2006).

Compreendemos, portanto, que os conhecimentos mais longínquos sobre técnicas e métodos de representação e projeção, que foram incorporados parcialmente pela história da Cartografia moderna, mas que continuaram existindo para além de seus limites, continuam e continuarão a coexistir como elemento constitutivo de quaisquer grupos. Enquanto isso, perceberemos que a Cartografia moderna emerge empenhada em um projeto ambicioso e global de dominação e

⁵⁹ Ver Girardi (2000).

controle. Em um movimento dialético, a Cartografia servia aos interesses dos Estados modernos que ainda eram embrionários, mas ao mesmo tempo os governos e reinos solidificavam a validade e sua relevância social (Harley, 2009; Rodrigues, 2006).

Por fim, temos que: os mapas são uma possibilidade de representar o espaço que se difere das demais por ser confeccionada a partir de uma linguagem específica, que foi elaborada por uma ciência que emerge como um importante elemento do sistema-mundo moderno-colonial. Esta é nossa definição, simplista e decolonial. É importante destacar, no entanto, que os conhecimentos ligados a representação do espaço sempre foram valorizados e, portanto, disputados socialmente, assim como nos demonstra Renato Emerson dos Santos (2011). Nesse sentido, a medida em que se desenvolveram esses mecanismos de controle e coerção sociais através dos mapas, também se desenvolveram movimentos dissidentes e de subversão das técnicas, conhecimentos e dispositivos, sobretudo após o salto evolutivo de hardwares e softwares do final do século XX, mencionado por Ftiz (2008).

Dessa forma, tanto a Cartografia enquanto ciência, quanto os mapas-objetos que participam ativamente da vida social, podem ser apropriados, subvertidos empregados de modo a contestar e questionar todo esse conjunto normativo, o processo de produção, e diversas outras dimensões. Iniciativas como o Open Street Map e Quantum GIS, por exemplo, são contribuições extremamente relevantes no sentido político de democratização das ferramentas e técnicas utilizados na produção de mapas, mas não só isso, também ampliam o acesso e a divulgação de diversos dados, tensionando também o “processo produtivo” na medida em que estabelecem um caráter colaborativo.

Nossa contribuição, então, reconhece toda essa dimensão de disputa e conflito que envolve a Cartografia e o conjunto de técnicas, dispositivos, enfim, que subsidiam a elaboração dos mapas; mas também tenta reforçar a existência desse conjunto de práticas que, podem ou não, conter/transmitir/veicular representações do espaço. Considerando nossa manobra de deslocamento ontológico, compreendemos que os diferentes grupos/comunidades possuem um conjunto infinito de significações e sentidos que compõem sua territorialidade e seu território, mas que talvez nunca sejam “expressos” em mapas.

O mito da criação do universo na tradição oral Guarani, expressa na obra Tupã Tenondé (2001), de Kaká Werá Jecupé, registra um conjunto de sentidos da existência do povo Guarani, representando “seu mundo” a partir do próprio universo

de significados desse grupo. Nossa contribuição tenta auxiliar a possibilidade de compreensão analítica da obra supracitada, por exemplo, como uma forma de representação espacial do povo Guarani.

Assim como os Guarani, a modernidade capitalista eurocentrada também possui suas próprias explicações e narrativas sobre o surgimento do universo, da vida na terra, enfim. Fato é que os ciclos biogeoquímicos do planeta constituem uma complexidade invariavelmente habitada por todas as civilizações, e esse conjunto agregado em formato de planeta, já nos impõe instantaneamente uma complexidade quanto as técnicas, dispositivos e conhecimento mobilizados para criar representações do todo. O formato de Geoide da Terra faz com que seja impossível criar uma representação plana, em duas dimensões, sem que haja distorções.

Neste sentido, o conhecido “problema da projeção” promove discussões que buscam representar um desencadeamento das novas necessidades, anseios e desejos, uma forma de representar e comunicar as ideias e projetos de determinados povos/grupos naquele período. Não à toa uma das projeções cartográficas mais famosas e comentadas do mundo, aquela proposta por Gerard Mercator em 1539, revelava que o desafio da representação estava entrelaçado com a intencionalidade e todo o contexto econômico-político da época.

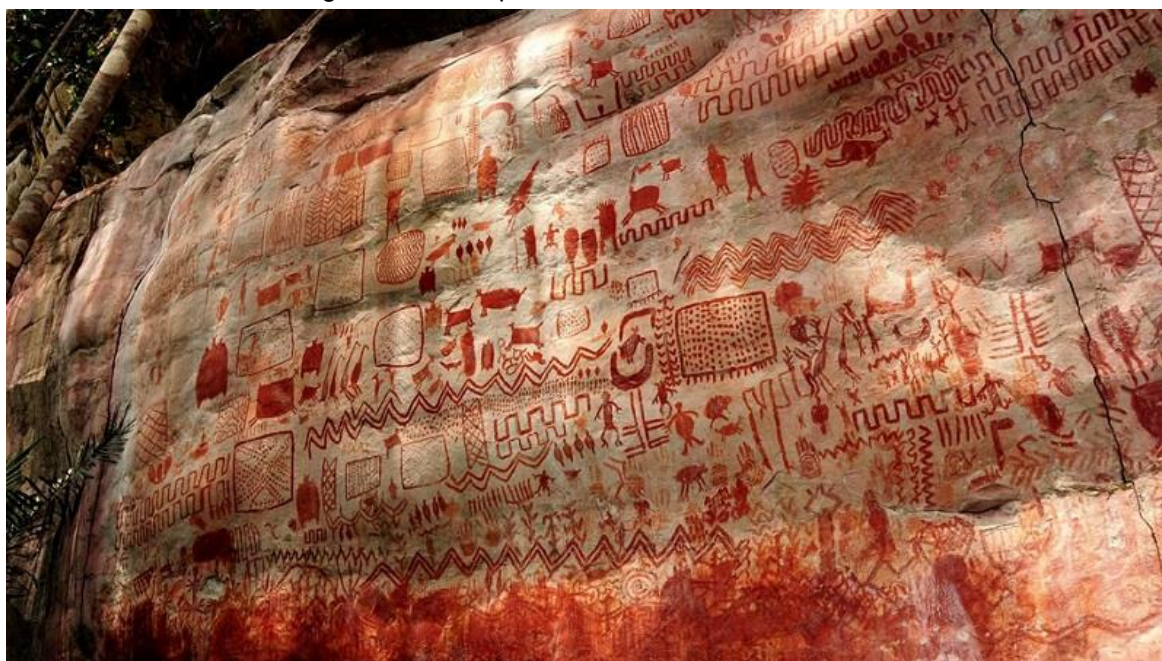
Mercator, obviamente, sabia das possíveis distorções, mas ele as condicionou de forma a privilegiarem ainda mais uma determinada informação que estava sendo transmitida. Ampliar visualmente a importância da Europa, concomitante a uma diminuição significativa das massas de terra localizadas a Sul da linha do Equador não foram coincidência, pelo contrário, evidenciam a posição hegemônica das coroas europeias sobre boa parte das rotas, portos e comércio.

Assim, como dito anteriormente, é difícil estabelecer o começo da Cartografia, no entanto, discutir o início das representações espaciais é um tanto mais “simples” e nos ajuda a compreender a necessidade de diferenciação clara entre os mapas, produtos da cartografia moderna e as representações espaciais de um modo geral. Pereira (2009), por exemplo, indica que antes mesmo do desenvolvimento da fala e da escrita diversos grupamentos ancestrais já representavam dinâmicas, práticas e seres por meio de imagens. O que hoje conhecemos como pintura rupestre, é na verdade um dos primeiros tipos de marcas de caráter artístico e intencional. Restos de cerâmica, indícios de fogueiras, fragmentos de ferramentas são evidências

históricas, mas de modo geral não foram estrategicamente deixadas ali, diferentemente das pinturas.

Observemos o sítio arqueológico de Cerro Azul, localizado na porção centro-oeste do território colombiano e marcado pela presença massiva da floresta amazônica. Ali se encontra a serra “*Chiribiquete*”, ou em tradução livre, “colina ou morro onde se desenha”, proveniente do idioma *Kajiruna*. Descoberto por pesquisadores em 2018, a chamada “capela sistina da Amazônia” é um complexo de paredões rochosos com cerca de treze quilômetros de extensão, podendo atingir mais de dez metros de altura, decorados por pinturas rupestres extremamente complexas que foram datadas em até 20.000 anos antes do presente. Além do “requisito” outro aspecto impressionante é a diversidade representada em toda altura e extensão dos paredões.

Figura 24 - A “capela sistina da Amazônia”



Fonte: Academia Brasileira de Arte (s.d.).

Para além de toda essa importância artística e histórica, esse conjunto de evidências que foi se construindo ao longo de pelo menos 20 mil anos é uma contribuição imensurável para o conhecimento da humanidade sobre si mesma. A datação dessas pinturas não pode ser realizada da maneira mais comum, que é pelo decaimento de carbono 14, e, por isso, foi estabelecida através do cruzamento de dados. Em primeiro, consideraram a representação de uma fauna já extinta há pelo

menos 12 mil anos e combinaram a datação por carbono de vestígios de matéria orgânica encontrados no local. Destacamos aqui que as representações gráficas realizadas por esses grupamentos há cerca de 20 mil anos serviram de referência para alcançarmos um entendimento mais ampliado sobre o passado daquele lugar. Compreendemos que essas pinturas podem apresentar/conter representações espaciais e que muitos séculos depois serviram como fonte de referência para entendermos mais sobre a vida dessas populações, mas, não somente isso, elas refletem também um conjunto de ações e podem ser consideradas como práticas espaciais fundamentais a territorialidade desses sujeitos.

Neste caso, as representações criadas são espaciais e são um importante substrato da territorialidade dessas comunidades. Essa territorialidade pode ser enxergada no compartilhamento interno de símbolos e significados desses grupos. O que vemos hoje é uma interpretação atual de uma evidência do passado, mas os grupos que produziram todo esse material coexistiam a sua produção em um *tempo empírico*⁶⁰, que permite que sejam considerados práticas espaciais e, portanto, fazem resistir alguns dos significados e sentidos introjetados nas representações.

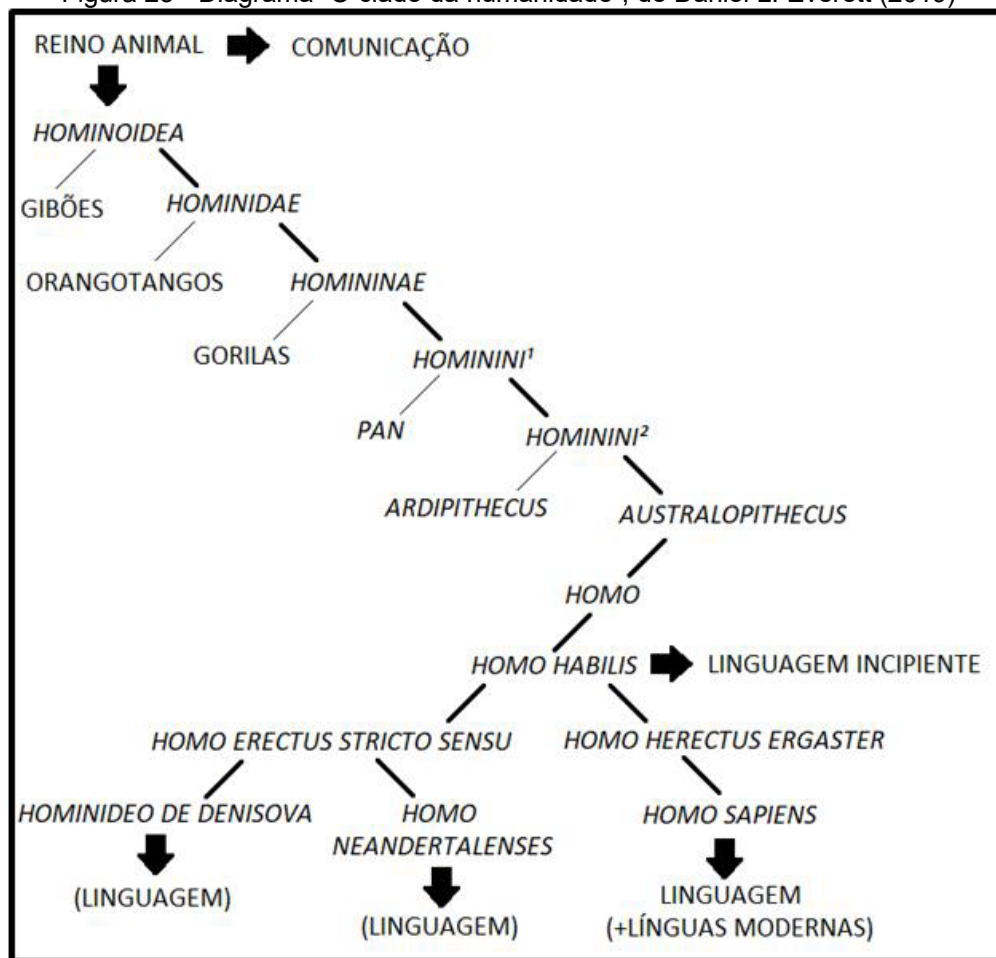
Por se tratar de um fenômeno muito extenso e complexo, pode ter sido feito em períodos diferentes, por grupos diferentes de culturas diferentes. Esse registro histórico social pode estar nos revelando uma espécie de corte transversal na história daquele lugar, em que seria possível estratificar os períodos e correlacioná-los com as representações, traçando uma espécie de história espacial. As representações aqui não apenas comunicam, são utilizadas também como evidências históricas, revelando uma similaridade dessas representações com outras formas de comunicação que chamamos de linguagens.

As diferentes formas de linguagem são amplamente estudadas em distintos ramos da ciência, no entanto, existe uma perspectiva que busca compreender a linguagem como um complexo sistema de significação e comunicação que participou efetivamente do desenvolvimento da espécie *homo sapiens*. Everett (2019) nos dá informações que imediatamente confrontam nosso “entendimento” sobre o mundo, como, por exemplo: a linguagem não é uma exclusividade do *homo sapiens*, ou seja, outros hominídeos desenvolveram suas formas de linguagem, e mais, a própria comunicação não é uma exclusividade dos seres humanos.

⁶⁰ Santos (1999).

A seguir apresenta-se um quadro organizado a partir das contribuições de Everett (2019), que sistematiza uma trajetória do desenvolvimento da linguagem dos *homines sapiens* buscando evidenciar que outros hominídeos também desenvolveram suas linguagens, em alguns casos de forma mais incipiente, como é o caso do *Homo Habilis*.

Figura 25 - Diagrama “O clado da humanidade”, de Daniel L. Everett (2019)



Fonte: Everett (2019).

O chamado “clado da humanidade” apresentado acima, contribui com o entendimento de duas coisas importantes para a discussão aqui apresentada: a primeira é a não exclusividade do *Homo Sapiens* no que diz respeito a desenvolver linguagem, e a segunda indica a necessidade de reconhecimento de que as linguagens desenvolvidas pelo *Homo Sapiens* alcançaram uma variedade e densidade nunca antes identificada em outros hominídeos. Everett (2019) sugere que as capacidades cognitivas e físicas foram sendo influenciadas pela linguagem e vice-versa. Deste modo, esse conjunto de significados e significantes se desenvolveu a

partir do compartilhamento de estruturas de conhecimento através da cultura, vinculando-se assim intimamente aos grupos e espaços que as compartilham. Compreendemos, então, que não houve um primeiro diálogo, e sim uma construção compartilhada que acontece mediante a transformação dos signos naturais em símbolos humanamente apropriados e interpretados, assim como aponta Everett (2019).

De forma bem resumida, Everett (2019) demonstra que a linguagem acontece mediante uma interação que reconhece algo e atribui a esse algo um significado que precisa, necessariamente, ser compartilhado e compreendido pelos interlocutores. Logo, a linguagem, nesta perspectiva, assume um caráter coletivo, compartilhado, que depende da interação entre as pessoas e o espaço, e entre as pessoas e outras pessoas.

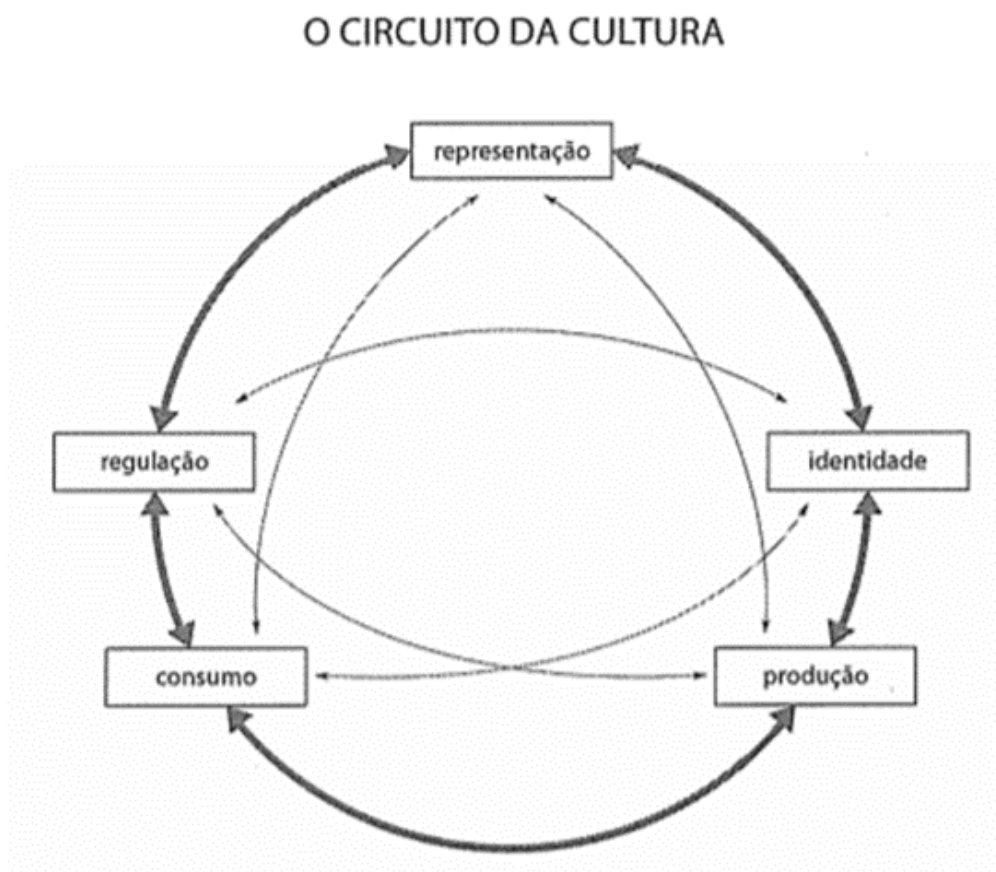
Interpretando as contribuições de Hall (2016), em outro momento, compreendemos que:

De forma objetiva a representação pode ser entendida enquanto a produção de sentido através de signos organizados em uma linguagem, que busca inevitavelmente a comunicação. No entanto, cabe salientar, que estes signos não fixam o sentido na linguagem por si só, eles dependem de uma interação entre um conceito e do compartilhamento destes para que sejam inteligíveis. Desse modo, temos que a linguagem opera como um sistema representacional, que serve de intermediário entre as coisas que percebemos ou imaginamos, os conceitos e classificações que criamos, e os códigos pelos quais tentamos representar aquilo que queremos comunicar. Mas há sempre um interlocutor, alguém com quem nos comunicamos e compartilhamos tais conjuntos de significados, a fim de se instituir a possibilidade de transmissão de informação (Gouveia, 2021, p. 93).

Assim, a linguagem depende do compartilhamento de um universo de significados comuns que estejam entrelaçados com suas vidas e histórias, fazendo com que tenham uma íntima relação com o espaço em si, e com as territorialidades decorrentes deste. A linguagem, portanto, se configura como um dos principais traços culturais de um determinado grupo, pois nela estão contidas uma série de significações compartilhadas e “retrabalhadas” de forma coletiva com o passar dos tempos. Dessa forma, as diferentes sociedades são capazes de criar representações que expressam aspectos que permitem perceber, realizar, imaginar, indagar, enfim, e estas serão constituídas de um conjunto amplo de significados compartilhados que emprestam sentido aos códigos de transmissão desenvolvidos (Hall, 2016).

O chamado “circuito da cultura”, apresentado a seguir, foi organizado em um diagrama pelo próprio autor para evidenciar a interdependência entre a cultura, a linguagem, a representação e a identidade dos sujeitos.

Figura 26 - Diagrama do circuito da Linguagem de Stuart Hall



Fonte: Hall (2016).

Este autor indica a existência de duas dinâmicas centrais no debate relacionado à linguagem, a primeira consiste no desenvolvimento deste sistema de representações mentais que subsidiam a apreensão e interpretação do mundo, sejam coisas materiais ou não, de modo que seu compartilhamento se torna um aspecto fundamental da cultura daquele grupo; já a segunda faz referência a dinâmica de estruturação dos sentidos em torno dos signos, que são organizados pelas linguagens e convencionados de forma coletiva por meio da cultura. Assim, a natureza ou qualidade das coisas pouco importa, o que determina a apreensão, interpretação e consolidação de um significado são as práticas significantes que serão desenvolvidas

no cotidiano imediato dos grupos, e as representações que serão convencionadas a partir deste movimento (Hall, 2016).

Agora você deve entender mais facilmente por que sentido, linguagem e representação são elementos tão fundamentais no estudo da cultura. Pertencer a uma cultura é pertencer, grosso modo, ao mesmo universo conceitual e linguístico, saber como conceitos e ideias se traduzem em diferentes linguagens e como a linguagem pode ser interpretada para se referir ao mundo real ou para servir de referência a ele. Compartilhar esses aspectos é enxergar o mundo pelo mesmo mapa conceitual e extrair sentidos dele pelos mesmos sistemas de linguagens (Hall, 2016, p. 43).

Compreendemos então a existência de uma estreita relação entre a identidade, a representação e a linguagem. Por intermédio do compartilhamento da cultura, mas também com substancial contribuição do território em que essa cultura se desenvolve, os seres apreendem e reproduzem seus próprios entendimentos sobre as coisas do mundo, mas, para que haja comunicação, é necessário que se desenvolva também um conjunto obrigatório de significados compartilhados. Esse compartilhamento permite o desenvolvimento de uma série de constructos intrínsecos à comunicação. As gírias, as músicas, as imagens, a comunicação verbal e não verbal acontecem mediante o compartilhamento dessas significações, sem as quais não seria possível nem enviar nem receber mensagens.

Um exemplo simples disso pode ser observado através das frases: “Oh loco, bicho!”, “Esta fera aí, meu”, “Quem sabe faz ao vivo”. Essas frases retiradas de contexto parecem não apresentar qualquer relação entre si. Contudo, a maioria dos brasileiros com mais de 30 anos e acesso a televisão, provavelmente reconhece imediatamente que são bordões do apresentador de televisão Fausto Silva, o Faustão. Se mostrarmos essas mesmas frases para brasileiros nascidos depois dos anos 2000 é bem provável que eles não as reconheçam, por conta do pouco contato com o programa apresentado por Fausto. Ainda que sejam brasileiros, ainda que entendam português, o compartilhamento de significados não é efetivado por conta desse distanciamento da população mais nova. E isso acontece com vários assuntos, em diferentes contextos e épocas.

Considerando este cenário, Raffestin (1993) oferece reflexões muito pertinentes acerca de como as diferentes línguas e linguagens estão submetidas a relações de poder e de hierarquização. O autor considera que esta dimensão do poder é transmutável e multidimensional e acontece mediante a combinação de informação

e energia. Dessa forma, Raffestin (1993) indica que o poder não é emanado apenas de instituições de poder, ou do Estado, ele é constitutivo de toda e qualquer relação social. Logo, se a linguagem é construída a partir das relações sociais, e todas as relações sociais apresentam uma dimensão de poder, compreende-se que a linguagem também possui relações de poder que lhes são constitutivas.

A linguagem é um instrumento de poder da mesma forma que qualquer outro; não que possa ser o objeto de uma apropriação privada, mas pode ser manipulada, com mais ou menos eficácia. Mas o que essa eficácia pode significar? É que a língua, é um modo de agir, é um modo de ação sobre o Outro. Cada língua é um instrumento de ação social e, nesse sentido, ela ocupa um lugar especial no campo do poder. Uma opressão lingüística, uma opressão por meio da língua é portanto possível. Essa opressão surge cada vez que uma língua diferente da materna é imposta a um grupo (Raffestin, 1993, p. 107-108).

Neste sentido, reiteramos a importância da linguagem na estruturação da vida social, pois ela não somente serve com um sistema de signos e símbolos que mediam a relação entre o mundo “externo” e os sujeitos, como também cria os sentidos e significados contidos nas práticas, emoções, sensações. A tentativa humana de explicar o que é algo passa, necessariamente, pela construção de uma série de signos e significados que criam um sentido particular que almeja ser compreendido pelos interlocutores, contudo, o processo de traduzir o que se percebe para uma significação humana é complexo e muitas vezes “incompleto” e “impreciso” para alguns casos. Assim, “qualquer coisa” é tanto a sensação/percepção que nos geram, quanto uma tentativa de definição, de explicação, que é negociada e reavaliada socialmente e no interior das relações sociais. Isso ajuda a entender a maneira como linguagem e cultura estão diretamente ligadas a forma como um determinado grupo em específico percebe o mundo e se percebe no mundo.

Raffestin (1993) entende que essas formas diferentes de entender o mundo acontecem mediante as relações sociais, e, portanto, possuem relações de poder na sua “composição”. Assim, existe uma dinâmica envolvendo as relações de poder e os próprios idiomas e traços culturais/regionais de cada lugar. O inglês, por exemplo, se tornou um idioma internacional, enquanto o japonês é falado quase que exclusivamente no Japão ou por japoneses, e isso pode ser analisado sob a ótica das relações de poder. Esse grande valor de troca atribuído ao inglês provém de anos de hegemonia inglesa e americana dentro do capitalismo, assim como outros idiomas são “marginalizados” por conta da sua pouca influência político-econômica. Raffestin

(1993) sugere que exista um paralelo entre os valores de uso e os valores de troca dos idiomas, fazendo com que essa valoração geralmente seja atribuída em decorrência da geopolítica mundial e da posição daquele país em determinado contexto ou época.

Uma língua determina um modelo de representação do 'universo'. Em outros termos, privilegiar uma língua é impor um modelo de representação única e é, por isso mesmo, homogeneizar o sistema de informação. Aqui, é preciso distinguir informação de comunicação. Ou seja, é preciso distinguir conteúdo de processo. Consideremos o conteúdo. Realizar uma informação homogênea, isto é, que obedece a estruturas idênticas, é possuir um poder considerável, um poder potencial de início, que pode ser atualizado em seguida. O perigo da manipulação se torna, então, extremamente grande. O ideal é conceber modelos únicos, com forte capacidade de difusão e de penetração. E nisso que residem as inquietações que se podem ter diante de uma língua única. Toda homogeneização nesse nível permite a concentração e a centralização e, por consequência, reforça as possibilidades de controle e de dominação. Toda perda de diversidade também se traduz por uma perda de autonomia (Raffestin, 1993, p. 117-118).

Dessa forma, podemos deduzir que tal homogeneização linguística reflete a supressão e apagamento de outras línguas e povos inteiros. Se desaparece a língua, some a cultura, e se desaparece a cultura, some o universo de significados compartilhados. Considerando as contribuições de Michael Foucault e Gilles Deleuze, Raffestin (1993) destaca que a formação do saber e construção dos conhecimentos sistematizados também são atravessados por relações de poder e por uma hierarquização social. Assim, esse poder hegemônico, que age sobre diferentes esferas da vida social, desenvolve diferentes movimentos e dinâmicas que criam uma imagem, uma representação, uma espécie de caracterização do dominado, o que fortalece e potencializa tanto seu poder quanto seu conhecimento sobre eles.

Essas operações epistemológicas assumem as mais variadas formas de linguagem, mas exprimem em essência a forma como a manipulação desses recursos simbólicos, associadas a uma série de jurisdições que impedem o contato ou questionamento de tais formulações, tornam praticamente impossível a possibilidade de oposição ou questionamento.

O poder da organização cresce à medida que há diminuição dos modelos culturais à disposição mas, ao mesmo tempo, decresce o poder das coletividades cujos modelos desaparecem. Existe uma relação de tensão constante entre a organização central que distribui mensagens 'oficiais' e as organizações periféricas, que tentam emitir mensagens específicas. É portanto uma relação dissimétrica, pois o modelo oficial procura desestruturar os modelos particulares, que quase sempre constituem, na ótica da

organização central, uma contracultura que se opõe à ideologia do homogêneo. Uma hierarquia se institui entre a organização central e as organizações periféricas: o campo do poder restringe progressivamente o espaço das organizações periféricas. Retomar o poder é tornar a ganhar o espaço perdido (Raffestin, 1993, p. 110).

Aqui podemos interpretar os mapas como um exemplar deste movimento. Os mapas se tornaram um objeto oficial de comunicação e controle, sendo que são elaborados a partir de uma linguagem específica, a linguagem cartográfica. Em meio a relações assimétricas de poder, a linguagem cartográfica foi elaborada e imposta como a única forma válida socialmente de se representar os diferentes recortes espaciais. Considerando tais afirmativas, é possível identificar um exemplo deste ímpeto homogeneizador nos mapas oficiais mais especificamente.

Para sustentar essa estrutura, o Estado e suas instituições de poder monopolizaram durante anos a confecção das representações espaciais empregadas socialmente em diferentes cenários. Esse monopólio desarticula as possibilidades de confronto e indagação, pois afasta os sujeitos não só dos produtos em si, mas de todo um conjunto de conhecimentos, técnicas, dispositivos, metodologias que são mobilizados para a construção da representação (Acselrad, 2013; Santos, R. E. 2011).

E isso se aprofunda ainda mais, fora o distanciamento do mapa e dos aspectos que compõe sua produção, os sujeitos historicamente também não participam do processo de validação social desses objetos, tampouco de sua veiculação. Esse contexto transforma os sujeitos em meros “leitores” das representações, e considerando que parte das populações tradicionais, por exemplo, nunca frequentaram o sistema de ensino formal, talvez não consigam nem isso (Acselrad, 2013; Santos, R. E. 2011).

Neste sentido, parte dos mapas que compõem a história dos conflitos territoriais dessas comunidades são inalcançáveis em certa medida para os sujeitos. Historicamente, esses povos conviveram com essas representações, ou melhor, esses povos estiveram submetidos diretamente a essas representações, mas nem sequer sabem o que elas querem comunicar, ou até mesmo qual sua funcionalidade.

Por este motivo, o salto evolutivo nos hardwares e softwares alterou tão drasticamente esse contexto, pois agora as comunidades possuem uma “facilitação” de acesso a todo aquele universo e poderiam confrontar as versões oficiais do território (Fitz, 2008).

Concluímos, então, que os mapas são representações espaciais e sociais que foram elaboradas a partir de uma convenção específica que compartilha um conjunto de significados que se tornaram responsáveis exclusivos por traduzir o mundo percebido em representações inteligíveis socialmente.

Decorrente dessa percepção, é que propomos a necessidade de diferenciação clara e objetiva entre os mapas e as representações espaciais. As representações espaciais podem assumir diversas formas, serem empregadas em diferentes contextos e possuem um valor de uso muito relevante; já os mapas podem ser isso tudo, mas possuem um valor de troca socialmente construído e hierarquizado que torna a linguagem cartográfica um produto do capitalismo moderno. Essa linguagem, assim como todas as outras, depende de um conhecimento prévio, um compartilhamento de signos e símbolos que permita a interação entre dois ou mais sujeitos, e, por isso, durante muito tempo foi exclusiva e serviu a dominação e ao controle.

4.4 REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS FORA DOS MAPAS: INDICANDO UMA POSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO.

Após esse conjunto de reflexões, se considera prudente uma exposição mais contundente no que diz respeito a visualização dessas representações discutidas de forma teórica e abstrata. É fundamental ressaltar que não se tenta aqui estabelecer um tipo de catalogação geral, ou ainda estabelecer os limites que permitam separar objetivamente as produções entre si.

Essa contribuição se configura como um recurso didático que pretende auxiliar o entendimento expresso nas reflexões teóricas supracitadas. Nossa proposta objetiva tão somente evidenciar os diferentes caminhos pelos quais podem se efetivar uma representação espacial, que servem exclusivamente para fortalecer a indicação de necessidade de uma distinção mais bem definida entre os mapas e o conjunto mais amplo que abarca infinitas possibilidades.

Compreendemos que esse exercício metodológico estruture a noção que permita conceber as representações espaciais como práticas espaciais que compõem as territorialidades e, por consequência, os territórios, o espaço e os sujeitos. Esse conjunto, então, será apresentado de forma simples: apresenta-se um exemplar em

forma de texto e/ou imagem, seguido por uma breve análise que contribua com a apreensão do espaço ali representado.

Cabe enfatizar mais uma vez que os mapas, tal qual conhecemos hoje, são fruto do desenvolvimento da chamada Cartografia moderna, que é relativamente “nova” e localizada espacial e temporalmente. A ideia de representar o espaço em um plano, muitas vezes entendida e considerada como os “antigos mapas”, é bem mais antiga e pode ser identificada em diferentes culturas e épocas. Contudo, há de se considerar que é comum o entendimento de que um mapa seja um veículo, uma forma, ou até um modelo, que objetiva representar o espaço.

Quando alguns autores mobilizam a palavra mapa para se referir a tábua suméria de argila encontrada em Ga-Sur, por exemplo, eles estão na verdade classificando o “tipo” ou “natureza” do objeto. Nesse sentido, da mesma forma que um documento é diferenciado de um simples texto pelo tipo/natureza de sua concepção, um mapa serve, em primeiro lugar, para representar um espaço. Obviamente como viu-se anteriormente os mapas e a Cartografia moderna de forma geral carregam uma carga de significados políticos, epistemológicos, culturais, entre outros, e também são utilizados estrategicamente para fins específicos, mas o que se quer dar destaque aqui é a finalidade representacional do mapa.

Essa natureza representacional dos mapas os difere das outras possibilidades de representação espacial, pois estas podem ou não efetivarem essa finalidade. Assim como um texto pode ser um documento a depender da finalidade, ele pode também expressar uma representação espacial, ou ainda nenhuma das duas opções. A produção textual, diferentemente de um mapa, não está condicionada a finalidade de representar o espaço, ela é capaz de servir/ser utilizada para diferentes finalidades.

É neste sentido que propomos essa tipificação, não com o objetivo de restringir o debate e “equivaler” essas outras formas a função/finalidade do mapa, mas sim apresentar uma outra frente de discussão das representações espaciais, que podem ser identificadas em veículos que não transportam exclusivamente representações espaciais, mas que podem ser mobilizados para tal.

Compreendemos que essa alternativa permita a visualização de uma ampla variedade de conteúdos diretamente relacionados as territorialidades dos grupos que as confeccionam. Desta maneira, ao considerarmos os ativismos cartográficos como produções estrategicamente orientadas, partindo da ideia de repertórios espaciais de

ação, muitas vezes veiculadas e sistematizadas através de mapas para disputar e reivindicar direitos sociais e cognitivos, compreendemos que se configure outras possibilidades de representação espacial que emergem do cerne da própria comunidade.

Assim, o conjunto apresentado a seguir reflete a indicação de outras formas/veículos por onde podem passar esses conteúdos espaciais, e que, muitas vezes refletem significados e entendimentos fundamentais para a comunidade. Uma lenda ou mito de criação, as chamadas cosmogonias, definem as bases de desenvolvimento de toda produção e reprodução de um determinado grupo. Elas explicam e contextualizam o surgimento daquele “espaço” habitado pelo grupo. Essa narrativa pode ser transmitida de forma oral, textual, através de ornamentos e construções, enfim, os veículos pelos quais podem ser expressa essa representação são variados, e tentaremos listar alguns dos principais que identificamos a seguir.

4.5.1 As representações espaciais através da literatura

A literatura, ou outros tipos de produção textuais, podem apresentar um conjunto de narrativas e descrições que representam um determinado lugar ou contexto. No trecho apresentado a seguir, extraído da obra *Os Sertões* (1902), Euclides da Cunha retrata com imensa riqueza de detalhes e significados um conjunto de elementos que compõem a realidade do nordeste brasileiro na virada do século XX. A importância da linguagem se dá na medida em que algumas palavras, noções e termos são intraduzíveis, logo, as representações textuais de modo geral estão vinculadas a esse “fator limitante”. Nesse sentido, quanto mais traduções e adaptações forem feitas, mais se distancia da representação formulada originalmente.

o planalto central do Brasil desce, nos litorais do sul, em escarpas inteiriças, altas e abruptas. Assoberba os mares; e desata-se em chapadões nivelados pelos visos das cordilheiras marítimas, distendidas do rio grande a Minas. Mas ao derivar para as terras setentrionais diminui gradualmente de altitude, ao mesmo tempo que descamba para a costa oriental em andares, ou repetidos socalcos, que despem da primitiva grandeza afastando o consideravelmente para o interior (Cunha, 2019, p. 17).

Quando se tornou urgente pacificar o sertão de Canudos, o governo da Bahia estava de braços com outras insurreições. A cidade de Lençóis fora investida por atrevida malta de facínoras, e as suas incursões alastraram-se pelas Lavras diamantinas; o povoado de Barra do Mendes caíra às mãos de outros turbulentos; e em Jequié se cometia toda a sorte de atentados. O mal era antigo. O trato de território que recortam as cadeias de Sincorá até as

margens do São Francisco, era, havia muito, dilatado teatro tropelias às gentes indisciplinadas do sertão (Cunha, 2019, p. 207).

É importante ressaltar que ainda que a obra possua seus próprios significados em si e que transite pelas épocas e contextos num movimento supostamente vitalício, as subjetividades dos leitores poderão atribuir significados distintos em relação ao discurso apresentado. A ideia de sertão e a ideia de nordeste, por exemplo, assim como demonstrou Durval Muniz (1999), estiveram envoltas em uma série de disputas políticas, de narrativas e de representações, que influenciaram um entendimento específico acerca desses termos.

Assim, a literatura e as produções textuais de modo geral, podem conter representações espaciais que registram uma determinada perspectiva que transita entre leitores mais próximos e, portanto, mais aptos a compreenderem a essência da representação, e leitores mais distanciados das significações ali expressas, fazendo com que sua própria subjetividade “complete” algumas lacunas inconsequentemente.

O caso do nordeste é bem explorado por inúmeros autores em diferentes épocas e reflete bem como as diferentes narrativas e produções literárias participam ativamente da construção de representações sobre um determinado lugar.

Um outro exemplar que explicita bem essa possibilidade de representação do espaço assumida pelas produções textuais é o documento conhecido como Popol Vuh (2019). Traduzido para o alfabeto latino por um sacerdote que dominava o idioma tradicional maia-quiché da Guatemala, no final do século XVI, o texto retrata a cosmogonia maia, assim como indica uma série de comportamentos/práticas que seriam os adequados a se seguir segundo os códigos de conduta daquele grupo, naquele tempo.

O primeiro elemento a se destacar é a complexidade da tentativa de “tradução” do texto, que apesar de estar redigido através do alfabeto latino, segue a estrutura linguística do Quiché antigo. Josely Vianna Baptista, ressalta a dificuldade de definir o gênero textual do documento a partir das convenções e contribuições modernas, mas não apenas isso, indica que o texto mobiliza possivelmente sátiras, figuras de linguagem, que compunham o universo de significados do grupo naquele período, e que talvez nunca serão “alcançados”⁶⁵.

⁶⁵ Ver POPOL VUH – O esplendor da palavra antiga dos Maias-Quiché de Quauhtlemallan: aurora sangrenta, história e mito – tradução crítica e notas Josely Vianna Baptista. Introdução e notas Adrián

[...] Não havia nada reunido. Tudo estava imóvel. Nada se movia sozinho, tudo estava quieto, em repouso sob o céu. Não havia nada erguido. Só existia a extensão de água, o mar liso, sozinho, sereno. Nada existia, ainda. Tudo estava em silêncio e deserto no escuro, na aurora. Só o Criador, o Formador, Tepeu, Gucumatz, A-que-Concebe, O-que-Gera, estavam na água, radiantes. Estavam lá, envoltos em plumas verdes de quetzal e plumas azuis de cotinga. Daí veio o nome Gucumatz (serpente Esplumada). Eles eram, por natureza, grandes sábios, grandes pensadores. E como já existia o céu, existia também o Qux Cah, o Coração do Céu, que assim se diz o nome de deus (Trecho Popol Vuh, 2019 p.119-120).

O Popol Vuh, no nosso entendimento, pode ser considerado um exemplo de produção textual que carrega uma representação espacial do contexto em que foi produzido, pois a própria iniciativa de tradução se deu com o intuito de registrar/salvar as tradições maias do “recente” domínio espanhol. Destaca-se também a estratégia do autor do manuscrito de *Chichicastenango* que, compreendendo as limitações de tradução entre as diferentes culturas, redigiu o manuscrito a partir do alfabeto latino.

Por fim, temos dois exemplos de matrizes epistemológicas totalmente distintas, mas que parecem ter a capacidade de “transportar” em si uma representação espacial. A obra de Euclides da Cunha, com ampla divulgação e reconhecimento nacionais, é escrita em português e apresenta um conjunto de informações e detalhes que são apreensíveis por boa parte dos brasileiros, mas não todos. Em oposição está a elaboração do Popol Vuh, que parte de outra matriz epistemológica, e, portanto, carrega não só um idioma diferente, mas toda uma estrutura que foge completamente dos estilos e gêneros textuais conhecidos e estudados atualmente. Josely Vianna Baptista, ressalta a dificuldade em classificar a “natureza” do texto, mas enfatiza a fundamental iniciativa do autor do manuscrito de *Chichicastenango*, que ao registrar a história em alfabeto latino “facilitou” boa parte do acesso aos significados contidos no texto.

Compreendemos, portanto, que os dois exemplos, ainda que culturalmente e temporalmente distintos, são capazes de evidenciar essa possibilidade das produções textuais de registrarem representações espaciais. Dessa forma, o trecho da obra de Euclides da Cunha e do Popol Vuh, registram um contexto espacial específico, e dependem de certo compartilhamento de significados para que se efetivem com mais “clareza”. A tradução do manuscrito dependeu essencialmente do

alfabeto latino, talvez nativos falantes do idioma Quiché antigo compreendam de forma mais ampliada os sentidos ali expressos. No mesmo sentido, a obra sobre o sertão nordestino é mais “acessível” a qualquer brasileiro por conta do idioma e da proximidade cultural, mas sujeitos que conhecem ou que viveram/vivem no sertão nordestino podem apreender de forma mais profunda alguns detalhes e significados.

4.5.2 As representações espaciais através da música/sonoridade

Compreendemos inicialmente que a própria organização dos “sons/ruídos” já reflete uma intencionalidade humana, que parte de um conjunto específico de subjetividades de um determinado sujeito/grupo, e pode ser entendida como uma expressão da territorialidade de uma comunidade/grupo⁶⁶. Os tipos de instrumentos utilizados, a escolha dos ritmos e arranjos, o gênero, enfim, todo o conjunto de elementos refletirão uma série de significados compartilhados em grupo, e que podem ser consideradas manifestações culturais desses sujeitos.

No trecho apresentado a seguir, extraído da música *País tropical* de 1969, o artista Jorge Ben Jor retrata bem a realidade carioca, contudo, mesmo que o ouvinte seja incapaz de compreender o que significam as palavras cantadas, ele ainda pode experimentar a harmonia criada pela combinação do arranjo com a letra. O que também exprime as características do Rio de Janeiro nos anos 1960 em 1970.

Moro num país tropical,
abençoado por Deus
E bonito por natureza (mas que beleza)
Em fevereiro (em fevereiro)
Tem carnaval (tem carnaval)

Eu tenho um fusca e um violão
Sou Flamengo
Tenho uma nêga
Chamada Tereza
(Jorge Ben Jor, 1969 “*álbum Jorge Ben*”).

Nota-se que o trecho registra: aspectos climáticos com “moro num país tropical”, aspectos religiosos com “abençoado por Deus”, aspectos culturais com “em Fevereiro / tem carnaval”, aspectos sócio econômicos com “Eu tenho um Fusca e um

⁶⁶ Ver DAS NEVES BENITEZ, Bruno Daniel. A música enquanto elemento formador de identidade e territorialidade: reflexões a partir do Carimbó em Belém-PA.

violão”, aspectos sentimentais “Sou Flamengo / tenho uma nêga chamada Tereza”. Neste sentido, compreendemos que a música se expressa através de elementos e significados que são compartilhados culturalmente e, portanto, refletem determinações e contextos espacialmente definidos.

Um exemplo de como a música acaba por refletir contextos e dinâmicas sócio-espaciais, pode ser observado com o gênero sertanejo na virada do século passado no Brasil. Inicialmente esse gênero se “relacionava” diretamente com o estado de Goiás e com as dinâmicas sociais e culturais que lá eram consideradas comuns. O mesmo vale para o gênero Funk no estado do Rio de Janeiro, o gênero Axé no estado da Bahia, em escala regional, mas o mesmo ocorre em âmbito internacional, como é o caso de o gênero samba ser associado ao Brasil, o gênero reggae ser associado a Jamaica, por exemplo.

Não se quer afirmar aqui que a percepção e organização desses grupos é a mesma em todo lugar, o que se tenta demonstrar de maneira didática e simples é a prática em si, de correlacionar gêneros ou estilos musicais com lugares ou regiões específicas. No nosso entendimento, isso define os contornos dessa prática espacial tão recorrente e presente na história da humanidade e que pode trazer em si, ou na organização e escolha de seus elementos, representações espaciais.

4.5.3 As representações espaciais através das Imagens, pinturas, desenhos (virtual ou físico)

Historicamente as imagens, pinturas e desenhos, sejam eles físicos ou virtuais, foram utilizados com o objetivo de representar não apenas lugares e espaços, mas acontecimentos importantes e pessoas. Nesse sentido, em uma primeira aproximação parece ser imediato o entendimento de que esses “veículos” podem conter representações sobre os mais variados espaços e lugares.

Entretanto, vivemos a recente expansão das inteligências artificiais que permitem manipular e produzir imagens e vídeos a partir de diferentes matrizes em poucos segundos o com diferentes objetivos, o que abre margem para um aprofundamento.

Apesar de produzir imagens e vídeos de lugares “inventados”, o que pode ser muito perigoso social e politicamente, esses softwares são capazes também de reproduzir representações a partir de descrições, áudios e textos, tornando possível a

“materialização” visual desses conteúdos. A prática de utilizar representações gráficas para registrar um espaço, ou até mesmo uma lembrança ou uma ideia sobre este primeiro, é muito antiga como demonstramos anteriormente com as pinturas rupestres em Cerro Azul.

Um outro exemplar dessa possibilidade de “materialização visual” de um lugar intermediado pelas lembranças, é pintura *A noite estrelada* de (1889), produzida pelo pintor Vincent Van Gogh. Ela foi elaborada no interior do sanatório *Saint-Rémy-de-Provence*⁶⁷ a partir das memórias que o pintor tinha da vista de seu quarto. Assim, a pintura não retrata exatamente o que Van Gogh olhava no momento em que pintava, ela retrata o que ele se lembrava, com destaque para coerência na posição das estrelas e proporções utilizadas.

Figura 27 - *A noite estrelada* – Vincent Van Gogh



Fonte: Academia Brasileira de Arte (s.d.).

A obra simplesmente reflete a lembrança e intencionalidade do autor. Cabe ressaltar que, diferentemente da música e das histórias contadas, esse tipo de representação pressupõe um objeto físico-material, no entanto, o entendimento da representação não está condicionado estritamente aos materiais empregados, mas sim as intenções e opções do artista.

⁶⁷ Ver AIDAR. L. *A noite estrelada*. **Toda Matéria**, s.d. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/a-noite-estrelada/>

Todavia, é importante salientar que, ainda que a possibilidade de representação espacial não dependa do objeto-material em si para que se efetive, a conformação desse veículo é produto dos recursos disponíveis e das condições acessadas pelo autor, e podem contribuir para a contextualização e entendimento dos sentidos nele expressos. Assim, compreendemos que esse conjunto pode carregar consigo representações espaciais que refletem contextos e perspectivas específicas.

Consideramos, portanto, que esses sejam veículos que podem carregar em si uma série de representações e significações do espaço, e mais do que isso, também são formas de espacializar e tornar visível, material, palpável, algo que parte de uma ideia, memória, lembrança, etc. Nesse sentido, entendemos que esses registros se configuram como práticas espaciais que contribuem com essa territorialização das relações sociais e subjetividades humanas.

4.5.4 As representações espaciais através da fotografia e vídeo

Compreendemos que as fotografias compõem um grupo de representações espaciais específicas, que permitem um registro da realidade imediata, fazendo um movimento contrário: é a realidade passando a existir graficamente nos ambientes digitais e virtuais, mas sobretudo na imaginação e mente dos sujeitos.

A foto a seguir registra a ação policial de reintegração de posse da comunidade do Pinheirinho, localizada em São José dos Campos (SP), no ano de 2012. Estima-se que mais de dois mil policiais tenham sido mobilizados para um dos processos de desapropriação com maior notoriedade recente⁶⁸.

⁶⁸ <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/22/10-anos-do-pinheirinho-memoria-esta-viva-as-vesperas-de-centenas-de-despejos-agendados>

Figura 28 - Ação de reintegração de posse da comunidade Pinheirinho (São José dos Campos – SP) 2012



Fonte: Brasil de Fato (2022).

A foto acima registra o momento em que a polícia invade a comunidade e entra em confronto com os moradores, é possível ver policiais equipados com capacetes, escudos, coletes, armas, mais ao fundo é possível ver uma espécie de “barricada” feita de madeira pegando fogo. Esse registro é real, ele aconteceu, mas transmite uma “mensagem” por intermédio dos elementos e dos significados que a compõem.

A seguir, apresenta-se uma outra foto do mesmo acontecimento, retirada na mesma localidade, mas com intervalo de tempo entre elas. A foto também é real, é literalmente um registro do que estava acontecendo em um determinado momento.

Figura 29 - Movimento de resistência da comunidade do Pinheirinho, São José dos Campos, SP



Fonte: Carvalho (2020).

Na foto aparecem centenas de pessoas, talvez milhares, “equipadas” com capacetes de motocicleta, pedaços de pau, escudos feitos com tonéis de plástico. Essa foto registra o momento desde a perspectiva de resistência da comunidade, evidenciando que estão dispostos a lutar por suas casas e famílias, ainda que sem dispor dos mesmos recursos técnicos e humanos da polícia.

Nesse sentido, as fotos e vídeos permitem um confronto direto com um quadro da realidade, a partir de um determinado momento, de outra época e ou contexto, onde a mediação acontece através de dispositivos como câmeras, smartphones, drones, entre outros. Pontua-se que a ação humana de representar o espaço, neste caso, é objetivada a partir de decisões de enquadramento, angulação, enfoque, entre outros. Para fins didáticos, exclui-se a subjetividade humana implicada na elaboração e construção do próprio dispositivo que captura a foto ou vídeo, mas que também poderia ser considerado segundo uma série de especificidades e particularidades de seus elaboradores.

Os registros da comunidade do pinheirinho, portanto, nos auxiliam a compreenderem como diferentes “escolhas” refletem em representações totalmente diferentes entre si, ainda que tenham sido obtidas a partir do mesmo “lugar”. Compreendemos, então, que as fotos e os vídeos registram, representam e materializam um determinado espaço, logo, podem caracterizar uma representação espacial.

4.5.5 As representações espaciais através das histórias, lendas, folclore, memórias

Esses relatos/estórias/narrativas reproduzidas através da oralidade podem apresentar inúmeras representações espaciais no nosso entendimento. Assim como mencionado anteriormente, as chamadas cosmogonias, são um exemplar dessa possibilidade. Obras como *A invenção da terra* (2012), do geógrafo italiano Franco Farinelli, apresentam uma série de concepções e entendimentos sobre o mundo e a vida que foram desenvolvidos e reproduzidos por diferentes culturas e em diferentes períodos. Essas narrativas, mais do que apenas contos e lendas, fundamentam todo o universo de existência desses grupos.

A lenda do Curupira, apresentada a seguir, conta uma história localizada e contextualizada espacialmente, ainda que sua “temporalidade” seja indefinida.

A LENDA DO CURUPIRA – TURMA DO FOLCLORE

No meio da floresta, dentro de uma árvore antiga, mora o guardião da floresta, o CURUPIRA. Ele é o protetor da natureza.

– Bom dia Curupira (Dizem as araras).

O Curupira anda com os pés ao contrário por isso os animais muitas vezes não (sabem onde eles está) os alcançam

– Ué, onde ele foi parar? (Pergunta o tamanduá para o tatu).

Os animais da floresta o ajudam a plantar novas árvores

E a cuidar do verde.

Mas quando o Lenhador começa a andar com um machado procurando uma árvore para derrubar na floresta.

As araras, espantadas, assoviam pedindo a ajuda do Curupira

– Fiuu... (Araras assoviando).

O Curupira, sempre atento, percebe que tem algo estranho acontecendo.

– Essa árvore vai me dar muuuuitas madeiras.... Hahaha (Lenhador falando e gargalhando).

Ele sobe em cima da árvore, e assovia para assustar o Lenhador (ele também assovia? Não tem muito assovio perto um do outro...nessa parte eu já falaria que ele passa correndo pelo lenhador que se perde com as pegadas já emendando nessa cena a seguir).

– Fiuu... (Curupira assoviando).

O Lenhador, assustado, tenta descobrir de onde vem este barulho.

Até que o Curupira passa correndo em sua frente e o Lenhador fica tonto, com tantas pegadas que ele deixa no chão.

Quando ele já está completamente perdido, o Curupira assovia do alto de uma árvore (aqui ok o assovio e estar na árvore).

– Fiuu... (Curupira assoviando).

O Lenhador, ainda tonto, olha para cima.

E o (guardião da floresta) amigo da natureza pega uma maçã da macieira e acerta em cheio seu alvo.

Mais uma vez, o Curupira salvou a floresta, e seus amigos comemoram e agradecem ao guardião da natureza (Turma Do Folclore, 2023).

Esse pequeno texto faz alusão a uma série de elementos que ajudam a contextualizar e situar a narrativa. A trama se desenvolve na floresta, e o enredo mostra um guardião que protege esse ambiente do lenhador. A fauna local enriquece todo o desenvolvimento da lenda, ela planta árvores e cuida do “verde”, ela avisa a aproximação do perigo representado pelo lenhador, mas não só isso, ela pergunta sobre o guardião, ela percebe que sua existência depende da proteção gerada por ele, ou ainda, reconhece que o lenhador de fato coloca em risco a sua existência. Compreendemos, nesse sentido, que toda essa trama é derivada de relações sociais e de poder que lhes atribuem sentido específico, como é o caso do conflito “natureza x lenhador”, ainda mais se considerarmos a formação sócio territorial brasileira. Assim, a lenda do Curupira registra um contexto espacial específico, e assim, produz e reproduz uma série de sentidos e significados entrelaçados com um lugar, um espaço.

É importante destacar que muitos textos acabam por registrar essas elaborações que se perpetuam através da oralidade, contudo, entendemos que os mecanismos de transmissão e armazenamento, por exemplo, já atribuem aspectos próprios aos textos e as lendas/histórias orais. A tradição oral, assim como vários idiomas inteiros, foi e é suprimida pela modernidade capitalista eurocentrada. O próprio Popol Vuh apresentado anteriormente, foi uma tentativa clara e, essencialmente estratégica, de “registrar” e almejar transferir/compartilhar esse conjunto de convenções/orientações do povo maia-quiché naquela localidade. O fato do autor do *manuscrito de Chichicastenango* ter redigido o texto a partir do maia-quiché mas utilizando o alfabeto latino, no nosso entendimento, e também no entendimento da autora da tradução, evidenciam esse movimento.

Assim como os códices maias, compreendemos que essa possibilidade de representação espacial possui uma efetivação localizada e restrita, na medida em que exige o conhecimento de uma série de elementos prévios que lhe atribuem sentido. No caso desse registro da lenda popular do folclore brasileiro do *Curupira, o guardião da natureza*, é necessário considerar que a representação implica no conhecimento de uma série de características, sobretudo de caráter geográfico e ambiental, que só possuem o sentido que se quer transmitir considerando dinâmicas específicas do território brasileiro. Floresta, lenhador, amigo da natureza são expressos aqui não com o significado global/universal que possam possuir, mas sim com essa dimensão particular e contextualizada, de um país tropical e agroexportador, em que os conflitos ambientais são um traço histórico relevante da nação como um todo. Não obstante, a diferença regional também é inevitável, pois algumas crianças brasileiras nunca tiveram o contato direto com uma floresta tropical, por exemplo.

Cabe também destacar que, ainda que um sujeito ou grupo não disponha dos entendimentos “solicitados” para que a lenda seja compreendida em totalidade, ela possui um significado próprio em si, que pode ser interpretado “à distância”, exatamente como sugere Josely Vianna Baptista ao detalhar o processo de tradução do Popol Vuh. Essas histórias que não existem “materialmente” na realidade, podem ser impressas, gravadas, transmitidas, enfim, e se expressam através das ações dos grupos/sujeitos, tal qual um norteador da territorialidade e da identidade cultural da comunidade.

Nesse sentido, essas possibilidades de representação do espaço são fundamentais na reconstrução e valorização dos traços históricos, culturais e

identitários de diferentes grupos, pois atuam e articulam escalas distintas e importantes. Na escala local elas agem como um discurso sobre o mundo e sobre as formas de entendê-lo, percebê-lo e vivenciá-lo, ao mesmo tempo em que na escala global exprimem uma narrativa que retrata aspectos que compõem ativamente as dinâmicas e ações dos territórios, mas que muitas vezes não são “vistas”, ou totalmente acessadas.

Assim, as lendas, os mitos, as histórias, os relatos, participam ativamente como representações espaciais que possibilitam a materialização de uma série de significados no interior da territorialidade dos grupos, esta entendida como expressão espacial das condições de vida de um determinado território ou grupo/sujeito. Destaca-se também que ela pode ser combinada a outras representações, assim se transformando em quadro, música, arte, literatura.

4.5.6 As representações espaciais através dos artesanatos/objetos/recursos materiais diversificados

Nesta seção apresentam-se as possibilidades de representação do espaço através de objetos/artefatos materiais. As maquetes, os artesanatos, as esculturas, por exemplo, podem ser compreendidos como veículos que podem transportar representações espaciais que compõem e refletem a territorialidade de um determinado grupo/sujeito.

Vejamos a seguir, uma imagem que retrata um tipo de artesanato brasileiro muito comum em regiões litorâneas, sobretudo as do Nordeste.

Figura 30 - Artesanato vendido em praia brasileira



Fonte: Paula Hirama – Wikimedia Commons (2022).

Na foto se vê uma pequena garrafa de vidro completada detalhadamente por camadas de areia colorida que formam o desenho de uma paisagem litorânea, muito comercializada em cidades turísticas da costa brasileira. É importante considerar não apenas a “imagem” retratada, mas também os materiais utilizados/mobilizados, os fins/usos e também os autores, pois estes elementos constituirão a carga de sentido subjetivo implicada no objeto.

Essas elaborações transmitem não apenas uma ideia de representação, mas também uma evidente estratégia de representação espacial, na medida em que se adaptam a diferentes fins, são exemplos, os econômicos-culturais, como os artesanatos; ou ainda os de gestão-planejamento, como as maquetes, entre tantos outros.

A seguir, apresenta-se uma imagem de um vaso cerâmico ritualístico da cultura Marajoara, localizada na porção Norte do país.

Figura 31 - Imagem Vaso Antropomorfo Marajoara (400-1400 d.C.)



Fonte: Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro

O vaso possui a seguinte descrição no site do Museu Nacional:

Nesta peça de uso cerimonial aparece em relevo o tema das duas serpentes – recorrente na iconografia Marajoara talvez relacionado a algum mito – conformando uma face humana. As duas cabeças representam os olhos. Seus corpos compõem as típicas sobrancelhas em V. Um botão na junção das duas caudas configura o nariz. O bojo, banhado de branco, é decorado com formas geométricas incisas⁶⁹.

Esses dois exemplos, o vaso antropomorfo marajoara e o artesanato de areia, podem trazer em si representações espaciais diferentes, no nosso entendimento. Enquanto o artesanato pode apresentar uma representação de um lugar específico, uma paisagem conhecida, o vaso Marajoara é constituído a partir de sentidos, lendas e significados particulares ao grupo, e que atribuem forma a cerâmica com uma finalidade ritualística. No nosso entendimento os dois exemplares carregam representações espaciais, uma mais imediata e inteligível considerando nossa localização espaço-temporal, no caso da paisagem representada na garrada de vidro,

⁶⁹ Disponível em: <https://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/arqueologia/arqueologia-brasileira/arqbra012.html>. Acesso em: 14 out. 2024.

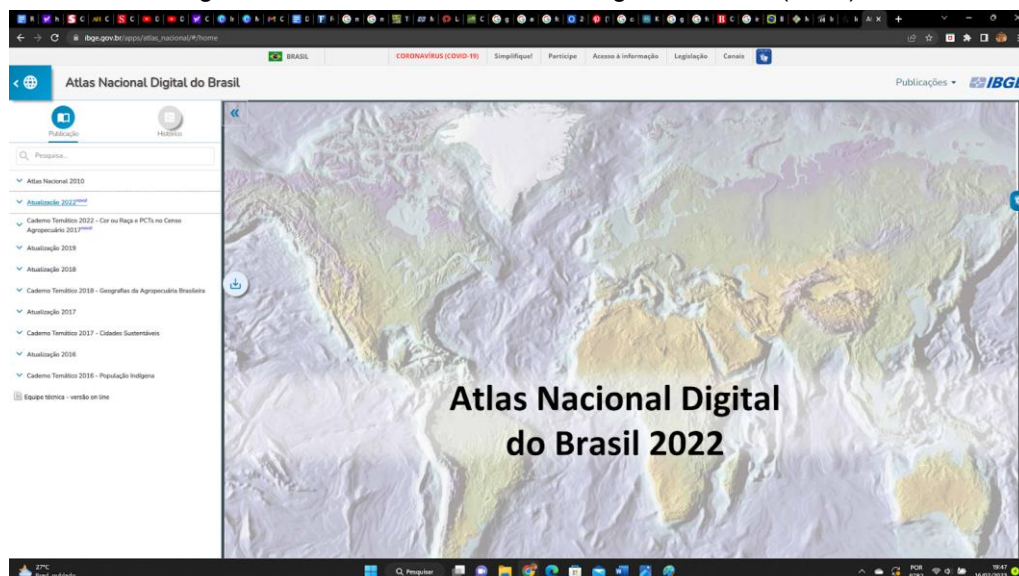
e outra mais profunda e tênue, que reflete práticas e relações de uma cultura/civilização particular, aqui sendo representado pela arte marajoara.

Por fim, compreendemos que este grupo de objetos/materiais possa ser mobilizado com o intuito de representar um espaço, contudo, é possível também considerar que muitas vezes o próprio material utilizado, a estética e uso, podem ser compreendidas enquanto expressões materiais dos recursos, relações sociais e técnicas disponíveis naquele ambiente/comunidade.

4.5.7 As representações espaciais através de mapas interativos, *webmaps* e atlas digital

Esta seção é destinada ao grupo daquelas possibilidades de representações espaciais, evidentemente de uso e elaboração muito mais recente que as demais, que possibilitam a reunião de um conjunto de informações de naturezas variadas em um mesmo quadro virtual. Essas novas possibilidades de representação espacial permitem outras formulações e perspectivas em diferentes áreas. Fitz (2008) demonstra, por exemplo, que o recente avanço dos hardwares e softwares permite a criação de modelos preditivos e modelagens em três dimensões que viabilizam a visualização dos possíveis desdobramentos de intervenções no espaço antes mesmo que essas se efetivem. Nesse sentido, essas representações são fundamentalmente gráficas/virtuais, pois não só permitem uma representação espacial rica em detalhes/dados do espaço atual, como também possibilitam o trânsito, combinação e sobreposição de diferentes contextos e tempos.

Figura 32 - Tela do Atlas Nacional Digital do Brasil (2022)



Fonte: IBGE (2022).

Na imagem acima, vemos um *printscreen* da tela inicial do Atlas Nacional Digital do Brasil (2022), uma iniciativa do IBGE disponível na internet através do link: https://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional/#/home. Essa forma de acesso e divulgação de dados oficiais, e também não oficiais, tem se expandido rapidamente, considerando a facilidade e intuitividade envolvidas no uso das ferramentas.

Neste sentido, consideramos que esse campo esteja em constante mutação e reformulação, considerando o ampliamto da capacidade de processamento e armazenamento de dados das instituições, assim como o avanço nos hardwares e softwares

Após essas reflexões, identificamos, portanto, alguns elementos que podem ser sintetizados da seguinte forma: a) as representações espaciais podem depender ou não do compartilhamento de significações para que se efetivem; b) as representações espaciais podem ser compreendidas como práticas espaciais que refletem a territorialidade de um determinado sujeito ou grupo; c) as representações espaciais, assim como todas as representações, são, em primeira instância, motivadas por uma intencionalidade que se efetiva através de uma ação social, transformando-se assim concomitantemente em prática social e representação social; d) as representações espaciais não estão vinculadas obrigatoriamente aos recursos utilizados, tampouco as particularidades dos universos intersubjetivos, elas se efetivam por si como uma expressão de um entendimento que pode ou não ser

acessível, disponível e compreensível; e) toda e qualquer representação espacial, portanto, é precedida por uma intencionalidade que “inventa” o conteúdo do que será representado antes que de fato o seja; f) as representações espaciais serão produtos das escolhas de quem as produz, logo elas são influenciadas por quem produz, e também, por quem vai receber ou usar essa representação, pois os significados que objetivam ser compartilhados podem ser distorcidos, ou até mesmo descaracterizados pelos receptores sem que haja qualquer interdição do autor; g) as representações espaciais irão apresentar um ponto de vista específico num quadro único e parcial, selecionado de forma intencional ou não pelo autor, mas que condicionarão a elaboração final e, por consequência, os desdobramentos; h) as representações espaciais estão constantemente sob reavaliação e ressignificação, pois, como assumem esse caráter trans-histórico e trans-escalar, são submetidas a novos valores e dinâmicas que se apresentam no espaço; i) as representações espaciais são, ao mesmo tempo, um resultado das relações históricas e um fator que compõe as mesmas relações sociais, fazendo com que assumam assim um caráter, ora de ferramenta de produção do espaço, ora de produto desse espaço; j) as representações espaciais compõem o fundamento ontológico de qualquer grupo ou sujeito, visto que são elas que permitem a cristalização, ou ainda materialização, das significações humanas sob o espaço.

Os elementos supracitados oferecem uma sistematização didática da nossa proposta de interpretação. No nosso entendimento, as representações espaciais são elaborações humanas que refletem a complexidade e dinamismo do espaço geográfico, materializando entendimentos política e historicamente orientados, que assumem uma fluidez de significados e empregos a depender do contexto, sendo permanentemente reinterpretados por conta de seu aspecto trans temporal e trans escalar.

5 ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS: VIDA, LUTA E AS REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS ESTRATEGICAMENTE ORIENTADAS

Neste capítulo estão organizadas as reflexões e contribuições acerca dos ativismos cartográficos propriamente ditos. Destacamos de imediato, que a construção desse trecho conforma e objetiva uma ligeira, porém essencial, diferença em relação ao restante do trabalho. Por se tratar de uma tentativa de construção que combina diferentes epistemes, é notória a proeminência da estruturação e fundamentação científicas do trabalho, obviamente decorrentes do “tipo/natureza” desta contribuição, e dos espaços/instituições onde ela se insere. Entretanto, considerando nossa tentativa de deslocamento ontológico e busca pela superação de algumas limitações importantes no acesso e divulgação dos conhecimentos científicos, esse capítulo tem o objetivo de ser mais prático do que teórico.

Não se quer dizer que a base teórica e conceitual será desprezada, apenas tentamos escrever um texto de maneira mais objetiva e clara para aqueles que não estão habituados com textos acadêmicos. Compreendemos que neste capítulo estão as principais contribuições de todo o trabalho, especificamente no sentido de explicar e descrever como acontecem as atividades de mapeamento junto das comunidades. Não menos importante, é o fato de que pessoas interessadas nos fundamentos teórico-conceituais do trabalho podem buscar nos capítulos anteriores as palavras, conceitos e ideias mencionados aqui.

Em uma primeira parte, será apresentada a Cartografia Social como uma contribuição da Geografia para as discussões relacionadas aos mapas. A partir disso apresentaremos o conceito de ativismos cartográficos, explicando principalmente as contribuições de Renato Emerson dos Santos (2011), e indicando algumas reflexões que podem ajudar com na discussão desse conceito.

Em seguida, apresentamos de maneira mais didática um exemplo de ativismo cartográfico, seguido de uma breve discussão que ajuda a contextualizar e explicar as bases em que se conformam toda a dinâmica que chamamos de experiência cartográfica.

Por fim, será apresentada a experiência cartográfica do Quilombo da Fazenda, realizada pela comunidade quilombola e apoiada pelo Fórum de Comunidades

Tradicionais, em parceria com o grupo de pesquisa CARTONOMIA e com o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina. Nesse trecho apresentamos um conjunto de fotos e descrições que ajudam a compreender a nossa proposta de experiências cartográficas, e a nossa contribuição ao conceito de ativismos cartográficos.

É importante destacar que toda essa pesquisa foi elaborada a partir do convívio e colaboração entre pesquisadores militantes, comunitários, lideranças de movimentos sociais, mas essa parte do texto, especificamente, detalha de forma mais clara como aconteceu todo esse processo. Dessa forma, buscamos evidenciar que as contribuições aqui expostas são produto de um contexto específico, mas que reconhecemos ter o potencial de auxiliar e ajudar outros movimentos e comunidades, em outros lugares e regiões.

5.1 CARTOGRAFIA SOCIAL E ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS: FORMULAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Acselrad (2015) indica que a segunda metade do século XX é marcada pelo avanço tecnológico, que permite o desenvolvimento de novas projeções e ideias sobre o espaço, e, assim, as instituições de modo geral passaram a repensar e reproduzir novas versões dos diferentes espaços, organizados e recortados de infinitas formas a partir dessa nova fase da Cartografia. Vale lembrar que, como alerta Girardi (2002), nesse período a Cartografia se desprende da Geografia, a qual sempre esteve diretamente vinculada, distanciando a ciência geográfica dos processos que discutem a representação espacial, a relegando a uma mera leitora de mapas.

Dessa forma essa Cartografia “Digital” invade as diferentes escalas governamentais que, por vezes, excluem ou incluem estrategicamente as comunidades tradicionais, e obviamente seus territórios, em distintos projetos políticos, econômicos, sociais, culturais. Esse novo momento desencadeou também uma linha de discussão acadêmica reconhecida como Cartografia Crítica, de forte viés marxista, e que debate sobretudo os contornos ideológicos dos mapas assim como demonstramos anteriormente.

No mesmo sentido, desde o final do século passado autores como Acselrad (2012) e Almeida (2000), já discorriam acerca de diferentes processos de apropriação e subversão de técnicas e dispositivos de mapeamento por parte de comunidades

marginalizadas socialmente. Assim, diferentes concepções foram se criando, as mais conhecidas são as ideias de automapeamento, mapeamento participativo, contramapeamento, antimapeamento, contracartografia, e em meio elas surge a que acreditamos ser a mais consolidada teórica e metodologicamente (no âmbito das universidades), a Cartografia Social.

Compreendemos, sobretudo a partir da contribuição de Henry Acselrad (2011; 2013; 2015), que a Cartografia Social seja não apenas uma metodologia para produção de mapas, mas sim “[...] uma interação entre formas de conhecimento e de representação universalizantes e localizadas, técnico-científicas e tradicionais” (Acselrad, 2013, p. 21), que juntas atravessam “[...] um processo de negociação epistemológica que se estabelece nos marcos das relações de poder” (Acselrad, 2013, p. 21) de cada localidade específica.

Vale ressaltar, nesse sentido, que as determinações jurídicas são fundamentais para todo esse processo, tanto a OIT 169 quanto a PNPCT, que reconhecem a autodefinição acompanhada de uma noção de território que, ainda que preserve certas limitações ontológicas, é explicitamente delimitada como o espaço necessário para a reprodução da vida de todo o grupo/comunidade. Esse “novo” momento jurídico-político permitiu a reorganização política do que Cruz (2014) chamou de *novos velhos protagonistas*, que reaparecem nas arenas de debate agora a partir de uma virada territorial, onde as comunidades lutam por seus territórios no amplo sentido do termo, acompanhada também por uma virada Cartográfica conforme indicado por Acselrad (2015).

Esse novo contexto acompanhado pelo salto evolutivo dos hardwares e softwares, apontado por Fitz (2009), possibilitou a confecção de novas produções e versões que emergiam do interior dos próprios territórios tradicionais que se inscrevem no debate e no imaginário públicos. Todavia, as possibilidades de controle e desarticulação dos territórios utilizando recursos geotecnológicos também aumentaram exponencialmente. Isso desencadeou o que Acselrad (2015; 2013) e Renato Emerson dos Santos (2011) chamam de disputas cartográficas.

Compreendemos que essas disputas cartográficas sejam uma possibilidade de “visualizar” o registro dessa dimensão ontológica que acreditamos estar embutida nesses conflitos. A ontologia moderna capitalista e a territorialidade do Estado-Nacional serão tensionadas pela reafirmação política e cognitiva de outros povos e territórios no interior de suas nações. Por esse motivo, compreendemos que

a Cartografia Social se consolidou como um campo temático de estudo da Geografia, que discute e reaproxima o pensamento geográfico das técnicas e métodos de representação do espaço.

Outro ponto que ajuda a compreender a Cartografia social como um campo amplo de debate, ao mesmo tempo em que se consolida como metodologia diversa de representação do espaço, diz respeito a possibilidade de cooptação por parte de grandes empreendimentos ou até mesmo projetos estatais. Esses projetos de desenvolvimento, para retomar Porto-Gonçalves (2019) mais uma vez e reforçar sua reflexão ambiental e política a partir da Geografia, acabam por incorporar a parte metodológica da Cartografia Social enquanto colocam em curso projetos/práticas totalmente nocivas a essas e outras comunidades.

Acセルrad (2013) demonstra bem essa ambivalência nos processos falsamente participativos ou colaborativos, mas reforça a importância desses tensionamentos para o alargamento das discussões sobre o tema. Nesse sentido, é que tomamos a Cartografia Social como um campo de discussão que reaproxima a Geografia dos debates relacionados às representações do espaço a partir de múltiplos caminhos, que sempre são atravessados pela participação/colaboração, efetiva ou falseada, das comunidades. Daí justamente a necessidade do emprego do termo social para “qualificar” esse “tipo” de Cartografia que não é feita exclusivamente por instituições ou entidades, e que valoriza a participação social⁷⁰.

Essa valorização da participação social deve ser sempre acompanhada de uma valorização da autonomia das comunidades e suas capacidades de pensar e planejar o espaço, como alerta Acセルrad (2013). Assim, compreendemos que a Cartografia Social possa ser interpretada como uma possibilidade de construção de conhecimento fronteiriço (Mignolo, 2005; Santos, B. S. 2019), na medida em que aproxima e busca horizontalizar diferentes matrizes epistemológicas. Retomando as contribuições de Watson (1989) e sua reflexão sobre os povos *Yolngu*, Acセルrad (2013) apresenta de forma breve a ideia de “indexicalidade” desenvolvida pela autora.

Watson (1989) compreende que a cartografia moderna ocidental produz um discurso universalizante de tal magnitude que seus leitores não dependem de uma “iniciação” para que sejam efetivados como tal, e por isso são considerados “não-indexais”. Por outro lado, os *Yolngu* produzem representações “indexais”, ou seja,

⁷⁰ Segue a mesma lógica de políticas sociais, por exemplo.

dependem de um contato prévio com diversos significados culturais desse grupo para que sejam compreendidas. Esse pequeno trecho dá pistas de que talvez estejamos em um caminho coerente, pois como os mapas da cartografia moderna não dependem de um compartilhamento prévio de significações se os Yolngu são incapazes de entendê-los?

Nesses termos, nossas representações, as desse povo mencionado por Watson (1989), e as de qualquer outro grupamento, dependerão sempre de um compartilhamento, ainda que mínimo, de significados para que se efetive. Isso evidencia a necessidade e importância do debate que diferencia as representações espaciais dos mapas, justamente por considerar os mapas como um tipo de representação dentre vários possíveis, mas não só isso, não é justificável que acreditemos que o entendimento dos mapas da cartografia moderna simplesmente não dependa do compartilhamento de significados anteriores – como supostamente são os do *Yolngu*. Esse argumento só faria sentido de alguma maneira se considerássemos que a explicação moderna ocidental de ver e entender o mundo é a única, ou pelo menos a forma “correta”, ou mais correta, que serve de base.

Aqui, acreditamos ser possível aproximar esse debate do exemplo do missionário estadunidense mencionado anteriormente. Chau, o missionário, assim como Watson (1989) mencionada por Acselrad (2013), acreditam na existência de alguns entendimentos totais e globais, compartilhados por todos sem a necessidade de qualquer “introdução”. A ideia de mapa não-indexal é qualificada assim como a concepção de Deus do missionário, como se fosse um dado, um reflexo automático, o que se mostrou um grande equívoco.

Boaventura de Sousa Santos em 1997 em sua proposta de hermenêutica diatópica nos dá chaves para interpretar esse tipo de engano. Esse autor nos indica que estabelecer um diálogo de forma horizontal entre dois povos culturalmente distintos é de extrema dificuldade, visto que em certa medida uma cultura tende a interpretar a outra a partir de sua própria matriz epistemológica e cosmogônica. Assim, Santos (1997) indica que é essencial uma inteligibilidade translocal das incompletudes, assim como uma identificação localizada e compartilhada pelos sujeitos, para que se efetive qualquer tipo de proposição “multi” cultural.

Desse modo, o que parece ser um “dado” para muitos, nada mais é do que a expressão da hegemonia da cultura moderna ocidental em detrimento das demais. Chau, acreditou tanto em um Deus que precisava ser levado a todos os cantos e seres

do planeta que, literalmente, morreu por isso. Por não considerar essa dimensão da incompletude.

Outro ponto interessante e que coincide principalmente com os pressupostos decoloniais da pesquisa diz respeito as temporalidades. Santos (1997, p. 121) afirma que uma aproximação multicultural “[...] só é possível através da simultaneidade temporária de duas ou mais contemporaneidades diferentes.”, o que “rompe” com o paradigma linear evolutivo do tempo na modernidade capitalista. Essa ruptura temporal é fundamental para quaisquer trabalhos que se proponham a ser decoloniais segundo Maldonado-Torres (2019).

Santos (1997) reforça ainda que essa contemporaneidade é superficial na medida em que cada grupo vive apenas o seu próprio percurso histórico, o que resulta em um entendimento do momento a partir do “tempo” daquele grupo específico, assim como Suertgaray (2001) retomando Milton Santos para dizer que o espaço é, também, um acúmulo desigual de tempos.

Essa ruptura permite que compreendamos a existência de outras possibilidades de se pensar o futuro e o passado, mas não apenas isso, possibilita que reinterpretemos conceitos, ideias e práticas sob outra perspectiva espaço-temporal. Milton Santos (1999) sugere que um recurso analítico nesse sentido seja a ideia de evento que conecta diferentes tempos em um mesmo instante ou quadro, assim como detalhamos anteriormente.

É preciso que se considere que as soluções possam estar no passado e não exclusivamente em um futuro imaginado obrigatoriamente como melhor e mais evoluído. Vejamos o recente achado arqueológico da Amazônia equatoriana como exemplo:

Figura 33 - Achado arqueológico mencionado em reportagem



Fonte: Gama (2024).

Usando a tecnologia do LIDAR⁷¹, o estudo publicado em janeiro de 2024 evidencia um longo processo de pesquisa que identificou diversas cidades, praças, estradas, uma verdadeira “rede urbana” que foi “incorporada” pela floresta. Destacam-se dois elementos principais com esse exemplo, o primeiro diz respeito aos impactos deixados por essa ocupação e o segundo evidencia a capacidade de resiliência desse bioma manejado.

Se pensarmos nos grandes problemas do mundo contemporâneo, um dos mais imediatos é sem dúvida o da já mencionada *ebulição global*, em que basicamente a ocupação humana, sobretudo nos últimos dois séculos, tem prejudicado dramaticamente os ciclos biogeoquímicos do planeta. O lixo, a poluição e a contaminação parecem ser problemas até o momento sem perspectiva de extinção, apenas de mitigação.

⁷¹ Light Detection and Ranging.

Neste sentido, o quão “evoluído” precisa ser um grupamento amazônico que consegue instituir uma “rede urbana” há mais de dois milênios, ao mesmo tempo em que contribuía com o manejo da maior floresta tropical de nosso tempo⁷²?

É nesse percurso que buscamos a valorização das representações espaciais na mesma medida em que confrontamos e problematizamos a já reconhecida Cartografia moderna. Dessa maneira, mobilizamos esse pressuposto considerando que práticas do passado podem nos ajudar a compreender e solucionar problemas atuais. Partir do entendimento de que a Cartografia para além de uma importante área do conhecimento é também uma forma de linguagem, nos permite compreender o processo de monopolização das representações do espaço dentro da lógica colonial da modernidade capitalista, conforme demonstram Harley (2009), Rodrigues (2006), Rocha (2015) e tantos outros.

Esse entendimento permite a quebra, em certa medida, da exclusividade oficial estabelecida pela Cartografia, possibilitando que se compreendam os mapas como um tipo de representação específica que se efetiva através de uma linguagem complexa, utilizando inúmeros recursos tecnológicos igualmente complexos. Isso valoriza todo o conjunto de contribuições cartográficas e amplia o horizonte do debate das representações do espaço. Diferentemente da história corrente da Cartografia moderna, a perspectiva decolonial favorece a retomada de outras produções como representações de outros territórios e, portanto, outras territorialidades e linguagens.

Considerar os mapas uma forma de linguagem, e também de representações espaciais, nos permite agrupá-los às pinturas rupestres como outras formas de linguagem, ambas representam seus espaços a partir de um compartilhamento específico de significados particulares aos grupos. Esse movimento permite também que os debates gerados a partir da Cartografia Social transitem entre essas diferentes representações e suas linguagens, mas sem que se corrompam as representações espaciais, materiais ou virtuais das comunidades que se auto cartografam.

A Cartografia Social, portanto, se ocupa em mediar e promover, no nosso entendimento, esse debate sobre o uso estratégico, seja para fins políticos, didáticos, econômicos, culturais, entre tantos outros, das representações espaciais a partir da Geografia, se atentando para a relevância social e política, tanto dos mapas tidos

⁷² Ver Pardini (2020).

como técnicos, quanto das outras formas de produção e reprodução de versões de mundo que emergem a partir do cerne das comunidades.

Esse uso estratégico da Cartografia Social, seja pelos debates promovidos, seja pelos objetos cartográficos em si, é evidenciado por Renato Emerson dos Santos (2011; 2012) e reforçado por Acselrad (2013), através de três principais dimensões: a do que será mapeado, a do como será mapeado e a do uso desse mapa. Assim, as comunidades disputam a decisão pelo objeto cartográfico, pelo seu processo de produção e posteriormente pela efetivação e validação de seu uso. Compreendemos que em meio essas etapas outras atividades e metodologias são evocadas com o intuito de contribuir com o direcionamento das discussões, ainda que elas não sejam especificamente práticas ligadas a Cartografia.

A metodologia da linha do tempo da comunidade, por exemplo, é um excelente articulador e mobilizador dos interesses estratégicos das comunidades e contribui com todo o processo posterior de representação. Além disso, ela é uma forma de fortalecer os traços culturais e identitários da comunidade, permitindo uma troca interna e uma “exposição” da cultura histórica da comunidade para os outros sujeitos envolvidos nas atividades da Cartografia Social.

Por esse motivo, o CARTONOMIA considera todo o conjunto de atividades e momentos compartilhados pela comunidade, junto dos outros sujeitos e atores envolvidos na discussão da produção de uma representação específica, como sendo uma *experiência cartográfica*. As experiências cartográficas são esse universo de atividades em que estão envolvidos sujeitos de diferentes culturas e matrizes epistemológicas em torno de um mesmo propósito, que é o de transformar as representações espaciais das comunidades em mapas estrategicamente pensados para algum fim.

Essa noção de estratégia é fundamental como plano de fundo dos debates, e será também utilizada em nossa definição de ativismos cartográficos, assim como foi também enfatizada por Acselrad (2013, p. 38-39):

Os mapas elaborados por povos e comunidades tradicionais despontam como um elemento de afirmação social e servem de substrato para novas formas de se classificar, reforçar e desenvolver conflitos que trazem em seu bojo lutas sociais que extrapolam qualquer tipo de limite espacial. A capacidade dos grupos ‘cartografantes’ de classificar ou reclassificar seus conflitos, de estabelecer novas relações entre si e com outros grupos subalternizados, bem como de estabelecer novos padrões de relações com o Estado serve como um estimulador para esse processo de afirmação, pois

tornam esses grupos visíveis e contribuem para que suas representações emergjam.

É importante salientar, no entanto, que em Gouveia (2021) indicamos a necessidade de aprofundamento em torno dos debates relacionados a essas produções, sobretudo por conta da constante incorporação e cooptação de metodologias vinculadas a Cartografia Social por grandes empreendimentos, atores privados e até mesmo pelo Estado. Nota-se que nossa definição, tanto de Cartografia Social quanto de experiências cartográficas, não se limita a nenhum posicionamento específico e, sendo assim, pode facilmente ser aplicada por um projeto que pode prejudicar uma ou mais comunidades. Essa “possibilidade” já era também reconhecida por Acselrad (2013), Renato Emerson dos Santos (2012), Almeida (2000), entre outros, que apontavam que essas novas produções cartográficas poderiam, e de fato foram e continuam sendo incorporadas como mecanismos de participação social em projetos de grande magnitude⁷³.

5.2 EXPERIÊNCIAS CARTOGRÁFICAS E A CONSTRUÇÃO DE ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS: ESTRATÉGIAS DE REPRESENTAÇÃO ESPACIAL, MATERIALIZAÇÃO E CONFLITOS TERRITORIAIS

Ainda dentro dessa problematização da Cartografia moderna e oficial, e se apresentando também como uma retomada dos debates relacionados as representações do espaço pela ciência geográfica, estão as contribuições do Renato Emerson dos Santos⁷⁴.

Diante sua reconhecida experiência e relevância para o debate das lutas sociais no Brasil a partir da Geografia, é importante ressaltar também a influência e contribuição efetiva de Carlos Walter Porto-Gonçalves (1949–2023), mais uma vez, orientador da pesquisa de doutoramento e parceiro de lutas e atividades acadêmicas de Renato Emerson dos Santos.

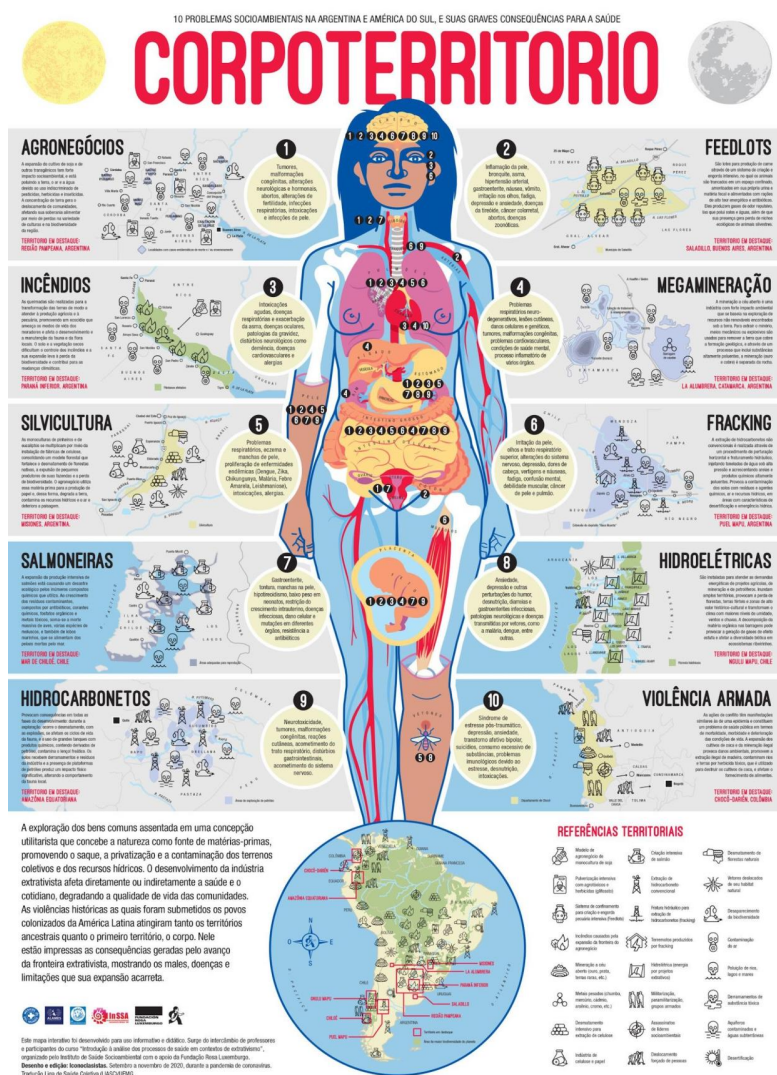
⁷³ Ver PROJETO POVOS – PETROBRAS.

⁷⁴ Mais especificamente duas obras: SANTOS, R. E dos. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central**, [S. l.], p. 1-17, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820262.pdf>. e SANTOS, R. E. dos. Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder. In. XII Coloquio Geocrítica. Bogotá, p. 1-16, 2012. **Anais...** Bogotá, 2012. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/16-R-Nascimento.pdf>.

Para além de ter desenvolvido o conceito de ativismos cartográficos, Santos (2011; 2012) é um dos poucos, talvez o único, que estabelece as representações espaciais como a temática discutida, e não necessariamente os mapas. Ainda que estas definições não coincidam especificamente com as por nós apresentada, elas funcionam como um ativador da possibilidade de discussão, pois, diferentemente de outros autores, os jogos de poder, as formas e usos são relacionados com as representações espaciais em um sentido mais amplo.

Essa indicação foi o embrião da nossa contribuição que busca diferenciar conceitualmente o grande grupo das representações espaciais do grupo dos mapas, ou produtos cartográficos. No nosso entendimento os mapas são construídos a partir de uma linguagem específica que retrata uma forma de entender e ocupar o mundo a partir de um ponto de vista historicamente constituído, orientado e localizado. Nesse sentido, consideramos problemática a ideia de considerar todas as representações espaciais que mobilizam recursos visuais como mapas, ainda que reconheçamos todo o movimento de ressignificação e subversão em curso.

A seguir apresenta-se um exemplo dessa possibilidade de mobilizar diferentes representações organizadas estrategicamente para um fim específico, neste caso, evidenciar os malefícios que diferentes conflitos pela América do Sul causam a saúde dos sujeitos envolvidos.

Figura 34 - Imagem “CORPOTERRITORIO” Iconoclassistas, 2021⁷⁵

Fonte: Iconoclasistas (2021).

A imagem mobiliza a ideia de corpoterritório como uma unidade, os homens e mulheres e a terra que habitam, e, nesse sentido, a representação retrata como diferentes iniciativas econômicas e políticas afetam seus territórios e corpos. Essa representação do grupo Iconoclasistas, presença recorrente nos textos e discussões relacionadas a estas outras possibilidades de mapeamento, indica que essa imagem “[...] releva los impactos en la salud de las comunidades en distintas regiones sudamericanas como consecuencia de la instalación de proyectos de la industria extractiva”, e foi elaborada “[...] a partir de un taller de formación online junto a

⁷⁵ A imagem pode ser vista em tamanho ampliado acessando o link da fonte ou através do ANEXO II deste trabalho.

participantes de Latinoamérica, en el marco del Curso “Introducción al análisis de los procesos de salud en contextos de extractivismo”⁷⁶.

Ainda que mobilize recursos cartográficos, incluindo alguns “mapas”⁷⁷, entre aspas, pois não apresentam todos os elementos que um documento/produto técnico exige, esse conjunto de informações, a forma como foi produzido, os objetivos e significados que explicitam uma perspectiva do confronto, em nada coincidem com os mapas tidos como convencionais. Neste caso, especificamente, a representação é baseada a partir da perspectiva de luta das comunidades ante os megaprojetos de mineração na Argentina e na América do Sul.

Acreditamos que a proposição de Santos (2011; 2012) ofereça uma interpretação desses jogos de poder que envolvem as representações do espaço a partir da perspectiva dos sujeitos marginalizados socialmente. A noção de disputas cartográficas, também desenvolvida por Acseirad (2013), e a de ativismos cartográficos, essa exclusivamente de Renato Emerson, nos ajudam a pensar o porquê essa produção não é um mapa. Ao contrário dos mapas, esse tipo de produção se apropria de recursos técnico e científicos da cartografia moderna e os subverte em diferentes instâncias.

Esses autores nos permitem interpretar a produção “CORPOTERRITORIO” (2021) dos Iconoclassistas como algo diferente de mapa, que mobiliza recursos cartográficos, mas que vai além. Essa produção parte de um conjunto de pessoas que estrategicamente selecionaram elementos que transcendem os limites da linguagem cartográfica moderna com o objetivo claro de denunciar e lutar por uma outra versão dos fatos/efeitos. Essa produção não é isenta de posicionamento político. Não apresenta todos os elementos formais de um documento. Não foi chancelada por nenhuma instituição de poder governamental. Como ela poderia então ser considerada um mapa (convencional)?

Nesse sentido, Santos (2011, p. 4) trabalha

[...] a idéia de que estes processos constituem um campo dialógico complexo e múltiplo, que propomos chamar ‘ativismos cartográficos’. Este campo, marcado por uma reflexividade entre seus constituintes e normas próprias em

⁷⁶ Organizado por INSSA, con el apoyo de la Fundación Rosa Luxemburgo, septiembre-diciembre 2020. Ver: <https://iconoclasistas.net/portfolio-item/salud-y-extractivismo-2021/>.

⁷⁷

aberta definição/negociação, para nós tem quatro vetores centrais de emanção de práticas que vêm crescendo e se fortalecendo: 1) o debate acadêmico sobre as representações espaciais; 2) o uso de cartografias como instrumentos de luta; 3) o uso de cartografias como tecnologias sociais de gestão pelo Estado; 4) Cartografias como sistemas de informações, 'meio' de comunicação e representação cujo controle é objeto de disputa.

Compreendendo, então, a produção dos Iconoclastas como um ativismo cartográfico, ampliam-se as possibilidades de discussão e disputa, na medida em que os mapas são sustentados por um conjunto de operações epistemológicas que fundamentam suas bases e reforçam toda uma estrutura prévia.

A produção dos Iconoclassistas parte de uma oficina realizada com participantes de um curso que buscavam representar de alguma forma os prejuízos da instalação de grandes mineradoras em diferentes regiões. Notadamente, o motivador da elaboração é o próprio conflito, o processo produtivo é organizado por diferentes sujeitos que não são vinculados nem ao governo, nem a iniciativa privada, enquanto uso e a veiculação são públicos. Esse ativismo cartográfico é produto de uma elaboração conjunta, organizada e estrategicamente orientada para um fim específico, combinando elementos cartográficos a outras formas de pensar e usar as representações do espaço.

Seguindo com nossas contribuições e, compreendendo que essas representações do espaço são partícipes das significações criadas e compartilhadas através das territorialidades e territórios dos diferentes grupos e sociedades, temos que a produção dos Iconoclassistas registra, ou cristaliza, ou ainda materializa a ideia de corpo-território mencionada por Haesbaert (2020) e tantos outros autores. Essa produção espacializa outras formas de ver e entender o mundo, mas não só isso, ela registra e grafa no imaginário essa versão, geo-grafando, para retomar Porto-Gonçalves (2001), a partir de uma outra ontologia.

Assim como explicamos anteriormente, a Cartografia moderna teve seu desenvolvimento vinculado ao exercício do poder colonial, sobretudo a partir do século XV, o que gerou um discurso mono-cultural dos mapas. Essa dinâmica serviu como uma importante operação epistemológica do processo de constituição do sistema-mundo moderno-colonial, no nosso entendimento.

Na contramão desse processo, compreendemos assim como Saquet (2019), que todo poder constituído desencadeia também movimentos de resistência e emancipação, que combinados ao salto evolutivo dos hardwares e softwares,

mencionada por Fitz (2008), resultarão na elaboração de novas possibilidades de apropriação e uso das diferentes técnicas, dispositivos e conhecimentos ligados a Cartografia moderna.

Esse movimento de apropriação e subversão ocasionou a ampliação das discussões acerca das representações espaciais por meio do que consideramos ser o campo temático da Cartografia Social, produto do contato entre a ciência geográfica e os movimentos sociais. Esse contato apresentado aqui como conhecimento fronteiriço (Mignolo, 2005; Santos, B. S. 2019) horizontaliza diferentes matrizes epistemológicas a partir de um posicionamento político social específico e explícito, que por nós são interpretados como conhecimentos gerados através da investigação militante (Bartholl, 2018).

Neste sentido, em 2021 apresentamos de forma introdutória algumas reflexões voltadas ao conceito:

Os ativismos cartográficos, serão considerados aqui, a partir do campo das lutas populares, ou seja, de uma iniciativa das populações em situação de subalternização justamente em oposição a ideia de Cartografia como disciplina acadêmico-científica da modernidade capitalista europeia. Visto que esta esteve desde o início ligada a afirmação de uma hegemonia e o estabelecimento de uma 'ordem', fazendo com que se transformasse em um instrumento de dominação e controle. A nova possibilidade promovida pelos ativistas cartográficos nasce justamente a partir do uso e da confecção de produtos cartográficos em caráter reivindicatório, utilizados como um instrumento de luta e de fortalecimento das identidades, desencadeando assim a possibilidade de leituras sociais do território desde os subalternizados, rompendo com a exclusividade das leituras oficiais. (p. 110-111).

É importante destacar que toda nossa contribuição ou reflexão, desde 2017 mais precisamente, foi elaborada a partir do convívio e aprendizado junto às comunidades do FCT e aos colaboradores do OTSS. Por este motivo, propomos nesta pesquisa esse deslocamento ontológico, pautado pelas formulações decoloniais, a fim de compreender a condição que se abate sobre esses grupos especificamente. Nesse sentido, as contribuições aqui expostas precisam ser adequadas a outros contextos, respeitando suas realidades e situações.

Os ativismos cartográficos de forma geral podem ser compreendidos em Santos (2011) como um conjunto de práticas dialógicas, complexas e diversas, que se encontram em constante renegociação de significados e normas, tensionando a Cartografia moderna, principalmente no emprego dos mapas em disputas e jogos de

poder, no alargamento das possibilidades e limites das representações cartográficas e no entendimento da Cartografia como uma forma de saber em constante disputa.

Partindo desse entendimento, consideramos que os ativismos cartográficos também dependem de um confronto do *status quo*, não apenas considerando o contexto espacial do conflito denunciado, mas também outras escalas e espaços em que transitam essas produções e esses debates. Esse enfrentamento se faz presente na medida em que o debate criado pela perspectiva de Santos (2011) admite uma ótica decolonial e, assim, vislumbra uma atuação que transcenda os limites dos mapas, ou das representações cartográficas em si, tentando alargar ainda mais o horizonte até um debate sobre as formas de vida e sobre a criação de significados que serão espacializados através da territorialidade de outras matrizes epistemológicas.

Considerando, portanto, o posicionamento e a materialização dessas subversões de mundo, para lembrar Cruz (2014), geradas através dessa geografia em movimento, que propõe a investigação militante de Bartholl (2018), se pode almejar a elaboração de conhecimentos fronteiriços que funcionam como exemplares dessa luta epistemológica e cognitiva que se desenha no cenário social (Mignolo, 2005; Santos, B. S. 2019).

Santos (2011, p. 3) destaca quatro processos históricos distintos e com temporalidades próprias convergem na constituição dos ativismos cartográficos, são eles:

- 1) o debate acadêmico sobre as representações espaciais; 2) o uso de cartografias como instrumentos de luta; 3) o uso de cartografias como tecnologias sociais de gestão pelo Estado; 4) Cartografias como sistemas de informações, “meio” de comunicação e representação cujo controle é objeto de disputa. Sem a pretensão de esgotar o debate, trazemos aqui alguns exemplos de ações nestas disputas.

Na mesma linha do autor, e considerando todo debate apresentado, incluiríamos a dimensão ontológica como “pano de fundo” desses processos, que a nosso ver permite a materialização de outras versões e reproduções do espaço, e que tornam visuais representações e significações que emergem do cerne das comunidades. Concomitantemente, propomos essa distinção entre mapas e representações espaciais, que no nosso entendimento alarga, valoriza e fortalece

outras produções fundamentais para a territorialidade dos grupos, mas que não são mapas “convencionais”.

Pensar outras possibilidades de representação ajuda a compreender outras possibilidades de espaço que são habitados e caracterizados por outros territórios e territorialidades. Consideramos que esse movimento possa gerar novas interpretações e explicações sobre os problemas atuais, partindo dos conflitos relacionados as comunidades tradicionais e chegando até os conflitos gerados pela chamada ebulição global, por exemplo.

Esses indicativos reforçam nossa tese de que os ativismos cartográficos mudam a dinâmica do conflito vivenciado pelas comunidades tradicionais, pois disputam ativamente diferentes narrativas, entre diferentes escalas e contextos, operando como uma nova possibilidade de uso estratégico dos conhecimentos da própria comunidade.

Utilizaremos, assim como exposto no início desta contribuição, a atuação do CARTONOMIA em parceria com o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), compreendendo-a como uma investigação militante dedicada à produção de ativismos cartográficos, analisando sobretudo a experiência cartográfica vivenciada no Quilombo da Fazenda (Ubatuba, SP), que se apresenta a seguir.

5.3 A EXPERIÊNCIA CARTOGRÁFICA DO QUILOMBO DA FAZENDA PIÇINGUABA: TERRITORIALIDADE, ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS E REIVINDICAÇÃO POLÍTICA

Assim como vimos anteriormente, toda a área de atuação do Fórum de Comunidades Tradicionais no período analisado, compreende diversos municípios da região costeira do litoral sudeste brasileiro, localidade marcadamente caracterizada pela variedade de comunidades tradicionais e pela expressiva conservação das paisagens. O Quilombo da Fazenda possui referências históricas que variam entre Quilombo da Fazenda da Caixa ou ainda Quilombo da Fazenda Piçinguaba, e isso é fruto de uma série de dinâmicas e conflitos enfrentados pela comunidade ao passar das épocas.

Em síntese, a região norte do litoral paulista era pouco articulada com as infraestruturas estabelecidas nos séculos passados, resultando em um aglomerado de pequenas propriedades agrícolas ainda no século XIX. Com a vinda de investidores

estrangeiros, se iniciou um processo de consolidação de grandes propriedades na região, o que implicava na mobilização de muita mão de obra submetida a situação de escravização (Fundart, 2014).

O Quilombo da Fazenda, então, remonta a constituição da Fazenda Piçinguaba ainda no século XIX. Em 1884, a proprietária da fazenda declara em testamento o desejo de que os trabalhadores de sua fazenda fossem libertos para que pudessem habitar o local. Em meio a diferentes intercorrências, é somente na década de 1940 que, após aquisição, um administrador é nomeado e 12 famílias são trazidas para usufruto das terras. A fazenda, no entanto, é hipotecada pela Caixa Econômica Federal em 1951, daí a origem do nome Fazenda da Caixa. Essa decisão se mantém até a década de 1970, quando se iniciam os projetos de construção da BR-101, trecho conhecido como Rio-Santos (Fundart, 2014).

Todo esse conjunto de dinamizações promove a criação do Parque Estadual da Serra do Mar em 1977 através do Decreto nº 10.251, sob o discurso de fortalecer a proteção e contenção das grilagens de terra na região. O terreno da antiga fazenda é anexado ao parque em 1979, compondo assim o que hoje conhecemos como o núcleo Piçinguaba. Nesse sentido, no início da década de 1980, foram estabelecidos alguns acordos entre os quilombolas e a administração do parque estadual, mas que não resolveram os conflitos enfrentados pela comunidade, e ainda acabaram por ocasionar outros (Fundart, 2014).

O “reconhecimento” do Quilombo aconteceu apenas em 2006, por meio da Portaria nº 2 de 17 de janeiro. Para que efetivamente seja reconhecido o território quilombola pelo Estado, é preciso que o Instituto de Terras do Estado (ITESP) de São Paulo e a Fundação Florestal executem o processo. Contudo, ainda que em 2007 o ITESP tenha atestado por meio de um Relatório Técnico Científico (RTC) a urgência da regularização fundiária do território, o processo correu por anos e por vezes dependeu da intervenção do Ministério Público Federal (MPF). Em 2009, de acordo com o Observatório Quilombola, aconteceu uma importante reunião para discussão sobre as redefinições dos limites do Parque Estadual da Serra do Mar, no sentido de reconhecer a presença quilombola. Todavia, somente em 2014 é publicada a portaria

da Fundação Florestal que indicava a criação de um grupo de trabalho para retomar os trabalhos e discussões dessa redefinição⁷⁸.

Esse conjunto de informações é de caráter público, podendo ser facilmente encontrado em outras fontes e, nesse sentido, compreendemos que permite ao leitor do trabalho acessar superficialmente o conflito, principalmente, a partir da perspectiva histórica “convencional”, em que nossas contribuições e reflexões parecem não fazer tanto sentido sem o deslocamento ontológico proposto. Consideramos esse resumo como “proveitoso”, no sentido de equivaler os leitores a situação dos pesquisadores e militantes antes de conhecerem e participarem da experiência cartográfica do Quilombo da Fazenda, onde ainda não compartilhavam uma série de significados e informações com os comunitários.

Constata-se, então, que nenhuma dessas situações e decisões relatadas acima partiu efetivamente da comunidade, elas compõem tão somente o universo de documentos, regimentos e leis propostas no interior da estrutura estatal, ainda que a titulação, por exemplo, seja uma enorme conquista, ela pode ser entendida também como uma “necessidade” criada pelos próprios gestores governamentais e privados. As comunidades tradicionais não possuem dúvida sobre os territórios que ocupam e seus espaços de vida, quem solicita essa comprovação ou até justificativa são os próprios mecanismos de regulação criados dentro dessa “forma” moderna e capitalista de conceber o espaço. Esses sujeitos também não possuem dúvida sobre as práticas que compõem sua territorialidade, e, por esse motivo, não precisam de uma definição ou demarcação externa que os “torne” quem são.

Nesse sentido, o recurso analítico do evento, proposto por Milton Santos (1999), intermediado pela investigação militante (Bartholl, 2018) e orientados pela tentativa de construção de um conhecimento fronteiriço (Mignolo, 2005), viabilizam teórica e epistemologicamente o desenvolvimento de uma experiência de troca entre diferentes culturas, aproximando as temporalidades dos diferentes sujeitos que compõem toda a equipe envolvida no processo de construção e debate das representações espaciais.

Essa dimensão de compartilhamento dos “acessos” e informações é de suma relevância e, portanto, será confeccionada a partir do contato entre os sujeitos

⁷⁸ Ver <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/sp-quilombo-da-fazenda-aguarda-ha-quase-dez-anos-titulacao-de-seu-territorio-tradicional/>.

envolvidos no que entendemos como sendo a experiência cartográfica do Quilombo da Fazenda. Esse coletivo é composto por lideranças e comunitários da Associação de Remanescentes da Comunidade do Quilombo da Fazenda (ARCQF), pesquisadores do CARTONOMIA, e agentes do FCT e do OTSS. Essa equipe iniciou os trabalhos em 2018, mas todos os efeitos posteriores serão aqui também considerados, na medida que possuem essa participação implícita da experiência.

A seguir, uma imagem da Casa de Farinha da comunidade, mais especificamente da roda d'água, ambiente muito utilizado para conversas, trocas, trabalhos de campos e socialização entre os presentes.

Figura 35 - Casa de Farinha



Fonte: Arquivo CARTONOMIA (2018).

Neste trecho serão apresentados mais a fundo os processos que julgamos importantes na construção dos ativismos cartográficos e nas possibilidades que eles trazem para o saber científico, para a gestão pública e para as reivindicações das comunidades. Não obstante, se retratará os conflitos a partir da perspectiva da experiência cartográfica vivenciada junto à comunidade quilombola, obviamente compartilhando estrategicamente apenas as informações relevantes ou necessárias para o desenvolvimento das ideias sem que se exponha a comunidade.

Em uma primeira aproximação destacamos a motivação que permite todo o processo, a mobilização e a organização da comunidade, sem a qual a experiência parece perder boa parte dos sentidos e significados que almejam transformar. Nesse sentido, compreendemos, assim como destacado por Acselrad (2013; 2015) e Renato Emerson dos Santos (2011; 2012), que a autonomia e protagonismo dos sujeitos devem sempre ser conservadas e valorizadas nesses processos de representação do espaço.

Sendo assim, o contato inicial entre o CARTONOMIA e a Associação de Remanescentes da comunidade do Quilombo da Fazenda, se deu por intermédio de colaboradores do Fórum de Comunidades Tradicionais e do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina. A necessidade de apoio no conflito pelo território condicionou essa aproximação “mobilizada”, partindo de uma causa real e concreta. A respeito desse contato inicial e dessa aproximação mobilizada, consideramos como essencial mediadores o protagonismo e a autonomia da comunidade.

As primeiras oficinas realizadas tiveram como objetivo retomar a história da comunidade e do conflito, com destaque para a reunião de diferentes mapas, documentos e arquivos que retratavam e que participaram, ou ainda participam, ativamente de toda essa história. Uma primeira oficina significativa para todo o processo é a da linha do tempo-espaço, no sentido de que se produz ao mesmo tempo uma linha do tempo da história da comunidade, e conseqüentemente dos conflitos, associada a um aglomerado de representações diversas que caracterizam esse espaço em diferentes épocas e períodos.

É importante salientar que essa oficina não acontece “de imediato”, em um momento rigidamente determinado, ela se desenvolve conforme o tempo e o conjunto de informações e possibilidades de contribuição identificados ao longo dos encontros. A linha do tempo, uma das “etapas” da oficina, é registrada em um longo rolo de papel pardo, e é construída em diferentes momentos, com a participação de diferentes sujeitos, compreendendo que muitas vezes o “tempo” dos sujeitos é outro. É importante que o grupo vá até locais relevantes junto aos comunitários, vá até a residência de pessoas específicas, que aguardem ou esperem a contribuição de um sujeito considerado relevante pelos comunitários para história do território, entre outras estratégias, que buscam apreender de forma sensível os significados e

sentidos que a comunidade conserva e reproduz, tanto do seu território, quanto do conflito em si.

A seguir, vemos uma imagem da segunda “etapa” da oficina de linha do tempo-espço, ela consiste em reunir e discutir junto dos comunitários uma série de representações, sobretudo os mapas, que participam, explicam e contextualizam muitos dos relatos obtidos na etapa da linha do tempo. Essa segunda etapa da oficina é chamada por nós de oficina de sobreposição de mapas.

Figura 36 - Oficina de sobreposição de mapas



Fonte: Arquivo CARTONOMIA (2018).

Nesse momento, acontece uma das primeiras grandes contribuições percebidas a partir do conhecimento técnico-científico do CARTONOMIA, o de contribuir com a “tradução” e auxiliar na interpretação, reinterpretação e “leitura” dos mapas envolvidos historicamente nos conflitos. É importante ressaltar que o conhecimento espacial sobre o território, os diferentes espaços e significados construídos são exclusivamente da comunidade, assim, a contribuição dos pesquisadores militantes tão somente é ajudar no manuseio dos equipamentos, explicar o funcionamento básico de alguns mecanismos, estimular discussões, entre muitas outras possibilidades técnico-científicas.

Esse conjunto de atividades que caracterizam a oficina da linha do tempo-espço, nos apresentam então, mais dois elementos que consideramos importantes para todo processo: o da mediação técnico-científica e a do conteúdo espacial. Como sugerido acima, partimos do entendimento de que os mapas sejam produtos comunicacionais que se utilizam de uma linguagem específica para sua construção e validação. Contudo, é necessário considerar que essa linguagem e todo o conjunto de dispositivos e técnicas que a caracterizam têm um acesso restrito e valorizado historicamente. Por esse motivo, compreendemos que a contribuição técnico-científica do grupo deva ser tal qual a de um tradutor, ou facilitador, que media o acesso a determinadas informações que estão em outro “idioma/língua”.

Dessa forma, automaticamente tudo o que entendemos como sendo o conteúdo espacial é proveniente da comunidade. Esse conteúdo é o que atribui sentido a todas essas imagens, linhas e recortes, sem as quais não seria possível compreender o conflito a partir dos comunitários, pois os mapas, assim como sugerimos nesta pesquisa, representam apenas uma “versão” e uma forma de entendimento, e quase nunca retratam o “lado” dos povos e comunidades tradicionais.

Em meio esse processo de tradução entre todo o conteúdo espacial da comunidade e aquilo que está representado nos mapas que participam ativamente do conflito, é possível construir novos mapas que passarão a compor também todo o conjunto de representações espaciais que estão nas bases do embate. Aqui acontece a segunda participação importante do grupo de pesquisa, um momento laboratorial em que são produzidos novos mapas e representações que podem ser utilizados para explicar e entender essa assimetria ontológica que permeia os conflitos, no sentido de que ajuda a explicitar para os atores envolvidos as formas de entendimento e o posicionamento das comunidades em relação a alguns temas/discussões.

Assim, conforme indicado no *Relatório de Caracterização dos Usos do Território do Quilombo da Fazenda Picinguaba – Ubatuba – SP*, elaborado pela equipe:

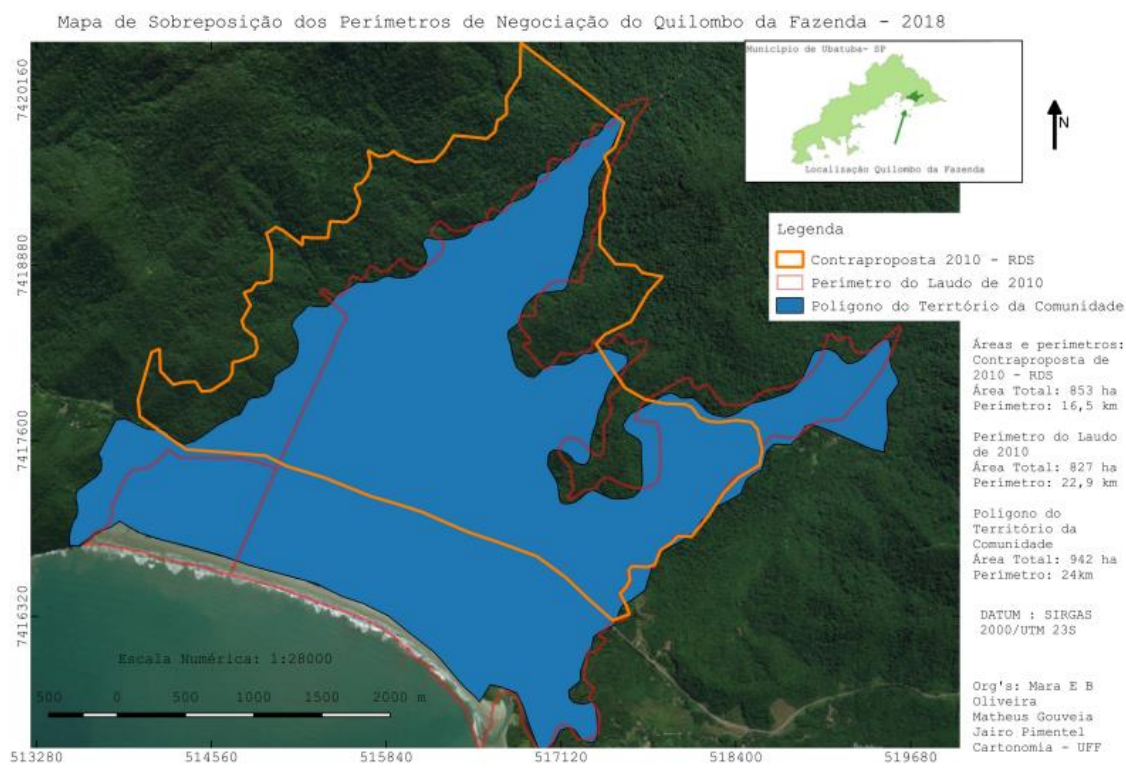
O território do Quilombo da Fazenda já havia passado por diversos processos de mapeamentos, realizados tanto pelo ITESP como pelo próprio PESM. Entretanto, percebemos que os mesmos estavam restritos principalmente à localização das casas, e suas possíveis remoções em caso de indenização, de acordo com as áreas de interesse de preservação do Parque. [...] Analisando esses mapas entendemos que o critério observado nos mapeamentos apresentados para a recategorização do Parque com vistas para o cumprimento do previsto em lei: a titularidade da terra quilombola, e a

delimitação do perímetro da RDS, consideravam apenas as casas como elemento essencial na reprodução da vida quilombola naquele espaço. Esse foi o momento onde se percebeu que esse elemento, a casa, desarticulado de todos os outros que compunham a vida quilombola, roça, agrofloresta, rio, extrativismo, pesca, turismo de base comunitária, casa de farinha, etc., impossibilitava o acordo de uso do território entre o Quilombo e o Parque, impedindo de se prosseguir com o processo de titularidade da terra junto ao ITESP (Cartonomia, 2018, p. 2).

Nota-se aqui, mais uma vez, a assimetria entre as ontologias que menciona Escobar (2016), além do emprego efetivo dos mapas, e de outras representações espaciais, como forma de espacializar e cristalizar versões específicas, ou seja, refletir um conjunto de significações que partem de algo ou do interesse de alguém, revelando os contornos ideológicos que caracterizam os mapas, por exemplo. Nesse sentido, discutir o conflito a partir da comunidade implica em também representá-lo a partir dos entendimentos e idealizações da comunidade. Essas novas materializações passam a compor o imaginário dos sujeitos, agora expondo e retratando o ponto de vista das comunidades, incluem-se aqui, não apenas os relatórios, mas os mapas, apresentações, documentos.

O mapa a seguir foi elaborado a partir das discussões realizadas durante a oficina de sobreposição de mapas, e apresenta três “versões” do território que ajudam a contextualizar alguns posicionamentos e ideias da comunidade. Ele registra principalmente uma comparação de perímetros, áreas e localização de diferentes “momentos”, um primeiro perímetro que compõem o laudo realizado pelo instituto de terras é apresentado (em vermelho), uma segundo que caracteriza uma contraproposta (em laranja) e um terceiro que seria a versão “mais atualizada” dos limites do território quilombola (em azul).

Figura 37 - Mapa de sobreposição dos perímetros de negociação do Quilombo da Fazenda



Fonte: Arquivo CARTONOMIA (2018).

Essas representações passam a participar ativamente das negociações e intermediações do conflito, e, desse modo, novas possibilidades são pensadas e estruturadas de forma estratégica. A autonomia e mobilização da comunidade seguem sendo o fio condutor de todo o processo, pois os pesquisadores do grupo, assim como sugerido por Bartholl (2018), se colocam em meio a comunidade para contribuir de forma horizontal com as novas possibilidades confeccionadas. Boa parte dessas novas possibilidades surgem de reuniões e outros momentos de “contato” entre as partes envolvidas ou interessadas no conflito. O grupo de pesquisa acompanha os outros militantes do FCT e do OTSS e se dispõe a ajudar e possibilitar a execução de algumas tarefas técnicas.

Em uma dessas reuniões, o representante enviado pelo Parque Estadual da Serra do Mar assegurou a falta de mão de obra técnica disponível para a realização de um levantamento mais apurado acerca das observações e ressalvas feitas pela comunidade. Assim, o CARTONOMIA se disponibilizou a realizar o levantamento técnico, rompendo uma barreira comum impetrada pelos atores: a da limitação

tecnológica e de mão de obra especializada. Nota-se, que boa parte dos conflitos são gerados por sobreposições que são resultado de decisões políticas, e que também produzem determinadas valorações dos espaços e restringem ou impedem práticas tradicionais. O curioso é que todos os mapas e leis foram produzidos pelo Poder Público ou por instituições que possuem a chancela governamental, então, como elas mesmas podem não dispor do material técnico e humano para representar os interesses da comunidade?

Figura 38 - Reunião com o representante do PESH



Fonte: Arquivo CARTONOMIA (2018).

A imagem acima mostra uma das reuniões realizadas entre a comunidade e um representante do parque, estavam presentes também membros do CARTONOMIA, FCT e OTSS. Neste encontro ficou acordado que o CARTONOMIA em parceria com o FCT e o OTSS, iriam apoiar a elaboração de um mapeamento do território com o intuito de indicar áreas de uso histórico, uso atual e uso futuro.

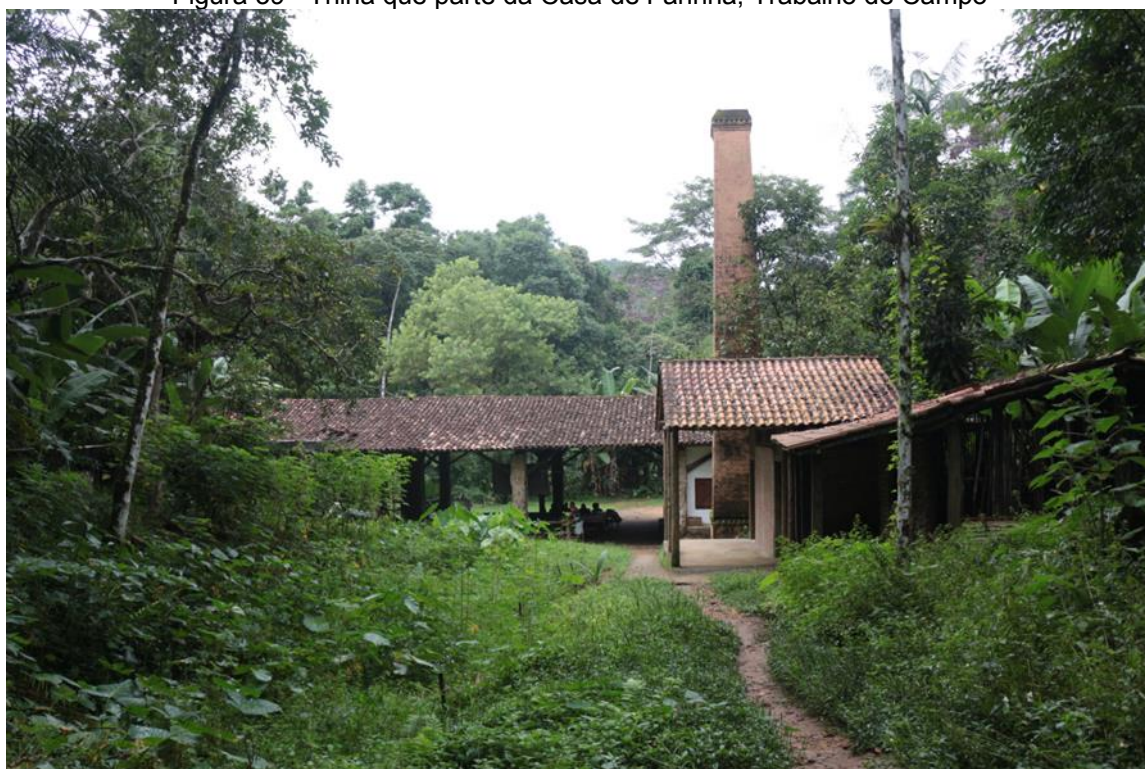
Notadamente, a configuração de uma equipe, composta por comunitários, militantes do FCT e do OTSS, assim como pesquisadores do CARTONOMIA, reforça a necessidade de defesa dos direitos e interesses da comunidade. Desse modo, a comunidade negocia a partir de seus próprios interesses, mas com o subsídio imediato

de advogados, geógrafos, lideranças, enfim, que ajudam na mediação dos entendimentos e propostas. No caso do Quilombo da Fazenda, decidiu-se pela realização de um levantamento amplo de todo o quilombo, com o intuito de comprovar o uso histórico e a necessidade de espaço para a produção e reprodução da comunidade ao longo do tempo.

Os trabalhos de campo, estes com o objetivo de levantar informações espaciais sobre o território, foram realizados com diferentes membros da comunidade, permitindo não apenas o contato entre eles e os dispositivos e técnicas de mapeamento, mas também o contato entre eles e espaços antigos que ouviam falar, mas que alguns mais jovens não conheciam. Outro ponto relevante é a diversidade etária que aproximou crianças de anciãos na busca pela caracterização do território quilombola. Não menos importante é o envolvimento dos alunos de graduação, professores e pesquisadores universitários, que contribuíram de forma dedicada ao longo de todo o processo.

Em seguida, apresenta-se uma imagem do começo da trilha de um dos trabalhos de campo, que partiu da casa de farinha e seguiu em direção ao extremo Leste do território, ambiente pouco visitado pela comunidade em tempos recentes, mas que evidenciam usos históricos e também outros momentos do conflito, com casas que foram abandonadas e caminhos/trilhas desativadas. Optamos aqui por não mostrar o registro desses locais, na tentativa de conservar o respeito pela história e território da comunidade.

Figura 39 - Trilha que parte da Casa de Farinha, Trabalho de Campo



Fonte: Arquivo CARTONOMIA (2018).

Sendo assim, ressaltamos que o conjunto de atividades relacionadas aos trabalhos de campo para levantamento de informações espaciais exercem uma função dupla que, consideramos essencial. Em primeiro lugar, ela permite que os comunitários se aproximem em torno de discussões e espaços que compõem as representações de seu território, e, em segundo, permite que os alunos de graduação, os professores e pesquisadores horizontalizem suas funções e participem ativamente da construção de novos conhecimentos sobre o espaço obtidos a partir de outra matriz epistemológica.

Os trajetos e lugares registrados no levantamento, mais do que apenas retratarem a localização geográfica dos pontos específicos, permitem que sejam retratadas de diferentes formas os significados e entendimentos criados pela comunidade no interior de sua territorialidade. Transitar por essas discussões permite, então, uma oportunidade única de aprendizado para os pesquisadores e uma possibilidade de interação significativa entre os diferentes sujeitos e o território.

Esse contato entre comunitários é significativo e envolve diferentes grupos e discussões, sendo que um dos momentos de maior mobilização é conhecido como oficina de produção dos ícones, em que todos os sujeitos da comunidade são

convidados a representar a vida da comunidade em forma de desenho, com evidente destaque para a participação das crianças, que na maioria das vezes dominam boa parte do processo. A seguir um registro de uma dessas oficinas realizadas junto as crianças do quilombo.

Figura 40 - Oficina de produção de ícones



Fonte: Arquivo do CARTONOMIA (2018).

Essa oficina se demonstrou um importante exercício de valorização da autonomia e das habilidades artísticas dos comunitários. A ideia da oficina é estimular a representação da vida da comunidade, das coisas e lugares que gostam e que veem em seu cotidiano a partir de suas próprias ideias. Em um momento posterior o CARTONOMIA reúne todos os desenhos, realiza sua digitalização, e em seguida seleciona determinadas imagens para representar os ícones que irão compor o mapa elaborado durante a experiência cartográfica.

Figura 41 - Exemplo de ícones desenvolvidos nas oficinas, à esquerda Árvore de Jussara e à direita o Mirante



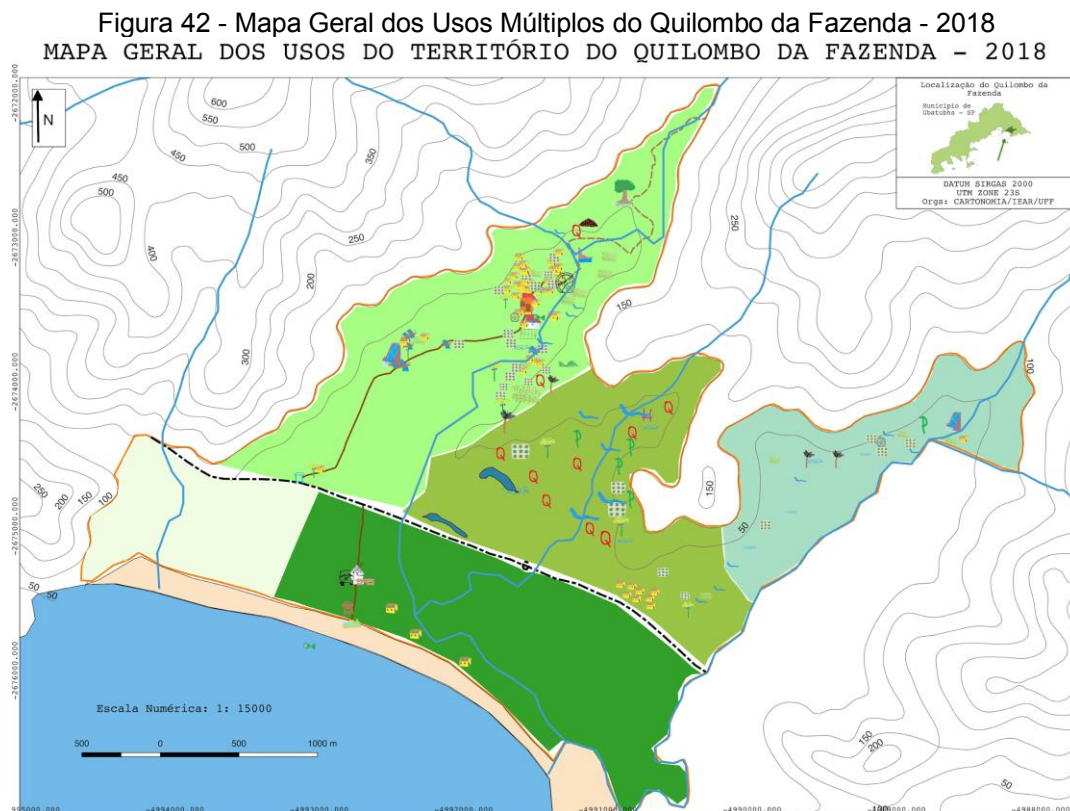
Fonte: Arquivo CARTONOMIA (2018).

Esse exercício imaginativo e criativo combinado a todo o conjunto de práticas que compõem a experiência reforçam a materialização e cristalização de ideias, narrativas, sentimentos, inspirações, significações que irão caracterizar as representações espaciais. Compreendemos, então, que esse conteúdo espacial da comunidade deve, em primeiro lugar, ser estimulado a ser representado a partir da própria comunidade, seja através de histórias, músicas, desenhos, mapas, artesanatos, etc. Esses ícones, mais do que apenas uma representação gráfica, retratam o significado inventado e projetado espacialmente pela comunidade, logo refletem esse conteúdo espacial que é particular dos sujeitos. Não se trata apenas de “preservar”, mas também subsidiar a produção e reprodução de diferentes representações espaciais a partir das territorialidades do quilombo.

No sentido do que propõe Porto-Gonçalves (2002), compreendemos que essa dinâmica potencializa a geo-grafia da comunidade, ou seja, reforça as marcas que a comunidade “deixa” no espaço, ou em outras palavras, auxilia nessa territorialização e materialização da forma de vida dos quilombolas.

Esse movimento busca reforçar a tentativa de construção de uma investigação militante, comprometida com a transformação da realidade em favor dos direitos territoriais e cognitivos dos povos e comunidades tradicionais, respeitando assim sua autonomia e suas próprias versões e mediações que criam e recriam

seu espaço de vida. Nesse sentido, o conjunto decidiu pela produção daquilo que ficou chamado de Mapa Geral dos Usos Múltiplos do Território do Quilombo da Fazenda.



Fonte: Arquivo CARTONOMIA (2018).

Esse mapa, produzido a partir da decisão pelo levantamento de forma conjunta entre os atores envolvidos no conflito, combina os trabalhos de campo realizados pela equipe aos conteúdos espaciais da comunidade, e inclui as informações geográficas da região. Todo esse conjunto é organizado a partir de uma ampliação do entendimento de Acseirad (2013) acerca do que seriam as estratégias cartográficas, que, a nosso ver, são na verdade estratégias de representação espacial, englobando as cartográficas, mas também outras dimensões possíveis.

Aqui é possível identificar também uma correlação com a ideia de repertórios espaciais de ação mencionada por Renato Emerson dos Santos (2019). Essas outras dimensões podem ou não mobilizar alguns recursos cartográficos para que se desenhem, no entanto, um relatório técnico-científico, por exemplo, ainda que sem qualquer mapa, pode contribuir efetivamente para a confecção de uma “versão” ou “significação” acerca da comunidade, de sua territorialidade e até mesmo de seu território.

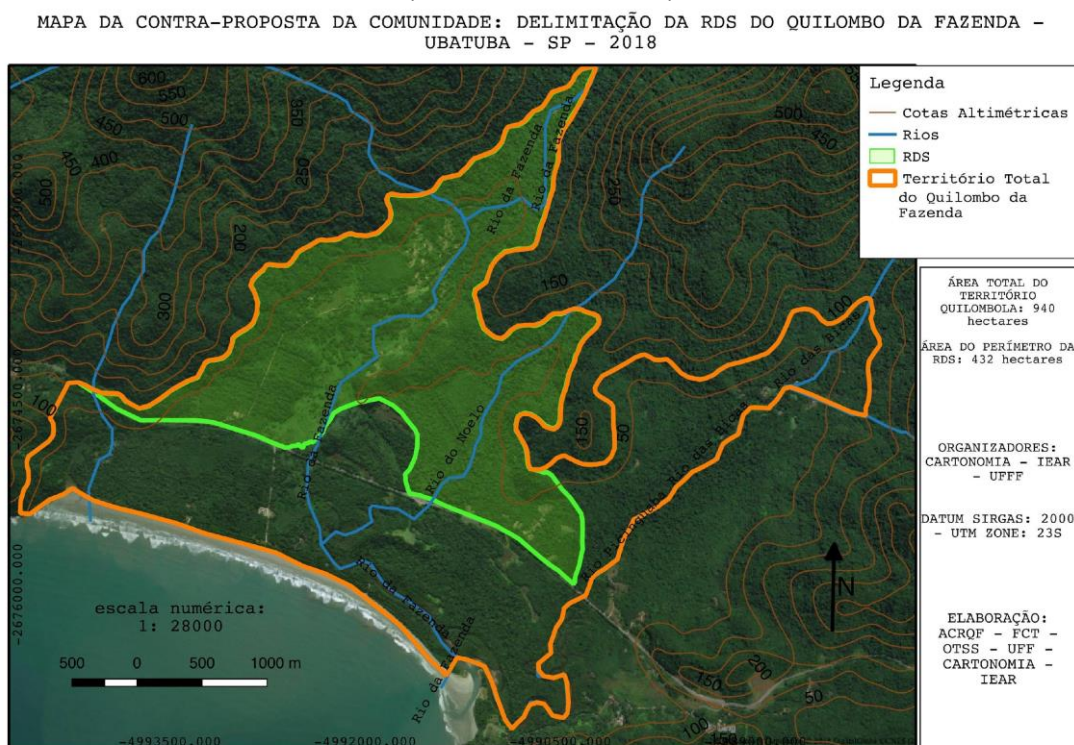
Notadamente os ativismos cartográficos que se efetivam enquanto mapas, socialmente aceitos e cientificamente produzidos, serão gestados a partir da escolha por uma representação estrategicamente organizada e empenhada, onde se expressa o conteúdo espacial particular da comunidade. Com isso, ocorre um importante movimento de inscrição dessa sub-versão (Cruz, 2014) em diferentes espaços de poder em que o conhecimento científico é usado como referência quase que exclusiva. Esse mapa acreditamos ser um exemplo claro de elaboração de conhecimento fronteiro (Mignolo, 2005; Santos, 2019), pois “traduz” o conteúdo espacial através da linguagem cartográfica e permite que esse conteúdo/objeto transite por espaços que outrora não eram acessados.

Ressalta-se, então, que historicamente todo o conjunto de mapas envolvidos no conflito, tanto os que representam diretamente o território da comunidade quanto os que não, foram decididos, produzidos e reproduzidos a partir de outros sujeitos, realidades e contextos. Sendo assim, foram elaborados a partir de outros entendimentos que se expressam através dessas representações, mas que não coincidem com as noções da própria comunidade sobre seu território. O Mapa Geral dos Usos Múltiplos, que foi apresentado acima, entendido aqui como um ativismo cartográfico, colide com essa situação/condição e permite que pelo menos essa marginalização social e intelectual seja confrontada, exclamando não apenas a existência desses sujeitos, seus territórios e territorialidades, mas também toda a possibilidade de aprendizado que reside em sua forma de vida e organização.

Outro avanço importante diz respeito a possibilidade de suporte jurídico que os ativismos cartográficos podem proporcionar. O mapa de usos múltiplos resultou em novas discussões e apontamentos que foram sistematizados e reestruturados estrategicamente em uma contraproposta que partiria da comunidade. Essa seria a primeira contraproposta devidamente “especializada” através de uma representação cartográfica elaborada a partir do conteúdo espacial da comunidade. A nosso ver, isso permite uma possibilidade importante de uso dos ativismos cartográficos, que transcende a escala dos sujeitos envolvidos diretamente e alcança a dimensão jurídica/oficial.

A seguir apresenta-se o mapa que originou o documento da contraproposta, sistematizado em laboratório pelo CARTONOMIA com apoio jurídico de agentes do FCT e do OTSS, esse mapa “sintetiza” estrategicamente toda a discussão realizada a partir dos anseios e objetivos da comunidade.

Figura 43 - Mapa da Contraproposta da Comunidade: Delimitação da RDS do Quilombo da Fazenda (UBATUBA-SP / 2018)



Fonte: Arquivo CARTONOMIA (2018).

O mapa da contraproposta foi apresentado não somente ao Parque Estadual da Serra do Mar, mas também ao Ministério Público do Estado de São Paulo, que convocou o CARTONOMIA para ingressar na negociação na qualidade de *amicus curiae*⁷⁹. A partir dessa aproximação, o CARTONOMIA produziu em parceria com toda a equipe, uma série de mapas, relatórios e documentos que atestavam cientificamente a proposição da comunidade e ao mesmo tempo reforçavam seus direitos territoriais e cognitivos.

⁷⁹ *Amicus curiae* (amigo da corte) é uma expressão latina utilizada para designar o terceiro que ingressa no processo com a função de fornecer subsídios ao órgão julgador. Com o Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), tal modalidade de intervenção – cujas regras se encontravam dispersas pela legislação processual civil extravagante – foi sistematizada. Segundo o **artigo 138** do código, o juiz ou o relator do processo, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema ou a sua repercussão social, poderá solicitar ou admitir a participação no feito de pessoa física ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada. (informação obtida no site do Superior Tribunal de Justiça (STJ) através do link <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/22082021-Os-amigos-da-corte-requisitos-para-admissao--funcoes-e-limites--segundo-a-jurisprudencia-do-STJ.aspx>)

Essa diversidade de materiais produzidos reitera nossa ideia de que os ativismos extravasam as fronteiras da cartografia em si, no sentido de que podem disputar outros espaços através de outras formas de representação desses territórios em conflito. O relatório, por exemplo, explica a maneira como a presença da comunidade na região contribui com sua preservação e recuperação, mas que isso se dá justamente pela territorialidade tradicional que exerce uma série de atividades e práticas que fortalecem os ciclos ecológicos do território. Até mesmo o despretensioso mapa das sobreposições de perímetros realizado na primeira atividade da equipe foi mencionado.

Todo esse conjunto contribuiu com a federalização do processo, visto que se trata de um território tradicional em uma área de preservação. Essa conquista reforça nossa tese de que a produção desses ativismos cartográficos implica diretamente em uma alteração da dinâmica dos conflitos vivenciados pelas comunidades tradicionais, não no sentido de resolvê-los, mas sim no sentido de permitir uma outra via estratégica de disputa.

Além disso, essa “oficialização” das narrativas e versões da comunidade acabam por inscrever os conteúdos espaciais da comunidade e suas estratégias de representação do espaço em importantes espaços de poder, assim, passando a “existirem” de fato em meio a história “oficial” das representações espaciais do conflito. No nosso entendimento, isso altera significativamente a dinâmica dos conflitos, pois agora os povos marginalizados e suprimidos das representações ao passar das épocas não apenas representam seus projetos, como também projetam suas aspirações, sentimentos, desejos a partir de sua própria territorialidade, ou seja, fundamentados pelas significações que criam de sua própria vida e território.

Não menos importante do que esse resultado político está a aproximação entre a universidade e a comunidade, que foi fortalecida e ampliada a partir das experiências. Além de uma série de “produtos”, o CARTONOMIA passou a realizar trabalhos de campo regulares para a comunidade, buscando fortalecer o turismo de base comunitária (TBC) ao mesmo tempo em que se enriquecia a formação dos alunos de graduação e demais pesquisadores.

A seguir uma foto que registra um dos trabalhos de campo realizados com alunos do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal Fluminense (campus Angra dos Reis – RJ) no Quilombo da Fazenda.

Figura 44 - Trabalho de Campo realizado junto a liderança comunitária Dona Laura



Fonte: Arquivo CARTONOMIA (2018).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas contribuições partem de um primeiro entendimento que considera dois fatores julgados como determinantes, o primeiro é baseado nas contribuições de Everett (2019) e Hall (2016), sobretudo acerca dos mecanismos que permitem a constituição das significações que irão compor, na mesma medida, cultura e linguagem; a segunda é pautada nas contribuições de Raffestin (1993), Mignolo (2005) e Boaventura de Sousa Santos (2019), em que as linguagens refletem as relações de poder que também se estendem as produções e reproduções valorizadas socialmente, e que marcam uma distribuição dissimétrica nesse sentido. Dissimétrica tanto entre os lugares considerados “centros difusores de conhecimento”, quanto das epistemologias e autores que elaboram essas produções.

Partindo de um posicionamento decolonial e considerando as reflexões de Cesaire (1978), Fanon (2005) e Maldonado-Torres (2019), compreendemos que essa dissimetria na verdade é uma forma de expressão da violência sofrida por uma série de sujeitos ao redor do planeta. Assim como demonstraram Quijano (2009) e Porto-Gonçalves (2012), o “encontro” com o que viria a ser chamado de América transforma uma série de “estatutos”, que foram reestruturados e ressignificados em nome das incursões colonialistas, inicialmente com os ibéricos, posteriormente com boa parte do continente europeu. É importante ressaltar, no entanto, que esse novo padrão de poder que se espacializa como o sistema-mundo moderno-colonial estabelece uma série de violências e repressões que se abatem em diferentes níveis da vida social dos colonizados.

A colonialidade, portanto, se estabelece de diferentes formas e por diferentes percursos, sendo que é alicerçada em uma ideia de raça e, consequentemente, em um processo de desumanização, que implica diretamente na retirada de reconhecimento de qualquer direito que o colonizado possa ter. Nesse sentido, ao colonizado, ou como sugere Fanon (2005), aos condenados da terra, cabe apenas a submissão, pois lhes são retirados todos os direitos, não apenas os sociais, mas também os territoriais, os cognitivos, os sentimentais, corporais.

Essa desumanização produz o que Boaventura de Sousa Santos (2019) entende como um epistemicídio multifacetado, que desqualificou e se apropriou de forma predatória dos conhecimentos desses sujeitos marginalizados historicamente, criando assim uma linha abissal, que separa aqueles que são considerados seres

(humanos) daqueles que são considerados não-seres (humanos). Dessa forma, as tentativas de superação ou emancipação sociais devem se atentar para todo esse universo de significados e mecanismos que restringem, desqualificam, ou até mesmo reforçam preconceitos e estereótipos prejudiciais a uma convivência harmoniosa (Santos, B. S. 2019).

Nesse sentido, optamos por partir dos postulados das Epistemologias do Sul, na busca pela tentativa de execução de uma investigação militante que almeja a produção de conhecimentos fronteiriços gerados a partir da horizontalização de diferentes matrizes epistemológicas.

Tentou-se com essa configuração evidenciar a maneira como os ativismos cartográficos (Santos, R. E. 2011; Gouveia, 2021) podem ser considerados práticas espaciais, conforme as indicações de Souza (2013), Correa (1995) e Moreira (2013), na medida em que configuram a expressão da espacialização das significações dos sujeitos através da sua territorialidade, aqui compreendida a partir da noção de território na perspectiva decolonial, referenciada sobretudo nas contribuições de Haesbaert (2020; 2021). Esse reconhecimento a nosso ver é fundamental nas discussões e definições que orientam os processos decisórios e as propostas estratégicas subsequentes.

Considerando o conflito ontológico que permeia todos os territórios tradicionais de alguma maneira, conforme indica Escobar (2016), e toda essa lógica de classificação, desumanização e marginalização dos sujeitos evidenciada pela contribuição decolonial, mobilizamos a noção de evento, sugerida por Milton Santos (1999), como recurso analítico, que permitiu aplicar a combinação dos métodos histórico e comparativo (Marconi; Lakatos, 2003; Spósito, 2017; Torres-Miranda, 2020). Assim foi possível operar o passado, o presente e o futuro a partir da sua temporalidade empírica, seguindo a indicação de Maldonado-Torres (2019) acerca da necessidade de “quebra” da racionalidade temporal da modernidade eurocentrada, para que seja possível admitir outras explicações e temporalidades possíveis.

Nesses moldes, foi confirmada a hipótese de que os conflitos territoriais que compõem a realidade de diversas comunidades tradicionais foram historicamente monopolizados por atores específicos e representados exclusivamente a partir dos mapas. Ressalta-se, no entanto, que assim como apontado por Renato Emerson dos Santos (2011; 2012) e Acselrad (2013), a cartografia moderna e consequentemente todo seu estatuto de poder oficial são tensionados a partir de três momentos

principais, referentes ao que se mapeia, como e com qual objetivo de uso. Se considerarmos então, que não apenas os mapas em si, mas as decisões sobre como e o que mapear, assim como a aquisição dos dados e sua organização/sistematização, além do próprio uso e veiculação das informações, foram sistematicamente dominados por atores e instituições de poder, tempos que apenas um “lado” do conflito controlava/acessava esses recursos.

Compreendemos, portanto, que se confirma a tese de que os ativismos cartográficos mudam a dinâmica do conflito vivenciado pelas comunidades tradicionais, pois disputam ativamente diferentes narrativas, entre diferentes escalas e contextos, operando como uma nova possibilidade de uso estratégico dos conhecimentos da própria comunidade.

O Quilombo da Fazenda é um exemplo nesse sentido, considerando que cerca de 6 anos após as tratativas e proposições de acordo, agora subsidiados também pelas formulações das comunidades, e todo coletivo que apoia sua luta, assinaram

[...] um acordo histórico que prevê a regularização e reconhecimento de território tradicional da comunidade do Quilombo da Fazenda, situada no Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), Núcleo Picinguaba, no Litoral Norte. A cerimônia, conduzida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, também contou com o Ministério Público, Defensoria Pública Federal, Fundação Palmares e Associação do Quilombo da Fazenda⁸⁰.

Em dezembro de 2023 também assinaram o acordo judicial com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), Fundação Florestal (FF), Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). A proposta de acordo judicial prevê a propriedade coletiva da terra por parte dos quilombolas e a coabitação com o PESM e suas legislações, estabelecendo sobretudo os critérios e responsabilidades que compõem a tratativa. Indicam-se a recategorização do PESM, as atribuições da comunidade e da Fundação Florestal, assim como os procedimentos e regulações para a titulação do território, a construção de novas edificações, do controle das atividades turísticas, entre outros.

Esse acordo é tido como uma conquista importante, que segue já um conjunto de outras situações nesse mesmo sentido, como a federalização da ação

⁸⁰ Ver <https://semil.sp.gov.br/2023/12/governo-do-estado-de-sao-paulo-assina-acordo-historico-com-comunidade-quilombola-de-ubatuba/>

civil ainda em 2018 e a concessão do Termo de Autorização de Uso Sustentável Coletivo de Área da União (TAUS), esse bem mais recente e instituído pela Superintendência do Patrimônio da União de São Paulo (SPU/SP), que contribui com a regularização de algumas atividades e práticas e diminuem alguns tensionamentos dos conflitos.

No entanto, é importante relembrar as operações epistemológicas que compõem nosso imaginário e atentar para o fato de que essa “iniciativa” de regularização e reconhecimento já deveria ter sido realizada há muito tempo, mas não apenas isso, ela foi produzida também pelos atores que promoveram historicamente os conflitos, ou seja, a violência e desqualificação que se abatem sobre a comunidade foram estabelecidos, e agora são gerenciados por atores semelhantes, ou que pelo menos partilham um mesmo entendimento de mundo.

Desse modo, a modernidade capitalista eurocentrada se assenta de forma predatória e violenta e depois é a grande responsável por gerir e proteger diferentes espaços e sujeitos dos problemas que ela mesma inventou. Por esse motivo, acreditamos na sugestão de Boaventura de Sousa Santos (2019) de que as soluções para os problemas modernos podem estar no passado e não no futuro, no sentido de se resgatarem outras formas de ver e entender o mundo que até o momento se mostram antagônicas a lógica e razão ocidental globalizada.

A partir desse convívio e construção junto ao Quilombo da Fazenda e outras comunidades e atores da região, formulamos uma contribuição que busca orientar e organizar todos os elementos que compõem uma experiência cartográfica e que julgamos de fundamental importância.

São eles:

- a) **motivação/organização da comunidade**, como o ponto de partida para toda e qualquer experiência;
- b) **autonomia da Comunidade** como o fio condutor de todo processo;
- c) **aproximação/Contato mobilizado**, todos os sujeitos e atores envolvidos devem estar mobilizados em torno de um mesmo propósito/objetivo;
- d) **mediação/“tradução” técnico-científica**, uma das grandes contribuições dos técnicos e pesquisadores diz respeito a facilitação de intermediação entre as linguagens, dispositivos, conhecimentos, técnicas, ligadas a academia e a comunidade;

- e) **conteúdo espacial da comunidade**, todo o conjunto de significações, emoções e ideias partem exclusivamente da territorialidade da comunidade;
- f) **(Re)Representações do Conflito**, outra grande contribuição dos técnicos e pesquisadores, refere-se a representar novamente, e agora empregando as estratégias e ideias da comunidade, uma série de mapas/representações que participarão ativamente do conflito;
- g) **desestruturação da barreira Tecnológica e de Mão de Obra**, se direciona a disponibilizar pessoal capacitado e equipamentos da universidade/sociedade para realização de tarefas que seriam de responsabilidade de outros atores/instituições;
- h) **apoio em outros espaços**, reforçar as narrativas e posicionamentos das comunidades em espaços que não obrigatoriamente o território da comunidade ou o campus da universidade;
- i) **trabalhos de campo como experiência múltipla e mútua de troca de saberes**, compreendido como momento oportuno de troca de conhecimentos entre pares e entre as diferentes epistemologias envolvidas na experiência;
- j) **oficina de representação da vida cotidiana**, busca representar de diversas formas as territorialidades e, por consequência, caracterizar o território a partir da ótica dos próprios comunitários;
- k) **Respeito ao Tempo/Dinâmica da comunidade**, direciona-se aos agentes externos que precisam, obrigatoriamente, respeitar o momento, a intimidade e tempo dos sujeitos que estão em processo de confecção das suas representações;
- l) **estratégias de representação espacial**, referem-se as decisões criadas mediante esse novo momento proporcionado pela própria experiência cartográfica, e mais, irão orientar toda a produção subsequente;
- m) **suporte jurídico**, é importante salientar que todas as elaborações e representações, por mais distantes ou desconexos que possam parecer, devem ser devidamente armazenados para que possam, assim como todas as outras produções, contribuir juridicamente com as decisões relacionadas ao conflito;
- n) **cristalização/materialização das versões e significações da comunidade**, refere-se ao processo de confecção de uma série de representações espaciais que tornam material todo um universo de significações das comunidades;

- o) **cautela com os usos e divulgações das informações produzidas no interior da experiência**, alerta sobre a necessidade de discussão e definição de como serão veiculadas e empregadas as produções de todo o conjunto.

Essas experiências cartográficas, caracterizadas por um diverso e múltiplo conjunto de práticas e confecções, subsidiarão a construção dos ativismos cartográficos. Nesse sentido, os ativismos cartográficos são interpretados como um conjunto de significações que se espacializam e passam a participar tanto do imaginário, quanto do debate prático acerca dos conflitos. Compreendemos, então, que essas experiências cartográficas, assim como os próprios ativismos cartográficos, são práticas espaciais importantes tanto para as reivindicações e fortalecimento dos traços identitários das comunidades, quanto para o debate científico e público sobre o tema. Esses ativismos são produto e fator da territorialidade desses sujeitos que passam a caracterizar novas possibilidades e estratégias que emergem do cerne da comunidade.

A experiência cartográfica de construção dos ativismos cartográficos possibilita que as comunidades reinterpretem as representações espaciais que compõem o conflito, as ressignifiquem, e até mesmo as reorganizem e republiquem, de forma a auxiliar toda a discussão em torno do tema. Mas não apenas isso, como se viu, a experiência mobiliza diferentes sujeitos no interior de suas diferenças para pensar, discutir e representar o espaço que habitam.

Concomitante a isso, nota-se também uma importante relevância formativa e de transferência de conhecimentos permitida pela horizontalização das diferentes epistemologias implicadas em uma causa específica. Isso amplia as possibilidades de representação e de debates sobre o tema, mas também, permitem “visualizar” esses outros mundos e espaços que existem a partir desses territórios ontologicamente distintos. Isso inscreve estrategicamente as versões desses sujeitos em espaços onde outrora eles eram subjugados e ignorados.

Dessa forma, compreendemos que os ativismos cartográficos podem admitir um caráter posicional, no sentido de que mobilizam esse conjunto de elementos supracitados, mas sem que haja a materialização de uma representação gráfica, visualmente presente no mundo físico. Assim, os ativismos cartográficos de posicionamento, uma caracterização específica que está sendo proposta por nós, serão aqueles em que diferentes sujeitos difundem, veiculam, produzem e reproduzem, narrativas, posicionamentos, discussões, que não

obrigatoriamente se espacializam “fisicamente”, mas passam a compor o imaginário das pessoas.

Assim, os ativismos cartográficos de posicionamento são uma forma de “transportar” as discussões e ideias que fortalecem todo esse conjunto de lutas e reivindicações para outros sujeitos e atores, evidenciando principalmente essa função do uso e emprego dessas concepções, que disputam não graficamente as representações do espaço.

Os ativismos cartográficos de posicionamento podem ser aulas, palestras, encontros, mobilizações, discussões, debates, congressos, enfim, uma infinidade de práticas e posicionamentos que acabam por reforçar e disputar essas narrativas em outros espaços, além daqueles habitados pela comunidade.

Ao localizar os ativismos cartográficos de posicionamento em um determinado território, obrigatoriamente os condicionamos aos conteúdos espaciais característicos da territorialidade da comunidade que vive a situação de conflito e assim, atrelam todas as formulações subsequentes a esse espaço específico. Compreendemos então que os ativismos cartográficos de posicionamento, associados a uma estratégia de representação do espaço que vai ser (re)desenvolvida a partir do conteúdo espacial da territorialidade da comunidade, desencadeia novas produções e reproduções que irão materializar as significações que compõem as práticas espaciais do grupo, se transformando em outro ativismo.

Esse outro ativismo, considerado por nós, apenas como ativismos cartográficos, seguindo a amplitude da proposta de Santos (2011), será então o resultado da combinação entre o conteúdo espacial da comunidade e suas próprias estratégias de representação espacial. Indicamos aqui as estratégias de representação espacial como o conjunto de decisões que compreende tanto os recursos tecnológicos e materiais quanto as técnicas e conhecimentos empregados. Santos (2019), chama isso de repertórios espaciais de ação. Não menos importante, a comunidade também atua e decide sobre o conteúdo e intencionalidade da produção, o layout, os usos, as formas de veiculação e divulgação. Todo um emaranhado de escolhas que acreditamos compor o que entendemos como sendo as *experiências cartográficas*.

Desse modo, temos que os ativismos cartográficos de posicionamento podem ou não compor diretamente os ativismos cartográficos “territorializados”. Ainda que acreditemos que sejam fundamentais para a aproximação entre comunidades em

situação de conflito e pesquisadores interessados em contribuir, eles não estão diretamente vinculados ao território. Um militante pode promover e reproduzir ativismos cartográficos de posicionamento de maneira “distanciada” de qualquer território tradicional, por exemplo. Todavia, acreditamos que comunitários em contato com alguma dessas formas de ativismos, sejam ideias, discussões, livros, oficinas, enfim, podem iniciar seu próprio processo de construção de ativismos cartográficos, onde a contribuição dos pesquisadores militantes pode acontecer de forma “remota”.

Temos, portanto, a noção de que os ativismos cartográficos serão produto dos conteúdos espaciais da comunidade associados as estratégias de representação de suas práticas espaciais, ou territorialidades. Essa associação resulta na materialização gráfica de cartazes, banners, mapas, folders, textos, sites, infográficos, wepmaps, portais digitais, sites, enfim, que consideramos todo o amplo grupo dos ativismos cartográficos. Esses ativismos cartográficos podem ou não abrigar os sujeitos proponentes desses ativismos cartográficos de posicionamento, geralmente pesquisadores, lideranças comunitárias, professores, em seus territórios.

Em todas as experiências vivenciadas pelo CARTONOMIA, esse abrigo e compartilhamento foram muito proveitosos, como se viu. Entretanto, é válido considerar também que alguns grupos possuem o direito espacial de simplesmente não desejarem “intrusos” em seus territórios, ainda que a intenção seja “boa” como a de John Chau.

Os ativismos cartográficos podem ser considerados então um reflexo estrategicamente orientado e localizado de práticas espaciais específicas dos sujeitos em situação de marginalização e conflito que disputam socialmente diferentes âmbitos, dimensões, escalas e espaços de poder através de suas próprias significações e subjetivações. Isso rompe inúmeras “fronteiras” estabelecidas pela colonialidade moderna e pelo emprego da cartografia moderna como uma forma notável de controle e dominação históricos. Assim, essas produções e reproduções se apropriam de um conjunto de saberes, técnicas, dispositivos e conhecimentos, materializando e veiculando suas sub-versões de mundo por diferentes espaços e debates sociais. Os ativismos cartográficos, por fim, são no nosso entendimento uma das novas fronteiras de discussão não só sobre as representações do espaço, mas também sobre as formas de vida das comunidades tradicionais e o respeito às suas formas de entendimento e explicação sobre mundo.

Compreendemos que a sociedade de modo geral muito tem a aprender com a forma de vida dos povos e comunidades tradicionais espalhados por toda América Latina – lê-se Abya Yala, e pelo resto do mundo. Nesse sentido, acreditamos que os ativismos cartográficos são importantes veículos de disseminação e valorização desses conhecimentos, ao mesmo tempo em que reforçam a dimensão conflituosa e de resgate e revalorização dos direitos sociais, cognitivos e espaciais, desses sujeitos, partindo da Geografia.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2013.

ACSELRAD, Henri; GUEDES, Antonio D.; MAIA Lilian J. Introdução: o debate sobre cartografia e processos de territorialização - anotações de leitura. *In*: ACSELRAD, Henri; GUEDES, Antonio D.; MAIA Lilian J. (orgs.). **Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território**: um guia de leitura. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Mapas e museus: uma nova cartografia social. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 70, n. 4, p. 58-61, 2018. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000400016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 abr. 2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nova Cartografia Social da Amazônia. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JUNIOR, E. de A (Orgs.). **Povos e comunidades tradicionais**: nova cartografia social. Manaus, 2013. p. 29-34.

AMORIM NETO, Octavio; RODRIGUEZ, Júlio César Cossio. O novo método histórico-comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública. **Revista de Administração Pública**, [S. l.], v. 50, p. 1003-1027, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/wFPk3WbFQFp53WyqqW5KMTf/>. Acesso em: 29 out. 2024.

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. África: uma história a ser reescrita. *In*: MACEDO, JR. (Org.). **Desvendando a história da África** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 29-43. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832-03.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

AVANCE del extractivismo aluvial de oro en la provincia de napo, análisis del 13 de febrero de 2022 al 13 de enero del 2023. **Coletivo de geografia crítica do Ecuador**, 04 fev. 2023. Disponível em: <https://geografiacriticaecuador.org/2023/02/04/avance-del-extractivismo-aluvial-de-oro-en-la-provincia-de-napo-analisis-del-13-de-febrero-de-2022-al-13-de-enero-del-2023/>. Acesso em: 29 out. 2024.

BARGAS, Janine de Kássia Rocha; CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 469-488, maio-ago., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/75yF6rqwMWcFsdHzWjnv8x/?lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2024.

BARROS, Carolina Pinheiro; SIEBERT, Silvânia. A (des) colonização do outro: o discurso religioso e sua interpelação no sujeito de John Allen Chau sobre os índios

sentinela do norte. **Humanidades & Inovação**, [S. l.], v. 7, n. 24, p. 107-117, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4262>. Acesso em: 29 out. 2024.

BARTHOLL, Timo. **Por uma Geografia em movimento**: a ciência como ferramenta de luta. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BERTIN, Jacques. **Semiologie graphique**. 4. ed. Paris: EHESS, 2005.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina**: América Latina Colonial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. 1, 2018.

BORDA, Orlando Fals. **Ciencia Propia y Colonialismo Intelectual**. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz (português de Portugal). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAGA, Rhalf Magalhães. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 65-72, 2007. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2007.74066. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74066>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais. **Gov. Br.**, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/orgaoscolegiados/orgaos-colegiados/comunidades-tradicionais/legislacao/encontros-e-seminarios/i-encontro-nacional-de-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 19 dez. 2023.

BRASIL. **Portaria Ff/De 97/2014, de 5-5-2014**. Diário Oficial do Poder Executivo de São Paulo, seção 1, nº 124 (82), 06 de maio de 2014. São Paulo: Diário Oficial do Poder Executivo de São Paulo, 2014a.

BRASIL. **Protocolo 49959/14**. Diário Oficial do Poder Executivo de São Paulo, seção 1, nº 124 (161), 28 de agosto de 2014. São Paulo: Diário Oficial do Poder Executivo de São Paulo, 2014b.

BRASIL. **Protocolo 82787/14**. Diário Oficial do Poder Executivo de São Paulo, seção 1, nº 124 (179), 23 de setembro de 2014. São Paulo: Diário Oficial do Poder Executivo de São Paulo, 2014c.

BRASIL. **Portaria nº 2, de 17 de janeiro de 2006**. Diário Oficial da União, seção 1, nº 15, 20 de janeiro de 2006. Brasília: Diário Oficial da União, 2006.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **Breve Histórico do Pensamento Geográfico Brasileiro nos séculos XIX e XX**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Geografia e ensino**: território, espaço e lugar. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Contexto, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

CASSANI, Célia de Souza. Os mapas e os caminhos do patrimônio cultural: proposta de utilização na educação não formal. **Revista História Hoje**, v. 5, n. 10, p. 129-146, 2016.

CASTRO, Iná Elias. Escala e pesquisa na geografia: problema ou solução? **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 87-99, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5301675>. Acesso em: 29 out. 2024.

CAVALCANTE, Julia Affonso. **Mosaico de Áreas Protegidas: gestão ambiental e território-o caso do Mosaico Bocaina**. 2018. 263 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2018.

CAVIGLIA, A.; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira; VINHAS, Luciana. Spatial Data Infrastructures and Integrated Coastal Zone Management in Brazil. **URISA Journal**, v. 18, n. 1, p. 27-37, 2006.

CAZETTA, Valéria. O status de realidade das fotografias aéreas verticais no contexto dos estudos geográficos. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 3 (60), p. 71-86, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/n6YLDKsBsVWFkMFDX5MFczx/>. Acesso em: 29 out. 2024.

CECCONELLO, Paula. Cartografias do espaço urbano: uma análise de uma metrópole contemporânea. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, [S. l.], v. VII, n. 154, p. 13, 2003.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria SáCosta Editora. 1978.

CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e cultura**, [S. l.], n. 1, p. 1-22, 1995. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/download/3479/2409>. Acesso em: 29 out. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Revista Cidades**, [S. l.], v. 4, n. 6, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12795>. Acesso em: 29 out. 2024.

COSTA, Antonio José Faria da. **Mosaicos de áreas protegidas e unidades de conservação. Dificuldades e desafios num arranjo de governança híbrida: o caso do Mosaico Bocaina**. 2015. 237 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.

CRUZ, Valter do Carmos. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. *In: Identidade, Território e Resistência*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 37-72.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DIAS, Alberto Sampaio. Um réquiem para Clovis. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, [S. l.], v. 14, p. 459-476, 2019.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana; NOGARA, Paulo José. **O nosso lugar virou parque**: um estudo sócio-ambiental do Saco do Mamangá - Paraty (RJ). São Paulo: NUPAUB-USP, 1999.

DULCI, Tereza Maria Spyder; MALHEIROS, Mariana Rocha. Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. **Revista Espirales**, [S. l.], p. 174-193, 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686>. Acesso em: 29 out. 2024.

ELLIOT, John Huxtable. A conquista espanhola e a colonização da América. *In: BETHELL, L. História da América Latina*: América Latina Colonial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. 1, 2018.

ESCOBAR, Arturo. Sentipensar la tierra: las luchas territoriales y la dimensión ontológica de las epistemologías del sur. **Revista de Antropología Iberoamericana**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 11-32, 2016. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/AIBR/article/download/68045/41039/0>. Acesso em: 29 out. 2024.

ESCURRA, María Fernanda. O trabalho como categoria fundante do ser social e a crítica à sua centralidade sob o capital. **Verinotio—Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, [S. l.], n. 22, p. 17-17, 2016. Disponível em: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/333>. Acesso em: 29 out. 2024.

EVERETT, Daniel L. **Linguagem**: a história da maior invenção da humanidade / tradução de Maurício Resende. São Paulo: Contexto, 2019.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: ed. UFJF, 2005.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FITZ, Paulo R. **Geoprocessamento sem complicações**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FREIRE, Carlos Alberto da Rocha; OLIVEIRA, José Paulo de. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

GIRARDI, Guilherme. Leitura de mitos de mapas: um caminho para as relações entre Geografia e Cartografia. **Revista Geografares**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 41-50, 2001.

GIRARDI, Gisele. Mapas Desejantes: uma agenda para a cartografia geográfica. **Revista Proposições**, Campinas, SP, v. 20, n. 3, p. 147-157, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/Pdg5LtMPjCZhwC89rbb57x/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 29 out. 2024.

GOMES, Lília Maria Valente Seidensticker. **Projeto de Intervenção** - Revitalização do conhecimento e uso das plantas medicinais em uma comunidade tradicional do mosaico da bocaina. 2016. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Instituto de Tecnologia em Fármacos/Farmanguinhos, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

GOUVEIA, Matheus. **Geografia, Cartografia Social e Educação Diferenciada**: breve estudo sobre os povos e comunidades tradicionais da baía da ilha Grande - RJ. São Paulo: Dialética, 2021.

GOUVEIA, Matheus. **Ativismos Cartográficos em Abya Yala**: o resgate dos mundos que nos foram negados. Belo Horizonte: Dialética, 2023.

GUIDON, Niède. Pedra Furada: uma revisão. **Revista Brasileira de Arqueologia**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 45-56, jul. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Niede-Guidon/publication/253548158_Pedra_Furada_uma_revisao/links/563b86e208ae34e98c47c585/Pedra-Furada-uma-revisao.pdf. Acesso em: 29 out. 2024.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HARLEY, John Brian *et al.* (Orgs.). **The history of cartography**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

HARLEY, John Brian. Mapas, saber e poder. **Revista Confins**, [S. l.], n. 5, jan./jun. 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2011/geografia_artigos/6art_mapas_saber_poder.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

HURTADO, Lina Maria; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter.. Resistir y re-existir. **GEOgraphia**, Niterói, v. 24, n. 53, 22 nov. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Lina-Hurtado-Gomez/publication/365770754_Resistir_y_Re-existir/links/6382ace8554def6193767f7c/Resistir-y-Re-existir.pdf. Acesso em: 29 out. 2024.

JARA, Oscar. **Para sistematizar experiências**. 2ª ed. Rev. Brasília: MMA, 2006. *E-book*. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009115508.pdf. Acesso em: 07 jan. 2016.

JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata Versiani Scott. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 13, p. 414-464, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350944882015.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

KOPENAWA, Davi. Descobrindo os brancos. In: NOVAES, Adauto. (org). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 251-282.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 2012.

LANDER, Edgardo *et al.* (Orgs.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

MAGALHÃES, Pedro Miguel Tereso. de. Representação. In: **Dicionário de Filosofia Moral e Política**: 2ª Série. IFILNOVA-Instituto de Filosofia da Nova/Nova Institute of Philosophy, 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINELLI, Marcello. Os mapas da Geografia. In: **Congresso Brasileiro de Cartografia**, n. 22, p. 1-12. **Anais [...]**. Macaé: SBC, 2005. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~frsantos1/CARTOGRAFIA%20TEMATICA/AULA-2OUT/martinelli.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

MARTINS, Roberto Ribeiro. **Porto Seguro**: História de uma esquecida capitania. Salvador: ALBA, 2018.

MIGNOLO, Walter D. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: La ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. **Revista GEOgraphia**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 7-28, 2005.

MIGNOLO, Walter D. A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. **Revista Lusófona de Educação**, [S. l.], v. 48, n. 48, p. 187-224, 2020. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>. Acesso em: 29 out. 2024.

MONTEIRO, Lício C. do Rego; NOBRE, Domingos Barros; OLIVEIRA, Mara E. Batista de (Orgs.). **Caderno Pedagógico para Projetos de educação escolar diferenciada e Intercultural**: a produção do Guia Turístico Local nas Escolas Municipais Martin de Sá, na Praia do Sono e Cajaíba, no Pouso da Cajaíba. Parceria: UFF, Projeto Ojumoran, OTSS, FCT, e PME-Paraty, 2017.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. Povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento e descolonidade: articulando um discurso fragmentado. **Revista OKARA: Geografia em debate**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 163-174, 2012.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. Conceitos, categorias e princípios lógicos para o método e o ensino da Geografia. In: MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007. p. 105-118.

MOREIRA, Ruy. **O Pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Editora Contexto, v. 1, 2012.

OLIVEIRA, Mara Ethel Barros de. Cartografia social. In: MONTEIRO, L. C. do R; NOBRE, D. B.; OLIVEIRA, M. E. B. de (Orgs.). **Caderno Pedagógico para Projetos de educação escolar diferenciada e Intercultural**: a produção do Guia Turístico Local nas Escolas Municipais Martin de Sá, na Praia do Sono e Cajaíba, no Pouso da Cajaíba. Parceria: UFF, Projeto Ojumoran, OTSS, FCT, e PME-Paraty, 2017. p. 37-54.

OLIVEIRA, Raquel Ribeiro; COELHO NETTO, Antonio Luis. O rastro do homem na floresta. In: PRADO, R. M. (Org.). **Ilha Grande**: do sambaquí ao turismo. Rio de Janeiro: Garamond EDUERJ, 2006.

OSLENDER, Ulrich. La búsqueda de un contra-espacio: ¿Hacia territorialidades alternativas o cooptación por el poder dominante?. **Geopolítica(s). Revista de Estudios sobre Espacio y Poder**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/38816017.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

PARDINI, Patrick. Amazônia indígena: a floresta como sujeito. **Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 15, n. 1, p. e20190009, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/hjXGBwPTD6Fnh7vKDRWvnPN/>. Acesso em: 29 out. 2024.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais**: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

PIQUERAS HABA, Juan. Cartografía islámica de Sharq al-Andalus. **Cuad. de Geograf**, [S. l.], v. 86, p. 137-164, 2009. Disponível em: <https://producciocientifica.uv.es/documentos/640a8dcd45d1845f9e5ed3cc>. Acesso em: 29 out. 2024.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The concept of Representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e idéias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 67, p. 15-47, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/pSDrmVSqRqggw7GXhxBjCgG/?format=html>. Acesso em: 29 out. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geografia está em crise. Viva a geografia!. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 55, p. 5-30, 1978. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1050>. Acesso em: 29 out. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia às geo-grafias**: um mundo em busca de novas territorialidades. Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales, Universidad Veracruzana, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Paulo de Arruda. **A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala. Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestro tiempo**. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Sociales, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Paulo de Arruda. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis – Revista Latinoamericana**, [S. l.], v. 31, p. 1-34, 2012. Disponível em: <http://polis.revues.org/3749>. Acesso em: 13 abr. 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Paulo de Arruda. **Enciclopédia Latinoamericana** [online] - Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe. Ed. Akal, Madid, 2009. Disponível em <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/abya-yala>. Acesso em: 14 ago. 2020.

PRADO, Rosane Manhães. **Ilha Grande**: do sambaqui ao turismo. São Paulo: Garamond, 2006.

PRESERVAR é resistir. Em defesa dos territórios tradicionais. **Fórum de Comunidades Tradicionais**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.forumdecomunidadestradicionais.org/>. Acesso em: 26 set. 2014.

QUENTAL, Paulo de Arruda. A latinidade do Conceito de América Latina. **GEOgraphia**, v. 14, n. 27, 2012. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/520>. Acesso em: 19 abr. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura conocimiento en América Latina. **Dispositivo**, [S. l.], v. 24, n. 51, p. 137-148, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41491587>. Acesso em: 29 out. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

QUILOMBOS. **Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba (FundArt)**, s.d. Disponível em: <http://fundart.com.br/tradicao/comunidades/quilombos/>. Acesso em: 6 out. 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, SP: Ática, 1993.

ROCHA, Otávio Gomes. **Narrativas Cartográficas Contemporâneas nos Enredos da Colonialidade do Poder**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

RODRIGUES, Fátima da Cruz. Mapas: (Re)Cortes Coloniais. **O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/ FEUC/FLUC**, [S. l.], n. 1, p. 1-40, 2006.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova**, [S. l.], n. 39, p.105-124, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/gVYtTs3QQ33f63sjRR8ZDgp/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2024.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. **Revista de Teoria da História**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 27-53, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28974>. Acesso em: 29 out. 2024.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2018.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos Ippur**, [S. l.], v. 2, p. 15-25, 1999. Disponível em: <https://ippur.ufrj.br/wp->

content/uploads/2016/05/CI_Ano_XIII_n2_ago-dez_1999.pdf#page=13. Acesso em: 29 out. 2024.

SANTOS, Renato Emerson. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica da América Central**, v. 2, n. 47E, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820262.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

SANTOS, Renato Emerson. Disputas cartográficas e lutas sociais. Sobre representação espacial e jogos de poder. *In*: XII Coloquio de Geocrítica. Universidade Nacional de Colombia. **Anais [...]**. Bogotá, 2012. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/16-R-Nascimento.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

SAQUET, Marcelo Almeida. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998. Disponível em: https://www.academia.edu/download/32826981/uso_do_metodo_comparativo.pdf. Acesso em: 29 out. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Por uma geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes de. **O descobrimento do Brasil de acordo com a documentação histórico-cartográfica e náutica**. São Paulo: Editora Nacional, 1946.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Oportunidades e desafios da pesquisa urbana comparada. **Estudos urbanos comparados: oportunidades e desafios da pesquisa na América Latina**, p. 25-60, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Madianita-Da-Silva-2/publication/341913732_Estudos_Urbanos_Comparados_oportunidades_e_desafios_da_pesquisa_na_America_Latina/links/5ed934dc299bf1c67d3c94bc/Estudos-Urbanos-Comparados-oportunidades-e-desafios-da-pesquisa-na-America-Latina.pdf#page=27. Acesso em: 29 out. 2024.

SUERTEGARAY, Dirce Maria. Espaço geográfico uno e múltiplo. Scripta Nova. **Revista electrónica de Geografía y ciencias sociales**, [S. l.], v. 5, n. 79-104, 2001. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/313>. Acesso em: 29 out. 2024.

TENÓRIO, Maria Cristina. Povoamento pré-histórico da Ilha Grande. *In*: PRADO, R. M. (Org.). **Ilha Grande**: do sambaquí ao turismo. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

TORRE, Salvo *et al.* O pensamento decolonial: Das raízes do debate a uma proposta de método. **Revista X**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 341-371, 2022. Disponível em: <https://iris.unitn.it/handle/11572/346899>. Acesso em: 29 out. 2024.

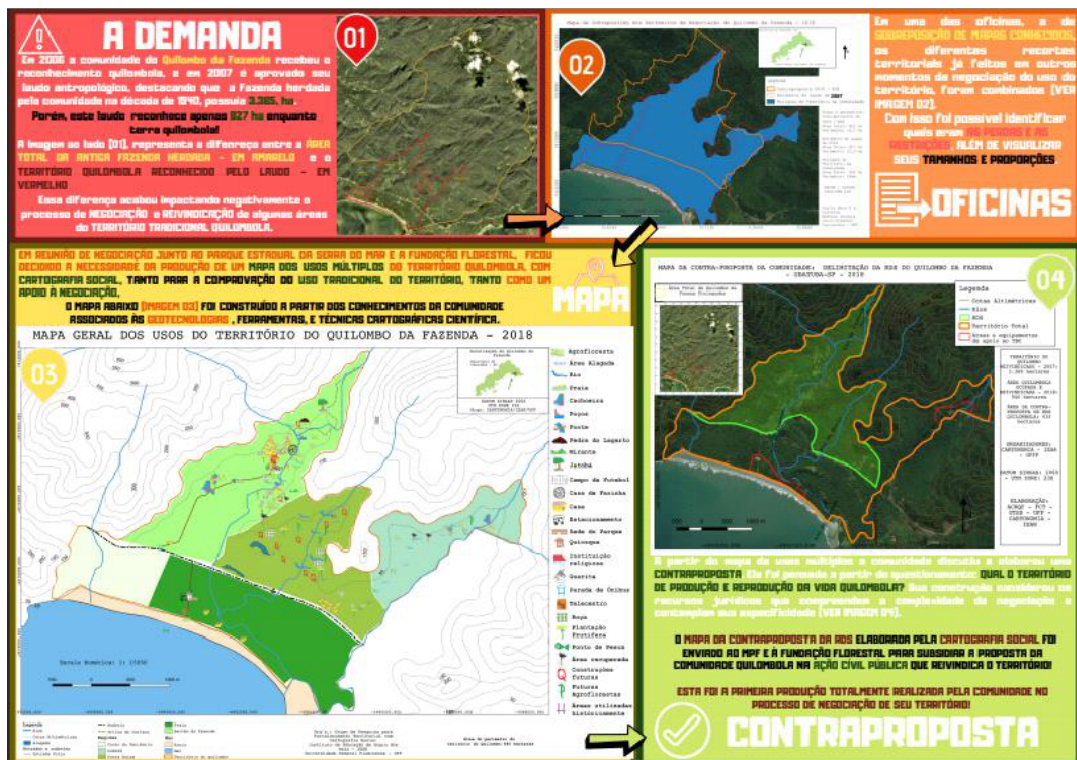
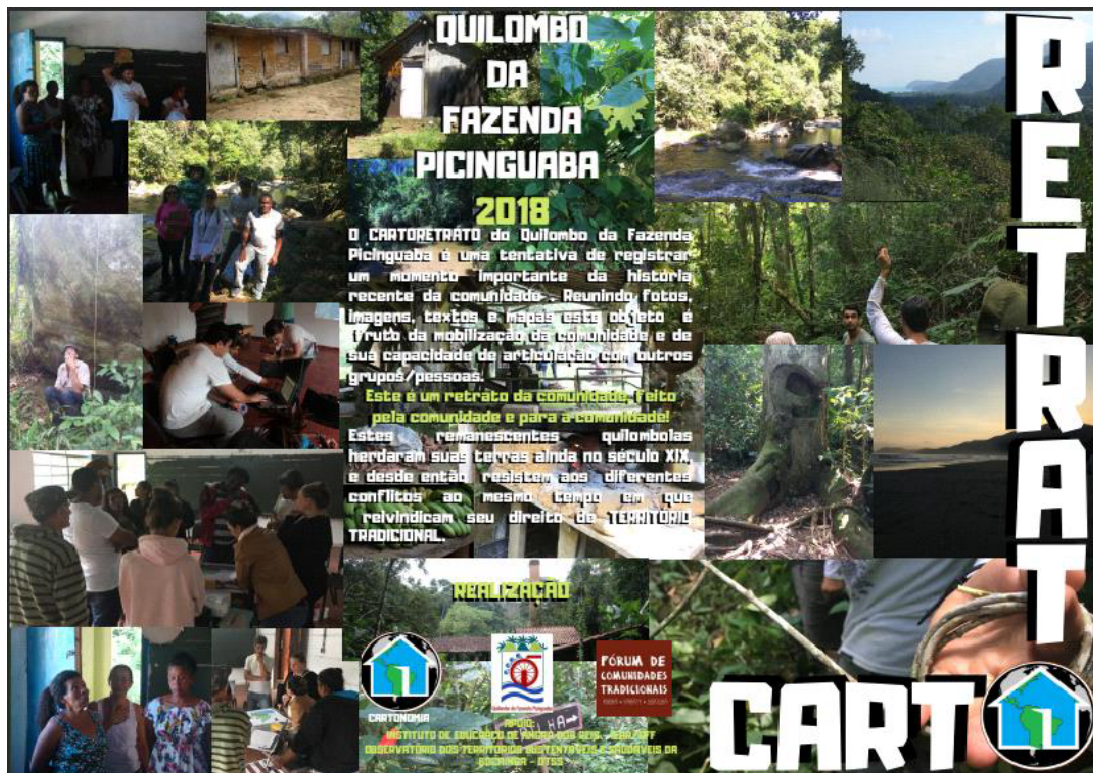
TORRES-MIRANDA, Teresa. En defensa del método histórico-lógico desde la Lógica como ciencia. **Rev. Cubana Edu. Superior**, La Habana, v. 39, n.2, p., agosto 2020. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S025743142020000200016&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 15 out. 2024.

WALLACE, Scott. **Além da Conquista**: Sydney Possuelo e a luta para salvar os últimos povos isolados da Amazônia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

WILLIAMSON, Edwin. **História da América Latina**. Lisboa: Edições 70, 2012.

ANEXOS

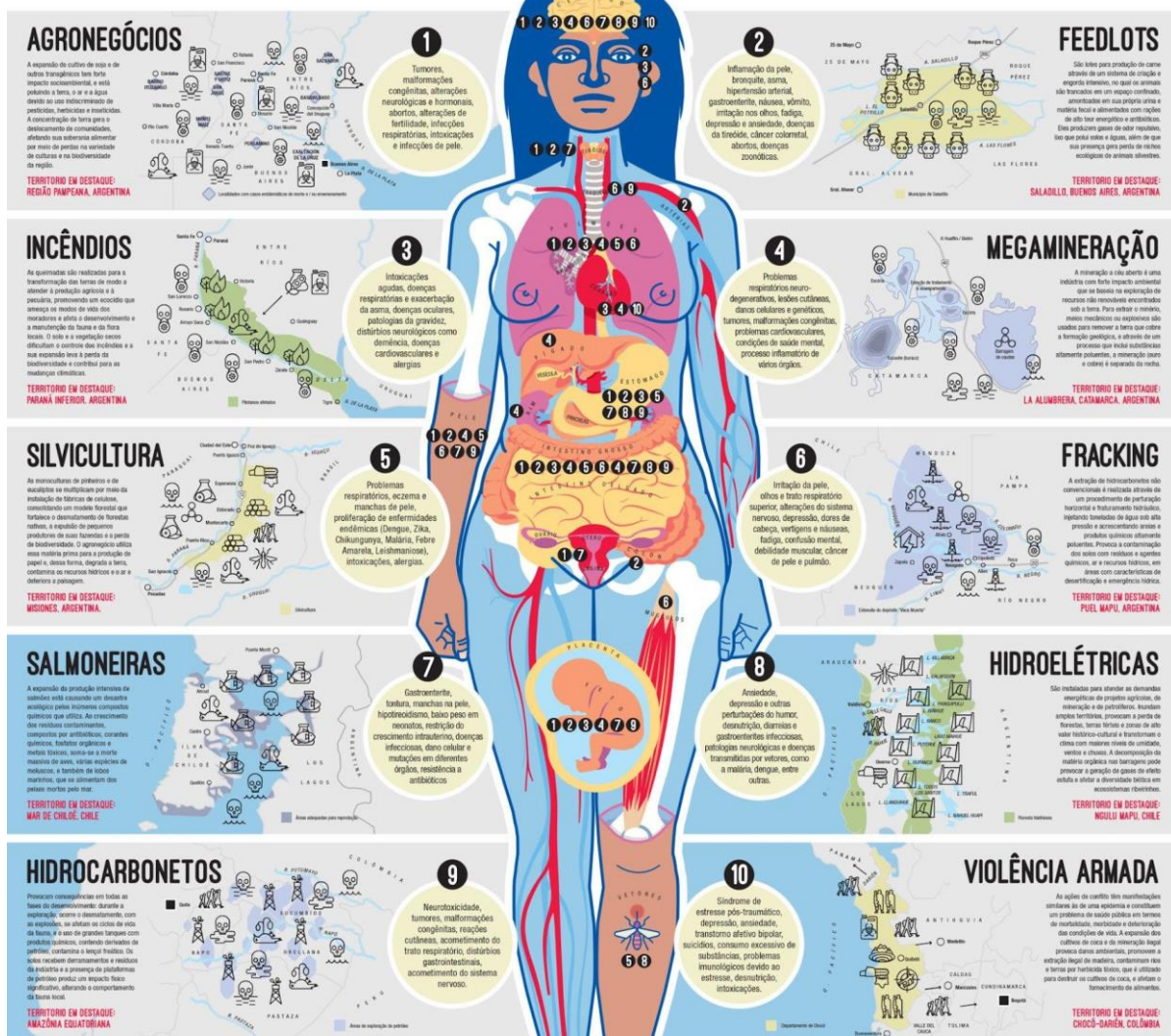
ANEXO I



ANEXO II

10 PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA ARGENTINA E AMÉRICA DO SUL: E SUAS GRAVES CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE

CORPOTERRITORIO



A exploração dos bens comuns assentada em uma concepção utilitarista que concebe a natureza como fonte de matérias-primas, promovendo o queco, a privatização e a contaminação dos terrenos coletivos e dos recursos hídricos. O desenvolvimento da indústria extrativista afeta diretamente ou indiretamente a saúde e o cotidiano, degradando a qualidade de vida das comunidades. As violências históricas as quais foram submetidos os povos colonizados da América Latina atingiram tanto os territórios ancestrais quanto o primeiro território, o corpo. Nele estão impressas as consequências geradas pelo avanço da fronteira extrativista, mostrando os males, doenças e limitações que sua expansão acarreta.

REFERÊNCIAS TERRITORIAIS



Desenho e edição: Iconoclastas. Setembro a novembro de 2020, durante a pandemia de coronavírus. Tradução Lígia de Saia Coletiva (LIASCOVIMG).

Tradução Liga de Saúde Coletiva (LIASCO/UFMG)

ANEXO III



Relatório de Atividades – CARTONOMIA

1.Introdução

Para entender com mais clareza o momento que antecede a criação do CARTONOMIA, mas sem entrar em uma contextualização propriamente dita, é preciso voltar ao ano de 2014, quando uma política¹ de expansão universitária cria o curso de Licenciatura em Geografia dentro do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR), em um campus do interior da Universidade Federal Fluminense (UFF). É importante salientar que o IEAR já tem atividades pioneiras na cidade de Angra dos Reis desde o início da década de 1990 com o curso de Pedagogia, todavia, aqui, como se trata da atuação do CARTONOMIA, destacamos apenas o início do curso onde foi criado o grupo.

Mara Edilara Batista de Oliveira, coordenadora e fundadora do CARTONOMIA, foi convocada para tomar posse do cargo de professora efetiva do curso de Geografia mencionado acima. Ela teve sua formação acadêmica voltada para a Educação do Campo, realizando a graduação e o mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nesse período, se aproximou das temáticas relacionadas aos conflitos por terra e participou da fundação do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET), seção Paraíba, dentro da UFPB. Como na época não havia o curso de doutorado em Geografia na UFPB, seguiu para Curitiba, PR. Na Universidade Federal do Paraná (UFPR), teve um relevante contato com o Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA), que dentre outras coisas assessorava comunidades em situação de conflito através de mapeamentos participativos.

Por fim, ainda na UFPR, seguiu para a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) durante o período de um ano. No México, ela estudou no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural sob

¹ Ver Política do REUNI (2009).



orientação do prof. Dr. Luciano Colchero, atual subsecretário de educação superior do país. Durante esse período, visitou comunidades indígenas e participou do projeto "*Escuelitas Zapatistas*", realizado dentro do território autônomo de Chiapas.

Assim, temos então três elementos iniciais destacados: o surgimento de um curso de Geografia na cidade de Angra dos Reis, RJ, no ano de 2014; o ingresso de Mara Oliveira no corpo docente do IEAR/UFF e seus temas e experiências formativas, como o contato com a Geografia Agrária, Educação do Campo, Cartografia; e, por fim, o acesso e contato direto que teve com diferentes movimentos sociais. Esses elementos são essenciais para entender não só o percurso teórico e acadêmico da história, mas também o sentido político e social do CARTONOMIA.

Entre 2015 e 2016, Mara Oliveira foi convidada a participar de um projeto que envolve a luta por educação diferenciada para comunidades tradicionais da região de Paraty, RJ. Para além da sua contribuição com a temática da educação em si, surgiu a possibilidade de orientar um projeto pedagógico que envolvia a Cartografia Social, intitulado "Guia Turístico", que estava contido em um projeto mais amplo de "Reorientação Curricular das escolas da Zona Costeira de Paraty – RJ", em cooperação técnica firmada entre o Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR-UFF) e a Secretaria Municipal de Educação de Paraty. Concomitantemente ao processo de reorientação curricular, aconteciam também diversas ações e reflexões provenientes do Coletivo de Educação Diferenciada que se formou na região e possibilitou, assim, a confecção de uma proposta de currículo "interdisciplinar e diferenciado, por meio de metodologia de rede temática e da pedagogia de projetos" (MONTEIRO et al., 2016, p. 05).

Em resumo, o objetivo era construir guias turísticos junto aos alunos enquanto todos os assuntos e conteúdo da educação básica eram adaptados para essa realidade e contexto. Devido sua experiência prévia junto ao ENCONTTRA, Mara Oliveira coordenou as oficinas e discussões relacionadas aos mapas.



O projeto dos guias turísticos foi muito proveitoso e permitiu o contato de professores da Universidade Federal Fluminense (campus de Angra dos Reis-RJ) com membros do Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina (OTSS) e do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT). Essas lideranças enfatizavam constantemente o “problema” das comunidades da região com os conflitos pelo território e, consequentemente, com os mapas que representavam esses embates. Assim, se desenha o primeiro vislumbre da criação de um grupo destinado a realizar e assessorar cartografias na região.

À vista disso, encerramos esta breve introdução considerando que agora o leitor está munido de maiores informações sobre os principais aspectos que levaram contexto de formação do grupo de pesquisa. O CARTONOMIA durante o período de análise realizou diversas atividades de pesquisa e extensão universitária junto ao FCT, ao OTSS e aos comunitários, desenvolvendo uma metodologia própria de trabalho, assim como sugerindo a definição e reinterpretação de conceitos e teorias explicativas.

2. Atividades Realizadas entre 2017 e 2019 (considerando algumas continuidades e desdobramentos)

Este resumo tem como intuito evidenciar de forma prática as “contribuições e resultados” dessas experiências de construção de conhecimento fronteiriço empregando a ciência como uma ferramenta de reivindicação e reafirmação política, cognitiva e cultural.

Aqui serão apresentados exemplares dessa outra “face” desse movimento, dos ativismos cartográficos que não obrigatoriamente são mapas, muitas vezes eles são apenas práticas, oficinas, discursos, aulas, trabalhos, pesquisas, enfim. Aquelas produções ou práticas em que não obrigatoriamente se materializa um produto ou objeto cartográfico em si podem admitir a função



de transferência do conhecimento, técnica ou ainda auxílio na execução de um projeto ou tarefa, incentivar debates e discussões, entre muitas outras coisas.

Vejamos alguns exemplos a seguir:

Durante a experiência Cartográfica do Quilombo da Fazenda foram desenvolvidos diferentes projetos de pesquisa, iniciação e extensão. São exemplos:

a. *As estruturas de poder das políticas agrárias e fundiárias no Brasil: a cartografia social como instrumento na luta pela demarcação de terras do quilombo da fazenda? Ubatuba, SP.* Projeto de Iniciação científica (PIBIC) da UFF.

b. *O avanço das geotecnologias e a gestão de unidades de conservação: a cartografia social como novo horizonte para a criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS.* Projeto de Iniciação científica (PIBIC) da UFF.

Da mesma forma que outros projetos foram desenvolvidos em semelhança com outras comunidades da região, como, por exemplo:

a) *A territorialidade da comunidade quilombola da Marambaia a partir da cartografia social: conflitos e resistências em terra de quilombo.* Que se trata de um Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

b) *Mapeando saberes: educação do campo e cartografia social com povos e comunidades tradicionais.* Um Projeto de Extensão financiado pela UFF, que mobilizou 5 alunos de Graduação e um de Mestrado acadêmico.

c) *Educação do campo e povos e comunidades tradicionais: da demanda às conquistas em territórios rurais em Paraty-RJ.* Trata-se de um Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e (CNPQ)

d) *A cartografia social como parte da construção curricular de educação diferenciada em escolas caiçaras na zona costeira de Paraty-RJ.* Esse trabalho é fruto de um Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) financiado pela



fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

Não menos importante é o projeto pensado pela equipe, baseado na experiência do Quilombo da Fazenda, e ampliado para estabelecer uma parceria com servidores da APA – CAIRUÇU. O projeto em questão: *Cartografia social, geotecnologias e gestão territorial: experiências cartográficas em territórios tradicionais e unidades de conservação*, trata-se de um Projeto APQ - Aprovado no Edital MCTIC/CNPq 2018 Universal CNPq. O projeto envolveu 10 alunos de graduação, 1 de mestrado e 1 de doutorado e teve como coordenadora geral a profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira, em parceira com o ICMBIO e a APA-CAIRUÇU. Estava prevista a produção de mapas, contudo, o projeto em si era uma tentativa de ampliação da participação das comunidades na gestão da APA, o que evidencia essa efetivação através do posicionamento para além dos produtos cartográficos.²

Nesta mesma linha estão os trabalhos de conclusão de curso e de mestrado e doutorado dos alunos mobilizados no processo de investigação militante das experiências cartográficas do CARTONOMIA. Compreendemos que essas produções também disputam esse campo, ainda que seja através de outras vias e contextos, também são considerados ativismos cartográficos.

A partir dessas experiências foram defendidas 7 (sete) monografias pelo CARTONOMIA, sendo elas.

a) A *IMPORTÂNCIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL NOS PROCESSOS DE DEMARCAÇÃO DE TERRA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS: UMA ANÁLISE DO QUILOMBO DA FAZENDA – UBATUBA/SP*, defendida no curso de graduação em Políticas Públicas pelo aluno Jairo Pimentel Brandão;

b) A *CARTOGRAFIA SOCIAL E TERRITORIALIDADES: EXPERIÊNCIAS CARTOGRÁFICAS E POPULAÇÕES SUBALTERNIZADAS NA REGIÃO COSTEIRA DE ANGRA DOS REIS/RJ*, defendida no curso de licenciatura em Geografia pela aluna Carolina Franco Paixão;

² Falar sobre as impossibilidades, conflitos e pandemia.



CARTONOMIA



c) *A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL*, defendida no curso de licenciatura em Pedagogia pela Aluna Rebeca Maia;

d) *A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE LUTA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA CARTOGRÁFICA DA PRAIA GRANDE DA CAJAÍBA- PARATY/RJ*, defendida no curso de licenciatura em Geografia pela Aluna Rafaela Scarparo;

e) *A TERRITORIALIDADE PERDIDA: UMA ANÁLISE CARTOGRÁFICA DO PROCESSO DE SOBREPOSIÇÃO DO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE DE REMANESCENTE DE QUILOMBOLA DA ILHA DA MARAMBAIA A PARTIR DA CARTOGRAFIA SOCIAL*, defendida no curso de licenciatura em Geografia pela aluna Lorena Amorim Jesus Trindade;

f) *CARTOGRAFIA SOCIAL E GEOGRAFIA A SERVIÇO DE OUTROS MUNDOS: BREVE ESTUDO SOBRE OS PROVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA BAÍA DA ILHA GRANDE/RJ*, defendida no curso de Licenciatura em Geografia pelo aluno Matheus Gouveia.

Também já foram defendidas duas dissertações de mestrado, enquanto mais quatro ainda se encontram em desenvolvimento. São elas:

a) *TITULAÇÕES E BUROCRACIAS: O CASO DO QUILOMBO SANTA RITA DO BRACUÍ*, defendida no Programa de Pós-graduação em Gestão de territórios e Saberes da Universidade Federal Fluminense (PPGTS/UFF);

b) *ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS EM ABYA YALA: O RESGATE DOS MUNDOS QUE NOS FORAM NEGADOS*, defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF);

c) *A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO E DEFESA DO TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA EXPERIÊNCIA CARTOGRÁFICA DA COMUNIDADE CAIÇARA DA PRAIA GRANDE DA CAJAÍBA, PARATY/RJ (2018-2019)*, em andamento no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ);



d) *EDUCAÇÃO AMBIENTAL À SERVIÇO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: CONFLITOS AMBIENTAIS E TERRITORIAIS EM ANGRA DOS REIS/RJ*, em andamento no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ);

e) c) *A GEOTECNOLOGIA APLICADA NO RESGATE DE INDETERMINADAS – ESTUDO DE CASO DA VILA ORATÓRIO EM PARATY/RJ*, em andamento no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ);

f) *BUROCRACIA E MOROSIDADE INSTITUCIONAL PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, BRASIL*. (em andamento) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (PPGDAP/UFF).

Não menos importante, após a conclusão de suas graduações, alguns pesquisadores deram continuidade nos ativismos cartográficos, ocupando cargos como, por exemplo: Coordenador Estadual de Vistoria Técnica do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), educadora ambiental do OTSS/FCT, e professor substituto de Universidade Federal. Em todos esses contextos e de diferentes maneiras os sujeitos se projetam nos espaços a partir de uma Cartografia pensada e executada como uma ferramenta de luta que pode ser fundamental na resolução de alguns conflitos e para o fortalecimento dos traços culturais e de organização das comunidades.

Em meio essa importante simbiose, novas possibilidades são produzidas, tanto no campo dos debates sobre representação quanto no cotidiano prático das comunidades e das lutas que ensejam sua territorialidade. Isso permite o desenvolvimento de outras formas de mobilizar e organizar os conhecimentos científicos a partir dessa combinação epistemológica, fazendo com que seja possível aprender e ensinar diversos conteúdos em meio a esse movimento.

Nesse sentido, foi produzido o Carto-Retrato do Quilombo da Fazenda:



[...] um produto-objeto confeccionado a partir da Associação dos Remanescentes Quilombolas da Fazenda (ARQF), em articulação com o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), o CARTONOMIA, e com apoio do OTSS. Em formato de folheto dobrável, o Carto-Retrato faz analogia a um auto retrato, mas reforça o caráter representacional do contexto territorial vivido pela comunidade. O objeto reúne fotos, pequenos textos e alguns mapas, ou seja, trata-se da combinação de ferramentas discursivas e narrativas de produção de representações espaciais, que são utilizados com o intuito de delinear um retrato da situação atual dos conflitos vividos pela comunidade. (GOUVEIA, 2021, p. 115).

A imagem do Carto-Retrato do Quilombo da Fazenda pode ser encontrada nas páginas 115-116 de Gouveia (2021).

Esse conjunto de projetos evidencia a contribuição formativa, no sentido ampliado do termo, tanto no âmbito acadêmico quanto no social e cultural. Dessa forma, compreendemos, portanto, que as experiências cartográficas vivenciadas a partir dessa horizontalização militante implicada em uma causa real não só contribuem socialmente com a gestão e intermediação do conflito, como é o caso do *amicus curiae*, como também fortalecem as pesquisas, parcerias e interações entre a universidade e a comunidade, ensejando a transferência de conhecimento de forma equitativa de uns para ou outros, buscando sempre se opor as hierarquizações historicamente esperadas.